"Metade de mim
é feita de sonhos
e a outra metade
é de lutas"

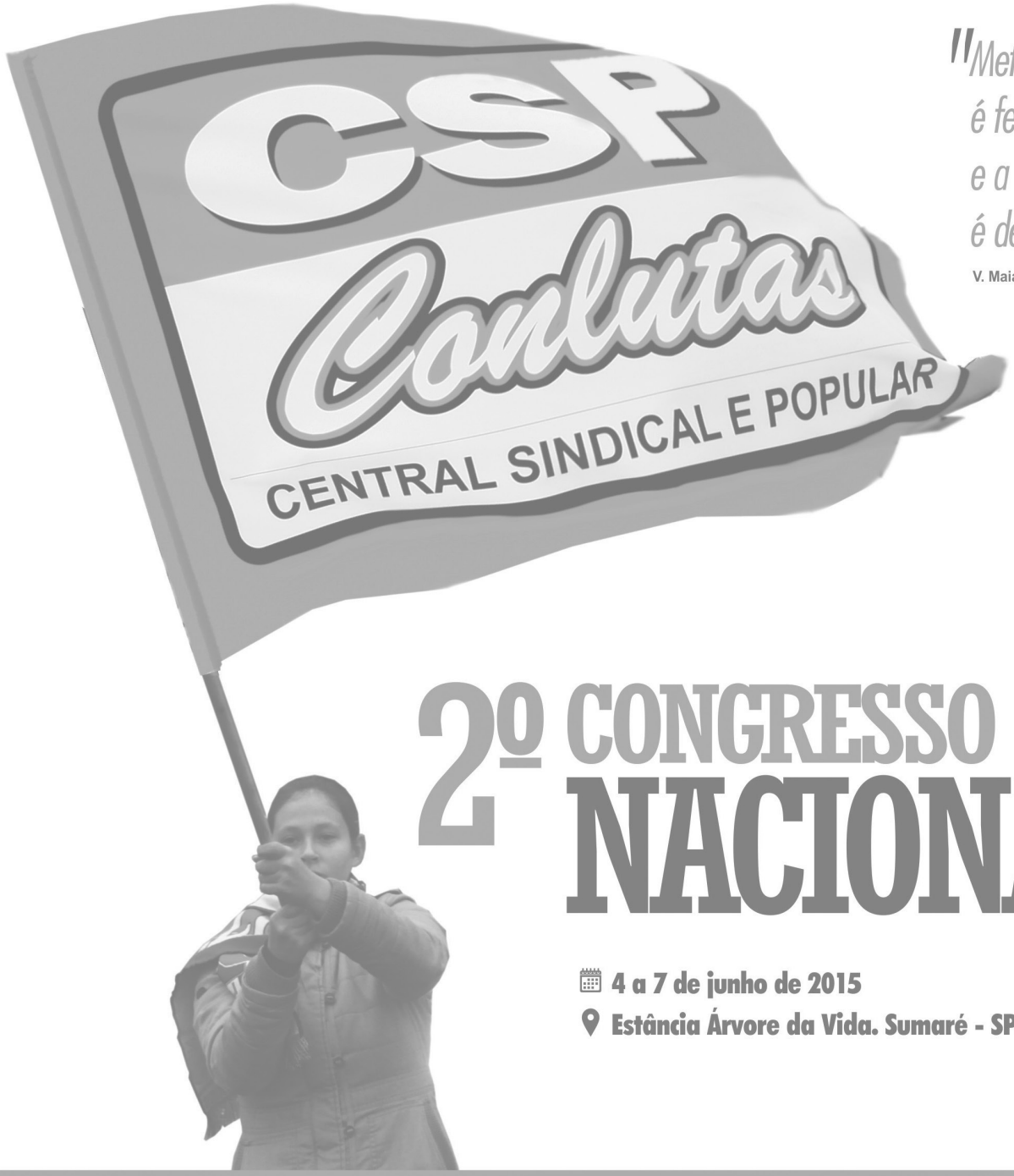
V. Maiakóvski

2º CONGRESSO NACIONAL

4 a 7 de junho de 2015

Estância Árvore da Vida. Sumaré - SP

CADERNO DE PROPOSTAS DE RESOLUÇÕES



"Metade de mim
é feita de sonhos
e a outra metade
é de lutas"

V. Maiakóvski

2º CONGRESSO NACIONAL

4 a 7 de junho de 2015

Estância Árvore da Vida. Sumaré - SP

CADERNO DE PROPOSTAS DE RESOLUÇÕES

SUMÁRIO

REGIMENTO..... 10

PROPOSTAS DE RESOLUÇÕES.....17

CONJUNTURA INTERNACIONAL.....17

01. A crise econômica mundial, as reações da classe trabalhadora e a construção de alternativas de direção.....17
02. Resolução sobre a situação internacional.....21
03. Situação internacional: novos fenômenos reformistas europeus e fim de ciclo latino-americano.....24
04. Os EUA continuam sendo a polícia mundial.....25
05. Proposta de Resoluções Internacionais.....26
06. Resolução pela retirada das tropas da ONU do Haiti! Fora Minustah!.....27

CONJUNTURA NACIONAL.....28
07. O aprofundamento da crise econômica e política exige uma resposta classista dos trabalhadores.....28
08. Unidade e luta para derrotar os ataques dos governos e patrões.....33
09. Fora Dilma! Fora Todos! Que os trabalhadores governem!.....37
10. Proposta de resolução sobre o governo Dilma e o regime.....40
11. Crise da economia política e uma estratégia de unificação do campo popular e sindical.....43
12. Para o Capital, a conta da crise tem que ficar sempre com os trabalhadores.....45
13. Proposta de resolução sobre Conjuntura nacional.....47
14. O enfrentamento com o governo Dilma.....48
15. Situação nacional: o fim de ciclo PTista, ajustes e ataques históricos.....49
16. Resolução sobre a situação econômica nacional e as tarefas políticas colocadas.....51

OPRESSÕES.....53
17. Organizar as mulheres trabalhadoras contra o ajuste fiscal e a retirada de direitos.....53
18. A presença da mulher no mercado de trabalho e a necessidade da luta da classe para combater o machismo e a exploração capitalista..... 56
19. Contribuição do Grupo de Mulheres Pão e Rosas e do Movimento Nossa Classe sobre a luta contra as opressões..... 59
20. Chega de mortes de mulheres! As mulheres devem ter direito ao próprio corpo! Legalizar o aborto já!.....63
21. Gênero: Quem é o nosso maior opressor?.....66
22. Pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito.....67
23. Opressões.....68
24. Resolução sobre as lutas de mulheres, negros e LGBT's.....68
25. Sobre a questão LGBT.....69
26. Nenhum direito a menos! Juventude em luta por outro futuro. Um novo Movimento Estudantil é Possível!.....73
27. Contribuição e Resoluções de Raça e Classe.....76
28. Proposta de resolução sobre Negros e Negras.....81

PLANO DE AÇÃO.....81
29. Propostas de resoluções nacionais.....81
30. Brasil - Desenvolvimento ou Socialização da Miséria?.....84
31. Resolução sobre Plano de Lutas.....88
32. Armar a CSP-Conlutas como polo organizador da luta contra os ataques e para retomar os sindicatos com base na democracia operária..... 91
33. Resolução sobre campanhas e plano de lutas.....93
34. Proposta de resolução sobre Plano de ação..... 94
35. Proposta de Resolução sobre a Petrobrás: Contra a corrupção e a privatização, por uma Petrobrás 100% estatal!..... 96
36. Proposta de resoluções do Setor Correios Nacional..... 98
37. Unir trabalhadores e usuários do transporte na luta por um transporte público gratuito, estatal e de qualidade..... 100
38. CSP-Conlutas decide sair da Mesa Nacional para o Aperfeiçoamento das Relações de Trabalho na Indústria da Construção..... 101
39. Nem no meio, nem no fim. Não à qualquer forma de terceirização!..... 103
40. Terceirização: a categoria de agentes de trânsito já sente os efeitos..... 105
41. Proposta de resolução dos Comerciários de Nova Iguaçú e região –RJ..... 107
42. Resolução do funcionalismo público federal..... 108

43. Proposta de resolução do SINTRAMB-PB..... 110
44. Defesa do serviço e dos servidores públicos..... 111
45. Saúde, segurança do trabalhador, insalubridade e aposentadoria especial..... 112
46. Organizar os trabalhadores para defender direitos e ampliar conquistas Em defesa da saúde do trabalhador 113
47. Proposta de resolução sobre saúde.....115
48. Em defesa da Previdência Pública e dos direitos dos aposentados e pensionistas.....120
49. Defesa dos direitos dos aposentados.....122
50. PNE: Um projeto de Estado e do capital para a privatização da Educação.....122
51. Educacional.....126
52. Educação.....127
53. O mito da pátria educadora, as greves nacionais e as tarefas da esquerda.....127
54. Resolução sobre as lutas na Educação.....131
55. Levante dos trabalhadores em educação.....134
56. As Revoltas Urbanas, os Movimentos Populares e os desafios da CSP-Conlutas.....135
57. Proposta de resolução sobre estratégia de recomposição popular no campo e na cidade.....138
58. Grupo de Trabalhadores Rurais e Apoiadores – Triângulo Mineiro.....139
59. Ao 2º Congresso da CSP- Conlutas.....140
60. A crise, a Dívida e a Vida.....141
61. Proposta de resolução da Minoria da Diretoria do Sindicato dos Advogados de São Paulo.....144
62. Resolução sobre fortalecimento da luta dos imigrantes haitianos no Brasil.....145
63. Pelo respeito à autonomia sindical e à decisão dos trabalhadores – Abaixo a interferência Estatal.....146
64. Sobre o Projeto da Anistia no Congresso da CSP-Conlutas.....148
65. Sobre a Comissão Nacional da Verdade.....150
66. Organização Política e Sindical.....152
67. Construção de assembleias populares.....152

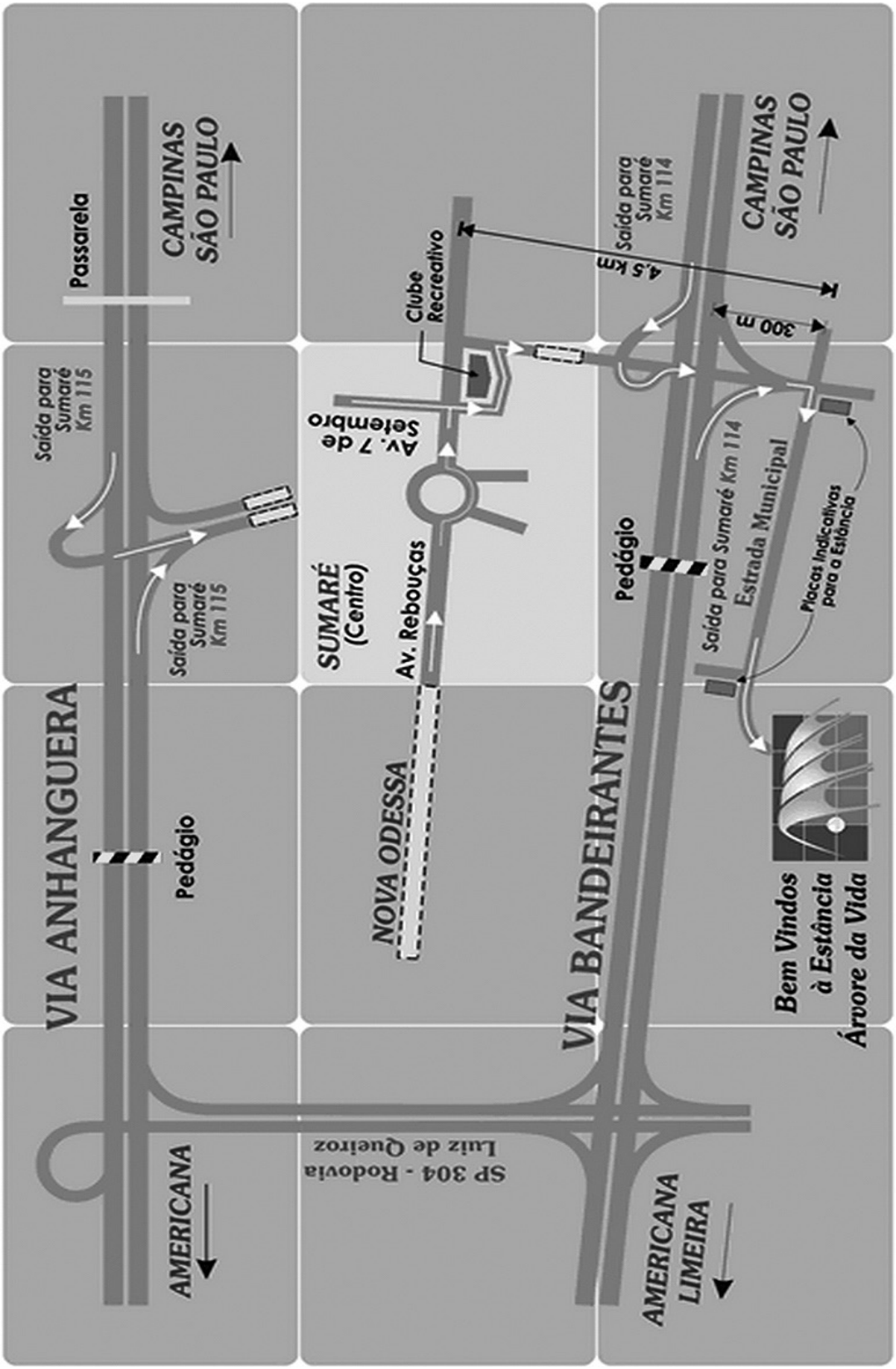
BALANÇO.....152
68. Balanço político e de atividades da CSP-Conlutas.....152
69. Resolução sobre o balanço da atuação da direção desde o último congresso: paralisia da central, falta de iniciativa política.....157
70. Proposta de resolução de Balanço.....159
71. Democracia interna na CSP-Conlutas.....163
72. Balanço da Central no tema de Mulheres e proposta de resolução sobre o trabalho de mulheres nos sindicatos.....166

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA.....170
73. A construção da unidade e o processo de reorganização da classe trabalhadora.....170
74. Resolução sobre a intervenção da CSP-Conlutas no movimento operário e os desafios da Central.....172
75. A CSP-Conlutas e a reorganização do movimento.....172
76. Sobre organização de base ao Congresso da CSP-Conlutas.....175
77. Proposta sobre solidariedade classista.....177
78. Resolução sobre organização de base ao Congresso das CSP-Conlutas.....177
79. Questões organizativas (Organização da Central, Estatutos e Direção).....179
80. Direção Sindical: medidas de controle à burocratização.....180
81. Proposta de resolução sobre a burocratização da Central.....181
82. Proposta de resolução sobre imposto sindical.....182
83. Proposta de Resolução sobre estrutura sindical e imposto sindical.....184
84. Pela ampliação das discussões no interior da central para abranger temas de interesse social e coletivo.....185
85. “Trabalhadores (e Trabalhadoras) do Mundo, Uni-vos!”.....186
86. O Seminário Nacional da CSP-Conlutas e os Desafios da Comunicação dos Trabalhadores Hoje.....190

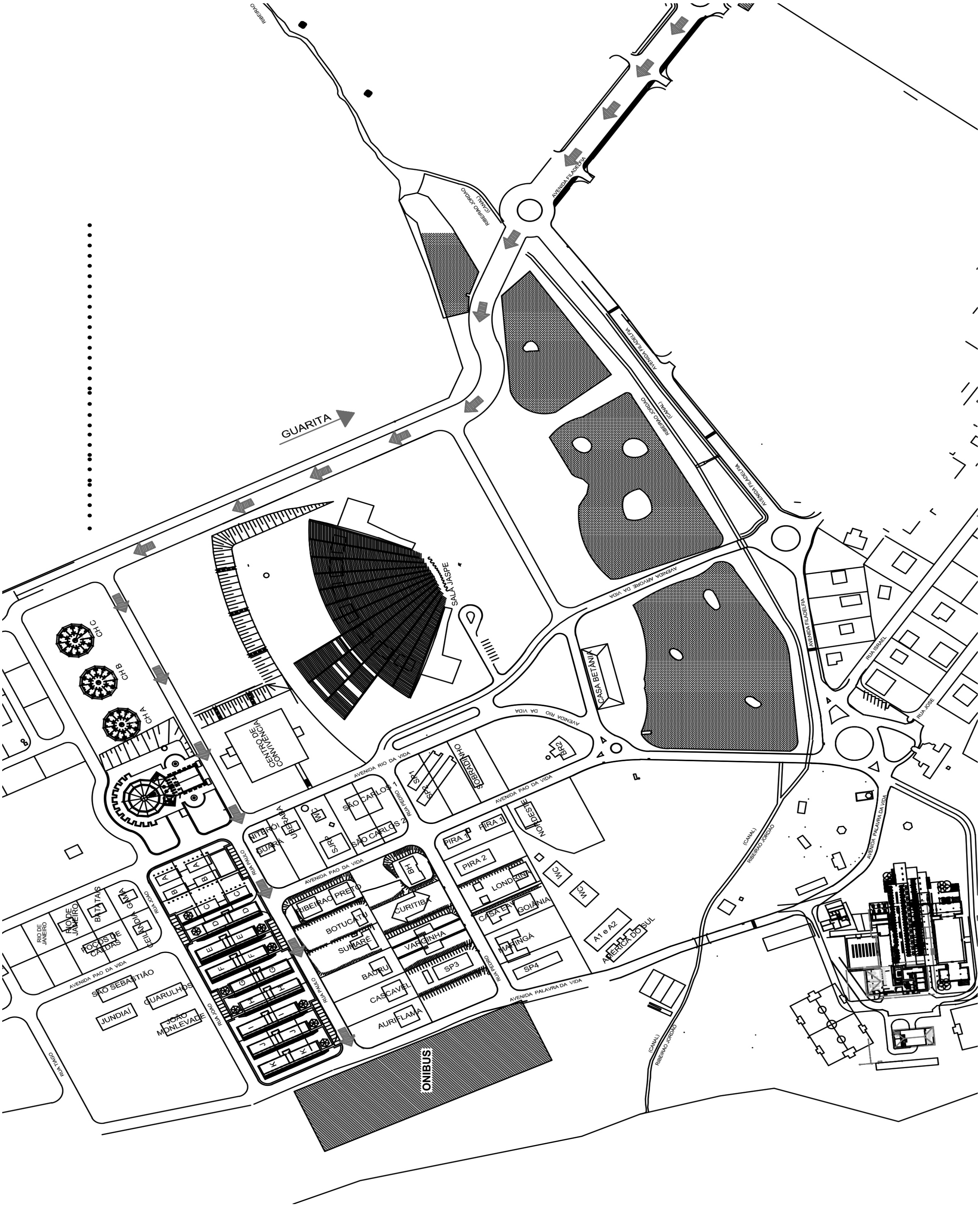
ESTATUTO.....192
87. Proposta de resolução de mudança estatutária.....192
88. Resolução sobre estrutura, organização, funcionamento e administração da Central.....194

ESTATUTO DA CSP-CONLUTAS 197

COMO CHEGAR


Passarela
CAMPINAS
SÃO PAULO
Saída para
Sumaré
Km 115
Saída para
Sumaré
Km 115
VIA ANHANGUERA
Pedágio
AMERICANA
Clube
Recreativo
Av. 7 de
Setembro
SUMARÉ
(Centro)
Av. Rebouças
NOVA ODESSA
SP 304 - Rodovia
Luiz de Queiroz
4,5 Km
Saída para
Sumaré
Km 114
CAMPINAS
SÃO PAULO
300 m
Pedágio
Saída para Sumaré Km 114
Estrada Municipal
Placas Indicativas
para a Estância
VIA BANDEIRANTES
Bem Vindos
à Estância
Árvore da Vida
AMERICANA
LIMEIRA

MAPA DO LOCAL



ORIENTAÇÕES SOBRE O LOCAL

Estância Árvore da Vida

Informações, orientações, regras e restrições do local onde acontece o 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas:

Sobre a hospedagem

■ **Roupa de cama:** Trazer roupa de cama/travesseiro. Opcional: Para sua comodidade, disponibilizamos kits de roupa de cama (solteiro) + travesseiro e toalha de banho, mediante aluguel:

Kit completo Solteiro R$ 35,00, locação somente com depósito caução em cheque ou dinheiro no valor total do produto, R$170,00, que será devolvido mediante a devolução do Kit completo.

Local: Balcão de informações da EAV aberto das 7h00 ás 23h00.

■ **Chaves:** Cada chave de hospedagem liberada no balcão de informações, direto ao participante será mediante depósito caução de R$ 20,00, que será devolvido na devolução da mesma, ao final do evento.

■ **Moeda local:** Todo o consumo extra pacote dentro da EAV, além das refeições principais, será mediante crédito nos crachás (não comercializamos nenhum produto diretamente com dinheiro). Os créditos poderão ser colocados em um dos nossos caixas, localizados no Centro de Convivência ou no Refeitório. Todo consumo será debitado mediante scanner e o saldo não consumido poderá ser retirado ao final do evento nos caixas, e caso haja dúvidas solicitar o extrato.

■ **Não aceitamos cartões de crédito, somente cartão de débito (master, visa e elo), e não temos caixas eletrônicos.**

■ Haverá atendimento em ambulatório e UTI móvel.

■ Regra principalmente para a equipe de decoração - Não riscar nem colar fitas adesivas nas paredes, nunca usar dupla face, não usar arames nem pregos. Sugestão – Usar fita crepe ou fio de nylon.

Avisos importantes

■ **Chuveiro:** Ligar primeiro a torneira da esquerda, (quente) esperar chegar a água quente, então misturar com a água fria.

■ **Crachá:** O uso do crachá é obrigatório durante todo o evento para todos os participantes e equipe de organização.

■ **Refeições:** Respeitar os horários das refeições, que serão estipulados pela organização do evento.

■ **Alimentos:** Evitar desperdício de alimentos, e após cada refeição, liberar seu lugar e devolver os pratos, copos e talheres no balcão da cozinha.

■ **Água:** Evitar desperdício de água (banhos longos).

■ **Lixo:** Jogar o lixo sempre no lixo, respeitando a ordem dos recicláveis.

■ **Circulação:** É proibida a circulação na área do Condomínio Residencial.

■ **Lagos:** É proibido nadar e pescar nos lagos da EAV.

■ **Jardins e grama:** Não pisar ou estacionar em áreas tais como jardins e grama.

■ **Quartos fechados:** Manter sempre portas e janelas dos quartos fechados, na ausência de todos. A EAV não se responsabiliza por furtos e extravio de seus pertences.

■ **Balcão de Informações:** O Balcão de Informações da EAV atenderá durante todo o período do evento, das 7h00 às 23h00.

■ **Problemas nos quartos:** Qualquer problema hidráulico/elétrico em sua hospedagem, favor procurar o balcão de informações.

■ **Enfermaria:** Em caso de urgência no período da madrugada, procurar a enfermaria de plantão, localizada na entrada do Auditório Principal (Pérola), Porta 4. (tocar a campainha). O evento deverá providenciar um enfermeiro para dormir na enfermaria.

■ **Fármácia:** Dispomos de uma farmácia dentro do Centro de Convivência, que não funcionará durante a madrugada, somente das 8h00 as 22h00.

■ **Dúvidas:** Sugestões, reclamações ou dúvidas, referente a EAV, procurar o Balcão de Informações.

Tenham um bom evento e muito obrigado!

ESTÂNCIA ÁRVORE DA VIDA

REGIMENTO INTERNO DO 2º CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS – CENTRAL SINDICAL E POPULAR

Capítulo I – da Convocação, objetivos, organização, local, data e participantes:

Art. 1º – O II Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular foi convocado por resolução da Coordenação Nacional da Central, em reunião realizada nos dias 29, 30 e 31 de agosto de 2014, na cidade de São Paulo, nos termos do Estatuto da entidade.

Art. 2º – O II Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular tem como objetivos discutir e deliberar acerca da situação política nacional e internacional; sobre o plano de ação e as atividades; discutir o balanço político e organizativo da Central; avançar no seu processo de fortalecimento, ampliando a presença da Central na base, entre os trabalhadores do campo e na classe operária; avançar na unidade interna de nossa classe fortalecendo a luta contra as opressões; avançar na unidade dos setores classistas e combativos numa mesma ferramenta unitária; e, ainda, discutir e deliberar sobre os Estatutos e a direção da entidade.

Parágrafo primeiro: Como referência, para esse e os demais congressos da Central, trataremos esse como o sexto congresso do processo mais recente de reorganização da classe trabalhadora brasileira, tendo como referência o Conat – Congresso Nacional de Trabalhadores, realizado em 2006.

Parágrafo segundo: A Coordenação Nacional orienta às seções estaduais da Central que realizem atividades de abertura das etapas estaduais do Congresso, seja com a realização de debates públicos ou coordenações estaduais, buscando ampliar em cada estado ou região a participação dos trabalhadores, entidades e movimentos sociais interessados em estabelecer relações com a Central.

Art. 3º – A organização do II Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular está a cargo da Secretaria Executiva Nacional da entidade, que poderá constituir comissão específica para a tarefa, bem como outras tantas comissões que se fizerem necessárias para auxiliá-la nesta tarefa.

Art. 4º – O II Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular será realizado entre os dias 4 e 7 de junho de 2.015, na Estância Árvore da Vida, na cidade de Sumaré, no estado de São Paulo.

Art. 5º – São participantes do I Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular:

– Os(as) delegados(as) de entidades sindicais, oposições e minorias de entidades sindicais, associações de caráter classista, movimentos populares urbanos e rurais, entidades do movimento estudantil e de luta contra as opressões, todos(as) eleitos em conformidade com as regras definidas no ANEXO deste Regimento, com direito a voz e voto.

– Convidados da Coordenação do Congresso, que terão direito a voz e sem direito a voto.

– Observadores, com direito a voz e sem direito a voto, mediante autorização da Coordenação do Congresso.

Art. 6º – A inscrição e credenciamento dos delegados, observadores e convidados será feita mediante atendimento dos requisitos definidos por esse Regimento, pela Coordenação do II Congresso e pagamento da taxa correspondente.

Capítulo II – Do Temário:

Art. 7º – O temário do II Congresso da CSP Conlutas – Central Sindical e Popular será o seguinte: 1) Conjuntura Nacional e Internacional;

2) Balanço de atividades e Plano de ação; 3) Organização da Central, Estatutos e Direção.

Capítulo III – Dos órgãos do II Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular e do processo de votação:

Art. 8º – São órgãos do II Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular: a Coordenação e suas comissões, os Grupos de Trabalho e as Plenárias Gerais deliberativas.

Art. 9º – Caberá à Coordenação do II Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular orientar a condução dos trabalhos do Congresso, assegurando as condições básicas de infraestrutura e organização para o bom andamento dos debates.

Art. 10º – Os Grupos de Trabalho são órgãos de discussão e deliberação (em seu âmbito). Serão compostos por delegados(as), convidados e observadores, conforme distribuição aleatória estabelecida no momento do credenciamento, e debaterão os temas definidos na pauta e na dinâmica de discussões do II Congresso da Central Sindical e Popular – Conlutas.

Parágrafo primeiro – nos Grupos de Trabalho as votações serão feitas por levantamento de crachás dos delegados e delegadas.

Art. 11 – As Plenárias Gerais do II Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular são sua instância máxima de decisão. Serão compostas por todos os participantes credenciados ao Congresso, nos termos do art. 5.º. Debaterão e decidirão soberanamente sobre todas as questões relativas ao temário do Congresso.

Parágrafo primeiro – A Plenária Geral será dirigida por uma Mesa Diretora dos Trabalhos a quem caberá coordenar os trabalhos, propondo os encaminhamentos e a ordem dos trabalhos, que serão decididos pelos(as) delegados(as) reunidos. A composição de cada Mesa será proposta pela Coordenação e também decidida pela própria Plenária.

Parágrafo segundo – Para que possa ser instalada e deliberar sobre os temas em discussão, a Plenária Geral do Congresso deverá contar com a presença de mais da metade dos(as) delegados(as) credenciados(as).

Art. 12 – As deliberações na Plenária Geral serão feitas por levantamento de crachás dos(as) delegados(as). A aferição da proposta vencedora será feita pela Mesa, por contraste e, quando houver dúvida, através de contagem individual dos votos de cada proposta. Cada delegado tem direito a apenas 1 (um) voto. Não será admitido o voto por procuração.

Art. 13 – Na Plenária Geral a votação de cada proposta será precedida de uma intervenção favorável e outra contrária à proposta que estiver colocada para deliberação, ou uma defesa de cada proposta apresentada para o tema, de duração máxima de 4 minutos cada uma. Poderá haver mais uma intervenção dependendo da importância do tema em questão, por decisão da Plenária.

Parágrafo único: Serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem a maioria simples dos votos.

Capítulo IV – Da organização dos debates:

Art. 14 – Os debates nos Grupos de Trabalho, durante o II Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular, serão feitos tendo como base as propostas de resoluções apresentadas para o debate, que serão agrupados num caderno que será distribuído a todos(as) os(as) delegados(as).

Art. 15 – Cada Grupo deverá eleger o seu Coordenador e um Relator. Caberá ao Relator sistematizar as discussões do seu grupo, devendo constar do Relatório todas as propostas que obtiverem pelo menos 10% dos votos dos delegados presentes no grupo.

Art. 16 – A Coordenação do II Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular constituirá uma Comissão de Relatoria, a quem caberá à tarefa de, a partir dos relatórios de cada Grupo de Trabalho, fazer uma sistematização das propostas que irão a debate na Plenária Geral do Congresso.

Capítulo V – Da dinâmica do Congresso

Art. 17 – Os trabalhos do II Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular desenvolver-se-ão de acordo com a seguinte dinâmica:

5.ª feira – 4 de junho

8 horas – abertura do credenciamento

10 horas – ato de abertura do Congresso, votação do Regimento e recursos ao Congresso

13 horas – almoço

15 horas – Painel de debate sobre a conjuntura nacional e internacional (serão convidados os companheiros Zé Maria e Mauro Iasi e a companheira Luciana Genro)

17 horas – Grupos de trabalho (Conjuntura Nacional e Internacional)

20 horas – encerramento e jantar

6.ª feira – 5 de junho

9 horas – Falas ao Congresso das organizações políticas que compõem a Central

10 horas – Painel sobre o Campo 12 horas – Almoço

14 horas – Trabalhos em grupo (Atividades e Plano de Ação) e Encerramento do credenciamento

16 horas – Plenária deliberativa – Conjuntura Nacional e Internacional

19 horas – Encerramento e jantar

Sábado – 6 de junho

08h30 – Trabalho em grupo (Balanço político e organizativo da Central e outras resoluções não contempladas nos dois grupos anteriores)

10h30 – Plenária deliberativa – Atividades e Plano de ação

12h30 – Almoço

14h30 – Reuniões setoriais

16h00 – Painel sobre Movimento Operário/Sindical e Organização de Base e Encerramento do prazo de entrega à Comissão de Relatoria das propostas e moções

17h30 – Painel sobre Opressões, Violência e Criminalização

19 horas – Encerramento e jantar

Domingo – 7 de junho

9 horas – plenária deliberativa: balanço político e organizativo da Central e outros temas

11 horas – Assembleia estatutária

12 horas – Sessão de encerramento

13 horas – almoço e término do Congresso

Anexo

Critérios para a escolha dos(as) delegados(as) ao II Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular

Critérios gerais:

– Têm direito a eleger delegados(as) ao II Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular as entidades filiadas em dia com a tesouraria da entidade.

– O prazo limite para filiação à Central e para estar quites com a tesouraria da entidade é até a data anterior à assembleia de eleição dos representantes.

– Todas as delegações devem ser eleitas em assembleias unitárias da categoria ou movimento. Em se tratando de federações sindicais estaduais e nacionais e confederações sindicais nacionais poderão ser eleitas na diretoria da entidade.

– Delegações de sindicatos de base estadual ou interestadual poderão ser eleitas em assembleias realizadas em regiões/cidades diferentes. Nestes casos, uma mesma comunicação deve ser feita à Coordenação do Congresso, com a data, horário e locais de todas as assembleias que serão realizadas, bem como quantos delegados elegerá cada uma delas (e o quórum de cada uma).

– Se a forma de eleição da delegação for por assembleias regionais ou de sub-sedes, deverá ter autorização expressa da Coordenação do Congresso.

– Da mesma forma poderão proceder as entidades sindicais nacionais. Devem definir se elegem sua delegação em assembleia única ou através de seus núcleos ou seções sindicais. E deverão também, em uma mesma comunicação à Coordenação do Congresso, comunicar as datas das assembleias, quantos delegados poderão eleger e o respectivo quórum de cada uma delas.

– A realização de todas as assembleias deve ser comunicada à Coordenação do Congresso com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência, devendo ter ampla divulgação na base.

– O calendário das assembleias será divulgado na internet, com acesso a todos os interessados.

– A inscrição da delegação e o pagamen-

to das taxas deverão ser feitos em no máximo 5 (cinco) dias após a realização da assembleia, respeitado o prazo final de 15/05.

– Nesse mesmo prazo de 5 (cinco) dias, a entidade ou movimento participante do Congresso deverá entregar os originais da ata e lista de presença da assembleia que escolheu os delegados, contra-recibo da Coordenação, ou para representante por ela indicado nos estados.

– Será aplicado, como critério obrigatório, a proporcionalidade direta na escolha das delegações em assembleia em todos os lugares onde houver disputa, devendo ser garantido tempo de defesa de cada chapa que se propuser a compor a delegação.

– Na escolha das delegações orientamos a todos as entidades que envidem esforços para garantir nas suas delegações a representação de gênero, cuja quantidade de mulheres reflita a expressão da presença delas em cada categoria, setor ou movimento, bem como observem a presença de demais setores oprimidos, como negros e negras e LGBTs.

– As situações não previstas neste Regimento devem ser encaminhadas à Coordenação do Congresso na forma de recurso. Caberá à Coordenação decidir sobre estas situações.

Quórum:

Para todas as assembleias deverá ser observado o quórum mínimo de presença, correspondente a 5 vezes o número de delegados a que a entidade tem direito.

No caso de movimentos populares, o quórum e a presença nas assembleias se contam por número de famílias.

Caso a assembleia não atinja o quórum, ainda assim poderá eleger delegados, proporcionalmente ao número de presentes na assembleia.

Suplentes:

Cada entidade ou movimento que eleger delegados(as) ao Congresso elegerão também suplentes em número correspondente a até o mesmo número de delegados(as) a que tem direito. Estes suplentes serão inscritos, juntamente com os delegados, para poderem substituí-los caso seja necessário. A substituição de delegados por seus suplentes se dará no processo de inscrição das delegações.

Critérios de representação por segmento:

Sindicatos: elegerão delegados(as) da seguinte forma:

– Entidades com até mil trabalhadores na base – 2 delegados

– Entidades com 1001 a 2 mil trabalhadores na base – 1 delegado para cada 500 trabalhadores na base, e fração igual ou superior a 251.

– Entidades com mais de 2 mil trabalhadores na base – 2 delegados mais 1 para cada mil trabalhadores na base, e fração igual ou superior a 501

Tabela com exemplos:

– Sindicato com até 1250 trabalhadores na base – 2 delegados;

– Sindicato com 1251 até 1750 trabalhadores na base – 3 delegados;

– Sindicato com 1751 até 2500 trabalhadores na base – 4 delegados;

– Sindicato com 2501 até 3500 trabalhadores na base – 5 delegados;

– Sindicato com 3501 até 4500 trabalhadores na base – 6 delegados;

– Sindicato com 4501 até 5500 trabalhadores na base – 7 delegados;

– Sindicato com 5501 até 6500 trabalhadores na base – 8 delegados;

– Sindicato com 6501 até 7500 trabalhadores na base – 9 delegados;

– Sindicato com 7501 até 8500 trabalhadores na base – 10 delegados;

– Sindicato com 8501 até 9500 trabalhadores na base – 11 delegados;

– Sindicato com 9501 até 10500 trabalhadores na base – 12 delegados

– E assim por diante…

Oposições Sindicais: oposições sindicais que atuam em entidades não filiadas à Central e que já disputaram a eleição da diretoria da entidade poderão convocar assembleias para eleger

delegados.

As exceções a esta regra (eleições fraudadas, etc.) devem ser encaminhadas à Coordenação do Congresso, se possível já com uma proposta de solução da parte interessada ou do estado.

As Oposições que já concorreram à eleição elegerão delegados(as) da seguinte forma:

– Oposições com base de representação até mil trabalhadores – 2 delegados.

– Oposições com base de representação entre 1001 e 2 mil trabalhadores – 1 delegado para cada 500 trabalhadores em sua base de representação, e fração igual ou superior 251.

– Oposições com base de representação com mais de 2 mil trabalhadores – 2 delegados mais 1 para cada mil trabalhadores em sua base de representação, e fração igual ou superior 501.

A base de representação das oposições será definida pelo percentual de votos que teve nas eleições, aplicado sobre o número total de trabalhadores existentes na categoria. Por exemplo: uma oposição que teve 30% dos votos em uma categoria que tem 20 mil trabalhadores terá direito a eleger delegados sobre uma base de 6 mil trabalhadores.

Todos(as) os(as) delegados(as) das Oposições também deverão ser eleitos em assembleia.

Onde houver mais de uma oposição organizada em uma mesma categoria, estas deverão organizar um único processo de eleição de delegados, pois a representação para o Congresso é da categoria.

Em nenhuma hipótese, esse percentual poderá ultrapassar 50% da representação de base da entidade.

No caso de oposições que disputaram a eleição em uma ou mais chapas, em composição dos ativistas da CSP-Conlutas com outros setores que não pertencem à Central, não sendo, portanto, possível aferir o percentual alcançado pelo setor ou setores da CSP-Conlutas, a definição do percentual e da representação ao Congresso deverão ser estabelecidas em comum acordo pelas secretarias executivas estadual e nacional da Central.

Em nenhuma hipótese, esse percentual poderá ultrapassar 50% da representação de base da entidade.

Quando se tratar de oposição em entidade estadual ou regional, se aplicará o mesmo procedimento definido acima para as entidades estaduais e regionais, para definição e informação da(s) assembleia(s) que elegerá(ão) os/as delegados/as.

As Oposições ou grupos de base que ainda não concorreram à eleição poderão eleger delegados, desde que cumpridas as seguintes condições:

Que o agrupamento ou oposição sindical seja reconhecido por duas instâncias da Central, obrigatoriamente a Secretaria Estadual da Central e a Secretaria Executiva Nacional, cabendo recurso, em qualquer situação, ao plenário do Congresso. A representação desses grupos ou oposições sindicais será de dois delegados.

Minorias de Diretoria: As minorias de diretoria de entidades sindicais não filiadas à Central poderão convocar assembleia e eleger delegados (as) de acordo com a proporção da sua representação na categoria.

Aplica-se esse critério no caso de diretorias eleitas em eleições com proporcionalidade, fruto de composição ou de dissidência dentro da direção de uma entidade.

Quando se tratar de minoria em entidade estadual ou regional, se aplicará o mesmo procedimento definido acima para as entidades estaduais e regionais, para definição e informação da(s), assembleia(s) que elegerá (ão) os(as) delegados(as).

As minorias de diretoria elegerão delegados da seguinte forma:

– Minorias com base de representação até mil trabalhadores – 2 delegados

– Minorias com base de representação entre 1001 e 2 mil trabalhadores – 1 delegado para cada 500 trabalhadores na sua base de representação, e fração igual ou superior a 251

– Minorias com base de representação com mais de 2 mil trabalhadores – 2 delegados mais 1 para cada 1 mil trabalhadores em sua base de representação, e fração igual ou superior a 501

A base de representação da minoria será definida pelo percentual de seu peso dentro da dire-

toria, ou, quando se tratar de eleição com proporcionalidade, pelo percentual de votos que teve nas eleições. Exemplo: se a minoria representa 30% da diretoria, ou teve 30% dos votos em uma categoria que tem 10 mil trabalhadores na base, terá direito a eleger delegados correspondentes a uma base de 3 mil trabalhadores (30% dos 10 mil).

Onde houver uma minoria de direção e uma oposição, na mesma entidade, que participarão do Congresso, também deverá ser organizado um único processo de eleição dos delegados, somando-se a base de representação dos dois segmentos para efeito da definição de quantos delegados poderão ser eleitos.

Em nenhuma hipótese, esse percentual poderá ultrapassar 50% da representação de base da entidade.

Entidades Nacionais/Federações Estaduais: enviarão 3 delegados eleitos nas instâncias de decisão da entidade. As minorias de direção das entidades nacionais e federações estaduais terão direito a eleger 1 delegado(a), que deverá ser escolhidos em reunião convocada para este fim.

Movimentos populares urbanos

– Cada ocupação ou acampamento terá direito a eleger um(a) delegado(a) para cada 50 famílias na base, e fração igual ou superior a 26, respeitando-se o mínimo de 2 delegados(as). Nas atas destas assembleias devem constar além das informações pessoais e assinatura do votante o número ou identificação da moradia, na medida em que a votação é por família.

Para eleger todos os(as) delegados(as) a que tem direito é preciso observar o quórum de presença na assembleia, que será de 5 vezes o número de delegados(as) a que a ocupação ou o acampamento tem direito. Caso não se atinja o quórum, a assembleia poderá eleger delegados(as) proporcionalmente ao número de presentes.

– Cada assentamento ou núcleo comunitário terá direito a eleger um delegado para cada 25 famílias presentes na assembleia, e fração igual ou superior a 13, respeitando-se o mínimo de 2 delegados(as). Nas atas destas assembleias devem constar além das informações pessoais e assinatura do votante o número ou identificação da moradia, na medida em que a votação é por família.

O voto, nos dois casos acima, será por família, devendo o quórum ser contado da mesma forma.

Movimentos populares do campo

– Cada acampamento, ocupação ou assentamento terá direito a eleger um(a) delegado(a) para cada 50 famílias na base, e fração de 26, respeitando-se o mínimo de 2 delegados(as). Nas atas destas assembleias devem constar além das informações pessoais e assinatura do votante o número ou identificação da moradia, na medida em que a votação é por família.

Para eleger todos os delegados a que tem direito é preciso observar o quórum de presença na assembleia, que será de 5 vezes o número de delegados a que o acampamento, ocupação ou assentamento tem direito. Caso não se atinja o quórum, que também será contado por famílias, a assembleia poderá eleger delegados proporcionalmente ao número de presentes.

Os movimentos populares sem base de representação definida terão direito a 1 (um) delegado(a).

Delegados(as) das organizações estudantis e movimentos de luta contra a opressão

Elegerão delegados(as) limitado a 5% do total de delegados(as) credenciados pelas entidades e movimentos sindicais e populares. A escolha deverá ser realizada logo após o período das assembleias dos movimentos sindical e popular, de 16 a 30 de maio de 2015.

Contribuições e propostas de resoluções

As entidades filiadas (aqui entendidos também os movimentos, oposições e minorias sindicais) poderão apresentar propostas de resoluções e contribuições ao Congresso, nas seguintes condições:

– 4 páginas por tema que quiserem submeter aos delegados, com as seguintes características:

– Tamanho A4, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5, sem parágrafos.

Também poderão apresentar as suas contribuições e propostas de resoluções grupos de no mínimo 20 ativistas de base de uma ou mais entidades filiadas à Central, nas seguintes condições: reconhecimento do agrupamento pela Secretaria Executiva Estadual, no caso de serem

todos e todas do mesmo estado; ou pela Secretaria Executiva Nacional, ouvidas as instâncias estaduais, se forem de mais de um estado da Federação.

Valores das taxas

As taxas cobrirão as despesas de hospedagem e alimentação dos participantes durante todos os dias do Congresso, mas não incluem as despesas de deslocamento até o Congresso, que serão de responsabilidade das próprias entidades.

Setor/Taxa

Entidades sindicais urbanas
R$ 835,00

Sindicatos de trabalhadores rurais
R$ 335,00

Minorias de entidades sindicais urbanas
R$ 735,00

Oposições sindicais
R$ 635,00

Movimentos populares
R$ 335,00

Movimentos estudantis e de luta contra a opressão
R$ 335,00

Cronograma

– 2 de março – data inicial para recebimento da inscrição das contribuições e propostas de resoluções

– 9 de março – abertura do processo congressual com publicação das contribuições e propostas de resoluções em meio eletrônico e abertura do cadastro para inscrição das entidades

– 23 de março a 8 de maio – período de realização das assembleias das entidades sindicais e movimentos populares (comunicação à Secretaria com pelo menos cinco dias de antecedência)

– 8 de maio – data final para recebimento das contribuições e propostas de resoluções

– 15 de maio – data limite para inscrição dos participantes das entidades sindicais e movimentos populares e pagamento das taxas desses setores

– 16 a 30 de maio – eleição dos representantes dos movimentos de luta contra a opressão e juventude (5% conforme o Estatuto)

– 1.º de junho – data limite para inscrição e pagamento das taxas dos movimentos de luta contra a opressão e juventude

– 4 a 7 de junho de 2015 – Congresso

Como parte do debate do ordenamento do Congresso foram aprovadas ainda as seguintes orientações:

– A SEN deverá definir, dentre os três temas dos painéis indicados originalmente ("Campo", "movimento operário-sindical e organizações de base" e "violência, opressões e criminalização") quais integrarão a grade do Congresso e qual será realizado à noite, como atividade autogestionada). Os painéis previstos deverão priorizar a contribuição de outros setores e novas organizações que venham a compor a Central.

– Dentre os convidados internacionais, algumas falas de saudação serão feitas ao longo dos trabalhos, na abertura ou encerramento das sessões, conforme a dinâmica de funcionamento do Congresso.

– Será formada uma Comissão de Sistematização e Relatoria que começará os seus trabalhos antes do Congresso, sendo responsável, junto com a SEN, pela elaboração do Caderno com as propostas de resoluções a serem discutidas nos grupos. A Comissão será formada de maneira ampla, aberta aos interessados, ATÉ O MOMENTO DE SUA INSTALAÇÃO. Não tem o caráter de órgão de direção do Congresso, cuja responsabilidade é da SEN.

– Os grupos de trabalho, obrigatoriamente, terão que ser realizados um por dia, para que as sistematizações das propostas que irão à votação no plenário, possam ser feitas com o tempo suficiente.

– Este Regimento será votado pelo plenário do Congresso, o que inclui essa dinâmica inicialmente proposta. A SEN está autorizada a fazer modificações, de acordo à realidade do Congresso e submetê-las ao plenário.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

01. A crise econômica mundial, as reações da classe trabalhadora e a construção de alternativas de direção

Proponente: SINDPETRO-SE/AL

1) O ano de 2008, com o estouro da chamada "bolha imobiliária" nos Estados Unidos, marcou o início da atual crise econômica internacional, a maior crise estrutural e de superprodução do capitalismo mundial desde o "crash" de 1929. Economias de países inteiros faliram ou ampliaram seu grau de dependência com os países mais ricos do mundo, em especial com os Estados Unidos da América e com a Alemanha, no continente europeu.

2) Mesmo a economia chinesa, que foi o carro chefe do momento anterior, não consegue mais crescer como antes.

3) Em 2014 o crescimento do PIB chinês foi de 7,4%, devendo cair para 6,8% em 2015, menos que a meta de 7% do governo. O valor das exportações chinesas cresceu 5% nos primeiros 3 meses do ano, enquanto as importações despencaram 17%, principalmente devido à queda dos preços do petróleo e de outros produtos primários (commodities). O setor mais atingido foi o industrial – incluído a construção civil – e coube ao setor de serviços evitar uma queda ainda maior do crescimento. O aumento do consumo interno sofreu a maior queda em 10 anos.

4) A economia dos Estados Unidos vive um momento de recuperação parcial, real, embora não seja espetacular. Ao mesmo tempo, a Europa que tecnicamente saiu da recessão, apresenta taxas de crescimento um pouco acima de zero. Além disso, a economia dos "países emergentes" (que em anos anteriores estavam fugindo da crise) agora começa a apresentar graves problemas monetários e financeiros.

5) Seguimos ainda na onda de impacto da crise aberta em 2007 e a atual conjuntura é parte dela. Assim ocorreu com a crise de 1929, cujo impacto durou até a década de 1940, quando enfim houve uma verdadeira recuperação.

6) A economia mundial, considerada de conjunto, não está se aproximando de uma nova recessão. Mas também estamos bem longe de ter deixado para trás a onda iniciada em 2007 e entrado no ciclo de "vacas gordas".

7) Esse ciclo econômico continua marcado por um ataque sem precedentes ao nível de vida da classe trabalhadora,

Anotações

para salvar os lucros dos banqueiros e grandes empresários. Temos visto cair o nível de vida das famílias trabalhadoras, a perda de direitos trabalhistas, fim de programas assistenciais e de saúde, maiores dificuldades de acesso ao estudo e aumento do preço da cesta básica. Essa é uma parte da realidade.

8) A outra, é que a classe trabalhadora e os setores oprimidos, que nunca deixaram de lutar, tem dado um salto em sua luta durante esses sete anos contra os planos do imperialismo e seus governos em cada um de seus países.

9) Na China, por exemplo, cuja realidade é menos conhecida dos ativistas, o número de greves em 2014 foi o dobro do ano anterior, em avaliação não oficial, pois o governo não divulga tais dados. Operários industriais e da construção civil, mineiros, professores, taxistas e motoristas de caminhões realizaram 1378 greves ou protestos em 2014, sendo que 61% envolveram setores da classe operária. Do total no ano, 40% se deu no quarto trimestre, conforme a organização China Labour Bulletin.

10) Este número continuou a aumentar no primeiro trimestre de 2015, com um total de 650 greves e protestos contra 569 no último trimestre de 2014.

Europa: resistência popular, da juventude e da classe trabalhadora

11) Na Europa se desenvolve um dos capítulos dessa dramática dessa situação. A aplicação dos planos de austeridade implicou à classe trabalhadora ter seus direitos históricos atacados e ver seu nível de vida ruir de maneira brutal. Ainda que resistindo, a classe trabalhadora de países como a Grécia, Espanha e Portugal viu o desemprego aumentar e amargou a perda de direitos trabalhistas, sociais e previdenciários, comandados pelos governos de turno e as instituições da "Troika" (FMI, Banco Central Europeu e a União Europeia). O resumo até aqui é: Tudo para a banca internacional em detrimento das condições de vida de quem trabalha.

12) Essa realidade, porém, não está passando sem que haja luta, reação e resistência dos trabalhadores e da juventude. Praças e ruas foram ocupadas, acampadas por uma juventude que dizia: "Nós não vamos aceitar ser condenados a viver pior do que os nossos pais!". Setores da classe operária, pouco depois, moveram-se e protagonizaram levantes por segmentos e inúmeras greves gerais. Só na Grécia, nos últimos anos, assistimos a mais de 30 greves gerais, por exemplo, e viu-se ali a ascensão de Syriza, um fenômeno eleitoral que catapultou o sentimento de indignação e desejo de mudança do povo. Essa ascensão eleitoral, no entanto, levou à composição de um governo de coalizão com setores de extrema direita e, já agora, o governo está sem cumprir boa parte de suas promessas, inclusive "negociando" com a União Europeia o pagamento da dívida pública daquele país.

13) Esse mesmo fenômeno pode se repetir no estado espanhol, com a possível ascensão de "Podemos" ao governo.

14) A polarização social e política segue forte na Europa, com crescimento de alternativas de centro e reformistas e também da direita mais conservadora.

A questão dos imigrantes

15) As políticas anti-imigração e os ataques aos direitos dos trabalhadores imigrantes são parte dessa realidade.

16) As guerras e as ditaduras no Oriente Médio e na África, bem como o surgimento de organizações islamitas fundamentalistas, semeiam o terror nestas regiões e empurram milhões de pessoas a fugirem de seus países. Uma parte destes imigrantes busca refúgio na Europa, de maneira ilegal, colocando em risco a própria vida.

17) No dia 14 de abril, 550 imigrantes afundaram no mar Mediterrâneo; somente um terço se salvou e, posteriormente, outros 700 "náufragos" pereceram. 3.072 pessoas morreram nas águas do Mediterrâneo em 2014. Já o número de imigrantes que entrou ilegalmente na Europa triplicou em 2014, frente a 2013, chegando a 274.000 pessoas.

18) Diante desta explosão de imigração, a União Europeia decidiu restringir o número de pedidos de asilo aceitos e re-

forçar o controle nas fronteiras, dando essa atribuição à Frontex – Agência de Segurança das Fronteiras Externas da União Europeia, criada em 2004. Mas, ao mesmo tempo em que nega asilo à maioria dos imigrantes, os países da União Europeia aceitam que esses trabalhadores permaneçam "ilegais", sem direitos, e como mão da obra barata, pressionando para baixo as condições de trabalho e salários de todos os trabalhadores legais.

19) No Brasil começamos a viver um fenômeno parecido, com os imigrantes haitianos e de nações africanas que se refugiam em nosso país. O Congresso da CSP-Conlutas declara que a luta dos trabalhadores imigrantes é inseparável da luta dos demais trabalhadores. Por isso é fundamental unificar nossas ações e lutar pela regularização de todos os imigrantes e contra a aplicação de direitos trabalhistas diferenciados, seja nos países da Europa ou no Brasil. Apoiamos o direito de sindicalização, de organização e de greve de todos os imigrantes. Unifiquemos as nossas lutas contra o governo e os patrões!

América Latina: o questionamento aos governos de colaboração de classes

20) Já no continente latino-americano o que temos visto é aumentar os efeitos da crise econômica internacional, afetando o crescimento da maioria dos países, que entram em estagnação e até em recessão econômica, ao passo que um conjunto de reformas e ataques aos direitos dos trabalhadores também passa a ser implementada.

21) Os governos de "esquerda" que emergiram na última década, na verdade, governos de colaboração de classes e frentes populares com participação importante de setores da burguesia, começam a demonstrar os seus limites para domesticar a ação dos movimentos de massas e o controle sobre as organizações da classe trabalhadora.

22) A América Latina e o Brasil, em particular, que vinha de uma situação de mais atraso na luta de classes, se somam ao processo mundial, com novas lutas, explosões sociais, greves de resistência, polarização social e política.

Oriente Médio

23) O processo mais intenso das revoltas e revoluções no mundo árabe foi marcado pela derrubada de ditaduras sanguinárias. Esse processo segue aberto, mas com novos contornos, a emergência de direções nacionalistas, fundamentalistas e religiosas e guerras civis em vários países.

24) Também nessa região do planeta segue uma dinâmica de lutas, polarização e conflitos, em praticamente todo o Oriente Médio. A resistência histórica do povo palestino, que há décadas enfrenta o enclave imperialista representado pelo estado de Israel, persiste. Um exemplo de

Anotações

luta pela liberdade e contra a opressão e exploração.

25) Nossa Central, junto com a defesa de uma Palestina livre e laica, onde convivam todos os povos da região, afirma, com vigor, posição pelo fim do Estado de Israel, criação artificial das Nações Unidas e do imperialismo norte-americano, que só tem servido ao massacre e genocídio dos povos que originariamente habitavam a região.

26) Denunciamos o massacre e defendemos a resistência do povo sírio. São centenas de milhares assassinados por um governo subserviente aos interesses do imperialismo. A resistência dos jovens que se levantam, dos homens e mulheres que integram as brigadas, contra essa permanente ofensiva, demonstra o quanto é duro, porém necessário e possível, resistir na guerra contra a opressão e exploração.

Apoio e solidariedade aos povos e trabalhadores que lutam

27) Em cada um desses casos, em escala mundial, a ausência de alternativas de direções independentes tem cobrado o seu preço. A resistência, muitas vezes heroica, dos trabalhadores e dos povos, esbarra nos limites dos programas e alianças construídas pelas direções dos diversos processos.

28) A CSP-Conlutas é uma pequena experiência de organização sindical e popular no Brasil, e tem aberto relações com direções e organizações sindicais de várias partes do mundo, com as quais temos buscado explorar todas as possibilidades de ampliar a unidade de ação da classe trabalhadora em escala mundial, impulsionando a ação direta, a solidariedade de classe e a articulação internacional entre organizações independentes e de luta.

29) Nesse debate temos expressado nossa visão estratégica da necessidade de construção de uma nova forma de sociedade, a defesa do socialismo e do fim da sociedade de exploração e opressão representada pelo capitalismo.

30) Mas sabemos que as experiências históricas das organizações dos trabalhadores em várias partes do mundo e o peso que ainda detém alguns grandes aparatos, como a CIS (Confederação Internacional Sindical) e a FSM (Federação Sindical Mundial), ainda limitam essas possibilidades.

31) A constituição da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, em 2013, foi um momento importante dessas iniciativas que temos desenvolvido. Depois de anos de colaboração mútua, nossa Central, aliada à CGT do estado espanhol e à central sindical francesa Solidaires, junto com outras sessenta organizações, sindicatos, tendências e agrupamentos sindicais deu um passo adiante no fortalecimento de uma alternativa internacional.

A reorganização sindical internacional e as tarefas da CSP-Conlutas

32) O aprofundamento da crise econômica mundial, os ataques ao nível de vida e aos direitos de nossa classe, a degeneração das velhas e "novas" burocracias sindicais e sua escancarada colaboração de classes, tem tornado uma necessidade premente o desafio da construção de alternativas independentes no movimento sindical.

33) A realização da segunda reunião internacional da Rede, colada ao Congresso da CSP-Conlutas, alimenta esse desafio de construção de um polo e sua articulação no plano internacional.

34) A CSP-Conlutas não pode nem deve tratar essa tarefa com um olhar superestrutural. A construção e afirmação dessas ferramentas é muito importante, num mundo de economia cada vez mais globalizada, com necessidade de enfrentamentos unificados às empresas e a uma burguesia que tem seus negócios "internacionalizados", o que exige o desenvolvimentos de ações de solidariedade ativa, ações e campanhas coordenadas mundialmente, seja por categorias, setores, países, continentes... A cada uma dessas lutas objetivas é nosso dever dar a elas o sentido estratégico da luta contra o capitalismo. E afirmar uma concepção de luta e organização baseada na defesa da ação direta, da

democracia operária, da solidariedade internacional e da independência de classe.

Fortalecer a Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas

35) O 2º Congresso da CSP-Conlutas resolve seguir desenvolvendo todos os esforços no sentido da ação e solidariedade ativa internacional de nossa classe, bem como a busca pelo fortalecimento do sindicalismo alternativo e independente em escala mundial. A situação internacional abre um espaço maior para a construção da Rede Internacional e nos coloca novos desafios.

36) Apoiamos os indicativos apontados pela coordenação da Rede e os objetivos para essa segunda reunião:

37) - a realização do balanço político das atividades e campanhas assumidas pela Rede, dos avanços e também das deficiências no trabalho, buscando corrigir e aprimorar a ação internacional;

38) - tomar medidas que busquem avançar na consolidação da Rede como espaço de organização, solidariedade e difusão das lutas das organizações que dela participam;

39) - a construção de uma declaração política comum sobre a situação internacional e as lutas dos trabalhadores e a definição de uma campanha política comum para toda a Rede no próximo período, que unifique as bandeiras e aponte uma semana de ação intercontinetal no segundo semestre de 2015;

40) - avançar na definição do perfil político da Rede, adotando resoluções e iniciativas sobre alguns dos processos políticos e lutas da classe trabalhadora e dos povos do mundo, dentre eles os temas da criminalização das lutas, das organizações sindicais e a defesa do direito de greve; a luta em defesa dos trabalhadores imigrantes e sua integração nas organizações sindicais; as questões que envolvem a opressão e a violência contra as mulheres e ainda um debate sobre a autogestão e o controle operário, fenômeno que tem avançado em alguns países, fruto da crise capitalista e do fechamento de empresas.

41) - avançar na estruturação de trabalhos setoriais comuns das organizações que compõem a Rede;

42) - avançar na construção de um trabalho mais efetivo na América Latina, para o qual a CSP-Conlutas deve dispor sua experiência e sua militância.

02. Resolução sobre a situação internacional

Proponente: SEEB-RN

43) Partimos de uma realidade mundial que segue determinada pelos processos abertos com a crise mundial de 2008. Do ponto de vista dos ciclos econômicos do capitalismo, ainda que não tenha havido uma recuperação plena desde a crise anterior, e

Anotações

sim uma recuperação parcial, limitada e cheia de contradições, estamos em um período que possivelmente antecede a próxima crise cíclica. O custo para retomar (mesmo que parcialmente) a lucratividade das empresas foi jogado pelos governos sobre as costas dos trabalhadores na forma das políticas de "austeridade" que se universalizaram nos últimos anos (e que na verdade são de uma extrema prodigalidade para com os capitalistas). Essas políticas significam uma massiva transferência de recursos públicos (ou seja, extraídos dos trabalhadores) para os bancos e grandes empresas.

44) Esse movimento provoca uma grande deterioração dos serviços públicos, da saúde, educação, moradia, transportes, aposentadorias, salários e condições de trabalho dos funcionários públicos, etc. Uma das maneiras da burguesia tentar recuperar sua lucratividade é aplicando planos de reestruturação e rotatividade da mão de obra. Utilizando os elevados índices de desemprego e aproveitando os momentos de relativa estabilidade econômica, a burguesia recontrata os trabalhadores com salários reduzidos, aprofundando a terceirização, ou não contratando a mesma quantidade de profissionais, etc., aumentando assim a extração de mais valia.

45) Esse cenário levou a uma agudização da luta de classes, com mobilizações massivas de trabalhadores, chegando inclusive a derrubar governos em vários países. Fazem parte desse processo a Primavera Árabe, as greves gerais europeias, a resistência na Ucrânia. Essa agudização é expressa recentemente pelos multitudinários protestos por conta do desaparecimento de 43 estudantes no México, e nos Estados Unidos pelos protestos por conta do assassinato de jovens negros por policiais que seguem impunes.

46) Vivemos uma situação mundial de ascenso das lutas dos trabalhadores, especialmente do setor mais jovem e mais precarizado. Entretanto, esse ascenso é marcado por importantes contradições, em especial a ausência de um projeto de sociedade. Os trabalhadores lutam contra os sintomas do sistema capitalista, suas manifestações em cada país, mas não contra o próprio sistema como um todo. Vivemos uma crise da alternativa socialista, agravada pelo ausência de uma direção revolucionária consequente a nível internacional.

47) Essa tendência se agudizou a partir dos acontecimentos de 1989-91 e da subsequente ofensiva política e ideológica em torno do "fim do socialismo" ou "fim da história" (ao mesmo tempo que em tais acontecimentos acabou também um entrave para a luta dos trabalhadores em busca do socialismo, visto que o fim da URSS foi o fim também das direções stalinistas). Essa crise precisa ser superada mediante uma disputa a fundo pela consciência dos trabalhadores, em termos da necessidade de destruir o capitalismo e construir uma nova sociedade, uma sociedade socialista. Essa disputa tem que ser travada em cada luta, em cada mobilização, de modo a colaborar para o avanço de consciência e organização dos trabalhadores.

48) Do outro lado da luta de classes a burguesia também atua através do Estado e outras instituições, mídia, igrejas, etc., para reprimir, conter e desviar as lutas. O nacionalismo, a xenofobia e o racismo são algumas das armas ideológicas mobilizadas nesse momento. As ameaças de guerra feitas pela Otan contra a Rússia por intervir nos processos na Ucrânia, assim como contra a China por conta da disputa com o Japão por um punhado de ilhas insignificantes, ou ainda contra a Coreia do Norte, contra o Irã, etc., seguem na pauta do imperialismo, conforme os acontecimentos se sucedem. Intervenções militares no Oriente Médio e na África seguem em andamento.

49) Ao mesmo tempo, fica cada vez mais insustentável politicamente para os principais imperialismos do mundo intervir com todo o peso em cada uma dessas invasões. As invasões do Iraque e Afeganistão, após mais de uma década, e trilhões de dólares investidos, não garantiram a tão falada "democracia", nem o objetivo real de conseguir um fornecimento barato e seguro de petróleo. Essa experiência amar-

ga impediu o imperialismo de intervir na Líbia com invasões terrestres. Somente após os atentatos ao Charlie Hebdo voltam a tomar vulto a islamofobia e a renovação do discurso da "guerra ao terror", buscando intervir outra vez no Oriente Médio, mas ainda longe do que foi promovido na Era Bush.

50) A histeria que se criou em torno da chacina de cartunistas constitui uma extrema demonstração de hipocrisia, quando se considera que na mesma semana dos incidentes em Paris houve o massacre de Baga, na Nigéria, em que centenas de pessoas foram mortas. Vidas humanas não contam nada para a mídia imperialista, já que neste caso se trata de negros africanos pobres, num continente devastado pela violência étnica e religiosa.

51) Destaque-se que a burguesia brasileira também toma parte do saque das riquezas africanas, por meio das empreiteiras, mineradoras e igrejas neopentecostais. Para além da África, o Brasil também cumpre um papel de sócio minoritário e agente do imperialismo na própria América Latina, onde se responsabiliza pela vergonhosa ocupação do Haiti, além de explorar as riquezas naturais do continente em lucrativos contratos da Petrobrás, Vale, Odebrecht, Ambev.

52) A luta Palestina segue com muita intensidade, obrigando diversos países e entidades, incluindo a UNESCO, a conceder caráter de Estado à Autoridade Palestina, assim como a ONU que, concedeu caráter de observador à mesma. A luta pelo Estado Palestino foi impulsionada pela heróica resistência do povo árabe aos ataques do genocida Estado de Israel nos ataques de 2014.

53) A guerra civil na Síria completou 4 anos e abriu caminho para que a resistência curda, lutando contra o governo Assad, o cerco da Turquia, o imperialismo estadunidense e o Estado Islâmico, conseguisse libertar várias cidades. A guerrilha curda na Síria conta com a presença de uma milícia de mulheres combatendo e partilhando do comando em igualdade de condições com os homens, fato em si mesmo revolucionário no contexto do Oriente Médio, para além dos elementos de democracia direta implantados na região libertada.

54) Os trabalhadores seguem lutando e buscando saídas. A recente eleição grega demonstrou o massivo repúdio às políticas de "austeridade" e aos partidos tradicionais que são seus aplicadores, com repercussões em toda a periferia europeia. Entretanto, os limites do Syriza como um partido reformista que não se apoia na mobilização dos trabalhadores para enfrentar as imposições da Troika pode levar a uma frustração das esperanças do povo grego. O caso grego demonstra como a burguesia tem se utilizado de governos que possuem a simpatia da classe trabalhadora como arma para manutenção de seu poder, à exemplo do

Anotações

que ocorre na maioria dos países da América do Sul, Central e Caribe. A esses governos cabem as tarefas determinadas pela burguesia de atacar os direitos dos trabalhadores, aplicar os planos de austeridade, reprimir a luta do povo, etc.

55) – Derrotar os governos de plantão sejam eles de direita ou de "esquerda"! Todos os governos são inimigos da classe trabalhadora!

56) – Pelo fim do estado genocida de Israel. Por uma Palestina laica e socialista.

57) – Fora tropas brasileiras do Haiti!

58) – Todo apoio às lutas dos trabalhadores, independentemente de etnia, gênero ou religião;

59) – Contra a xenofobia, a islamofobia e o racismo;

60) – Direitos iguais para os trabalhadores imigrantes e nacionais;

61) – Contra as agressões fascistas e a ultra direita;

62) – Contra as políticas de austeridade e a ditadura do capital financeiro em detrimento dos salários e condições de trabalho dos servidores públicos!

63) – Em defesa das condições de vida da classe trabalhadora! Saúde, transporte, moradia e educação dignos e gratuitos para todos!

64) – Contra o pagamento das dívidas públicas aos banqueiros e especuladores;

65) – Contra as guerras e invasões imperialistas; retirada das tropas, bases e agentes de espionagem;

66) – Todo apoio à resistência curda, pelo direito à autodeterminação dos povos;

03. Situação internacional: novos fenômenos reformistas europeus e fim de ciclo latino-americano

67) O desenvolvimento lento, porém ininterrupto da crise econômica mundial desde 2008 deu lugar a novos fenômenos políticos no continente europeu. A vitória do Syriza na Grécia e surgimento do Podemos na Espanha, são os exemplos emblemáticos do desgaste da política de austeridade da Troika (Banco Central Europeu, FMI e Comissão Européia) e dos regimes políticos nestes países, que são os mais atingidos pela crise.

68) A eleição da coalizão Syriza na Grécia foi um claro voto anti-austeriadade, contra os duros ajustes, o desemprego, a retirada de direitos, cortes salariais e aumento da pobreza. O Syriza, no entanto, não seguiu uma estratégia de enfrentamento anticapitalista na Grécia e na Europa. Seguem honrando os compromissos com seus cobradores com um discurso de que "é possível agradar a todos", sem responder a uma demanda das massas gregas como a anulação da dívida externa. Na Espanha antes da possibilidade do poder, o Podemos já está imerso em crises internas e com giro cada vez mais decidido "ao centro", anunciando que não querem ser uma alternativa de ruptura com o regime.

69) Estes exemplos vêm mostrando que a política independente dos trabalhadores precisa ser feita contra os regimes políticos capitalistas e não por meio deles, uma lição que nem Syriza e nem Podemos tiraram da decadência dos governos pós-neoliberais latinoamericanos. Sejam os governos de discurso mais radicais como Evo Morales na Bolívia ou o chavismo na Venezuela, ou as alternativas do PT no Brasil e dos Kirchner na Argentina, enfrentam crises no que chamamos de fim de ciclo dos governos pós-neoliberais.

70) Chegados ao poder como mediações após ondas de lutas em todo o continente nos finais dos anos 1990 e começo dos anos 2000, os governos de tintura de esquerda na América Latina conseguiram se manter como mediação e manutenção dos regimes capitalistas enquanto surfavam em uma onda de um inédito ciclo crescimento econômico, com um boom internacional no preço das matérias primas em função da demanda chinesa. A desaceleração econômica na China e o retorno de capitais aos Estados Unidos, em meio à crise mundial, fez com que estes governos adotassem a agenda econômica da

direita e incrementassem os ataques aos trabalhadores, recompondo laços com o governo Obama, que é enfrentado hoje pela comunidade negra norte-americana em Baltimore depois de mais um assassinato de sua polícia racista.

71) Este incremento das lutas dos assalariados latinoamericanos se choca com o esgotamento do ciclo de crescimento e com a crise destes fenômenos nacionalistas burgueses. Para que a direita (cujo caminho foi aberto pelo PT, pelo chavismo e pelo kirchnerismo) não se aproveite do declínio destes fenômenos, é preciso organizar a força independente dos trabalhadores do subcontinente, junto ao povo negro e aos povos indígenas, em suas batalhas e na solidariedade internacional aos povos europeus que se enfrentam com os ajustes imperialistas.

72) Propostas de campanhas internacionais:

73) - Toda solidariedade ao povo grego! Levantemos uma campanha pela anulação imediata da dívida grega!

74) - Solidariedade ao povo palestino! Pelo fim do Estado sionista de Israel!

75) - Retirada imediata das tropas do Haiti!

ASSINANTES:

76) Movimento Nossa Classe: Diana Soubihe de Oliveira Assunção, diretora do Sindicato dos Trabalhadores da USP; Marcello Pablito Ferreira dos Santos, diretor do Sintusp; Bruno Sperb Rocha Gilga, diretor do Sintusp; Patricia Sayuri Tanabe Galvão, Conselho Diretor de Base da USP; Marilia Lacerda da Silva, Conselho Diretor de Base da USP; Claudionor Brandão, diretor do Sintusp; Felipe Guarnieri, delegado sindical do Metrô/SP; Francielton Bananeira Reis, delegado sindical do Metrô/ SP; Marília Rocha Cristina Ferreira, delegada sindical do Metrô SP/ Demitida Política; Edison Urbano, cipeiro da CEF/SP; Gabriel Moreno, delegado sindical da CEF/SP; Camila Pivato, metroviária de SP; Thiago Mathias de Carvalho, delegado sindical do Metrô/SP; Leandro Lanfredi Andrade, petroleiro do Tecam (RJ - Petrobrás), Simone Kawakami Ishibashi, professora estadual/SP; Luciana Machado Placucci Vizotto, professora estadual/SP; Marcio Barbio, diretor da Apeoesp/professor estadual/SP, Adriana Paula, professora estadual/SP; João de Regina, professora Estadual/SP; Marcella Campos, professora estadual/SP; Allan M. Costa, professora estadual/SP; Danilo Magrão, professora estadual/SP.

04. Os EUA continuam sendo a polícia mundial

77) O imperialismo norte-americano, secundado pelo europeu, continua com a sua política de intervenção militar. Seguem os bombardeios no Oriente Médio para defender os interesses do imperialismo na exploração do petróleo, nas demandas da indústria arma-

Anotações

mentista e na preservação dos interesses de Israel. As covardes agressões imperialistas já lograram destruir o Líbano, o Iraque, o Afeganistão, a Síria e a Líbia, desrespeitando permanentemente o direito de autodeterminação dos povos, massacrando as populações dos países atacados e pauperizando as suas condições de vida.

78) As intervenções militares imperialistas são responsáveis pela fuga em massa de africanos para a Europa, e pela mortandade que vem acontecendo na travessia do Mediterrâneo.

79) O imperialismo norte americano e europeu é o responsável pelo genocídio do povo negro, que ocorre em grande parte da África, causando mais miséria, e favorecendo a disseminação cada vez mais mortal do Ebola e da AIDS.

80) - Construção de organização unitária para a luta antiimperialista.

81) - Autodeterminação e soberania dos povos em todo o mundo.

82) - Internacionalismo proletário.

Não ao Estado Islâmico

83) Os trabalhadores árabes continuam lutando contra o imperialismo, pelas liberdades democráticas e por melhores condições de vida, mas existe uma nuvem pairando sobre o mundo árabe, que anuncia retrocessos. A ameaça do fundamentalismo islâmico.

84) As correntes políticas fundamentalistas ocupam um espaço importante no Oriente Médio e África do Norte, onde muitas vezes se constituem em direção política das massas, cumprindo um papel reacionário, que procura conter o movimento operário, reprimir as liberdades democráticas, o estado laico, e os direitos das mulheres.

85) O Estado Islâmico é a expressão maior desse fundamentalismo reacionário, por representar a barbárie e a negação da civilização, praticando uma mortandade genocida entre a população cristã e islâmica, e movendo uma guerra de extermínio contra os curdos. O E.I. ganhou força entre alguns segmentos das massas por aparentemente combater o imperialismo. No entanto, é sustentado financeira e militarmente pelos reizinhos da Península Arábica, que por sua vez são braços do imperialismo norte-americano no mundo árabe. Estamos frente a uma contradição: Não podemos combater o Estado Islâmico, juntando-nos com o imperialismo, e nem podemos apoiar o Estado Islâmico quando este parece combater o imperialismo.

86) A CSP-Conlutas, além de se somar à luta contra o Estado Islâmico, precisa respaldar todas as iniciativas do movimento operário árabe, que apontem para a organização independente de classe, a luta antiimperialista, a defesa das liberdades democráticas, o estado laico e os direitos das mulheres.

ASSINANTES:

87) (Militantes do CEDS - Centro de Estudos e Debates Socialistas e independentes): Anabel Cogo, Anderson Gonçalves, Arine Cougo, Carmen Padilha, Carmen Trindade, Carolina Hugo, Claci Hahn, Clovis Oliveira, Eliane da Silva, Ernani Cibeira, Fernando Borges, Gilson dos Santos, Gustavo Fisch, Inez Wunsch, Ione Mandelli, Ione Torres, Jussara Jayme, Jorge Xavier, Joselaine Mendonça, Maria do Carmo Machado, Maria Goreti da Costa, Maria Helena Gallina, Maria José da Silva, Maria Luisa Feil, Marlene Trindade, Márys Saldanha, Rosa Ângela dos Reis, Rose Sortica, Silvana Moraes, Solange Correa, Tamyres Filgueira e Tania Gonçalves, que atuam nas entidades do RS (Oposição do CPERS/Sindicato, Fórum Magister de Aposentados do CPERS/Sindicato, Sindicato dos Municipários de Porto Alegre/SIMPA, Associação dos Trab. em Educação do Município de Porto Alegre/ATEMPA, Sindicato dos Servidores do Detran/SINDET/RS, Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição/ASERGHC, Oposição SINDISAÚDE/RS, Oposição Rodoviária de Porto Alegre).

05. Internacionais

Proponente: SINTUSP

88) - Em todo o mundo os capitalistas buscam descarregar sua crise sobre os trabalhadores e o povo. Reconhecemos como nossa a luta dos trabalhadores de todos os países! Que a crise seja paga pelos capitalistas! Por uma sociedade sem classes, exploração e opressão! Pelo socialismo!

89) - Pelo Internacionalismo e a defesa da autonomia e independência frente ao estado, governos e partidos políticos burgueses, construindo a unidade como valor estratégico na luta dos trabalhadores (as), a ação direta, a mobilização coletiva da classe trabalhadora como forma de luta; Não atrelamento e aparelhamento do sindicato a nenhum partido.

90) - Autonomia de todos os povos e Contra o Imperialismo;

91) - Solidariedade aos imigrantes haitianos, bolivianos, africanos e aos trabalhadores (as) que migram para o Brasil em busca de emprego e fugindo das guerras.

92) - Participação do SINTUSP na Rede Sindical Internacional de Solidariedade e de Lutas, constituída em Março de 2013 em Saint-Denis (França), durante o Encontro Internacional de Trabalhadores, resultado de vários anos de intercâmbio e de trabalho conjunto, de apoio mútuo e de solidariedade de diversas organizações sindicais de todos os continentes.

93) A CSP-Conlutas participa desta rede e sediará nos dias 08 e 09 de junho de 2015, na cidade de São Paulo (após o Congresso da Conlutas), a segunda reunião da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e de Lutas. Assim indicamos a participação do Sintusp nesta atividade da Rede e em todas as demais que forem possíveis, pois já está programada inúmeras atividades, junto com a CSP-Conlutas, pelo mundo, inclusive na América Latina (Venezuela).

94) -Campanha Nacional e Internacional em Defesa de Cesare Battisti. Por sua permanência no Brasil, contra sua extradição e deportação.

95) - Pela defesa internacional de todos os trabalhadores e seus métodos de luta.

96) - Apoiar a *"Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale"* movimento criado internacionalmente.

97) - Campanha contra a prisão do lutador Gaetan, preso político na França em função de participar de protesto contra o assassinato policial de um ativista, e contra a criminalização dos demais lutadores franceses.

98) - Solidariedade a todas as vítimas de massacres como o do Boko Haram, na Nigéria, sejam vítimas de grupos extremistas ou exércitos. Não a qualquer intervenção militar imperialista.

99) - Todo apoio aos trabalhadores da Grécia! Por uma campanha pelo cancelamento e não pagamento da dívida grega!

100) - Fora Troika! Não aos planos de austeridade!

101) - Ressaltar as perspectivas de avanço e de retrocesso para os governos sociais-democratas incluindo o "Szira" (partido grego) dentro dessa conjuntura.

102) - Pela retirada das tropas brasileiras do Haiti; Toda solidariedade e garantia de todos os direitos aos imigrantes no Brasil, em especial os imigrantes haitianos e apoio à sua organização na USIH!

103) - Abaixo o massacre do povo palestino pelo Estado de Israel!

104) - Pelo fim do Estado de Israel.

Anotações

105) - Por uma Palestina livre.

106) - Toda solidariedade ao povo palestino.

107) - Campanhas de boicote aos produtos de Israel e pela liberdade e repatriamento do brasileiro Islam.

108) - Manifestação de Apoio às condições exigidas pela FARC para o cessar fogo.

109) - Em defesa dos Povos Africanos.

110) - Manifestação de apoio das lutas dos estudantes da África do Sul, do movimento "Rhodes Must Fall", que luta pela descolonização da produção do Conhecimento nas universidades daquele país. Pela auto-organização dos professores, estudantes e funcionários Negros daquelas universidades.

111) - Pelo fim das intervenções imperialistas em todos os locais do mundo. Pela autodeterminação dos povos.

06. Resolução pela retirada das tropas da ONU do Haiti! Fora Minustah!

Proponente: USIH (União Social dos Imigrantes Haitianos)

112) Desde 2004 a ONU leva à frente uma ocupação militar no Haiti, nomeada de Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah na sigla em francês). A Minustah é indiretamente comandada pelo imperialismo norte-americano, francês e canadense, mas tem como sua principal liderança o governo e os militares brasileiros.

113) De 2004 até hoje são inúmeras as denúncias em torno dos militares dos inúmeros países que fazem parte da Minustah. Denúncias que vão de assassinatos, invasão de bairros populares, repressão a greves operárias, estupros, contaminação do país pela cólera e um longo etc.

114) O governo brasileiro desde 2004 cumpre um vergonhoso papel à frente dessa Missão, papel este que é desconhecido pela grande maioria dos brasileiros. No Brasil, a Minustah é apresentada como uma Missão de Paz, e não uma Missão de controle e repressão.

Neste sentido, propomos que o Congresso da CSP-Conlutas aprove:

115) - Retomar a luta pela retirada das tropas brasileiras e internacionais do Haiti! Fora Minustah! Por um Haiti soberano!

116) - Exigir do governo brasileiro que se retire da Minustah.

117) - Levar à próxima Reunião Internacional da Rede Internacional de Solidariedade e Lutas a proposta de que a luta contra a ocupação militar no Haiti seja encampada de forma internacional, principalmente pelas organizações que estarão no Encontro e fazem parte dos países que possuem tropas na Minustah.

118) - Promover iniciativas nos sindicatos e movimentos populares que fazem parte da CSP-Conlutas que visem informar e denunciar aos trabalhadores brasileiros o caráter da ocupação da ONU no Haiti. Promover iniciativas para levar estas denúncias também aos trabalhadores imigrantes haitianos no Brasil.

119) - Impulsionar iniciativas contra a renovação do mandato da Minustah no Haiti, que expira em 17 de outubro de 2015. Participar de outras iniciativas que vem sendo tomadas do ponto de vista internacional contra a renovação do mandato.

CONJUNTURA NACIONAL

07. O aprofundamento da crise econômica e política exige uma resposta classista dos trabalhadores

Proponentes: SINDMETAL-SJC e SINDPETRO-SE/AL

120) Estamos em meio a uma nova situação política em nosso país, que se prenunciava ainda em meados de 2012, quando realizamos o último Congresso de nossa Central, mas que teve um salto, com a entrada em cena de milhões de pessoas, que foram às ruas

em junho de 2013. A irrupção de massas demonstrou o profundo mal-estar que a juventude, os trabalhadores mais pobres e um amplo segmento dos setores assalariados médios já sentiam naquele momento e que contrastava com toda a propaganda governamental da estabilidade econômica e política, e também com o apoio de massas ao governo de colaboração de classes encabeçado por Dilma e pelo PT.

121) Desde então, ainda que com distintas conjunturas (momentos específicos) vemos uma intensa polarização social em nosso país, com as lutas sindicais e populares crescendo, da mesma forma que os ataques patronais e dos governos. A economia brasileira vai imergindo na crise econômica mundial, sem demonstrar a capacidade de reação que teve nos primeiros momentos de manifestação da crise.

122) No terreno das lutas há um salto no patamar das greves desde 2011 e a entrada em cena de amplos setores da base das categorias, com peso no movimento operário. Apesar da dureza da resposta patronal e dos governos, pelo grau de crise, insatisfação e disposição de luta, até esse momento não houve nenhuma derrota estrutural da classe que tenha levado ao fechamento desse novo momento ou ciclo de mobilizações.

O significado da reeleição de Dilma/PT

123) Dilma foi reeleita na eleição presidencial mais polarizada desde 1989, por pequena margem e sendo obrigada a "girar à esquerda" em seu discurso para não perder, para preservar o apoio dos trabalhadores ao governo. As eleições expressaram de maneira distorcida o desejo de mudança da maioria da população. A oposição de direita conseguiu capitalizar esse sentimento, conquistando tanto o voto de oposição mais conservador, tradicional, mas obtendo votação expressiva em amplos setores populares e setores da classe trabalhadora.

124) O resultado foi um governo mais frágil, mais dependente das alianças com setores burgueses de peso (Kátia Abreu, Joaquim Levy, Armando Monteiro etc.) e da base fisiológica do Congresso Nacional. Mas com disposição de atacar os direitos da classe e fazer os ajustes necessários para garantir os lucros da grande burguesia financeira, industrial e do agronegócio que elegeram e sustentam esse governo.

Os trabalhadores e a juventude resistem aos ataques dos governos e dos patrões

125) A crise econômica já atinge em cheio o nível de vida dos trabalhadores brasileiros, com aumento da inflação e do desemprego e um rigoroso ajuste fiscal por parte do governo Dilma e governos estaduais. A senha foi dada ainda antes da posse com as edições das medidas provisórias 664 e

Anotações

665, que atacam o seguro desemprego, a pensão por morte, o auxílio doença, o seguro defeso e o auxílio reclusão.

126) A resistência tem sido importante, como nas greves na Volks e Mercedes, no ABC paulista, na GM de São José dos Campos, no Comperj, nas greves dos trabalhadores e trabalhadoras da educação em vários Estados. A violência do governo Beto Richa, no Paraná, é a expressão mais recente do grau de enfrentamento e polarização que estamos vivendo e da disposição dos governantes de derrotar a resistência organizada da classe trabalhadora.

124) A ação mais forte, como era de se esperar, se deu com a unidade de ação conquistada no dia 15 de abril, quando foi possível transformar em realidade o esforço da CSP-Conlutas em defesa da unidade para lutar contra medidas do ajuste fiscal do Governo e do Congresso, com o deslocamento de outras Centrais para o combate ao PL 4330 e as MPs do governo Dilma. Aconteceu então um forte dia de paralisações contra o PL 4330 das terceirizações, cuja tramitação foi retomada pela Câmara em atendimento ao clamor patronal, e contra as MP`s 664 e 665.

Está em curso um processo histórico, de ruptura de massas com o governo Dilma e também com o PT

128) Os ataques do governo Dilma, combinados ao cenário econômico de aumento da inflação e do custo de vida, desemprego, falta d'água, demissões, o escândalo de corrupção na Petrobrás, fizeram crescer a indignação e cair a popularidade do governo Dilma, hoje em níveis semelhantes ao governo Collor.

129) A capacidade de resposta do governo está reduzida, seja pelo cenário econômico e pelo compromisso que este governo tem com o mercado financeiro internacional, seja pela erosão de sua aliança com o PMDB, que ocasionou na perda de controle da Câmara dos Deputados, seja pela perda de popularidade.

130) A política do imperialismo e da burguesia brasileira, ainda que alguns dirigentes do PSDB e outros setores da oposição de direita agitem o impeachment, em sua grande maioria, não é a derrubada do governo ou mesmo o impeachment, mas sim chantagear o governo para que ele aplique todo o ajuste fiscal e, ao mesmo tempo, continuar desgastando o PT, preparando a volta do PSDB ao governo central em 2018.

131) Nesse sentido, não se trata de uma onda conservadora, uma ameaça de golpe ou um retrocesso na situação política. O que existe é uma unidade da burguesia e do governo, com o apoio do Imperialismo, para se aplicar no país um profundo ajuste fiscal, um plano de austeridade, um rebaixamento das condições de vida e um aumento dos patamares de exploração da classe trabalhadora.

132) Os atos contra o governo e a corrupção chamados por setores da oposição de direita em 15 de março e 12 de abril, foram grandes e atraíram, sobretudo, os setores de classe média, também descontentes e imprensados pela crise econômica. Apesar da classe trabalhadora não ter participado destes atos, de maneira organizada, houve ampla simpatia no proletariado. Os trabalhadores também não se moveram pelos chamados dos atos governistas, como no dia 13 de março e não saem às ruas para defender o governo Dilma como "o seu governo".

Abriu-se um novo momento na disputa da direção do movimento de massas

133) O fato novo e fundamental é que há uma ruptura política de amplos setores de massas com o governo e o PT, além de greves e mobilizações populares. Vivemos esse momento histórico, em que há uma ruptura, em particular da classe trabalhadora, com sua direção histórica. O governo Dilma não é mais reconhecido pela classe como um governo dos trabalhadores e o PT já é identificado como um partido de interesses particulares, e que utiliza o Estado para favorecer estes interesses, ou seja, um partido parecido com os demais grandes partidos.

134) A CSP-Conlutas deve atuar, conscientemente, para

fomentar as mobilizações, para derrotar o plano econômico do governo e da oposição de direita (pois é o mesmo plano) e ampliar a ruptura de massas com o governo, o PT e também com a CUT e demais organizações governistas, se postulando como alternativa nessa nova conjuntura aberta. Não se trata de autoproclamação, mas de responder à necessidade histórica aberta com a subida de Lula ao governo e a capitulação das principais direções da classe trabalhadora. O desenlace desse processo se dará nas lutas e na disputa da direção da classe, que muitas vezes tem ultrapassado as direções burocráticas. E também na apresentação de um programa que expresse uma saída dos trabalhadores, independente, de ruptura com o regime e a ordem vigente e com os limites impostos à consciência de amplos setores de massas pelo PT, que nas últimas décadas educou a nossa classe com a ideologia da colaboração de classes.

Nem o PT representa mais os trabalhadores, nem a oposição de direita é alternativa! Basta de Dilma, desse Congresso, do PMDB, PSDB e demais alternativas de direita!

135) Nesse sentido precisamos romper a falsa polarização política entre os dois campos burgueses que se apresentam (o governo Dilma com seus aliados e a oposição de direita, capitaneada pelo PSDB) e fomentar uma aliança que permita a construção de um campo de classe, de luta, independente do governo e da oposição de direita, que se apoie nas mobilizações dos trabalhadores e apresente um programa em defesa do emprego e dos direitos ameaçados. Não há saída por dentro da frente popular, construindo um bloco de apoio crítico ao governo do PT. Para lutar contra a direita, que disputa o espaço político aberto, é preciso lutar contra o governo Dilma.

136) Nos somamos aos milhões de trabalhadores, a classe operária em particular, que, em suas lutas, rejeitam as alternativas apresentadas pelo PT e PSDB e seus blocos aliados, dizendo: Basta de Dilma, desse Congresso, do PMDB, PSDB e demais alternativas de direita!

137) A política da CUT e de outros setores governistas conduz a classe a um abismo. Apesar de rejeitarem aspectos da política econômica, tem como centro alimentar a ilusão de "empurrar" o governo para a "esquerda". Assim, escondem a responsabilidade do governo pelos graves ataques aos trabalhadores, agitando uma possível "ameaça golpista" fomentada pela "direita" de fora do governo. A política da Força Sindical também joga os trabalhadores nos braços da burguesia, ao apoiar o PSDB e Aécio, e medidas de ataques aos trabalhadores como o PL 4330.

138) A CSP-Conlutas se esforçará para construir uma

Anotações

verdadeira oposição de esquerda ao governo Dilma, dialogará com os trabalhadores mostrando que este governo é nosso inimigo e que precisaremos derrotá-lo se quisermos barrar a retirada de direitos. Da mesma forma seremos categoricamente contra a oposição de direita, que defende o mesmo ajuste fiscal e é favorável ao PL da terceirização, além de defender políticas conservadoras, como a redução da maioridade penal e restrições aos direitos das mulheres, negros e negras e LGBT's.

139) A construção do Espaço de Unidade de Ação é parte desse esforço. Embora a construção de uma política de alianças não se limite a esse campo, devendo incorporar outras organizações e movimentos, de acordo à realidade de cada local, foi esse o espaço de unidade que permitiu construir marchas a Brasília, a campanha que derrotou o Acordo Coletivo Especial, o encontro "Na Copa vai ter luta!", além de diversos dias de mobilização nacional.

Exigimos das centrais e outros movimentos que enfrentemos as medidas de ajuste fiscal e a retirada de direitos com a construção da greve geral

140) Também alertamos e chamamos a que rompam com o apoio ao governo e à oposição de direita, porque esta é a única maneira de lutar de forma coerente e defender até o final os direitos e interesses dos trabalhadores.

141) A greve geral está colocada como necessidade e como possibilidade na conjuntura aberta em nosso país. Foi o que demonstrou o dia de paralisações em 15 de abril. O Congresso da CSP-Conlutas faz um chamado às centrais sindicais e movimentos populares à unidade na construção da greve geral. Não podemos aceitar as manobras do governo e embarcar no jogo de discutir o tamanho da perda que aceitamos, sem lutar e mobilizar os trabalhadores.

142) O apoio a qualquer dos agrupamentos burgueses que governam o pais (o governo do PT e aliados e a oposição de direita capitaneada pelo PSDB) levam a nossa classe a um beco sem saída. Propomos a construção de uma plataforma mínima comum de luta, não imposta a nenhum setor, mas com a disposição sincera de construir mobilizações unitárias e a greve geral em defesa dos direitos dos trabalhadores.

143) Da nossa parte, a CSP-Conlutas seguirá se empenhando para construir as mobilizações não só nas suas bases, mas em todos os setores nos quais atue, através de oposições sindicais e grupos de empresas, nos dirigindo às bases das outras centrais para que exijam de suas direções que venham à luta.

144) Buscaremos nos colocar na vanguarda das lutas, não apenas as lutas econômicas, salariais, mas de todas as mobilizações que vierem a ocorrer, como as mobilizações nas periferias dos grandes centros urbanos pelas mais diversas razões, seja a falta de água, o transporte deficiente, moradia, a questão da segurança e a violência policial, as mobilizações políticas contra governos e a repressão, dentre outras.

145) Por isso a CSP-Conlutas defende um programa que possa tirar o país da crise e que quem pague por ela sejam os banqueiros, os latifundiários e as grandes empresas. Por isso defendemos:

146) 1. Em defesa do emprego e dos direitos, contra qualquer forma de flexibilização e precarização do trabalho, contra o PL 4330, pela estabilidade no emprego para todos os trabalhadores, pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial, proibição de remessa de lucros das multinacionais para o exterior, estatização das empresas que demitirem. Nenhum pacto ou acordo que aceite retirada de direitos, como foram o ACE (Acordo Coletivo Especial) e o PPE (Programa de Proteção ao Emprego). Aumento geral dos salários rumo ao salário mínimo do DIEESE. Congelamento dos preços dos alimentos e tarifas públicas.

147) 2. Contra o ajuste fiscal. Pela revogação das MPs 664 e 665, que encerram um duro ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários, reduzindo benefícios tais como o seguro-desemprego, o abono salarial do PIS PASEP, a pensão por morte, o seguro defeso, auxílio

reclusão e auxílio doença.

148) 3. Suspenção do pagamento da dívida pública e auditoria. Nenhum corte no orçamento das áreas sociais. Destinação de 10% do PIB para a educação e para a saúde, Já!

149) 4. Os trabalhadores e a população pobre não podem pagar pela crise de energia e da água. Que todos os serviços de saneamento sejam estatizados e colocados sob controle da população, através de conselhos de usuários com poder de fiscalização e de deliberação.

150) 5. Contra a criminalização dos movimentos sociais, dos ativistas, da população pobre e negra das periferias. Não à redução da maioridade penal. Revogação das demissões de dirigentes sindicais, pela libertação dos presos e fim dos inquéritos contra os ativistas. Chega de mortes das lideranças camponesas, indígenas, quilombolas e religiosas. Pela desmilitarização e fim da PM!

151) 6. Chega de violência contra as mulheres! Destinação de 1% do PIB para o combate à violência, construção de casas abrigo e outras medidas. Pela criminalização da homofobia.

152) 7. Todo apoio e respeito aos trabalhadores assalariados do campo e agricultores familiares. Reforma agrária sob controle dos trabalhadores, prioridade para a produção de alimentos para o povo, garantia de infraestrutura e crédito para os agricultores.

153) 8. Pelo direito à moradia, pela reforma urbana. Transporte público de qualidade, com tarifa social, rumo à tarifa zero! Moradia para todos, aluguel social e fim da especulação imobiliária!

154) 9. Defesa da Petrobras 100% estatal e pela volta do monopólio. "Todo o petróleo tem que ser nosso!"

155) 10. Apuração e punição de todos os envolvidos nos esquema de corrupção da Petrobras. Punição dos envolvidos no caso de corrupção do cartel do metrô e ferrovias de SP.

08. Unidade e luta para derrotar os ataques dos governos e patrões

156) A crise econômica mundial iniciada em 2008 ainda está longe do seu fim, ao contrário, os recentes confrontos contra o racismo, em Baltimore, é apenas a face mais visível de uma crise que tende a se prolongar. A previsão de crescimento da economia dos EUA para 2015 é de 1%. A dinâmica é de crise prolongada, se espalhando por todo o planeta e aprofundando ainda mais as contradições dos regimes e a luta entre as classes, também nos países exportadores, que até pouco contavam com indicadores maiores de crescimento.

157) No Brasil, o plano da burguesia já está muito bem delineado e conta com a sus-

Anotações

tentação, tanto do governo Dilma, quanto da oposição de direita, para aplicar uma pesada política de ajustes formulada pelo homem do mercado financeiro, Joaquim Levy. Os trabalhadores já sentem a mão pesada dessa política com o tarifaço, o aumento da carestia e da inflação, o avanço do desemprego e da retirada de direitos. A compressão dos salários - que no Brasil quase já não se diferenciam dos praticados na superexploração do trabalho chinesa - está cada vez mais combinada a uma brutal política de espoliação, com transferência direta das mínimas conquistas do povo aos bolsos dos grandes empresários e dos especuladores financeiros. Novos e volumosos pacotes de privatizações em amplos setores estratégicos da infraestrutura, portos e aeroportos, somados às políticas de cortes nos orçamentos, que já vinham sendo executadas, especialmente contra a educação e as cidades, serão ampliados.

158) Hoje, a face mais evidente desse avanço da espoliação é o projeto de lei que legaliza e amplia as terceirizações, um ataque direto aos trabalhadores, uma inversão qualitativa das relações trabalhistas. O governo tinha dado uma senha na desregulamentação dos direitos trabalhistas nas medidas provisórias 664 e 665, deixando o caminho livre para o empresariado e seus agentes no congresso pressionarem pela aprovação do PL 4330.

159) A nova lei possibilitará que dobre o número de terceirizados, destruindo as conquistas das lutas dos trabalhadores ao longo do século XX. É uma exigência dos patrões que governaram com Lula e Dilma (PT) até agora e por isso o presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB) e a bancada patronal, repercutindo ideólogos do capital e os interesses da CNI (Confederação Nacional das Indústrias) e da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), bradam a urgência da aprovação, por meio de seu discurso de que é preciso modernizar as relações de trabalho. Esse ataque frontal aos direitos trabalhistas pode ser considerado como o mais evidente sintoma do efeito da "austeridade à brasileira", que marca o cenário econômico e social do segundo mandato de Dilma.

160) O governo está trabalhando com Renan Calheiros (PMDB) para construir uma fórmula intermediária, mas que siga atendendo aos interesses do capital. Tal posicionamento segue no mesmo sentido de todos os acordos que o governo tem feito com a bancada da bala, a bancada fundamentalista, o agronegócio, o empresariado, os setores mais conservadores expressos especialmente na figura do PMDB: entregar a direção do governo para esses setores para arrefecer a iniciativa de impeachment da presidenta.

161) Nesse sentido, ganha muito importância a construção de uma oposição ao projeto burguês, representado tanto pelo campo do governo federal quanto da oposição de direita. Um terceiro campo comprometido de maneira inegociável e intransigente com a defesa dos direitos sociais é uma necessidade histórica da classe trabalhadora. Por isso o Dia Nacional de Paralisações de 15 de abril foi tão significativo, como uma resposta contundente da classe trabalhadora à atual pauta de ajustes e agenda reacionária.

162) Antes do 15 de abril, talvez a burguesia tenha achado que podia mais do que a correlação de forças permitia. Esta leitura ocorreu devido ao impacto das manifestações realizadas nos dias 15 de março e 12 de abril. Estas manifestações de massa foram provocadas pela insatisfação com o governo Dilma. Apesar de elas terem sido dirigidas pela direita e não terem apresentado uma plataforma que atenda os interesses da classe trabalhadora brasileira, conseguiram despertar a simpatia e apoio de alguns setores médios e até populares. Isto ocorreu devido à ausência, até o presente momento, de uma clara alternativa política de esquerda e socialista para o país.

163) A terceirização provocou a base da CUT e divisões na Força Sindical, Central que vergonhosamente apoia o PL 4330. O chamado rápido a um dia nacional de lutas uniu CUT, CSP-Conlutas, Intersindical, MTST e outras organizações. Ainda que no terreno sindical

e com as direções sindicais distantes da juventude que promoveu a rebelião de junho de 2013, o espírito de junho mostrou sua presença.

164) Isso acontece em meio a um rico processo de greves com caráter de massa, tendo como pico os servidores e professores do Paraná, que impuseram um método radicalizado de ocupação, na fatídica cena dos deputados sendo escoltados pelo camburão da Polícia Militar. Acuado pela mobilização popular de um lado e pela burguesia que representa de outro, o governo Richa, alicerçado em seus cães de guarda na Assembleia Legislativa do Estado, passou, à base de um massacre dos protestos, a alteração do sistema de previdência dos servidores e agora enfrenta a massificação da oposição ao seu governo truculento.

165) Na esteira do Paraná, os professores estão construindo fortes greves e mobilizações no estado de São Paulo, Pará e Pernambuco. E, em Minas Gerais, contra as traições do governo do PT, Fernando Pimentel. Além de professores, tivemos vários processos, de caráter desigual, porém significativos: greve dos garis no Rio de Janeiro, no ABC e mais dezenas de cidades do interior de São Paulo. Luta radicalizada contra o aumento da passagem de ônibus em São Luís (MA). Os metalúrgicos da Volks e da Mercedes de São Bernardo do Campo (SP) e da GM de São José dos Campos (SP) realizaram greves vitoriosas contra as demissões. Houve também paralisações contra as demissões na Ford de Taubaté e na Chery em Jacareí. Uma luta importante dos terceirizados também ocorre em várias universidades públicas, estaduais e federais.

166) Por isso, embora convocado em apenas dois dias, tivemos, em 15 de abril, um forte dia nacional de lutas, com paralisações de diversas categorias sem ambiguidades: contra a direita e contra o ajuste, expresso nas medidas provisórias e na terceirização. O foco, entretanto, foi o Congresso Nacional, o centro do ajuste aí sendo executado e comandado pelo PMDB, delegado do governo nas cordas, sem apoio do povo e sem respaldo burguês.

167) A paralisação nacional coadunou o chamado já feito para a marcha organizada pelo MTST, PSOL e vários movimentos sociais para o dia 15, contra a direita, contra o ajuste e por mais direitos. A coordenação comum das duas ações deu mais força e visibilidade ao movimento do dia 15 de abril.

168) A força do dia 15 teve efeitos diretos sobre a votação no Parlamento. A emenda que retirou o serviço público da esfera do PL e o adiamento da votação, contra a vontade de Cunha. No Senado, Renan já informou que será muito difícil ser aprovado no atual estado.

169) A luta contra o PL4330 demonstrou um novo estado de ânimo na classe trabalhadora. A ação do dia 15 representou um salto porque foi

Anotações

a entrada em cena da classe trabalhadora, enquanto ator independente diante da crise política. A tarefa agora é lutar sem tréguas contra o PL 4330, inclusive estando atentos a manobras e outras ações.

170) O dia 15 de Abril representou um reposicionamento na construção de um terceiro campo.

171) Por isso foi muito acertada a decisão da CSP-Conlutas em estar presente no dia 15 como um todo e no ato unitário construído em São Paulo, impulsionado principalmente pelo MTST, e que reuniu mais de 20 mil pessoas sob forte chuva. Unir forças contra a terceirização é necessário. Para derrotar este projeto e para que possamos avançar no sentido de pautar bandeiras como, por exemplo, o imposto sobre as grandes fortunas.

172) A proposta de Greve Geral quando do trâmite do projeto no Senado, impulsionada pela CSP-Conlutas e que ganhou a simpatia de outras centrais e da base das categorias é acertada.

173) O dia 29 de maio, convocado pela maioria das Centrais Sindicais, como um novo Dia Nacional de Lutas e Paralisações, pode representar um novo passo na construção, tão necessária, de uma Greve Geral no país. Só uma Greve Geral construída pela base terá a força necessária para derrotar o PL 4330 e as medidas provisórias 664 e 665. Além disso, a Greve Geral fortalecerá as lutas das categorias e movimentos sociais, que serão realizadas no próximo período.

174) Diante desta conjuntura, o 2º Congresso da Central delibera que:

175) 1 - É necessário preparar a Greve Geral por baixo, com assembleias democráticas e medidas de força da classe. Que essa Greve Geral também se expresse como representação da diversidade ampla dos lutadores e dos trabalhadores, dos setores formais aos setores informais de trabalho, da juventude em luta contra as opressões e pelas liberdades democráticas aos movimentos territoriais que organizam a classe trabalhadora por seus direitos e demandas urbanas.

176) 2 - A Central deve seguir o diálogo com o MTST e os setores com os quais ele se articula pelo papel independente e protagonista que cumpre esse movimento social e pela capacidade de convocação de indignados com a política de ajustes e com a pauta conservadora.

177) 3 - Sem abandonar a construção do Espaço de Unidade de Ação, a CSP-Conlutas deve manter a orientação que tomou na preparação do ato do dia 15 de abril e participar de todos os espaços, com vistas à construção da luta unitária. Mantendo sempre a definição clara de independência em relação a qualquer governo e em favor de um programa e um plano de lutas que unifique a classe para derrotar os ataques que a mesma tem sofrido.

178) 4 - Além de fortalecer as lutas, esta movimentação deve estar a serviço de construir um terceiro campo para expressar, também no terreno político, a defesa de outro programa e saída para a crise, uma necessidade dos trabalhadores e do povo pobre deste país.

ASSINANTES:

179) Bloco de Resistência Socialista – Sindical e Popular (BRS, o que inclui as correntes políticas LSR – Liberdade, Socialismo e Revolução, GAS – Grupo de Ação Socialista e RS – Reage Socialista)

180) Miguel Leme Executiva Nacional da CSP-Conlutas e da Oposição Apeoesp/SP | Sônia Godeiro Oposição do Sindsaúde/RN | José Wilson Oposição do Sindsaúde/RN | Joaquim Aristeu da Silva (Boca), Executiva Estadual da CSP-Conlutas de São Paulo | Jane Barros Executiva Nacional do Movimento Mulheres em Luta (MML) | Marzeni Pereira Oposição Sintaema/SP | Luciano Barbosa Sepe/RJ | Jorge Antonio dos Santos Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Itaúna/MG e membro da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais | Alexandre Marques Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Itajubá/MG e da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais | Cleuza Borges Presidente do Sindicato da Saúde de Itajubá/MG e Região | Dimitri Silveira Oposição Sinpeem/SP | Vinícius Prado Oposição APP/PR | Fábio Arruda Sinsprev/SP.

181) Avançar na Luta: APS/CSP-Conlutas

182) Carlos Roberto dos Santos FENASPS e Oposição Sindprev/DF | Cleuza Nascimento FENASPS e Sintsprev/MG | Edson Bomfim SINTESES e Movimento Negro | Evilasio Lacerda Oposição Sindicato da Educação Paraíba | Gesa Linhares Corrêa SEPE/RJ | Lídia de Jesus FENASPS e Oposição SINDPREV/BA | Lujan Maria Bacelar de Miranda SINTESES/SINTE-PI | Marcio Freitas FENASPS e Sindsprev/RN | Moacir Lopes FENASPS e Sindprevs/PR | Roseli Aparecida de Lima Oposição Sindicato Alimentação de Cascavel | Sebastião de Oliveira FENASPS e Sindprevs/PR | Willian Aguiar Martins/ SINDPREV/ES.

183) Movimento de Esquerda Socialista (MES)

184) Mauricio Costa Carvalho Oposição APEOESP | Bruno Magalhães Movimento Nós da Sul | Adriana Guimarães Direção ASERGHC | Antonio Neto Oposição CPERS | Mauricio Barreto Oposição Rodoviários Porto Alegre | Edson Nascimento Lima Fasubra | João Maria dos Santos OposiçãoSintest/RN | Juliana Selbach Oposição Bancária Brasília | Thais Coutinho SEPE RJ | Rigler Aragão SINDUNIFESSPA - ANDES.

185) Alicerce

186) José Campos Secretaria Executiva Estadual RS CSP-Conlutas, FENASPS | Hélio de Jesus FENASPS | Rogério Marzola FASUBRA | David Lobão SINASEFE | Fabiano Faria SINASEFE | Jorge Patricio SINDISPREV-RS |Jorge Moreira SINDISPREV- RS | Shin Nishimura Oposição CPERS/Sindicato | Jorge Maia SEPE RJ | Wiria Alcântara SEPE RJ | Geovano Santos SEPE RJ | Tzusy Estivalet - MUNICIPÁRIA POA/RS.

187) Construção Socialista (CS)

188) Neida Oliveira Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas - Oposição do CPERS/Sindicato | Danilo Serafim Secretaria Executiva Nacional CSP-Conlutas Direção SEPE RJ | Érico Corrêa Secretaria Executiva Estadual RS CSP-Conlutas – Presidente SINDICAIXA-RS | Francelina Fragoso SEPE RJ –Petrópolis | Valdir Vicente SEPE RJ – Nova Iguaçu | Telma Luzemi Direção SEPE RJ | Jaqueline Leopoldo SEPE RJ - Valença | Mari Andreia Andrade Oposição CPERS/Sindiato | Tere Bulé Diretora Geral 38º Núcleo CPERS/Porto Alegre | Vivian Zamboni – Diretora Geral 42º Núcleo CPERS/ Camaquã – Lucas Bitencourt ANEL | Ludmilla Fagundes Secretaria Executiva Estadual RS CSP-Conlutas ANEL | Luiz Henrique Chagas Secretaria Executiva Estadual CSP-Conlutas Presidente SINDIMETRÔ RS Direção da FENAMETRO | Alessandro Batista Diretor SINDIMETRÔ RS | Miguel Chagas Secretario Geral SINDICAIXA RS.

09. Fora Dilma! Fora Todos! Que os trabalhadores governem!

189) Os trabalhadores rom-

Anotações

pem com o governo. A cada dia que fica mais claro o caráter de classe do governo Dilma, desde as nomeações de seus ministros Joaquim Levy, ex-funcionário do FMI e executivo do Bradesco e Kátia Abreu, presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura) etc. – e principalmente as medidas econômicas que o governo aplica, como as MP´s 664 e 665 que dificultam acesso à pensão, aumentando o tempo que o trabalhador deve ter para obter o seguro desemprego; a diminuição dos valores do seguro-defeso, salário para os pescadores em período de reprodução dos peixes em que a pesca é proibida; os planos de vendas de portos, aeroportos e estradas; o aumento na privatização das empresas públicas estatais Infraero, Petrobrás, Caixa, Correios; a terceirização, independente da PL4330, avança; o corte de verbas públicas sendo mais atingida a educação; a redução das verbas para projetos do próprio governo com FIES, Minha Casa Minha Vida; o aumento dos preços da gasolina, da eletricidade, do transporte público, aumento das taxas de juros etc. O desemprego está crescendo, a economia está estagnada, até mesmo as famílias consomem menos alimentos diante da alta inflação!

190) Todos esses ataques fazem parte de um plano do governo Dilma de privilegiar os ricos e poderosos do país e entregar quantias bilionárias para especuladores estrangeiros. O governo Dilma neste ano espera entregar mais de R$ 55 bilhões para pagamento da dívida pública, enquanto que todos esses ataques citados acima são feitos.

191) Como se não bastasse esses elementos para fazer surgir ódio de classe entre nossa classe, os governos Dilma e Lula, seguindo e ampliando os esquemas de corrupção criados pelos governos anteriores, desviou dinheiro das maiores empresas públicas do país. O Petrolão fez com que os mensaleiros passassem a ser ladrões de galinha perto do grande esquema de corrupção construído com setores reacionários de nossa sociedade que foram tratados pelo governo petista como aliados estratégicos! Camargo Correia, Odebrecht, OAS são alguns exemplos de empresas que pagaram propina para os petistas para financiar suas campanhas e seguir atacando a classe trabalhadora e aplicando os planos da burguesia.

192) Diante de todo esse cenário a branca da população com o governo e os petistas é crescente, a classe trabalhadora já não reconhece mais o PT como sua direção, tanto que ano passado as cidades com maiores concentrações de trabalhadores não votou no PT denunciando um sintoma importante.

193) As direções majoritárias do movimento de massas CUT/CTB/MST/UNE/UBES alteram sua retórica já que estão sofrendo pressão de suas bases para que assumam uma postura mais enérgica diante dos ataques, porém isso não altera sua forma de construir as lutas pela cúpula, sem a participação da base, de forma fragmentada, utilizando mecanismos que enfraquecem e desmoralizam a luta pavimentando o caminho para os ataques dos governos e da burguesia.

194) A classe trabalhadora precisa derrotar esse governo e os projetos da burguesia que estão sendo implementados.

195) A classe trabalhadora já tem demonstrado em contrapartida a isso, suas respostas. Lutas espontâneas, greves sem sindicatos estão ocorrendo como nunca antes em nosso país. Foi assim com garis do RJ e os rodoviários em diversas capitais do país, para citar exemplos, assim como diversas que ocorreram pela falta de água, luz, moradia, terras.

196) A classe trabalhadora precisa derrotar esse governo e a burguesia!

197) Assim é importante que a esquerda tome a dianteira diante desse processo e canalize a insatisfação crescente em mais lutas e organização da classe trabalhadora! Para isso, propomos um plano de agitação política nas bases das categorias com a distribuição de 1 milhão de panfletos, principalmente as que estiverem em luta e na população em geral explicando os ataques que o governo aplica e seu caráter de classe. Esse material deve demonstrar que dentro de uma economia em que quem

decide são os patrões, mesmo que mudemos o governo, nada irá mudar. Deve ser explicado que CUT/CTB/MST/UNE/UBES não são capazes de fazer a luta até as últimas consequências porque continuam defendendo o governo Dilma serviente à burguesia.

198) Esse trabalho deve dar prioridade às oposições sindicais tão importantes para a construção da CSP-Conlutas desde sua fundação, e que devem ser encarados como um dos pilares para alavancar as futuras lutas da classe e a derrota das burocracias sindicais do movimento.

199) Também devemos priorizar o trabalho político nos setores terceirizados por serem os setores mais precarizados de nossa classe, onde se encontra um grande contingente de mulheres, negros e negras, jovens, ou seja, a fração de nossa classe mais pauperizada e atacada de nossa classe, mas que tem sido os setores mais combativos a estarem lutando.

200) Essa agitação política não deve se restringir somente ao movimento sindical, mas estendido ao movimento popular, sem-terra, sem-teto, de mulheres, de negras e negros, indígena, quilombola etc, pois todos somos atacados pelo mesmo governo e pela mesma burguesia.

201) O eixo central dessa grande agitação deve ser Fora Dilma! Fora Todos! Que os trabalhadores governem! Porque somente com o fim deste governo, sem que seja substituído por algum setor desta falsa direita que se apresenta, e mediante a constituição de um governo verdadeiramente dos trabalhadores será possível construir outra sociedade.

ASSINANTES:

202) Minoria do SINTECT/RS - Corrente Luta pela Base - Douglas Ribeiro Vargas, Oposição Bancária/SP; Manoel Ovídio, professor da Rede Estadual/PA; Ligia Carla Oliveira Santos, professora da Rede Estadual/PA; Matheus Crespo da Silva, Oposição Bancária/DF; Rosangela Almeida Nogueira, Oposição Saúde/PA; Jessica Falcão Viegas Campos, Oposição Saúde/PA; Victor Luciano Pinheiro Gomes, Oposição Saúde/PA; Nílvia de Nazaré Cardoso Batista, Oposição Saúde/PA; Roberto Carneiro, Oposição Saúde/PA; Fabio Júnior, Oposição Saúde/PA; Maria Benedita Farias, Oposição Saúde/PA; Gilson Costa, professor da UFPA (ADUFPA); Fredson Roberto, professor da Rede Municipal São Domingos do Capim/PA; José Miguel Alves, professor da Rede Estadual/PA; Adriana do Carmo, professora da Rede Municipal de Ananindeua/PA; Marçal dos Santos, Oposição Bancária/RS; Aline Gurgel, bancária/RN; Yuri Aguiar, trabalhador Correios/RS; Claudia Schumacher trabalhador Correios/RS; Thiago Rafael Mello, trabalhador Correios/RS; Juan Diego Brandão Dozza, trabalhador Correios/RS; Nilson Baldez, trabalhador Correios/RS.

Anotações

10. Proposta de resolução sobre o governo Dilma e o regime

203) O governo Dilma foi reeleito em 2014 com a margem mais apertada desde que o PT conquistou o governo federal nas eleições de 2002. De um lado isso expressa uma crescente insatisfação dos trabalhadores e da classe média com as condições de vida e a responsabilização do governo pelas dificuldades cotidianas que a nossa classe enfrenta. De outro, isso expressa também uma divisão no interior da burguesia sobre qual o agente político mais adequado para aplicar o seu projeto no país. O modelo do PT está baseado numa forte intervenção do Estado na economia, na forma de diversos tipos de incentivos às grandes empresas, mas com o agravante de que esse Estado é aparelhado pela burocracia petista, que vive às custas da corrupção e negócios paralelos. A burguesia está insatisfeita com esse sócio no controle do Estado, e quer um acesso mais direto às verbas públicas, em especial àquelas que são destinadas aos programas sociais paliativos, que o governo propagandeia como sua grande realização.

204) Além disso, o governo do PT está tendo crescentes dificuldades para conter o descontentamento das massas depois de tantos escândalos de corrupção e outros problemas do terreno político e econômico. O período que atravessamos é de um aumento da polarização social, onde se tornam mais exacerbadas as contradições devido à crise econômica que se aprofunda, onde todos os setores da sociedade buscam lutar por seu espaço e tomar os rumos do país. Esse momento deve se prolongar devido às dificuldades na economia e limites do projeto em aplicação no país, conforme discutimos acima, o que prenuncia um acirramento das lutas.

205) Há um sentimento de ódio ao PT nas classes médias, e num setor crescente da classe trabalhadora, principalmente os setores organizados, em especial aqueles vinculados diretamente ao governo (funcionários públicos e de empresas estatais), por se sentirem lesados em seus planos e expectativas de ascensão social e acesso ao crédito, congelados pelo desempenho ruim da economia. O discurso em que se expressa essa insatisfação não é contra o núcleo neoliberal da política do governo, a sua prioridade para os banqueiros e grandes empresários, mas contra o marketing social de um governo supostamente mais favorável aos pobres.

206) O governo destina 45% por cento do orçamento para o pagamento da dívida aos banqueiros e especuladores, mas o que revolta a classe média, na sua cegueira individualista e desinformação, são os 3,08% que o governo destina à assistência social. O PT é visto como um partido de corruptos que se mantém no poder aliciando os pobres com programas de bolsa. O repúdio ao PT se combina com o ressentimento contra os beneficiários de bolsas, os pobres, nordestinos, minorias, etc. O PT colhe na forma de repúdio o resultado da despolitização que plantou ao apostar na gestão do capitalismo. Já não resta mais nenhum traço do PT como uma organização classista e combativa que era na década de 1980, sendo vista por setores cada vez mais amplos das massas como um partido idêntico ao PSDB e os demais, inclusive nos escândalos de corrupção.

207) Na sua origem o PT ainda participava das lutas e as impulsionava como parte de um processo de acúmulo em direção ao socialismo, apesar de nunca definí-lo muito bem. Com o tempo, o partido passou a ter como estratégia cada vez menos as lutas e cada vez mais a ocupação de espaços no Estado burguês por meio de eleições. A partir de 1989-91 e da queda do Muro de Berlim e da URSS, abandonou-se qualquer referência, ainda que vaga ao socialismo, e passou-se abertamente para uma defesa da conciliação de classes e um projeto de administração do capitalismo. Quando chega ao poder em 2002 e daí até hoje, o PT passa a apresentar como projeto um capitalismo em que supostamente são

possíveis ganhos para todas as classes sociais.

208) Na realidade isso é impossível, e quando a economia começa a mostrar seus limites, torna-se evidente que a prioridade do governo é garantir os lucros dos bancos, latifúndios, empreiteiras, montadoras e grandes empresas estrangeiras, a burguesia nacional e imperialista, que manda no país, com margens cada vez menores para os programas sociais paliativos que remediam a situação dos miseráveis, e arrocho feroz sobre os setores médios da classe trabalhadora e sobre a classe média. O naufrágio do projeto petista de um capitalismo "bom para todos" encontra a classe média radicalizando-se pela direita e a classe trabalhadora órfã de um projeto de sociedade.

209) Ideologicamente, o repúdio da classe média às políticas sociais resulta em fortalecimento das ideias de direita. O machismo, o racismo, e a repulsa aos LGBT's mostram as caras de forma mais audaciosa, em fenômenos como a onda de abusos sexuais no transporte público ("encoxadas"), as agressões a LGBT's, a moda dos humoristas de "stand ups" e "talk shows" que fazem piadas com os setores mais oprimidos da sociedade, etc. A eleição de uma significativa bancada de parlamentares de extrema direita, ligados às igrejas neopentecostais ou ao aparato policial (defensores da pena de morte, da redução da maioridade penal, etc.), é também um sintoma desse clima ideológico.

210) Desde a eleição de Dilma e mesmo após sua posse iniciou-se um movimento pelo impeachment, que culminou nas manifestações do dia 15 de março. Essas manifestações tiveram um conteúdo social pequeno burguês, com uma maioria de pequenos empresários, comerciantes, profissionais liberais, autônomos, funcionários públicos, assalariados de alta renda, e uma minoria de trabalhadores. Seu conteúdo político foi marcadamente de direita, com uma ideologia de ódio PT que não se separa do preconceito e ódio aos pobres. Minoritariamente, expressaram-se nessas manifestações, especialmente em São Paulo, setores de ultradireita e protofascistas, que defendem uma intervenção militar.

211) A hipótese de um impeachment do governo Dilma, ainda que não seja a mais provável, mostra que há setores da burguesia que não se sentem contemplados com a política do governo, já bastante favorável ao grande capital, e querem ainda mais concessões. E a linha do governo Dilma desde a eleição, passando pela composição do ministério e os primeiros meses de mandato, tem sido exatamente de atender a essa pressão pela direita e fazer cada vez mais concessões à burguesia

212) Além disso, para a burguesia, descartar o governo do PT significaria descartar também o controle sobre os aparatos dos movimentos so-

Anotações

ciais, a CUT, a UNE e a direção do MST, que funcionam como ferramentas de contenção das lutas. A burguesia sabe que não pode prescindir da burocracia para travar as lutas, e por isso mantém a sustentação ao governo. A burguesia como um todo não optou por derrubar o atual governo, nem pela via do impeachment, nem muito menos por meio do golpe. As direções governistas dos movimentos sociais, por sua vez, tratam a ameaça de impeachment e o embate político contra a oposição burguesa como se fosse um enfrentamento de classe contra classe. Na verdade, o discurso alarmista de uma suposta ameaça de golpe constitui uma chantagem contra os movimentos sociais para impedir que se coloquem em luta contra o governo, mostrando que há uma direita que é "ainda pior" do que o PT.

213) Contra essa chantagem afirmamos categoricamente que não existe processo golpista em andamento! Ceder à chantagem do governismo e defender o PT contra esse suposto golpe nesse momento significa compactuar com todos os ataques desse governo contra os trabalhadores, como o pacote de ajuste, os cortes nas pensões e seguro desemprego, o tarifaço nas contas de luz e preço da gasolina, a alta dos juros, o pagamento da dívida pública, etc. Contra os ataques do governo devemos reforçar a luta e a mobilização independente dos trabalhadores. A CSP Conlutas não pode participar das mobilizações convocadas pelo PT e pelas centrais e movimentos governistas. Tais mobilizações tem o conteúdo político de defesa do governo e não servem para impulsionar as reivindicações da nossa classe.

214) A classe trabalhadora precisa se colocar no cenário político como ator independente do governo e dos aparatos governistas. A via da luta, das greves, das ocupações, manifestações e ações coletivas deve ser a resposta para enfrentar o governo e a patronal, assim como a luta contra as burocracias sindicais e todas suas práticas e concepções. As ideias reacionárias na sociedade devem ser combatidas pela prática da luta e do enfrentamento da nossa classe contra a burguesia. Só a luta muda a vida, essa deve ser a referência para a ação política da central. Precisamos apresentar uma alternativa classista contra a polarização entre a burguesia petista e a oposição burguesa, mostrando que a solução para os problemas dos trabalhadores está na sua mobilização, organização e luta, qualquer que seja o bloco partidário governante.

215) A tarefa histórica da classe trabalhadora não é outra senão a destruição do capitalismo e a construção socialismo. Qualquer organização que se omita dessa tarefa está condenada a repetir a trajetória e os erros do PT e da CUT. A luta contra as ideias de direita só pode ser vitoriosa por meio da mobilização da classe trabalhadora, contra o projeto do PT, da oposição burguesa e do imperialismo. A CSP Conlutas não pode participar das manifestações pelo impeachment, nem tão pouco dos atos da burocracia governista em apoio à Dilma. O papel da nossa central é impulsionar a luta pelas reivindicações da classe trabalhadora, de maneira a desenvolver a consciência do enfrentamento de classe contra classe, lançando a propaganda da greve geral. O governo Dilma deve cair, e junto com ele também a oposição burguesa, mas derrubado pela luta dos trabalhadores, na perspectiva de uma luta revolucionária contra o capitalismo.

ASSINANTES:

216) Alexandre José Ferraz – Oposição Alternativa - APEOESP/SP; Claudio Luiz Alves de Santana – Oposição Alternativa - APEOESP/SP; Vanderleia Aguiar – Oposição Alternativa - APEOESP/SP;

217) Iraci Judite Lacerda – Oposição Alternativa - APEOESP/SP; Adneide de Andrade Nunes – Oposição Alternativa - APEOESP/SP; Gefson Luiz Ribeiro Barbosa – Oposição Alternativa - APEOESP/SP;

218) Maronilton Ferreira Dias – Oposição Alternativa - APEOESP/SP; Selma Messias do Nascimento – Oposição Alternativa - APEOESP/SP; Marcia Raquel do Nascimento Sanches – Oposição Alternativa - APEOESP/SP; Celia Maria de Almeida Malmeida – Opo-

sição Alternativa - APEOESP/SP; Jose Dalmo Vieira Duarte – SINTRAJUD/SP – Judiciário Federal; Silvani Dias Cerqueira – Oposição Alternativa - APEOESP/SP; Daniel Menezes Delfino – Oposição Bancária/Avante Bancários – SP; Silas Justiniano Veiga da Silva – SINTUF/ABC (Sind. Trabalhadores da UFABC- SP); Helio Miguel Pereira – Oposição Alternativa - APEOESP/SP; Thais Menezes – Oposição Bancária/Avante Bancários – SP; Karen Aparecida de Carvalho – Oposição Alternativa - APEOESP/SP; Rafael Vinicius dos Santos – Oposição Alternativa - APEOESP/SP; Ana Paula Miriani – Oposição Alternativa - APEOESP/SP; Sergio Lima Nastasi – Oposição Alternativa - APEOESP/SP; Claudio Edson Carnizelli – Oposição Alternativa - APEOESP/SP; Regina Aparecida Possebon – Oposição Alternativa - APEOESP/SP; Severo Alves Maia – Movimento Popular/ Luta Popular.

11. Crise da economia política e uma estratégia de unificação do campo popular e sindical

Proponente: MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade)

219) Há cinco anos, este país parecia divisar um raio de prosperidade, tudo parecia ir bem e a propaganda oficial era imbatível. Porém no fundo algo mostrava que as coisas não eram tão boas, e as melhoras e tampões nos buracos da casa não seguraram as rachaduras estruturais. O crescimento econômico baseado na combinação de estabilidade do enriquecimento da burguesia e de distribuição de renda para os setores mais pauperizados da classe trabalhadora por meio de programas sociais não seria sustentável no longo prazo.

220) Agora, passado o tempo de bonança, a casa demonstra sua fragilidade. E, passado a demagogia eleitoreira, voltamos a real política: o governo do PT, financiado pela Friboi e empreiteiras, deve executar sua política, pois como já demonstrou ao cair no modus operandi do complexo de PMDB, trabalha full time para os donos do dinheiro.

221) Qual é o sinal que o governo quer dar? É necessário repassar ao povo a dívida dos senhores de sempre. Assim se o mercado pede mais lucro para seus dividendos, é necessário aumentar o preço da gasolina. Também se aumenta os preços de luz, água e impostos dos pobres, enquanto os ricos não pagam impostos e mandam seu dinheiro para o HSBC. Propõe-se um corte de gastos de 7 bilhões de reais, assim quando a "real política" se evidencia, é necessário ajustar excedentes, há muito emprego e os programas sociais passam a ser custos ao capital e não mais demanda efetiva para

Anotações

suas mercadorias. É necessário sacrificar em prol da estabilidade de uma entidade chamada mercado que volta a cena em seu papel mais cruel que é o de regular ganhos políticos em prol das regras da economia.

222) Estamos num período confuso em que as forças políticas se imbricam, estão desagregadas e as forças sociais não definiram exatamente seu norte. Isto é, PT, PSDB estão perdidos, mas são devedores dos mesmos senhores: PMDB. Este partido busca ganhar a direção da hegemonia política e isto é sintoma de confusão, pois é o partido da hegemonia, não sendo partido dirigente do bloco de poder. A grande burguesia parece adormecida politicamente, meio paralisada por conta das acusações de corrupção que atinge a Petrobrás, com medo de que chegue também nos vultosos negócios feito com o BNDES.

223) Por outro lado, as pessoas se movimentam pelo descontentamento. E o discurso ruiu! O Brasil ainda é desigual, injusto e corrupto. Junho de 2013 inaugurou o "quero mais" e agora com os negócios apertando, as pessoas começam a se movimentar por "quero sobreviver". Os autoritários das classes médias querem mais privilégio e banir de vez os pobres da cena política. E, o PT junto a sua estratégia de permanência e poder começa a morrer.

Crise do modelo

224) Há uma crise do modelo de dominação. Ela é econômica, também política. Elas são duas faces de uma mesma moeda. Os donos do poder são donos do dinheiro e organizaram uma forma de fazer o povo trabalhar, aceitando as injustiças nacionais, as desigualdades, pois havia emprego e pão.

225) O PT é parte deste modelo, pois eles se tornaram parte do problema. Os sindicalistas cutistas viraram *quase banqueiros*. Pois, ao administrar o dinheiro de fundos de pensão, eles passaram a pensar com a cabeça do patrão, salvaguardar não conquistas de uma classe, mas a estabilidade de um governo.

226) A crise da economia política sempre esteve como embrião. Pois a lucratividade das empreiteiras, montadoras, agronegócio e capital especulativo internacional ruía a tentativa de reformas sociais tais como a urbana e agrária. Bem como, era alimentada pela terceirização dos cofres públicos e manutenção da natureza flexível da superexploração da classe trabalhadora. Porém, o amálgama do discurso da empregabilidade frente ao ciclo anterior do FHC parecia estabilizar a luta de classes no país, somado a cooptação da CUT, MST e UNE, que em meio às tensões do modelo, conseguiu manter o PT como gestor do capital nacional subimperialista, essencialmente subordinado ao capital transnacional.

227) A terra se tornou o fiel da balança para este modelo. Pois ali não haveria acordo mínimo. O governo sempre deixou claro: queremos fazer dinheiro com a soja, o eucalipto, o boi, o trabalho escravo, o desmatamento e o uso indiscriminado dos recursos naturais. Para o PT, os heróis se tornaram os coronéis do campo, e os conglomerados internacionais que monopolizam terra, água, direitos, trabalho, sementes e conhecimento e aos Blairo Maggi, Kátia Abreu, os Reis da carne com o Júnior da Friboi se juntaram às empresas com muitos donos e facetas, Monsanto, Singenta, Aracruz e outras se tornaram os gestores e acumuladores de terras e de vida.

228) Mas o modelo ruiu, pois o capitalismo é uma miragem e sua lógica ambiciosa de fazer dinheiro com nosso trabalho e terra só cria amontoado de mercadorias e produtos que tem de vender-se, pois senão? Ora, o povo paga! E o poder? Fica confuso e a burguesia tenta queimar seus peões para fazer outros, pois os partidos da ordem, seja PT, PSDB, etc, são apenas peões dos donos do dinheiro.

Quais cenários?

229) Há uma crise na forma de fazer dinheiro no país, seja na lógica de fazer casas com dinheiro do governo, nas empresas gigantes que sugam nossos recursos, na privatização da Petrobrás para empreiteiras e principalmente no agronegócio. O país está endividado e não há dinheiro para repassar aos grandes coronéis e corporações. Os chineses não vão consumir a produção crescente do agronegócio. Porém a forma predatória de consumir a na-

tureza pelo modelo de crescimento econômico deixou suas marcas e resíduos. Então em nosso horizonte foram sumindo as conquistas e aparecendo catástrofes inevitáveis:

230) *Escassez de recursos:* principalmente de água pelo desgaste da hiperurbanização do Brasil, desmatamento e a manutenção de um modelo exploratório dos recursos naturais e da vida em que alguns têm o direito de exaurir pessoas, natureza e culturas. A mentalidade destruidora tem limites físicos.

231) Inflação: Os monopólios repassam ao povo sua crise de lucros. A Petrobrás está sendo pressionada pelo mercado para recuperar o prejuízo da corrupção e da caída do preço do petróleo, por meio do aumento do preço da gasolina. Os preços dos serviços públicos também estão sendo pressionados para poder garantir as contas dos capitalistas e a falsa estabilidade econômica.

232) *Ajuste fiscal e rigidez com os trabalhadores:* Há a possibilidade empobrecimento da população com a aprovação do ajuste, retirando dinheiro de direitos para poder economizar o recurso do povo como forma de garantir o pagamento da dívida dos poderosos. Neste sentido, eles querem gerar desemprego, pois excesso emprego é ruim para os capitalistas, eles precisam de gente miserável para poder explorar no telemarketing e nas safras de cana e café.

233) *Esvaziamento dos programas de agricultura:* com menos dinheiro, mais rigidez do governo, pressão do PMDB, ascensão do pensamento autoritário, o governo pode esvaziar ainda mais os programas de agricultura, ser mais duro com as ocupações. Por outro lado, maior nível de pobreza e desemprego na cidade, gera um êxodo contrário, mais pessoas querendo cerrar fileiras dos sem terras e sem tetos com uma vida na cidade mais cara.

234) Para atuar contra a confusão do poder dominante e agir decisivamente no descontentamento popular é necessário recompor forças sociais e recolocar o debate de estratégia para realizar um programa revolucionário.

12. Para o Capital, a conta da crise tem que ficar sempre com os trabalhadores

235) A crise do capitalismo que, ciclicamente, manifestou-se nos EUA em 2008 e espalhou-se pela Europa está longe de ser uma "marolinha" - como proclamava Lula - pois, agora, atinge em cheio a América Latina e, em especial, o Brasil, em função de ser, de fato uma crise de superprodução do capitalismo que como contraposição gera ações por parte dos países imperialistas do centro do capitalismo, e em última instância gera ataques a direitos conquistados pelos trabalhadores,

Anotações

em especial nos países da periferia do capitalismo, a qual o Brasil compõe. Nesse sentido há ataques à classe trabalhadora mundial que se manifestam de formas diferenciadas em cada lugar do mundo.

236) No Brasil, os cortes nos orçamentos sociais, a retirada dos direitos dos trabalhadores, a volta da inflação, a alta dos juros, a alta do custo de vida, o arrocho salarial, e o aumento do desemprego são medidas de pseudo austeridade tomadas pelo governo Dilma para enfrentar a crise. Na verdade, ações ditadas pelo Capital para cumprir a agenda dos países imperialistas.

237) As medidas provisórias 664/665 que alteram os critérios do seguro-desemprego, dos abonos salariais e das pensões são provas disso. Como se isso não bastasse agora surge o PL 4330 que trata das terceirizações. Quem mais sofre com essas medidas sem sombra de dúvida é a classe trabalhadora.

238) Sem contar que o país atravessa outras crises como a energética e hídrica. Crises essas resultantes da falta de investimentos, da falta de políticas públicas para esses setores. A irresponsabilidade dos governos joga a classe trabalhadora para uma condição de vida onde nem mesmo suas necessidades básicas podem ser atendidas.

239) Como consequência disso os serviços públicos como educação, saúde, transporte e segurança funcionam caoticamente, a carestia aumenta (luz, água, combustível) ocasionando alta nos produtos da cesta básica, dificultando cada vez mais a vida dos trabalhadores para suprir as necessidades da sua família.

240) A corrupção está sem limites. Para salvar a Petrobrás, o PT e a CUT - que é uma central declaradamente governista - agora chama atos numa tentativa de retomar sua inserção nos movimentos sociais e sindicais. A direita se articula em grandes manifestações querendo tirar proveito da fragilidade do governo Dilma. O PMDB hoje é quem domina o governo e a economia nacional está totalmente controlada pelos bancos, na pessoa do ministro Joaquim Levi.

241) Para responder a tudo isso a classe trabalhadora tem tentado se reorganizar. Vários movimentos de luta ocorreram e vêm ocorrendo no Brasil. Lutas dos trabalhadores do metrô, da GM, da COMPERJ, dos caminhoneiros, da Volks de SBC, contra o aumento das tarifas do transporte e servidores públicos do Paraná. Hoje trabalhadores da educação em 10 estados, inclusive SP com mais de 60 dias, estão em greve. A postura dos governos é de total ataque e tentativa de desconsideração das manifestações, o que demonstra que os governos disputam a consciência de nossa classe, com apoio da grande mídia, que atua de modo a ganhar ideologicamente apoio para suas ações.

242) A Conspiração Socialista avalia que a perspectiva das organizações de esquerda da classe trabalhadora, especialmente as que atuam na CSP-Conlutas, deva ser de trabalhar para o crescimento da luta. O chamado pela greve geral é um passo importante nesse sentido, pois os trabalhadores não suportam mais tanto arrocho. Mas, independente do resultado dessa ação, devemos discutir táticas que recoloquem na perspectiva da classe, a unidade de ação de todos os setores da esquerda e da classe trabalhadora, pois só as lutas unificadas podem garantir nossos direitos e combater o avanço da direita reacionária.

ASSINANTES:

243) Conspiração Socialista - Walter Silva Souza, Luiz Carlos da Silva, Ana Lucia Viana, Maria de Fátima Queiroz, Reginaldo Moreira Sena, Jaime Batista Estevan, Felix Placido A. Carvalho, Terezinha Regina V. Pinto, Roberto da Silva de Almeida, Karl Heing Hadzia Ir, Terezinha Maria da Silva, Gilberto de Lima Silva, Ezío Expedito Ferreira Lima, Luciano Delgado, Fabiana Ribeiro da Silva, Evaristo Balbino, Ronygley Carvalho Fonseca, Everton da Silva Vasconcelos, José Carlos Gea, Rosana Aparecida, Pereira Reche, Maria da Conceição Andrade Oliveira, Jacson Santana, José Abilio, Douglas Eduardo Arf, Adilson Rodrigues da Conceição, Ednéia Dias, Gesio Miguel Fernandes, Joel Fernando Cangâne, Nilson Vitor dos Reis, Rui Carlos Lopes de Alencar, Sandro Ribeiro Chagas, Silvio de Souza, Vanessa Couto

da Silva, Willian Vieira da Silva, Mara Cristina de Almeida, Décio Alves da Silva, Francisco Inácio D. Junior, Luiza Demarilac da Silva Rocha, Luiz Carlos da Silva, João Marcelo Rodrigues, Hildete Simões, Raimundo Alves de Almeida, Ivanilda Maria Vieira, Ubyrajara Aquino de Castro, Rodrigo Fernando Assis dos Santos, Raniere Rodrigues Alcântara, Sônia Mara de Sousa, Márcio de Oliveira Santos, Bárbara Soares de Barros, Jefferson C. Albuquerque Rosa, Marcos Luiz da Silva, Ana Lucia ferreira, Luciano Lopes da Silva, Edrísia Rodrigues, Walmir Rodrigues Ramos, Renato Rodrigues, Luiz Carlos Freitas, Janaína Nardocci, Solange Assunção, Idalina Lelis Freitas Souza e Sérgio Albenez.

13. Conjuntura nacional

O avanço da direita

244) Nos últimos meses temos assistido ao ascenso dos ideários conservadores em nossa sociedade. As manifestações contra o governo Dilma têm trazido palavras de ordem que contrariam os interesses da classe trabalhadora. E pior, muitos desses manifestantes são trabalhadores, capitaneados pelos setores reacionários da sociedade.

245) Por outro lado, o congresso conservador que há pouco tempo era controlado pelo PT, agora tem agido de forma descontrolada e medindo forças com o governo. Se sob o cabresto do governo, os deputados já tinham posições que atacavam diretamente os interesses dos trabalhadores, agora com posição mais conservadora e atendendo ao apelo dos setores reacionários da sociedade, vindo das manifestações de direita, os trabalhadores tendem a perder ainda mais. Só nos resta um caminho: resistir e lutar.

246) A prova cabal do posicionamento conservador do parlamento foi a aprovação do PL 4330, pela Câmara dos Deputados, que libera geral a precarização nas relações de trabalho. Além de permitir a terceirização em todas as atividades das empresas, atinge também o setor público, uma vez que a emenda do deputado Carlos Sampaio (PSDB – SP) que estende os efeitos da matéria aos terceirizados do setor público (empresas públicas e de economia mista). Enquanto alguns setores da sociedade e centrais pelegas, como a Força Sindical, apontam vantagens no projeto substitutivo da terceirização, nós sabemos que a liberação da terceirização da atividade-fim das empresas é um retrocesso e um verdadeiro ataque a CLT, possibilitando a ampliação da jornada de trabalho, demissões rotineiras e redução de salários.

247) Os trabalhadores organizados nos sindicatos e nos movimentos sociais de luta não podem ficar estáticos assistindo ao avanço da direita. É preciso ir às ruas. Mais do que nunca, se faz necessário organizarmos manifestações em defesa dos direitos trabalhistas, saúde,

Anotações

educação e contra a corrupção em todas as esferas de governo e no poder legislativo.

248) Não temos nenhuma ilusão com o parlamento e sabemos que a classe trabalhadora, para obter conquistas, precisa se organizar para combater patrões e governos. A CSP/ Conlutas deve estar à frente da organização dos trabalhadores para fazer o enfrentamento ao Governo Dilma e ao congresso corrupto e conservador, compondo frentes de luta com todos os setores de esquerda que queiram defender as bandeiras da classe trabalhadora.

Crise Econômica: Não vamos pagar essa conta

249) A crise econômica/ financeira anunciada aos quatro cantos em todo o planeta chega com voracidade ao Brasil. O sistema capitalista sobrevive destas crises, uma vez que neste momento são aprofundados ataques aos direitos dos trabalhadores e a ampliação da carga tributária.

250) As medidas anunciadas pelo governo Dilma não são diferentes dos demais governos burgueses. As alterações no sistema de pagamento do seguro desemprego e de pensão alimentícia e o corte nas despesas com educação e saúde, são alguns exemplos de que o governo pretende impor aos trabalhadores a conta desta crise. Não podemos aceitar. Devemos seguir o exemplo dos trabalhadores da Grécia que organizaram levantes significativos contra a política de austeridade proposta pelo governo grego.

251) Os empresários dos mais diversos setores da economia angariaram altos lucros durante os 07 anos de avanço da crise do sistema capitalista pelos diversos continentes, com políticas de incentivo fiscal e de crédito, dos governos Lula e Dilma, aumentando o consumo e o endividamento dos trabalhadores.

252) Não podemos aceitar mais uma vez a blindagem da burguesia e mais um vez pagarmos a conta desta crise estrutural do sistema capitalista.

ASSINANTES:

253) Militantes do Coletivo Independentes de Luta - Adriana Dias Siqueira, servidora do Hospital Municipal Dr. Waldomiro de Paula /SP; Adriana Teixeira Gomes, conselheira do Sinpeem; Alessandro Rubens de Matos, (representante de escola do Sinpeem e militante da Apeoesp; Ana Lúcia Barbosa Cerqueira, conselheira do Sinpeem; Cilene Reimberg, conselheira do Sinpeem; Cristiano Aparecido Mendes, professor da rede municipal /SP; Ederaldo Luiz Nieri, professor da rede estadual /SP; Edivaldo dos Santos Nascimento, conselheiro regional da Apeoesp e conselheiro do Sinpeem; Edivan Alves de Novaes, representante de escola da Apeoesp; Fabiana de Fátima Oliveira, representante de escola do Sinpeem; Giovana Almeida, professora da rede estadual / SP; Jaqueline Valencio, funcionária do quadro de apoio na rede estadual de educação/ SP; João Batista de Sá, conselheiro Sinpeem; José Maria de Andrade Filho, conselheiro do Sinpeem; Kamila Monteiro dos Santos, representante de escola do Sinpeem; Lourdes Ferreira da Silva, representante de escola da Apeoesp; Luci Ferreira da Silva, conselheira estadual da Apeoesp; Maria Aparecida Sanches, conselheira do Sinpeem; Marizete Aparecida Pontes, conselheira do Sinpeem; Marly de Almeida Lopes, conselheira do Sinpeem; Mauro Sergio Magalhães, representante de escola da Apeoesp; Miriam dos Santos Mattiuzzi, funcionária do quadro de apoio da rede municipal de educação/SP; Plinio Roberto Zangirolami, conselheiro do Sinpeem; Simone Gimenez Palazzi, conselheira do Sinpeem; Tiago Martins dos Santos, representante de escola do Sinpeem e militante da Apeoesp; Wagner Alexandre Pereira, representante de escola do Sinpeem.

14. O enfrentamento com o governo Dilma

254) Da mesma forma que Lula, Dilma governa de acordo com os interesses da burguesia e do capital financeiro, mas não é um governo burguês clássico, ou como poderíamos chamar "puro sangue". É um governo de frente popular.

Não tanto pela sua base de apoio partidária que, além do PT e PCdoB, inclui um amplo leque de partidos burgueses, entre eles o PMDB, mas principalmente pela sustentação que recebe da CUT, CTB, MST, UNE e outros movimentos populares e sociais, apoio político que define o caráter do governo.

255) Ao contrário de Collor, que foi derrubado porque não tinha sustentação parlamentar, sindical e popular, Dilma conta com o respaldo da CUT e do PT, que não aceitarão a deposição da presidente. O Governo Dilma somente se sustenta em virtude desse apoio político, que o defende contra a ação da direita de um lado, e dos movimentos sindicais e populares de oposição, de outro.

Para enfrentar o Governo Dilma, é preciso atuar na luta de classes, com programa e organização independente, enfrentando os partidos e centrais que sustentam a Frente Popular e, sem se confundir com a direita, combater o Governo que ataca os direitos dos trabalhadores, associado que está com os interesses da burguesia.

ASSINANTES:

256) Militantes do CEDS - Centro de Estudos e Debates Socialistas e independentes: Anabel Cogo, Anderson Gonçalves, Arine Cougo, Carmen Padilha, Carmen Trindade, Carolina Hugo, Claci Hahn, Clovis Oliveira, Eliane da Silva, Ernani Cibeira, Fernando Borges, Gilson dos Santos, Gustavo Fisch, Inez Wunsch, Ione Mandelli, Ione Torres, Jussara Jayme, Jorge Xavier, Joselaine Mendonça, Maria do Carmo Machado, Maria Goreti da Costa, Maria Helena Gallina, Maria José da Silva, Maria Luisa Feil, Marlene Trindade, Márys Saldanha, Rosa Ângela dos Reis, Rose Sortica, Silvana Moraes, Solange Correa, Tamyres Filgueira e Tania Gonçalves, que atuam nas entidades do RS (Oposição do CPERS/Sindicato, Fórum Magister de Aposentados do CPERS/Sindicato, Sindicato dos Municipários de Porto Alegre/SIMPA, Associação dos Trabralhadores em Educação do Município de Porto Alegre/ATEMPA, Sindicato dos Servidores do Detran/SINDET/RS, Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição/ASERGHC, Oposição SINDISAÚDE/RS, Oposição Rodoviária de Porto Alegre/RS).

15. Situação nacional: o fim de ciclo PTista, ajustes e ataques históricos

257) A cara do fim de ciclo do governo do PT tem seu espaço em um profundo desgaste do governo Dilma, acompanhado de ajustes e ataques aos direitos dos trabalhadores. As últimas eleições já mostravam um desgaste do PT não apenas em setores médios, mas também entre os trabalhadores.

Anotações

258) E o discurso eleitoral de Dilma de "nenhum direito a menos" logo deu espaço a ataques aos direitos trabalhistas. As Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665 implementadas por seu governo atacam direitos como seguro desemprego, pensão por morte, auxílio doença e abono salarial. A opção do PT é atacar os direitos trabalhistas e previdenciários, para manter as fortunas das grandes empresas.

259) Acompanhando os ajustes, é no governo do PT que a classe trabalhadora está sofrendo um dos maiores ataques da história desse país com a possível aprovação do Projeto de Lei 4330, o PL da terceirização. As centrais sindicais (CUT e CTB) e movimentos sociais governistas (MST e MTST) tentam limpar a cara do PT dizendo que esse PL está sendo levado à frente pelo parlamento dominado pela direita. Mas verdade seja dita: o maior responsável pela terceirização no Brasil é o governo do PT, Lula e Dilma. Nestes 12 anos de seu governo, os terceirizados aumentaram de 4 milhões em 2002 para 12,7 milhões no final de 2014.

260) Se até agora os terceirizados estavam restritos às atividades meio, como segurança, limpeza e logística, com a aprovação do PL 4330, também as atividades fim, ou seja, todas as atividades poderiam ser terceirizadas, rasgando literalmente a CLT, rebaixando os salários, aumentando a jornada de trabalho e aumentando os riscos de acidentes nos locais de trabalho. Esse ataque ainda não foi implementado e há tempo para que a classe trabalhadora construa grandes mobilizações para barrar esse ataque histórico.

261) Além destes ataques, o desemprego tem aumentado no país e a indústria começa a entrar em uma crise cada vez mais forte, o que tem significado demissões, férias coletivas e suspensões. É necessário uma forte luta pela defesa e ampliação do emprego. Algumas greves neste ano já mostraram que é possível lutar pelos postos de trabalho.

Em meio aos ataques há uma voz de resistência

262) Após as históricas manifestações de junho de 2013, os trabalhadores também começaram a mostrar suas forças.

263) Começou com a heroica greve dos professores do Rio de Janeiro que após 19 anos sem fazer greve, mantiveram uma dura greve por mais de 60 dias. Passamos pela dura greve dos rodoviários em Porto Alegre. Depois veio o maio operário de 2014, em uma onda de greves não vista no país há 20 anos. O símbolo mais importante naquele momento foi a grandiosa greve dos garis do Rio de Janeiro, que depois despertou uma onda de greves de motoristas e cobradores por todo o país. Em seguida veio a importante greve dos metroviários de São Paulo que enfrentou a truculência do governo Alckmin (PSDB) e luta ainda hoje pela imediata readmissão dos 42 punidos por lutar.

264) Por fim, os trabalhadores da USP deram uma grande lição em mais de 100 dias de greve, vencendo o governo e a reitoria e avançando como em nenhuma outra luta na organização de base dos trabalhadores, com seus comandos de delegados por local de trabalho, com o método da democracia operária.

265) Neste ano vimos importantes greves na indústria pela defesa do emprego, na Volks do ABC, na GM de São José dos Campos e diversas outras que estouram país a fora.

266) Mas sem dúvida as mais emblemáticas greves neste fim de ciclo do PTismo estão hoje nas mãos dos professores em todo o país. Neste começo de maio os educadores fazem greves simultâneas em 10 estados diferentes, enfrentando os mais diversos governos estaduais e federais, o PSDB no Paraná e em São Paulo, o PT e Goiânia e até o governo do PSOL no Macapá.

267) A grandiosa greve dos professores do Paraná no começo deste ano, enfrentando a repressão, passando por cima do governo de Beto Richa (PSDB) iniciou essa onda de luta pela educação. Agora novamente voltam à cena com a forte repressão da polícia de Richa às vésperas do 1 de maio. Em São Paulo o governo Alckmin endurece e os professores fazem uma histórica greve que já chega a 60 dias.

268) É preciso unificar as greves pela educação em todo o país, com encontros regionais de delegados, organizados desde a base em cada luta local e impondo uma organização nacional para que vencem com um programa único nacional contra os governos estaduais e federal.

ASSINANTES:

269) Movimento Nossa Classe - Diana Soubihe de Oliveira Assunção - Diretora do Sindicato dos Trabalhadores da USP, Marcello Pablito Ferreira dos Santos - Diretor do SINTUSP, Bruno Sperb Rocha Gilga - Diretor do SINTUSP, Patricia Sayuri Tanabe Galvão - Conselho Diretor de Base da USP, Marilia Lacerda da Silva - Conselho Diretor de Base da USP, Claudionor Brandão - Diretor do SINTUSP, Felipe Guarnieri - Delegado Sindical do Metrô/SP, Francielton Bananeira Reis - Delegado Sindical do Metrô/SP, Marília Rocha Cristina Ferreira - Delegada Sindical do Metrô SP/Demitida Política, Edison Urbano - Cipeiro da CEF/SP, Gabriel Moreno - Delegado Sindical da CEF/SP, Camila Pivato – Metroviária/SP, Thiago Mathias de Carvalho - Delegado Sindical do Metrô/SP, Leandro Lanfredi Andrade - Petroleiro do TECAM (RJ - PETROBRÁS), Simone Kawakami Ishibashi – Professora Estadual/SP, Luciana Machado Placucci Vizotto - Professora Estadual/SP, Marcio Barbio – Diretor da APEOESP/Professor Estadual/SP, Adriana Paula – Professora Estadual/SP, João de Regina– Professora Estadual/SP, Marcella Campos– Professora Estadual – SP, Allan M. Costa– Professora Estadual – SP, Danilo Magrão– Professora Estadual/SP.

16. Resolução sobre a situação econômica nacional e as tarefas políticas colocadas

Proponente: SEEB-RN

270) O Brasil vive um momento de esgotamento do modelo econômico adotado a partir da crise mundial de 2008. Esse modelo esteve baseado na expansão do crédito ao consumidor, empréstimos, e obras públicas de interesse das empresas, isenções fiscais para determinados ramos, desoneração da folha de pagamento, redução do compulsório dos bancos, etc., travestidas de propostas para salvaguardar o país da crise internacional (no chamado Programa de Aceleração do Crescimento – PAC). Essas medidas mantiveram artificialmente aquecido o consumo por algum período, garantindo a vitórias nas eleições presidenciais para o PT com Dilma em 2010.

271) Entretanto, ao longo do mandato de Dilma o fôlego das medidas adotadas pelo governo foi se esgotando, e também a capacidade dos consumidores seguirem consumindo na mes-

Anotações

ma medida. O crescimento da economia brasileira foi de -0,-1% em 2014 segundo o IBGE (http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias), sendo que os dados do 1º trimestre de 2015 ainda não estão disponíveis. A inflação acumulada nos últimos 12 meses (até março de 2015) está em 7,9% segundo o IPCA do IBGE, maior do que o teto da meta de 6,5% do governo (http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/1605619-previa-da-inflacao-desacelera-em-marco-mas-12-meses-acumulam-79.shtml). Na vida real, a inflação sentida pelo trabalhador na hora de pagar supermercados, aluguel, transportes, etc., é muito maior do que os índices oficiais. O aumento das contas de luz autorizado pela ANEEL para 2015 terá uma média de 23,4%, podendo chegar a 39,95% em alguns estados (http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-02/aneel-aprova-aumento-de-a-te-39-para-contas-de-luz-de-58-distribuidoras). O preço do transporte público subiu em 9 capitais do país. A gasolina deve subir em média 8%. A taxa SELIC, que serve de referência para os juros, subiu para 12,5%, num cenário em que 57% das famílias estão endividadas e 17% com contas em atraso (dados da Confederação Nacional do Crédito).

272) Enquanto o trabalhador paga mais, o governo quer gastar menos com a área social. O novo ministro da Fazenda Joaquim "mãos de tesoura" Levy iniciou o ano de 2015 anunciando cortes no seguro desemprego, no PIS e nas pensões do INSS, com o objetivo de economizar R$ 18 bilhões para o superávit primário. Essas medidas de "austeridade" à brasileira visam garantir o pagamento dos juros da dívida pública, que atingiu R$ 978 bilhões em 2014, o equivalente a 45% do orçamento federal, ou 12 vezes o que foi gasto com a educação, 11 vezes o que foi gasto com a saúde e o dobro do que foi gasto com a previdência pública (dados da auditoria cidadã).

273) No mercado de trabalho avança a terceirização e várias formas de precarização, sem que o governo tenha feito nada para que fosse arquivado ou retirado da pauta. A discussão do PL 4330 circulou durante anos, sem que o governo impedisse que fosse à votação. Antes disso, defendia o Acordo Coletivo Especial – ACE, que permitiria o rebaixamento geral de salários e direitos trabalhistas sancionada pela burocracia sindical governista.

274) O governo do PT loteou o ministério aos diversos setores da burguesia, entregando por exemplo a pasta da Agricultura à Kátia Abreu, representante do agronegócio. Desde o mandato de Lula os governos do PT vem sendo coniventes com o ataque do latifúndio e do agronegócio aos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, negando-se a demarcar terras e fazendo vista grossa aos crimes contra os lutadores do campo. Além disso, os governos do PT deram livre curso à devastação ambiental, aprovando um código florestal que legaliza a destruição de florestas, e impulsionando obras como as hidrelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio. E também não houve nenhum avanço na Reforma Agrária, ao contrário, os trabalhadores do campo continuam morrendo em conflitos pela terra.

275) Assim como o governo, as empresas também cortam seus gastos. As montadoras de automóveis puxam a fila, com as demissões na Mercedes, na GM, na Ford e também em empresas menores, essas sem grande repercussão. O fechamento de plantas e a transferência da fabricação de determinados modelos para outros estados ou outros países resultam em demissões em toda a cadeia automotiva, que vai de autopeças a prestadores de serviços.

276) Esse cenário projeta para 2015 um ano de baixo crescimento econômico e aumento da inflação, que está sendo usada pelos empresários para retomar dos trabalhadores o que foi conquistado em termos de aumento salarial nas greves e campanhas salariais passadas. Ao mesmo tempo, prossegue a deterioração dos serviços públicos, e principalmente, um grande plano de privatizações que está entregando à iniciativa privada portos, aeroportos, rodovias, inclusive atingindo as empresas públicas como a Caixa Econômica Federal, que está sob ameaça de abertura de capital. Tudo para garantir o pagamento da dívida aos

banqueiros e especuladores, uma versão brasileira dos planos de austeridade, ou seja, os planos aplicados antes nos PIGS, (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha) e que agora são desencadeados sobre países periféricos de maior peso, entre eles o Brasil. Os trabalhadores seguem convivendo com educação e saúde pública precários, transporte caro e de má qualidade, déficit habitacional, etc. A isso tudo se somam problemas como a seca e a falta d'água, provocada pela falta de investimentos em vários estados do país, podendo chegar a situações catastróficas.

277) O arrocho e as dificuldades que estão sendo impostos sobre os trabalhadores impõem a necessidade de duras lutas para reverter os planos do governo e da patronal. As campanhas salariais terão que ser muito fortes para recompor o valor dos salários que está sendo aceleradamente corroído pela inflação. Ao mesmo tempo, a luta por serviços públicos de qualidade, para os quais a população em geral tem se tornado mais atenta desde as jornadas de junho de 2013, vai se chocar frontalmente com os planos de "austeridade" do governo em relação aos gastos sociais, que tem como contrapartida a generosidade para com os banqueiros.

278) Em 2015 não teremos Copa do Mundo ou eleições para criar distrações e desvios no debate sobre a situação do país. As lutas terão que convergir para um enfrentamento mais direto contra o governo e a burguesia. É papel da CSP Conlutas desenvolver essas lutas numa perspectiva de independência de classe, antigovernismo e politização dos trabalhadores.

OPRESSÕES

17. Organizar as mulheres trabalhadoras contra o ajuste fiscal e a retirada de direitos

Proponentes: MML (Movimento Mulheres em Luta) e SINDTEST-PR

279) No mundo, as mulheres trabalhadoras ainda recebem 24% a menos que os homens pelos mesmos trabalhos e a mulher com filhos recebe menos ainda. Porém, se levarmos em conta que as mulheres estão nos trabalhos menos remunerados, esta desigualdade é muito maior. As mulheres são 83% dos trabalhadores domésticos, que estão entre os menos remunerados do mundo.

280) Com os planos de austeridade, implementados por todos os países como saída capitalista para a crise econômica, as mulheres trabalhadoras estão entre os grupos mais sacrificados. No Reino Unido

Anotações

por exemplo, há cortes em programas de auxílio à amamentação, exames de pré-natal e fechamento de creches. Na Espanha, mudanças na legislação trabalhista torna descartável o trabalho das mulheres no setor de serviços. Em vários países existe ameaças de retrocessos na legislação sobre o aborto. Na Espanha, este retrocesso foi rechaçado por um forte e vitorioso movimento de mulheres.

281) No Brasil a situação das mulheres trabalhadoras também está piorando a cada dia com o corte de verbas das áreas da saúde, educação, combate à violência contra a mulher, reforma agrária, programa minha casa, minha vida, etc.

282) O ajuste fiscal está corroendo as condições de vida das mulheres trabalhadoras, principalmente das mulheres negras e pobres. O aumento dos preços dos alimentos, das tarifas de transporte e energia e a falta d'água, se somam à deterioração dos serviços públicos por causa do ajuste fiscal. Estão faltando vagas nas creches, médicos e remédios nos hospitais, para dizer sobre alguns serviços básicos que atingem em cheio a vida das mulheres trabalhadoras. O desemprego crescente também ameaça a vida das mulheres, que são as primeiras a serem demitidas pelas empresas.

283) A retirada de direitos previdenciários e trabalhistas também está penalizando mais as mulheres e todos os setores oprimidos da classe trabalhadora. As medidas provisórias 664 e 665, que já estão em vigor desde o início de março de 2015, já estão afetando a vida das mulheres.

284) A pensão por morte é um direito previdenciário do qual 80% dos beneficiados são mulheres. O auxílio-reclusão também é utilizado pelas mulheres e suas famílias, que muitas vezes só tem esta renda para seu sustento. As mulheres também são 35% dos trabalhadores que utilizam o seguro-desemprego. A restrição de todos estes direitos, está tornando a vida das mulheres, em sua maioria com renda de até 1 salário mínimo, muito mais penosa e as consequências sociais destas medidas têm dimensão gravíssima.

285) A economia pretendida pelo governo Dilma (PT), com as medidas provisórias, será em torno à 18 bilhões de reais, ou seja, um valor referente ao pagamento de 5 dias de juros da dívida pública. Sendo que as medidas são só uma parte do ajuste fiscal. Ao todo, o governo Dilma (PT) pretende economizar 1,2% do PIB, ou R$66 bilhões com todos os cortes e retirada de direitos. Isso mostra como o ajuste fiscal está sendo perverso, mas mostra também quem está sendo beneficiado por ele, pois os bancos e o mercado financeiro continuam aumentando seus lucros, enquanto a vida de mulheres e crianças está ficando muito mais vulnerável à fome, às doenças e à morte.

286) Mas a burguesia, não contente com os ajustes, ainda quer elevar o patamar de exploração da classe trabalhadora a níveis chineses. O PL4330 pretende terceirizar todas as atividades das empresas. Hoje a terceirização já atinge cerca de 12 milhões de trabalhadores. Destes, cerca de 70% são mulheres, na sua maioria negras, que já têm menos direitos, trabalham mais, ganham menos e sofrem mais acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

287) A expansão da terceirização, se o PL4330 for definitivamente aprovado, irá aumentar ainda mais a exploração dos setores mais vulneráveis dos trabalhadores como as mulheres, negros e negras, jovens e LGBT's. Empresas terceirizadas se proliferarão e a quantidade de trabalhadores com reclamações trabalhistas também. Hoje as empresas terceirizadas já são as principais responsáveis por não pagarem e não respeitarem os direitos dos trabalhadores e por isso são as terceirizadas as maiores devedoras de processos judiciais trabalhistas.

288) Direitos das mulheres como a estabilidade das trabalhadoras grávidas ou licença maternidade serão muito mais desrespeitados e a fila de trabalhadoras que terão que esperar anos pela justiça também, muitas vezes sem nunca conseguir receber seus direitos. Enquanto isso, as grandes empresas ficarão livres para agenciar as terceirizadas, sem terem nenhuma responsabilidade com os trabalhadores.

289) O avanço da terceirização, através do PL4330, irá

aumentar a exploração sobre o conjunto da classe trabalhadora, e os setores oprimidos, por serem os mais vulneráveis, serão os primeiros a sentir os reflexos da retirada dos direitos.

Mulheres à frente das lutas contra o ajuste fiscal, as medidas provisórias e o PL4330

290) As mulheres trabalhadoras já estão à frente das lutas de resistência contra o ajuste fiscal e a retirada de direitos. Nas várias greves da educação, as mulheres, que são a maioria dos profissionais da educação, têm dado exemplo de persistência e coragem para enfrentar governos truculentos como Beto Richa (PSDB) e Alckmin (PSDB). Também na classe operária, têm aumentado a participação das mulheres nas lutas. Exemplos como a luta contra as demissões no Comperj, greves metalúrgicas dos setores de eletroeletrônicos, têxteis, confecção feminina e construção civil, já contam com uma linha de frente de operárias. Assim como greves em empresas de telemarketing e de empresas terceirizadas, com maioria de mulheres.

291) Contra o PL4330 e as medidas provisórias do governo Dilma não será diferente. O fato de Dilma ser uma presidenta mulher não faz com que ela defenda as trabalhadoras, pelo contrário, Dilma governa junto com a burguesia e para os interesses da burguesia e quer que os trabalhadores e as trabalhadoras paguem pela crise. Isto fica evidente quando vemos que as medidas do ajuste fiscal estouram nas costas dos trabalhadores e não dos ricos, banqueiros, latifundiários e grandes empresários. Por isso, a tarefa que está colocada para as mulheres trabalhadoras, é derrotar o governo Dilma e a oposição de direita, que estão unidos para realizarem o ajuste fiscal e a retirada dos direitos.

292) Para derrotar os ataques que estão ameaçando nossos direitos, temos que fazer todos os esforços para a realização da Greve Geral. Nós, mulheres trabalhadoras, como parte da CSP-Conlutas, nos somamos ao chamado às centrais para a construção da Greve Geral e estaremos levando a todos os sindicatos e movimentos este chamado.

293) O combate à exploração não se faz separado do combate à opressão. O capitalismo continua se utilizando das ideologias machistas, racistas e homofóbicas para dividir a classe trabalhadora e aumentar a exploração sobre o conjunto da classe. Por isso, devemos fazer todos os esforços necessários para unir a classe e para isso é necessário que todas as demandas das mulheres, negros e negras e LGBT's sejam incorporados em todas as lutas. A CSP-Conlutas deve ser instrumento da luta das mulheres e de todos os setores oprimidos da classe trabalhadora pela sua libertação do jugo de toda a exploração e de toda a opressão.

294) - Pela imediata revo-

Anotações

gação das medidas provisórias 664 e 665.

295) - Pela derrubada do PL4330 da terceirização.

296) - Não ao ajuste fiscal.

297) - 1% do PIB para o combate à violência contra a mulher.

298) - Pelo atendimento da demanda por creches públicas de qualidade para todos os filhos da classe trabalhadora.

299) - Pela descriminalização e legalização do aborto: Educação sexual e anticoncepcionais para prevenir e aborto legal e seguro para não morrer.

300) - Construir a Greve Geral para derrotarmos todos os ataques à classe trabalhadora.

301) - Nem Dilma e nem a oposição de direita! Mulheres trabalhadoras na construção do terceiro campo de classe.

18. A presença da mulher no mercado de trabalho e a necessidade da luta da classe para combater o machismo e a exploração capitalista

Proponentes: MML (Movimento Mulheres em Luta) e SINDSAÚDE-RN

302) Desde a década de 1970, a classe trabalhadora brasileira sofre um processo de feminização. Atualmente correspondem a 46% da mão de obra no país. Ocupam majoritariamente o setor de serviços, mas é crescente a presença das mulheres em todos os ramos de atividade.

303) Contudo, essa conquista de espaço no mercado de trabalho não significou a superação das contradições impostas pela ideologia machista. As mulheres foram absorvidas pelo capitalismo considerando as falsas ideias de sua maior sensibilidade, habilidade para os trabalhos de manipulação de peças pequenas, além de terem seu trabalho visto como complementar a renda familiar e não de sustento da mesma.

304) Essas e outras considerações sobre a mulher, baseadas na ideologia machista, faz com que a mão de obra feminina siga recebendo salários até 33% menor do que os dos homens em mesmas funções. Elas são localizadas nos postos de trabalho mais precarizados, com maior grau de adoecimento ocupacional, com menor exigência de qualificação e são as primeiras a serem demitidas, frente a qualquer crise ou necessidade de contenção de gastos.

305) A maior evidencia dessas condições na atualidade é o fato de que nos 12 mil postos de trabalho terceirizado que já existem no país 70% são ocupados por mulheres, em sua maioria negras. O perfil desses postos de baixa remuneração, com alta rotatividade, sem garantir todos os direitos trabalhistas contidos na CLT e sem permitir a representação sindical desses trabalhadores pelas entidades que representam os trabalhadores primeirizados são os espaços impostos para as mulheres e que tendem a ser estender a toda a classe trabalhadora, com a provação do projeto de lei 4330 que regulamenta a terceirização no país.

306) Para além do reflexo do machismo nas condições de ingresso ao mercado de trabalho, outros problemas enfrentados pelas mulheres nas diversas esferas sociais são determinantes para a vulnerabilidade desse setor. As mulheres continuam sendo vistas como as responsáveis naturais pelo trabalho doméstico e cuidado dos filhos. Ou seja, seguem cumprindo uma dupla jornada de trabalho que chega a até 08 horas semanais de diferença em relação ao homem, sem que sejam remuneradas por esse serviço.

307) Quando têm filhos a situação é ainda mais crítica, visto que as mulheres não contam com uma rede de creches públicas que possa garantir a educação de seus filhos, ao mesmo tempo em que lhe permita ocupar um posto de trabalho formal. Segundo o Anuário da Educação Básica de 2013 somente 22,95% crianças de 0 a 3 têm acesso às creches. Desta porcentagem, 25,5% são crianças brancas e amarelas e 20,5% crianças negras. A estimativa do déficit de vagas em creche segundo o relatório do Banco Mundial é de 1,8 milhões de crianças de 0 a 3 anos.

308) Além disso, segundo a legislação brasileira toda empresa que tenha mais de 30 mulheres com idade superior a 16 anos deve garantir creche no local de trabalho ou conveniada, ou pagar auxílio-creche. Em vez disso, uma pesquisa organizada pela empresa Hewitt Association aponta que apenas 3% das empresas oferecem creche para suas funcionárias e 43% pagam auxílio-creche. A maioria, 54% das empresas, não oferece nenhum subsidio para as trabalhadoras.

309) Outro problema central enfrentado pelas mulheres que interfere na sua vida profissional é a violência machista a qual estão expostas. A ONU calcula que em nível mundial, uma a cada cinco mulheres se converterá em vítima de estupro ou tentativa de estupro ao longo de sua vida. No Brasil, em 2012, foram registrados 50,6 mil denuncias de violência sexual, ou seja, um estupro a cada 10 segundos. Parte considerável desses casos ocorre bem no início da manhã ou altas horas da noite, quando as mulheres estão indo ou voltando do trabalho.

310) A violência doméstica atinge dados alarmantes. Entre 2006 e 2013, o serviço ligue 180 contabilizou mais de 03 milhões de atendimentos, sendo apenas um terço disso pedido de informações. A violência mais frequente entre esses dados é a violência física que inclui desde lesões corporais leves até assassinato. Na ultima década 43,5 mil mulheres foram assassinadas no país, isso aponta para um feminicídio a cada 02 horas e coloca o Brasil na 7ª posição em um ranking mundial com 84 países analisados pela ONU, entre 2006 e 2010, para esse tipo de crime.

311) As principais vítimas são as mulheres jovens e negras. Em 2011 a taxa de morte de mulheres jovens foi 73% maior que entre as mulheres não jovens e enquanto o número de mulheres brancas assassinadas caiu 11%, entre 2003 e 2008, entre as mulheres negras esse número subiu 20%.

312) No local de trabalho essa violência tem nome e se faz presente no cotidiano das mulheres trabalhadoras. Os assédios morais e sexuais refletem a combinação entre o poder hierárquico do chefe e a compreensão do senso comum de que a mulher é um objeto sexual a serviço do homem. Por isso as mulheres são as principais vítimas tanto da pressão psicológica e da humilhação no local de trabalho, seja para aumentar o ritmo de produção ou para aceitar as condições de trabalho precárias; quanto das cantadas e o condicionamento da manutenção de seu posto mediante prestação de serviços sexuais.

313) Na União Europeia, 40 a 50% das trabalhadoras reportaram alguma forma de assédio em seus locais de trabalho. No Brasil, cerca de 30% da população economicamente ativa é vitima de assédio moral e 52% das mulheres já foram vitimas de assédio sexu-

Anotações

al. Atualmente o assédio moral e sexual corresponde ao maior risco para adoecimento mental dos trabalhadores.

314) Pode-se dizer que desde a hora da admissão da mulher no emprego ela já é discriminada, a exigência da "boa aparência" para se admitir uma mulher no trabalho demonstra que as mulheres são submetidas a também a critérios subjetivos na hora da seleção. Mas não é só isso a discriminação persiste através da diferenciação salarial ou na falta de oportunidade de ascensão profissional. Com relação ao assédio moral propriamente dito, pode-se manifestar no não reconhecimento das necessidades biológicas próprias das mulheres, na pressão para que não engravidem através da exigência de testes de gravidez nos exames periódicos; dificultando sua vida na época da amamentação ou até mesmo perseguindo propositalmente para força-las as pedir demissão quando retornam da licença maternidade; no condicionamento de benefícios a metas de produção e limites de falta, além do aproveitamento da situação de muitas mulheres que sustentam suas famílias sozinhas para impor trabalhos humilhantes e penosos.

315) O assédio sexual é um dos instrumentos de desqualificação mais grosseiros da mulher, é a sua coisificação, sua transformação em objeto. Atitudes como piadinhas, brincadeiras, comentários, olhares constrangedores e até mesmo toques físicos são enfrentados pelas mulheres provocando situações vexatórias, de insegurança e de revolta.

316) Todas essas situações muitas vezes causam o afastamento da mulher do local de trabalho, seja por licença-saúde ou até mesmo pela demissão. A questão da violência doméstica, embora cause bastante constrangimento e aconteça fora do local de trabalho também pode causar o afastamento dessa trabalhadora. A lei Maria da penha preconiza que a vítima de violência seja afastada do trabalho por até seis meses sem perda do vínculo empregatício, porém não condiciona tal fato a manutenção da remuneração dessa mulher. Isso gera uma contradição significativa, uma vez que a mulher está afastada, mas não tem como se sustentar financeiramente.

317) Na maioria das vezes as mulheres enfrentam essas condições de maneira bastante individual e sem solidariedade de classe. Pelo contrário, em algumas situações o próprio sindicato reproduz comportamentos machistas sobre essa mulher, seja na pratica do assédio ou na invisibilização ou secundarização de pautas ditas "específicas" das mulheres. Vale evidenciar que ao serem quase metade da classe trabalhadora e, em muitas categoriais, a maioria absoluta os temas que afetam as mulheres não são tão específicos assim, senão que também se refletem nas condições de trabalho de toda a classe.

318) Nesse sentido, é preciso compreender que essas questões em geral e o assédio moral, em especial, é atualmente, parte importantíssima do modo de produção capitalista e é exatamente por isso que é fundamental para a classe trabalhadora enfrentar, combater e derrotar essa prática, seja qual for sua forma de manifestação. Combater o assédio moral é hoje proteger a saúde e a vida do trabalhador, e, portanto não pode ser considerada uma coisa a mais na luta dos trabalhadores. O combate ao assédio moral nesse sentido deve ser encarado como parte da luta contra a exploração capitalista, que reduz os trabalhadores a peças de uma engrenagem cujo objetivo é única e exclusivamente a busca pelo lucro.

319) Nesse sentido, combater o assédio sexual e incorporar nas pautas de acordo coletivo cláusulas referentes remuneração e qualificação das mulheres; exigência de creche ou auxilio creche; combate a todo tipo de violência contra a mulher; dentre outras, também é uma tarefa de toda a classe trabalhadora, de homens e mulheres, porque combater a opressão das mulheres seja ele no ambiente de trabalho ou fora dele, fortalece as companheiras e, portanto, quem ganha é a classe na luta contra a exploração capitalista.

Proposta de resoluções:

320) 1. Lutar contra toda

forma de diferenciação salarial entre homens e mulheres que se apresenta de maneira diferenciada nos diversos setores da economia;

321) 2. Impulsionar junto aos sindicatos campanhas pela garantia de programas específicos de qualificação, treinamento e formação profissional para a mulher, de acordo com a sua área de atuação;

322) 3. Impulsionar a luta pela redução do ritmo de trabalho, incorporando o debate sobre a necessidade das empresas considerarem os limites físicos das trabalhadoras, bem como as características fisiológicas especificas das mulheres, a exemplo da menstruação e da gravidez;

323) 4. Ser parte ativa nos atos e atividades contrárias ao PL4330 que institui a terceirização no setor privado, mas que pode se estender ao setor público, precarizando as condições de trabalho, principalmente das mulheres;

324) 5. Atuar regularmente na luta por creches com funcionamento em tempo integral, sejam públicas, gratuitas e de qualidade com financiamento estatal, atendendo 100% das crianças, através da aplicação de 10% do PIB para educação, sem prejuízo de manter a exigência de garantia de creche por local de trabalho;

325) 6. Realizar uma campanha em conjunto com a CSP-Conlutas e os sindicatos de combate ao assédio moral e sexual nos locais de trabalho;

326) 7. Orientar que o setor jurídico dos sindicatos tenha uma atuação frente aos casos de assédio moral e sexual;

327) 8. Atuar junto aos sindicatos para incorporar as pautas específicas das mulheres nas campanhas gerais das categorias, já apontando três propostas iniciais, quais sejam:

328) - Que o tema de violência contra a mulher seja obrigatório nas SIPATS;

329) - Que seja constituído um canal de denuncia e apuração dos casos de assédio moral e sexual, composto por sindicato e empresa/ órgão, garantido o anonimato da vítima até o fim das investigações;

330)) - Garantir o direto a mulher de mudar de local de trabalho ou que o mude o assediador caso assim ela deseje, após a conclusão das investigações sobre o assédio.

19. Contribuição do Grupo de Mulheres Pão e Rosas e do Movimento Nossa Classe sobre a luta contra as opressões

331) O ano iniciou com ataques profundos aos direitos dos trabalhadores. Os ajustes de Dilma (PT), através das MP´S 664 e, a já aprovada, 665,

Anotações

restringe direitos e dificulta o acesso ao seguro desemprego, e fará com que as mulheres e os setores oprimidos sejam os mais atingidos pois ocupam os piores postos de trabalho, terceirizados e rotativos.

332) O recém aprovado PL 4330 estenderá essa situação a um contingente maior de trabalhadores e será ainda pior para mulheres, negros e LGBT. No Brasil, 70% do total dos trabalhadores terceirizados são mulheres. Sobre o PL 4330, Rosane da Silva, secretária nacional da Mulher Trabalhadora da CUT disse, "o que se aprovou aqui é a generalização da precarização do trabalho. No processo de terceirização, os riscos para o profissional são maiores. Além disso, abre a possibilidade para que o trabalhador seja demitido e não tenha a quem recorrer por seus direitos". Tanto a CUT como a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), estão denunciando a terceirização, mas é importante ressaltar que a terceirização avançou nesses 12 anos de governo do PT, e atualmente o país tem 12 milhões de trabalhadores precários. Ou seja, a precarização que "escraviza, humilha e divide" e tem "rosto de mulher" se aprofundou no governo Lula e a Marcha Mundial de Mulheres, que apoia os governos do PT, nunca impulsionou uma luta contra a terceirização e por trabalho igual e direitos iguais.

333) Os deputados reacionários de partidos da ordem (PMDB, PP, PTB, etc) como Sarney, Maluf, Color, Renan Calheiros, que atacam os direitos dos trabalhadores, são parte das alianças construídas pelo PT desde 2002, pois o que caracterizou o "ciclo lulista" foi justamente sua aliança com empresários como José de Alencar (vice de Lula), dono de um conglomerado têxtil que superexplora milhares de mulheres. Alianças que fizeram com que os direitos das mulheres fossem rifados em troca da governabilidade, ao mesmo tempo em que a MMM exaltou a estratégia de empoderamento das mulheres através da figura de Dilma.

334) Os patrões e os governos usam das opressões para dividir os trabalhadores entre homens e mulheres, negros e brancos, heterossexuais e homossexuais e poder explorar mais. A terceirização é mais uma forma de dividir, entre efetivos e terceirizados. A luta contra o PL 4330 e toda terceirização deve buscar romper essa divisão. É preciso que os efetivos se organizem junto aos terceirizados do seu local de trabalho para lutar pela incorporação desses trabalhadores sem necessidade de processos seletivos ou concurso público, pois do contrário significaria impor para eles a demissão, sendo que já mostram no dia a dia que sabem realizar muito bem seu trabalho.

335) Fim das terceirizações! Abaixo o PL 4330!

336) Pela unidade entre efetivos e terceirizados! Incorporação dos terceirizados sem processo seletivo ou concurso público!

337) Além dos ataques aos direitos dos trabalhadores, os setores oprimidos sofrem com a violência nos locais de trabalho, estudos, em casa, com assédio moral, estupros, repressão policial e as mulheres são criminalizadas e assassinadas pelas máfias do aborto, que envolvem policiais e médicos, e pelo Estado que nega o direito ao aborto tirando a vida de centenas de mulheres negras, trabalhadoras e pobres como Jandira e Elisângela.

338) No Brasil, segundo pesquisas feitas UERJ, ao menos 865 mil casos de abortos são feitos no país e, segundo o IBGE, 7,4 milhões de mulheres já fizeram aborto pelo menos uma vez na vida. São mulheres de diferentes idades, mas as que morrem devido à impossibilidade de pagar por clínicas clandestinas "seguras", são mulheres trabalhadoras, pobres e negras.

339) O tema do aborto ainda é tratado como um tabu e existem várias dúvidas entre os trabalhadores, mas é fundamental que este debate seja feito para que se avance na defesa deste direito elementar na vida das mulheres para que deixem de morrer. É importante que a partir dos sindicatos e Secretarias de Mulheres sejam organizados debates e seminários sobre este tema para avançar conjuntamente entre os trabalhadores e impulsionar um plano de luta pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito oferecido sem burocracia pelo SUS. Este é um debate que o grupo de mulheres Pão e

Rosas tem feito no Movimento Mulheres em Lutas, da qual é integrante, desde o I Encontro do MML em 2013, em que propusemos que também fosse uma campanha prioritária do movimento de mulheres da esquerda. Até hoje a esquerda não foi uma alternativa à Marcha Mundial de Mulheres que, ao apoiar o governo Dilma, não organiza nenhum plano de luta pelo direito ao aborto.

Por um plano de luta pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito oferecido sem burocracia pelo SUS!

340) No capitalismo, o racismo cumpriu o terrível papel de justificar a escravização e o extermínio de dezenas de milhões de indígenas em sua terra originária e negras e negros capturados na África e trazidos à força para o continente americano. Foi através da escravidão e exploração das colônias que os países europeus enriqueceram.

341) No Brasil, maior país negro fora da África, a abolição da escravidão em 1888 não acabou com o racismo, pois suas marcas se arrastam até os dias de hoje. As negras e negros são alvo das piadas e agressões racistas e sofrem com as piores condições de vida, moradia, educação e trabalho. E claro são os mais atingidos pela terceirização. Também são a maioria entre os desempregados e aqueles que ficam de fora das universidades públicas. O racismo em nosso país também se manifesta na violência policial, em que os negros são sempre os suspeitos e alvos prioritários das chacinas.

342) Certos de que esse absurdo precisa acabar, acreditamos que a classe trabalhadora, inclusive a partir dos sindicatos, tem um papel fundamental no combate ao racismo.

343) - Implementação imediata das cotas raciais nas universidades públicas;

344) - Lutamos pelas cotas raciais proporcionais à população negra de cada estado;

345) - Pela retirada das tropas brasileiras do Haiti;

346) - Toda solidariedade e garantia de todos os direitos aos imigrantes no Brasil, em especial os imigrantes haitianos e apoio à sua organização na USIH!

347) - Pelo fim das chacinas policiais contra o povo negro!

348) - Pela igualdade de direitos entre efetivos e terceirizados e em entre negros e brancos!

349) Assumir a identidade homossexual no Brasil é um fator de risco. A cada hora um caso de violência contra gay, lésbica ou travesti (LGBT) é registrado e a cada dia um é assassinado violentamente. Com 40% dos assassinatos de travestis e transexuais do mundo concentrados no Brasil, esse campeão de homicídios a LGBT faz com que as pessoas corram risco de vida simplesmente por assumirem, em seu jeito de agir, de viver e em sua identidade social, que seus desejos afetivos não cumprem com o papel sexual pré-esta-

Anotações

belecido como "correto" e "único" pelo sistema capitalista.

350) Essa situação de risco de violência e agressões cotidianas, impõe à milhões uma vida dupla ou mesmo o silenciamento por toda uma vida de seus desejos sexuais. Repressão e agressão, medo e coerção: essa também é a lógica com a qual o sistema atua contra a livre sexualidade da população. Aqueles que violam suas leis escritas ou sua moral e tradição pregada não recebem somente a culpa como sanção, mas são também penalizados através do próprio aparato repressivo do Estado: polícia, justiça e milícias paramilitares. Sobre os LGBT's recaem os castigos mais severos e imediatos.

351) A conivência do Estado e de seus governos é evidente: sequer a garantia dos mesmos direitos civis que o restante da população esse setor tem acesso. Essa é a realidade de parte significativa da classe trabalhadora hoje!

352) Os trabalhadores e trabalhadoras não podemos reproduzir a ideologia e as agressões verbais e físicas que a mídia, os formadores de opinião e as instituições sociais, moldadas pela burguesia, nos condicionaram desde a infância. Ao impor uma localização inferior para milhões de trabalhadores negros, mulheres e LGBT, o capitalismo incentiva que muitos trabalhadores, para vingarem a exploração cotidiana que sofrem no trabalho, reproduzam o machismo, o racismo e a homofobia sobre as costas dos setores mais oprimidos de nossa própria classe. Enquanto isso o patrão e a burguesia sorriem e aplaudem. Nada melhor para a dominação deles do que ver a nossa disputa, nossa competição, nossas humilhações trocadas e nossa divisão!

Aprofundar a unidade da classe trabalhadora fortalecendo o combate ao machismo, à homolesbotransfobia na base das categorias de trabalhadores

353) É através da concepção de que a luta pelos direitos dos setores oprimidos também é parte da luta da classe trabalhadora que atuamos nas categorias de trabalhadores, no Sintusp e Secretaria de mulheres da USP. No metrô de SP os metroviários impulsionaram uma campanha contra a violência homofóbica, em que sofreu um trabalhador do metrô que repercutiu na mídia.

354) Na greve dos trabalhadores da USP, com o apoio de estudantes da Juventude às Ruas e do Pão e Rosas, organizou-se o "Cantinho das Crianças", contribuindo para que as trabalhadoras pudessem deixar seus filhos e assim participar da greve, pois a opressão faz com que as mulheres não sejam participantes ativas da vida política. Além disso, foi organizado pelo comando de greve com o apoio da Secretaria de Mulheres do Sintusp um debate sobre a transfobia. Também através da Secretaria de mulheres impulsionaram a luta contra a desvinculação do Hospital Universitário e pela realização dos exames de Papa Nicolau de centenas de mulheres na fila de espera, exame tão fundamental que diz respeito à saúde das mulheres. Também somos parte da luta por vagas na creche da USP para todas estudantes e trabalhadoras.

355) Recentemente, os trabalhadores da prefeitura do campus da USP fizeram uma greve de 20 dias contra 4 chefes que praticavam assédio moral de cunho homofóbico. Com seus métodos de luta, os trabalhadores conquistaram o afastamento das chefias e esta vitória fez avançar a unidade entre os trabalhadores fazendo com que os companheiros e companheiras que sofriam o assédio e eram alvo das piadas enxergassem nos outros trabalhadores fortaleza para enfrentar toda a opressão que leva à problemas psiquiátricos e à uma vida de privações de todos os tipos e pudessem ser quem realmente querem ser.

356) No inicio desse ano, Geiza, uma trabalhadora da USP, foi vítima do feminicídio e a Secretaria de Mulheres do Sintusp prestou toda solidariedade à sua filha e família e organizou junto a elas uma homenagem e um ato dizendo que ela não era a primeira, pois milhares de mulheres são assassinadas todos os dias, mas que a Secretaria daria um combate, dentro e fora da categoria, para que seja a última, para que nenhuma família tenha que passar pela dor de perder

alguém por causa da violência contra as mulheres.

357) Acreditamos que é nesta perspectiva que devem atuar as Secretarias de Mulheres nos sindicatos combatendo a opressão cotidianamente e impulsionando todas as medidas necessárias para ajudar na organização das mulheres junto aos trabalhadores nos seus instrumentos de luta combatendo a burocracia sindical. E achamos que os sindicatos devam ser linha de frente na luta pelos direitos das mulheres, LGBT e negras e negros para que a luta dos setores oprimidos contra a violência e seus direitos seja tomada pelo conjunto da classe trabalhadora para combater os patrões, Estado e os governos e a opressão e exploração.

358) *Além do conteúdo presente nesta contribuição, o grupo de mulheres Pão e Rosas também compartilha do conteúdo expresso na "Contribuição do Movimento Nacional Nossa Classe" enviada para este Congresso.*

ASSINANTES:

359) Rita Frau, Executiva Nacional do MML e professora no Rio de Janeiro; Barbara Dellatorre, Executiva Nacional do MML e trabalhadora do Hospital Universitário da USP; Andreia Pires-operária demitida pela JBS por lutar pelos direitos dos trabalhadores na fábrica; Flavia Vale, professora precária da rede estadual de MG em Contagem; Virgínia Guitzel, trabalhadora da saúde mental; Silvana Araújo, linha de frente da luta das trabalhadoras terceirizadas; Vilma Maria, trabalhadora do bandejão central da Universidade de São Paulo (USP); Herbert de Camargo, trabalhador da Faculdade Politécnica da Universidade de São Paulo (USP); Samantha Queiroz, técnica em Radiologia do Hospital Universitário da USP; Caio Leão Grelha, trabalhador do Hospital Universitário da USP; Daphnae Helena Piccoli, trabalhadora do Metrô/SP; Marleide Viana de Figueiredo Gomes Lira (Nani), educadora infantil na creche/USP; Adriano Favarin, trabalhador da Faculdade de Odontologia da USP; Thays Oyola, delegada Sindical da CEF/SP; Eduardo Maximo, delegado Sindical da CEF/SP; Fernanda Peluci, demitida Política do Metrô/SP; Lourival Aguiar, delegado Sindical e demitido político do Metrô/SP; Gabriella Farrabrás, metroviária de SP; Yuna Ribeiro, trabalhadora da prefeitura da Universidade de São Paulo (USP); Jaciara de Souza Santos, trabalhadora do telemarketing.

20. Chega de mortes de mulheres! As mulheres devem ter direito ao próprio corpo! Legalizar o aborto já!

360) o aborto é uma realidade da vida das mulheres bra-

Anotações

sileiras. Segundo o DataSus do Ministério da Saúde do Brasil, de 1996 a 2012, 1498 mulheres morreram em decorrência de prática de aborto. Isto significa que segundo essas estatísticas, cerca de cem mulheres por ano morrem por motivo de aborto. Mas, esses dados são muito imprecisos. As pesquisas sobre aborto no Brasil são muito recentes, sendo 90% delas iniciadas depois dos anos 2000. Dados não oriundos de órgãos governamentais, porém, mais próximos da vida da mulher brasileira, afirmam que por ano morrem 10 mil mulheres por razões de aborto. Os números são necessariamente conflitantes, pois o aborto é ilegal e as pesquisas recentes e precárias. Mas, os números dizem por si mesmos. São alarmantes. 10 mil mulheres por ano! A cada 1 hora, pelo menos uma mulher está morrendo. Isso significa que se trata de uma questão de saúde pública e que os governos não podem mais permanecer coniventes com essa realidade.

361) As mulheres recebem salários menores do que o dos homens, realizam o trabalho doméstico e são educadas desde pequenas a terem como seu maior sonho a construção de uma família. Sendo assim, existe uma ideologia que se propaga com força divulgando que a maternidade é algo sagrado e belo e que a mulher deve ter isso como centro de sua vida. Tal ideologia desresponsabiliza o estado da construção de creches e do investimento em educação infantil, legitima o machismo dos pais, aprisiona as mulheres ao lar e em última instância, assassina as mulheres.

362) A mulher tem a sua sexualidade tolhida, sendo constrangida para não conhecer seu próprio corpo, para colocar a sua sexualidade a serviço do prazer do homem e não de seu desenvolvimento. As que ousam alguma experimentação de liberdade sexual são condenadas como vadias, enquanto os homens são tidos como garanhões. As mulheres, principalmente as negras, são objetificadas e sofrem violência sexual com frequência. As mulheres lésbicas espantam por não estarem vivendo sua sexualidade para o prazer do homem e muitas vezes sofrem o chamado estupro corretivo, uma violência nojenta.

363) A ideologia do papel central da mulher ser o papel de mãe e o não direito ao próprio corpo criam uma atmosfera de deslegitimação do aborto que sustenta o código penal brasileiro. A atual jurisdição sobre o assunto é de 1984 e criminaliza o aborto com pena de até três anos para a mulher que aborta. O aborto só é legal em caso de estupro.

364) Além dessa realidade opressora existe uma realidade de caos na educação pública que não garante educação sexual nas escolas, de modo que as crianças e adolescentes crescem sem informação sobre prevenção de doenças e de gravidez, bem como sobre como planejar a gravidez. Isto é, não são dadas condições para que a gravidez seja uma escolha. Ela acaba por ser uma fatalidade.

365) E por fim, além dos métodos contraceptivos não serem divulgados, os contraceptivos não são devidamente distribuídos na rede pública, de modo que uma parcela significativa da população fique desassistida.

366) Em meio a falta de condições sociais, de educação sexual, quando a gravidez é uma fatalidade e não uma escolha, a mulher não tem o direito ao próprio corpo e é criminalizada se aborta. E a maior pena não é nem os 03 anos do código penal. Mas, as 10 mil mortes anuais.

367) Em 2008, foi feito pela UnB (Universidade de Brasília) e UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) um levantamento sobre aborto com a finalidade de estabelecer o perfil da mulher que faz aborto no Brasil. A conclusão foi de que a maioria delas tem entre 20 e 29 anos (de 51% a 82%), vivem em relacionamento estável (70%) e têm pelo menos um filho. As adolescentes representam de 7% a 9% das mulheres que fazem aborto. Outro estudo foi realizado pelo Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero e pela UnB em 2010. Entre 18 e 39 anos, de cada 100 mulheres, 15% disseram ter feito aborto e entre 35 e 39 anos, 20% responderam o mesmo. Muitas das mulheres que disseram já ter abortado têm filhos e um relacionamento estável, 64% são casadas e 81% têm filhos. Quanto às suas crenças, 65% disseram ser católicas e

25% protestantes. A região que apresenta o maior número de abortos é a do nordeste, e a menor, a região sul. Com base nesses resultados, estima-se que 5,3 milhões de mulheres no Brasil já tenham abortado ilegalmente. A pesquisa também mostrou que mais da metade, 55%, dessas precisaram ficar internadas em hospitais públicos para recuperação.

368) Desse modo, o aborto já ocorre. As mulheres trabalhadoras estão morrendo nos hospitais públicos despreparados para essas circunstâncias. Em geral os abortos são realizados em clínicas clandestinas com poucos ou nenhum médico, sem higiene e preparação. Muitas mulheres ainda são obrigadas por falta de recursos a usarem técnicas muito agressivas como a inserção de uma agulha na vagina ou ainda o desferimento de socos sobre o ventre. Já as mulheres ricas conseguem pagar hospitais de alta qualidade para garantir procedimentos seguros. Desse modo, o que existe é um ataque à vida das mulheres trabalhadoras.

369) A legalização do aborto é uma mudança legal em função de uma questão de saúde pública. Não se trata de uma discussão de concepção da vida. É possível defender a legalização do aborto, sem defender o aborto. Isto é, cada mulher tem o direito de fazer o que quiser com a sua própria gravidez e de propagar suas crenças e concepções. Mas, o Estado não pode impor uma concepção. Ainda mais com 10 mil mulheres morrendo por ano.

370) No país vizinho Uruguai, após a legalização a desistência de abortos subiu 30%. Os dados foram coletados "entre dezembro de 2013 e novembro de 2014", explicou à Agência Efe, a ginecologista e ex-diretora de Saúde Sexual e Reprodutiva no MSP, Leticia Rieppi, que participou da coordenação do relatório realizado durante sua gestão. A taxa de aborto no Uruguai é bastante baixa, sendo menor inclusive do que a dos países nórdicos.

371) Portanto, a legalização do aborto é necessária no Brasil. O governo da primeira mulher presidente não pode ser conivente. É preciso legalizar o aborto e garantir investimento em saúde para que a realização desse procedimento seja feita pelo SUS. Para haver qualidade no atendimento às mulheres é preciso investimento de 10% do PIB em saúde pública. Para isso, o governo deve parar de dar dinheiro aos banqueiros e corruptos através do pagamento da dívida pública e deve investi-lo nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. E isso, arrancaremos com uma greve geral para garantir nossos direitos!

372) É por isso que é parte da tarefa do Congresso da CSP-Conlutas se posicionar a favor da:

373) -Legalização do aborto, já!

374) -Nenhuma mulher a menos!

375) -Educação sexual para prevenir!

376) -Contraceptivos para decidir!

Anotações

377) -Aborto, livre, seguro e gratuito para não morrer!

378) -10% do PIB para a saúde!

379) -1% do PIB para políticas de combate à violência a mulher!

ASSINANTES:

380) Membras do MML São Paulo

381) Renata Conde, grupo organizador Brasilândia; Flávia Bischain, grupo organizador Brasilândia)

382) Vivian Alves, grupo organizador Brasilândia; Gisele, grupo organizador Brasilândia; Marina Cintra, grupo organizador Brasilândia; Luciana Amaral; grupo organizador Brasilândia;

383) Aline Tadei, grupo organizador Brasilândia; Ariana Gonçalves, grupo organizador Brasilândia;

384) Gisele Giampaolli, grupo organizador Brasilândia; Vivian dos Santos Alves, grupo organizador Brasilândia; Isabel Cristina Amaral, grupo organizador Brasilândia; Luciana do Amaral e Silva, grupo organizador Brasilândia; Priscila Oliveira, grupo organizador Brasilândia; Micheli Silva, grupo organizador Brasilândia; Natália, grupo organizador Brasilândia; Letícia Pinho (Mulheres Para Além dos Muros – Coletivo da USP; Giulia Castro, Mulheres Para Além dos Muros – Coletivo da USP;

385) Laura Daltro, Mulheres Para Além dos Muros – Coletivo da USP; Larissa Vasques, Mulheres Para Além dos Muros – Coletivo da USP; Stella Garib, Mulheres Para Além dos Muros – Coletivo da USP;

386) Mariana Soleo, Mulheres Para Além dos Muros – Coletivo da USP; Bia Bigotto Mulheres Para Além dos Muros – Coletivo da USP; Débora, Mulheres Para Além dos Muros – Coletivo da USP.

21. Gênero – Quem é o nosso maior opressor?

387) Contrariamente aqueles que desqualificam a luta das mulheres, nosso maior opressor não são os homens, mas o capitalismo. O Governo Federal, hoje é presidido por uma mulher, que apesar de sua história de luta, se omite quanto à solução de nossas maiores questões. Isso faz com que ela não nos represente do ponto de vista da nossa classe.

388) Quanto aos governos estaduais não há mudanças. A opressão e a exploração se traduz na categoria de professores nas péssimas condições de trabalho, na falta de investimentos na educação, nos baixos salários e na forma humilhante como são tratadas as profissionais de educação no país. No estado de São Paulo a situação é ainda pior para as professoras da categoria "O", que tem o direito a licença maternidade reduzido para 120 dias, direito a licenças médicas reduzido, não poder usar o Hospital do Servidor e maior dificuldade para aposentadoria.

389) Em respeito à nossa própria história e percepção política, afirmamos que não basta ser mulher, é necessário ter o recorte de classe. Devemos mostrar nossa indignação frente às atitudes de todos os governos, dentre elas a omissão e o descaso quanto à discussão sobre o aborto; a não defesa e criação de creches públicas que atendam os filhos de todas as trabalhadoras e trabalhadores; a não equiparação salarial entre os gêneros e a proposta de nova reforma da Previdência que prejudicará mulheres e homens. A luta das mulheres não pode se dar fora da luta de classe. Todos os trabalhadores e trabalhadoras estão sendo prejudicados. Mulheres e Homens devem se unir para defender seus direitos e exigir melhores condições de vida e mais dignidade para todos e todas.

Dessa forma precisamos defender:

390) - A legalização do aborto para impedir a morte de muitas mulheres trabalhadoras;

391) - Equipamentos sociais que atendam às necessidades da mulher trabalhadora e seus filhos (creches, públicas-estatais de boa qualidade, hospitais de referência na saúde da mulher, lazer e cultura);

392) - Licença maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras;

393) - Fim da violência contra as mulheres.

ASSINANTES:

394) Conspiração Socia-

lista: Walter Silva Souza, Luiz Carlos da Silva, Ana Lucia Viana, Maria de Fátima Queiroz, Reginaldo Moreira Sena, Jaime Batista Estevan, Felix Placido A. Carvalho, Terezinha Regina V. Pinto, Roberto da Silva de Almeida, Karl Heing Hadzia Ir, Terezinha Maria da Silva, Gilberto de Lima Silva, Ezío Expedito Ferreira Lima, Luciano Delgado, Fabiana Ribeiro da Silva, Evaristo Balbino, Ronygley Carvalho Fonseca, Everton da Silva Vasconcelos, José Carlos Gea, Rosana Aparecida, Pereira Reche, Maria da Conceição Andrade Oliveira, Jacson Santana, José Abilio, Douglas Eduardo Arf, Adilson Rodrigues da Conceição, Ednéia Dias, Gesio Miguel Fernandes, Joel Fernando Cangâne, Nilson Vitor dos Reis, Rui Carlos Lopes de Alencar, Sandro Ribeiro Chagas, Silvio de Souza, Vanessa Couto da Silva, Willian Vieira da Silva, Mara Cristina de Almeida, Décio Alves da Silva, Francisco Inácio D. Junior, Luiza Demarilac da Silva Rocha, Luiz Carlos da Silva, João Marcelo Rodrigues, Hildete Simões, Raimundo Alves de Almeida, Ivanilda Maria Vieira, Ubyrajara Aquino de Castro, Rodrigo Fernando Assis dos Santos, Raniere Rodrigues Alcântara, Sônia Mara de Sousa, Márcio de Oliveira Santos, Bárbara Soares de Barros, Jefferson C. Albuquerque Rosa, Marcos Luiz da Silva, Ana Lucia ferreira, Luciano Lopes da Silva, Edrísia Rodrigues, Walmir Rodrigues Ramos, Renato Rodrigues, Luiz Carlos Freitas, Janaína Nardocci, Solange Assunção, Idalina Lelis Freitas Souza, Sérgio Albenez

22. Pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito

395) A ausência do aborto legal é uma violência contra as mulheres, porque oprime o direito de decidir sobre o seu próprio corpo, uma restrição que tem por base o patriarcado e o machismo. Também denuncia uma realidade. Quem tem dinheiro, tem acesso a clínicas clandestinas seguras, e não morre. As mulheres da classe trabalhadora padecem, porque recorrem a métodos arriscados, que comprometem a sua saúde e a própria vida.

396) O debate do aborto legal é examinado pelo viés religioso ou moral, mas antes de mais nada é um problema de saúde pública. No Brasil, são realizados mais de um milhão de abortos por ano, com 250 mil internações por complicação de saúde, com a mulher sujeita à discriminação e passível de criminalização. Segundo a OMS, uma mulher pobre morre a cada dois dias vitimada por aborto clandestino.

397) Levando em consideração a forma como a discussão do aborto radicalizou no Brasil, a partir do reacionarismo militante das bancadas religiosas e direitistas, majoritárias no Congresso Nacional, estamos na obrigação de levantar a nossa voz em defesa dos direitos das mulheres.

Anotações

398) A CSP-Conlutas deve abrir este debate através de uma campanha pública de esclarecimento, que alcance a base dos sindicatos e movimentos populares e sociais, com o objetivo de massificar uma compreensão científica sobre a necessidade do aborto legal. Defendemos uma educação sexual laica para decidir, anticoncepcional para não abortar, e aborto legal para não morrer.

ASSINANTES:

399) **Militantes do CEDS - Centro de Estudos e Debates Socialistas e independentes** - Anabel Cogo, Anderson Gonçalves, Arine Cougo, Carmen Padilha, Carmen Trindade, Carolina Hugo, Claci Hahn, Clovis Oliveira, Eliane da Silva, Ernani Cibeira, Fernando Borges, Gilson dos Santos, Gustavo Fisch, Inez Wunsch, Ione Mandelli, Ione Torres, Jussara Jayme, Jorge Xavier, Joselaine Mendonça, Maria do Carmo Machado, Maria Goreti da Costa, Maria Helena Gallina, Maria José da Silva, Maria Luisa Feil, Marlene Trindade, Márys Saldanha, Rosa Ângela dos Reis, Rose Sortica, Silvana Moraes, Solange Correa, Tamyres Filgueira e Tania Gonçalves, que atuam nas entidades do RS (Oposição do CPERS/Sindicato, Fórum Magister de Aposentados do CPERS/Sindicato, Sindicato dos Municipários de Porto Alegre/SIMPA, Associação dos Trab. em Educação do Município de Porto Alegre/ATEMPA, Sindicato dos Servidores do Detran/SINDET/RS, Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição/ASERGHC, Oposição SINDISAÚDE/RS, Oposição Rodoviária de Porto Alegre).

23. Opressões

Proponente: SINTUSP

400) Contra todas as formas de opressão! Estamos ao lado das mulheres, das negras e negros, das e dos LGBT's, e de todos os setores oprimidos! Reivindicamos as resoluções da Secretaria de Mulheres e da Secretaria de Políticas Sociais e Anti-Racistas do SINTUSP, e das Setoriais de Trabalho de Mulheres, LGBT's, e Negros e Negras da CSP-Conlutas.

401) Contra os projetos na Câmara Federal de caráter machista, racista e homofóbico;

402) Proposta de criação de políticas públicas para atendimento das populações oprimidas (mulheres, negros e LGBT´s) nas suas especificidades e capacitação dos profissionais de saúde.

403) Reivindicamos as resoluções dos Encontros do Movimento de Mulheres em Luta e das setoriais de mulheres da CSP-Conlutas.

404) Discussões sobre a descriminalização e legalização do aborto

405) - SUS 100% Público e Estatal com cobertura para procedimentos como o aborto;

406) 1% do PIB para combate à violência contra as mulheres;

407)- Contra o assédio sexual no transporte público;

408) - Defesa da moradia e contra os despejos violentos, onde quem mais sofre são mulheres e crianças;

409) - Cobrar do governo políticas públicas para a saúde da mulher, incluindo treinamento de pessoal para acolhimento de mulheres que sofreram abuso.

410) Pela implementação da lei 10.639/04 em todos os cursos

411) - Pelo Fim do auto de resistência que o Estado se utiliza para legitimar os assassinatos

412) - Reconhecimento, titulação e autonomia das terras Quilombolas e Povos Originários

413) - Aprofundar o conhecimento nos mecanismos que silenciam a "Negritude", o sujeito com sua História (mecanismos Históricos, políticos, Epistemológico e Cultural)

414) - Contra a mudança, na legislação, do conceito de trabalho análogo ao de escravo.

415) - Pela legalização da união homoafetiva

416) Pela criminalização da LGBTfobia e aprovação da Lei João Nery

24. Resolução sobre as lutas de mulheres, negros e LGBT's

Proponente: SEEB-RN

417) Entendemos que os movimentos "específicos" ou de "luta contra a opressão" (de mulheres, negros e dos LGBT's)

devam ser capazes de lutar por suas especificidades. Compreendemos que toda forma de opressão (preconceito, racismo, homofobia, machismo) é parte da exploração capitalista, que precisa dividir a sociedade em grupos segundo critérios de orientação sexual, cor e sexo.

418) Buscamos impulsionar todas as lutas dos trabalhadores que tenham reivindicações específicas de mulheres, LGBT's e negros, mas empenhamos todos os esforços para que essas lutas não se limitem a questionar apenas um ou outro aspecto da opressão a que estamos submetidos, mas que se incorporem, como única forma de se livrar de toda e qualquer opressão, à luta contra o capitalismo e todas as suas relações sociais.

419) A nossa luta é para construir movimentos contra a opressão (de mulheres, LGBT's e negros) de caráter classista, ou seja, buscando a unidade entre as lutas específicas, as lutas gerais da classe trabalhadora e contra o capitalismo. Buscamos conscientizar o conjunto da classe trabalhadora a fim de incorporar às suas lutas gerais as questões específicas. Consideramos essa batalha fundamental, pois a nossa classe reproduz cotidianamente a ideologia burguesa machista, racista e de repulsa aos LGBT's.

420) O que temos presenciado na maioria dos fóruns do movimento sindical e da própria esquerda são discussões fechadas sobre opressão, formando espécies de "guetos" ou especialistas nas questões. Entendemos que essas discussões dizem respeito a toda classe trabalhadora e consequentemente a todos os ativistas e dirigentes de entidades dos trabalhadores. Nas organizações de frente única da classe trabalhadora e da própria esquerda, defendemos, por um lado, a constituição de espaços para impulsionar essas discussões como secretarias (de preferência estatutárias) de luta contra a opressão e, por outro, que as discussões e decisões não se limitem a essas secretarias e sejam realizadas nos locais de trabalho, de estudo, nos fóruns gerais do movimento como assembléias, congressos, etc. Com isso buscamos contribuir com a reeducação do conjunto da classe trabalhadora e de seus dirigentes no sentido de que a luta contra o machismo, a homofobia e o racismo é de todos e está intimamente ligada à luta contra o capitalismo.

25. Sobre a questão LGBT

Proponente: SEEB-RN

421) 1. Por uma sexualidade livre dos preconceitos religiosos, de raça, de orientação sexual e não submetida às imposições do capital. A sexualidade não pode ser tratada como forma de reprodução de força de trabalho. Entendemos e sentimos a sexualidade como uma das formas de prazer hu-

Anotações

mano a que todos devem ter o direito de desenvolver e realizar. Nessa atividade podemos manifestar tudo o que há de mais belo no ser humano. Defendemos a plena liberdade para que as pessoas exerçam, voluntariamente, a sua sexualidade, sem obedecer a imposições externas à sua vontade. Defendemos a liberdade de escolha quanto à identidade de gênero dos LGBT's.

422) Como parte do entendimento de que a liberdade sexual não pode ser totalmente realizada sob o capitalismo, a nossa intervenção no movimento LGBT se pautará pela defesa do socialismo como o único sistema social capaz de garantir a mais ampla liberdade sexual para a humanidade. Essa concepção também implica que o proletariado é a única classe que poderá levar adiante o projeto de ruptura –revolucionária – com o capitalismo. Também sabemos do tamanho do desafio dessa política uma vez que a nossa classe ainda pensa como a burguesia, mas também sabemos que a disputa pela consciência necessariamente inclui ganhar os trabalhadores para a luta pela liberdade sexual;

423) Impulsionar e ampliar (publicações, debates, etc.) a discussão e pela construção de um movimento coletivos/grupos sobre sexualidade/homossexualidade nas nossas frentes de atuação, realizando atividades com o conjunto da categoria e/ou setor social em que atuamos a fim de aglutinarmos companheiros/as para fortalecer a luta contra a opressão.

424) Defendemos um movimento LGBT: a) de luta – de atuação na realidade e que tenha como concepção de que só a luta poderá garantir a conquista dos direitos do movimento LGBT; b) anti-governista – ou seja, é oposição aos governos burgueses de plantão e contra a política aplicada por esses governos para o setor. Isso implica que, como parte da disputa pela consciência, defenderemos as nossas concepções políticas e teóricas no interior desses grupos e não atuaremos em grupos que tenham posições anti-socialistas e governistas; c) classista – formado por trabalhadores/as e de defesa dos interesses da classe trabalhadora; d) socialista – que luta pela revolução socialista e por uma sociedade sem classe social;

2 - Criminalização da homofobia

425) Entendemos que a homofobia, o ódio, aversão ou discriminação aos LGBTs é a expressão do conservadorismo que se opõe a tudo que questiona ou que se diferencia das normas estabelecidas pela classe dominante, nesse caso, para reafirmar os papéis tradicionais de cada gênero (masculino/feminino), demonstrar a força da Igreja e tentar manter dois dos pilares do modo de produção capitalista, o casamento e a procriação.

426) Com a crise estrutural do capital e com a necessidade da burguesia mundial de destruir as conquistas sociais dos trabalhadores, torna-se necessário, nos Estados nacionais, criar situações de divisão e oposição entre os trabalhadores a fim de enfraquecer e não possibilitar a unidade nas lutas. Para isso, unem-se Estado e igreja, condenando a homossexualidade, estimulando a homofobia, aplicando a discriminação, negando a igualdade e até a vida. Somente em 2010, cerca de 250 homossexuais foram assassinados (casos registrados em B.O.). Mesmo com todos esses índices, o governo Dilma, que assumiu seus mandatos dialogando com os setores oprimidos, abriu mão do "Kit Anti-homofobia" das escolas atendendo aos setores reacionários de sua base aliada, deixando claro de que lado está.

427) – Que a sexualidade da classe trabalhadora esteja intimamente relacionada ao prazer e não submetida aos ditames do poder, da religião e às necessidades do capital!

428) – Pela livre expressão e manifestação da homo-afetividade, em todos os espaços.

429) – Pela criminalização da homofobia, pela aplicação imediata da Lei de São Paulo 10948/2001 e aprovação imediata do PL 122/06, que multa e penaliza a discriminação contra o homossexual, o bissexual, os transgêneros e travestis.

430) – Perda de mandato e punição a todos que, investidos de função pública, desrespeitem o art. 3º, IV da

Constituição Federal e deixem de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, ou quaisquer outras formas de discriminação!

431) – Garantir nos acordos coletivos e convenções trabalhistas rechaço e medidas práticas para combater à discriminação diante de opção sexual dentro das empresas.

3 - Direito à união civil/estável e direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo

432) Numa sociedade socialista, algumas lutas não serão necessárias, pois teremos garantida a liberdade sexual. No entanto, no sistema capitalista exigimos – além do reconhecimento jurídico da união civil e estável entre pessoas do mesmo sexo – o direito ao casamento, pois sabemos que sob esse sistema as garantias de herança e direito aos bens construídos conjuntamente precisam de trâmites legais. A hipocrisia da Igreja Católica é necessária para continuar encobrindo seus crimes: ao mesmo tempo em que proíbe o casamento homossexual, deixa impune a pedofilia. A Igreja Evangélica não deixa por menos: faz campanha contra a homossexualidade, mas não diz uma só palavra contra a prostituição infantil, a violência contra a mulher e o assustador aumento dos casos de estupro nas periferias do país. Pregam o amor e a procriação, mas na prática impõem a discriminação e o ato sexual violento.

433) – Pelo direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, sem nenhum tipo de discriminação e com todos os direitos legais que derivam dessa situação!

434) – Que as Igrejas que pregam contra a homossexualidade sejam enquadradas na Lei 10948/2001 e seus pastores ou padres respondam criminalmente por homofobia!

435) – Ampliação do direito à adoção por casais homossexuais.

436) – O sistema capitalista se sustenta com a desigualdade social visível em questões como moradia, alimentação, educação, etc. Muitas crianças terminam a infância na marginalidade, na rua ou em orfanatos enquanto centenas de casais estão na fila pela adoção. O processo burocrático da adoção é ainda mais cruel com os casais homossexuais, pois além de toda a exigência legal é cobrado uma vida dentro dos padrões da religiosidade e da procriação.

4 - Saúde pública gratuita e de qualidade

437) Na sociedade capitalista, a classe trabalhadora dispõe de toda a sua energia e vitalidade para gerar riqueza. No entanto, quando adoece não tem à sua disposição o avanço tecnológico e a qualidade dos serviços públicos dos quais sustenta com seu salário. Essa situação é ainda mais grave com o homossexual e caótica com o travesti e o transexual.

Anotações

438) O gênero (feminino ou masculino), construído socialmente, é também uma determinação do ser (dialética entre elementos biológicos, psicológicos conscientes/inconscientes e sociais), que faz com que a pessoa se identifique como sendo homem ou mulher. Ao ter o corpo que não corresponde com o seu ser, a pessoa precisa orientar-se sexualmente para poder dar vazão aos seus desejos, prazeres e possibilitar a saúde mental. No entanto, numa sociedade opressora e conservadora, a imposição da igreja adentra no aspecto mais íntimo do ser e arrasta-se até as questões de saúde pública, contando com a contribuição de alguns médicos irresponsáveis e charlatões que mantém vivo o mito de que existem algumas doenças "especialmente de homossexuais".

439) – Por saúde pública gratuita e de qualidade, sem discriminação!

440)– Que cada pessoa possa decidir sobre o seu próprio corpo!

441) – Pelo direito à cirurgia de mudança de sexo no SUS e planos de saúde!

442) – Pelo direito à identidade civil (mudança de nome) correspondente à identidade de gênero

443) – Que o homossexual possa ser doador de sangue e saia da condição de fator de risco!

444) – Que os profissionais da psicologia e psiquiatria que garantem acabar com a homossexualidade percam os direitos de exercer a função por charlatanismo!

445) Por educação e orientação sexual e políticas de saúde específicas para os LGBTs e que respeitem suas especificidades. Atendimentos em postos de saúde, ambulatórios e emergência.

5 - Contra a discriminação entre a militância

446) Mesmo no meio militante de esquerda, tem sido comum identificarmos alguns casos de atraso de consciência e a discriminação aos LGBT's dispostos a lutar pela revolução socialista, o que dificulta a relação de camaradagem ao nos depararmos constantemente com piadas e agressões verbais.

447) Não podemos reproduzir as práticas necessárias para a dominação capitalista. Cada LGBT ganho para a luta tem múltiplas tarefas a cumprir na tentativa de conquistarmos uma sociedade que tenha uma sexualidade livre. A luta inicial é para que todos assumam a sua homossexualidade e sintam-se fortalecidos politicamente para atuarem contra todas as formas de opressão, discriminação e preconceito.

448) Que a militância de esquerda impulsione a discussão sobre homossexualidade nos locais de atuação. Contra a homofobia, opressão, discriminação e preconceito.

449) O capitalismo que separa a sociedade em classes, burguesia e proletariado, precisa fortalecer as diferenças para avançar no seu nível de exploração. É criado salário diferente para igual trabalho, jornadas que extrapolam a própria legislação trabalhista, a dupla ou tripla jornada de trabalho para as mulheres, elevados níveis de desemprego para a população negra e a visão cristã e machista da anormalidade para o homossexual, em especial para a lésbica negra.

450) – Pela prisão de todos os agressores e estupradores a LGBT's.

451) – Pelo desarquivamento e aprovação da PLC 122 que criminaliza a homofobia!

452) – Por saúde pública e de qualidade que atenda às necessidades LGBT's!

453) – Por uma sexualidade livre! Contra todo moralismo que destrói e assassina!

454) – Pela inclusão da disciplina de Orientação Sexual nas escolas desde o ciclo básico até a formação universitária, principalmente nas áreas de Licenciatura! A sexualidade não pode ser apenas um tema transversal!

455) – Pela unidade da esquerda na luta contra todo tipo de discriminação nas fileiras militantes!

456) – Que a classe trabalhadora seja educada para repudiar a homofobia!

457) – Por uma formação militante consciente sobre uma sexualidade livre, sadia e respeitosa à orientação sexual!

6 - Direito ao trabalho

458) Muitos LGBT's tra-

balhadores são perseguidos, espancados, alvos de comentários e expulsos de seus trabalhos ao assumirem a sua orientação. Alguns preferem não assumir e outros se adequam à exclusão aceitando empregos que "condizem com homossexuais". Essa é mais uma divisão necessária no mundo do trabalho capitalista a fim de precarizar ainda mais as funções como de telemarketing, ligadas à beleza e limpeza, ou mesmo a prostituição (principalmente no caso de travestis e transexuais não aceitos no mercado de trabalho excludente e opressor, que mascara o preconceito e a discriminação ao afirmar que a pessoa não se enquadra no perfil).

26. Nenhum direito a menos! Juventude em luta por outro futuro. Um novo Movimento Estudantil é Possível!

Proponente: ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre)

459) Os primeiros meses de 2015 mostram que a tão dita crise econômica mundial realmente chegou ao Brasil. Nas previsões mais otimistas, haverá recessão em 2015 e crescimento econômico baixo em 2016. As mais pessimistas indicam recessão de quase 2% em 2015 e continuidade de recessão ou crescimento zero em 2016. Se em 2010 o PIB do país cresceu 7,9% (depois da "marolinha" da crise de 2009: -0,2%), em 2013, ano das manifestações de junho, desacelerou para apenas 2,7% e em 2014, 0,1%.

460) Diante disso, a política do governo Dilma e do Congresso Nacional do Eduardo Cunha e Renan Calheiros está evidente: retirar direitos dos trabalhadores e da juventude para garantir seus acordos com os bancos e grandes empresários, seguindo com os repasses gigantescos de verbas para o pagamento da dívida, e alcançar o superávit, na busca por maiores investimentos externos.

461) O projeto de lei das terceirizações é o maior ataque à classe trabalhadora e à juventude nas últimas cinco décadas, tão nefasto como as medidas provisórias 664 e 665 que, em suma, atacam o direito ao seguro desemprego e outros benefícios tão requisitados por setores que não têm estabilidade nos postos de trabalho, em sua maioria jovens, negros, mulheres e LGBT's.

462) Também parte desse pacote de maldades, o ajuste fiscal fez de escolas e universidades federais e estaduais suas maiores vítimas. O corte de R$ 7 bilhões no orçamento da educação, antes mesmo do orçamento ser aprovado, foi um

Anotações

duro golpe contra a qualidade das universidades federais, já muito enfraquecida pelo projeto de expansão sem qualidade: o Reuni. Nesses marcos, até mesmo um dos projetos mais importantes para os governos do PT, o FIES, está em falência e faz com que milhares de jovens estejam perdendo suas graduações.

463) O setor mais atingido hoje com a retirada de direitos é a juventude. São os jovens terceirizados e em postos de trabalhos precarizados, como em telemarketing, empresas como Mc Donald's e a construção civil que mais sofrem com as medidas provisórias 664 e 665. São os jovens os que mais são atingidos com o projeto de lei das terceirizações, tanto pelos impactos imediatos, caso seja realmente aprovado e sancionado, como pelos impactos futuros. E é também a juventude quem mais sofre com o ajuste fiscal e a brutal queda de qualidade e a crise orçamentária sobre as universidade e escolas.

464) E no meio de tudo isso o Congresso Nacional de corruptos como Eduardo Cunha e Renan Calheiros, ambos do PMDB, citados na Lava Jato, ainda quer aprovar um projeto que reduz a maioridade penal. O objetivo com isso é intensificar o encarceiramento da juventude negra e pobre das periferias. Sob o pretexto de acabar com o tráfico e o consumo de drogas, a PM sob comando dos governos, segue uma verdadeira chacina da juventude negra. Impedir a aprovação da redução da maioridade penal e legalizar as drogas é uma questão de sobrevivência para a juventude.

465) A juventude negra é o alvo central. Jovens negros que não são mortos pela polícia ou capturados pelo tráfico estão ocupando os piores postos de trabalho, muitos lutando para conciliar empregos precários com graduações em faculdades privadas, alimentando pelo sonho de "um emprego melhor". Esses estão vendo seus poucos direitos sendo retirados e o sonho de futuro sendo apagado a cada dia.

Nenhum centavo a menos na educação! Não aos cortes e a "pátria educadora" da Dilma! Rumo à greve geral na educação superior!

466) A cada dia que passa a situação das universidades fica mais difícil. São inúmeros os exemplos da crise orçamentária que vivem as universidades públicas no nosso país. A UFMG está sem pagar a conta de água e luz há meses. Na UFBA, a reitoria já anunciou que a verba destinada para todo o ano acabará em Junho. Na UFJF, as bolsas destinadas aos estudantes, como as de iniciação científica e auxílio permanência serão cortadas integralmente.

467) É preciso construirmos uma grande greve nacional nas instituições de ensino superior. Andes-SN e Fasubra deliberaram por indicativo de greve nacional. Nós achamos que é esse o caminho, levar para dentro dos locais de estudo as lutas que estão sacudindo o país, como no exemplo do dia 15 de Abril e o dia 29 de Maio.

Trabalhadores, podem lutar que a juventude da ANEL vai lhes apoiar!

468) Diante de tudo isso, é necessário fazer um "novo Junho", dirigido pelos trabalhadores, para derrotar o Governo Dilma, o Congresso Nacional e a oposição de direita. Nós, da ANEL, acreditamos que o Movimento Estudantil, sendo um dos movimentos sociais mais importantes da história do nosso país, e referência para boa parte dessa juventude, tem uma responsabilidade diante de tudo isso.

469) Em 2015, a ANEL se prepara para reafirmar um de seus mais importantes princípios: a aliança operária-estudantil. A ANEL nasceu filiada à Conlutas e, posteriormente, com a fundação da CSP-Conlutas mantivemos a filiação. A concepção dessa Central de abarcar em seu interior o movimento sindical, de luta contra as opressões, estudantil e popular já constituiu um patrimônio para a classe trabalhadora e a juventude brasileira e a própria existência do encontro internacional, que ocorrerá posteriormente a este Congresso, mostra também a importância internacional desse projeto.

470) Para nós, só é possível derrotarmos nossos inimigos se tivermos à nossa frente os trabalhadores. As greves operárias, como na Volkswagen, Mercedes e Chery; dos professores como em São Paulo, Belém e a duramente reprimida do Paraná, nos mostram qual o caminho a ser seguido. É com a entrada da classe trabalhadora em cena que somos capazes de dar passos mais largos na direção do futuro. Sendo assim, não achamos que poderíamos estar em outro lugar que não aqui na CSP-Conlutas ao lado dos trabalhadores, dos movimentos classistas de combate às opressões e do movimento popular.

As lutas da juventude e o novo momento na reorganização: Um novo movimento estudantil é possível!

471) As lutas da juventude se intensificaram nos últimos 2 anos. Os ventos de mobilização que sacudiram o norte da África e a Europa em 2011 inspiraram os jovens brasileiros e esses saíram às ruas em Junho de 2013. Desde então vivemos um novo momento na luta política brasileira. A juventude desde então só aumentou sua indignação e motivos não faltam para isso.

472) As jornadas de Junho e tudo que se seguiu após esse período abriu um novo momento na reorganização do movimento estudantil. É chegado o momento de darmos um passo à frente no trabalho feito pelos estudantes que ocuparam reitorias em todo o país em 2007 e ousaram apontar o novo, é necessário dizermos bem alto e forte: romper com a UNE já! As lutas da juventude não cabem nessa velha e burocratizada entidade e se dão totalmente por fora de seus fóruns. Não é à toa que todo o ascenso das mobilizações não passaram em nenhuma medida por dentro dessa entidade. Não é por acaso que os fóruns da UNE não refletem em nada a realidade política do país e a vanguarda das lutas não esteja entusiasmada com o seu congresso. Não è à toa que os estudantes não tenham qualquer referência na UNE para desenvolver suas lutas. O Movimento Estudantil brasileiro merece se organizar em uma entidade livre, democrática, de luta, aliada aos trabalhadores e independente do governo, do Congresso Nacional e da oposição de direita.

473) Dessa forma, é uma grande vitória do processo de reorganização o reconhecimento do Coletivo Juntos! ao papel protagonista da CSP-Conlutas na reorganização e o acerto do seu projeto. Nós vemos com grandes expectativas a entrada do Juntos! na CSP-Conlutas e achamos que esse é um primeiro passo rumo ao fortalecimento da reorganização também no Movimento Estudantil.

474) Espelhada no projeto da CSP-Conlutas, a ANEL se destacou nesses anos por

Anotações

meio de suas campanhas, resoluções de seus fóruns e iniciativas junto ao movimento. Isso tudo mostra o imenso espaço política para a reorganização. Além disso, as iniciativas unitárias no movimento estudantil entre nós da ANEL e a oposição de esquerda da UNE também comprovam isso. Essa unidade é responsável por dirigir os principais DCE's do país (USP, UFRJ, UFMG e UFRGS), impulsionar os principais processos de lutas da juventude e sermos os grandes aliados dos trabalhadores. Entretanto, os desafios são muito maiores.

475) A unidade esporádica, dispersa e local tem se mostrado forte o suficiente para impor derrotas ao governismo nas universidades, como nos exemplos da eleição do DCE da USP e, recentemente, da UFMG, mas não basta para defender os direitos da juventude e dos trabalhadores nacionalmente. Apesar de muito importante, é pouco para derrotar o projeto de lei das terceirizações e as medidas provisórias que retiram direitos trabalhistas da juventude; é pouco para derrotar os cortes na educação e garantir que sejam investidos 10% do PIB na educação pública, já; é pouco para derrotar a redução da maioridade penal e o genocídio e encarceiramento da juventude negra e pobre das periferias, além de enegrecer as universidades e garantir assistência estudantil de qualidade. Precisamos de uma unidade orgânica e nacional entre a ANEL, o Juntos e os demais coletivos da OE da UNE. E para isso, colocamos a ANEL à serviço da construção de uma nova alternativa de organização unitária, superior, de massas entre os estudantes, de oposição de esquerda ao governo Dilma e independente do Estado, com o conteúdo que a nossa entidade mostrou que é possível e tem sido vitorioso nos últimos quase 6 anos.

476) Mesmo com a recusa dos coletivos de Oposição de Esquerda da UNE em romper com essa entidade, conseguimos, desde 2009, desenvolver um projeto que se fortaleceu por meio de campanhas e iniciativas e hoje caminha para mais um grande congresso. Aplicando a receita da unidade essa história pode ser potencializada.

477) Nesse Congresso teremos, além de nós da ANEL, o Coletivo Juntos!. Queremos que essa experiência comum sirva para estreitar as nossas relações, também no Movimento Estudantil. Para nós, o 2º Congresso da CSP-Conlutas também pode cumprir um grande papel de apontar a unificação do Movimento Estudantil por fora da União Nacional dos Estudantes e o Coletivo Juntos tem a tarefa de ser consequente nesse importante passo que foi ter vindo para a CSP-Conlutas e dar um segundo passo à frente na reorganização do Movimento Estudantil. Unificados, nós da ANEL e o Coletivo Juntos! teremos muito mais força para sermos um ponto de apoio fundamental para as a lutas que se seguirão a partir deste Congresso.

27. Contribuição e Resoluções de Raça e Classe

Proponente: Quilombo Raça e Classe

478) Trotsky, diz: "Podemos e devemos encontrar o caminho que nos conduza à consciência dos trabalhadores negros, chineses, hindus e a todos os oprimidos desse oceano humano constituído pelas raças "não-brancas", pois são elas as que terão a última palavra no desenvolvimento da humanidade". "(...) Devemos dizer para os sujeitos conscientes dentre os negros que eles estão convocados, em função do desenvolvimento histórico, a se transformar na vanguarda da classe operária".

479) O Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe e a CSP-Conlutas reinauguraram nas ruas um novo movimento negro independente dos governos e dos patrões junto com o Movimento de Hip Hop Organizado Quilombo Urbano do Maranhão, precursor das Marchas da Periferia Negra, com o objetivo de garantir uma maior visibilidade ao 20 de Novembro: Dia nacional da Consciência Negra, resgatando a combatividade do Movimento Negro e o Legado de "Zumbis e Dandaras". Importante data de luta contra o racismo no Brasil e de combate à violência e

a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, ainda muito presente na realidade e no cotidiano brasileiro, além de fortalecer a luta em defesa de direitos sociais, da oferta de serviços públicos e de enfrentamento contra o capital.

A crise econômica afeta diretamente a classe trabalhadora negra

480) Após o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos em 2008, os governos dos países desenvolvidos torraram trilhões de dólares para salvar bancos e in¬dústrias. Esperavam com isso retomar o crescimento de suas economias. Mas países como Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha seguem em recessão, profundamente endividados, à beira da falência. Cada um deles tem uma dívida maior do que o próprio PIB (Produto Interno Bruto), ou seja, impossível de pagar. A situação é tão grave que o desemprego da juventude na Espanha ul¬trapassa 70% e a Grécia têm uma dívida externa de 178% e com isto o aumento do racismo e da xenofobia é profetizado pelos meios de comunicação e das instituições da democracia burguesa.

481) Há a desaceleração no crescimento do PIB de países dos Brics: China, África do Sul, Brasil, Rússia dentre outros. Com isto, para resolver a crise, o FMI (Fundo Monetário Interna¬cional) propõe privatizar os serviços públicos, terceirização, cortes de salários, demissões, redução das aposentadorias, cortes nos recursos destinados às políticas sociais, etc. Di¬reitos básicos dos trabalhadores estão sendo atacados!

482) O chamado plano Troika (Banco Central Europeu, Mercado Comum União Européia e FMI) exigiu da Grécia o fim da jornada de 40 horas, flexibilização das relações de trabalho, demissões em massa para o novo Governo de Siryza e exigem o cumprimento do pagamento da dívida externa.

483) O imperialismo em crise desenvolve o plano neoliberal de Obama, que não consegue acabar com a ofensiva militar e os diversos assassinatos de jovens negros praticados por policiais brancos e racistas que representam o Sistema e o Regime do Estado Americano Capitalista. Desde 2009 o Governo Norte Americano exige pelo FMI e OMC (Organização Mundial do Comércio) a diminuição dos estados-nacionais dos países dos BRICs, bem como o Mercado Comum Europeu representado pelos planos daTroika na Europa. Estes vem construindo novas ofensivas a classe trabalhadora nos aspectos militar, político e econômico com leis cada vez mais restritivas aos imigrantes africanos e árabes e impõem ajustes fiscais e o pagamento da Dívida Externa em nível internacional.

484) Essa conjuntura não é diferente nas América Central e do Sul onde países como Haiti vêm sofrendo uma ocupação militar há mais de 12 anos, por

Anotações

parte de 17 países compostos pela Minustah (Missão de Paz da ONU), entre outros países ao Sul das Américas que enfrentam também um processo de crise política e violência aprofundados com as consequências da crise econômica mundial.

485) Na America Latina entram em crise os governos frente-populistas que traíram os trabalhadores, com isto, as massas populares como na Venezuela, Bolívia, Paraguai tem ido as ruas questionar suas governabilidades. Como também países como Argentina, Peru, Chile, vivem verdadeiras recessões e crises inflacionárias com baixo crescimento econômico.

486) No Brasil, apesar de mais tardio não tem sido diferente, têm avançado nas ruas mobilizações, contra o autoritarismo do Governo Dilma em apresentar um reajuste 0% para os servidores públicos que pararam o país com marchas e mobilizações em Brasília em 2012 dando início a Campanha dos 10% do PIB para a Educação, já e não para 2016, e contra o Plano Nacional de Educação (Campanha Nacional da CSP-Conlutas desde 2010), PCCS (Plano de Cargos, Carreira e Salário), aumento salarial e anulação da Reforma da Previdência, alcançando vitórias ainda muito parciais nesta greve.

487) O ano de 2013 começou com a ameaça de demissões na GM, resultando na isenção de impostos para os empresários e indústria. Orquestrados pelo governo Dilma do PT e pela Frente Popular, apoiado pelas TVs e os jornais, o governo dá início a uma campanha de massa, estimulando o consumo e intensifica políticas assistencialistas como Bolsa Família e cotas raciais com duração de 10 anos e programas como bolsas nas faculdades e universidades particulares como Prouni, programas como Reuni e Pronatec que aprofunda a privatização das universidades públicas e ataca os profissionais da educação com reajustes salariais irrisórios. Seguido pela alardeada propaganda da presidente Dilma do fim da miserabilidade e o surgimento de uma nova classe média negra no país por ter acesso a trabalhos precarizados e de grande rotatividade como a construção civil no programa do PAC I e II de Lula e Dilma.

488) O que não impediu que a classe trabalhadora brasileira também sentisse a crise econômica mundial, já presente na economia do Brasil, mesmo com quedas pequenas de serviços, os salários eram em sua maioria de pouco poder de ganho e em sua maioria de 1 salário mínimo e meio. Mesmo assim o governo alegava que estava controlada a economia e as contas públicas, mantendo o envio de sua maior fatia, 47% para pagar a dívida externa. Enquanto as contas públicas internas aumentam o endividamento público e os gastos com a Copa ficam cada vez maiores, os serviços públicos de saúde educação estão cada vez mais precarizados e a população enfrentando mais e mais dificuldades com moradia, emprego e salários insuficientes.

489) Neste mesmo ano também estouraram as mobilizações de rua, as chamadas jornadas de junho de 2013, movimento estimulado a princípio pela juventude indignada pela carestia do transporte público, mas que com a adesão massiva da população e da classe trabalhadora teve a pauta ampliada contra a omissão do governo de Dilma Rousseff/PT, contra a corrupção cada vez mais crescente, a precarização de serviços públicos essenciais como saúde e educação, abalando a governabilidade e colocando os governos em xeque. Muitas foram às mobilizações radicalizadas neste período pós-jornadas, como na educação, saúde, metalúrgicos, construção civil, mesmo nos canteiros de obras do PAC (menina dos olhos do governo), neste caso não só contra a perda de direitos sociais e superexploração dos trabalhadores, mas também contra as situações análogas a escravidão - fato é que o governo Dilma foi pressionado a dar respostas para muitas destas questões, de forma apenas para garantir a sua reeleição a presidência.

490) O que estamos vendo é que as mudanças de ânimo da classe trabalhadora seguem numa crescente diante do aprofundamento dos ataques do Governo e do Parlamento aos direitos dos trabalhado-

res. Categorias sem praxe nenhuma de organização de luta vêm se mobilizando na maioria das vezes a revelia das direções sindicais pelegas.

491) Um dos exemplos foi a luta dos garis do Rio de Janeiro, que realizaram em 2014 em pleno carnaval carioca, uma greve histórica, de uma radicalização e resistência inerente aos que não suportam mais tanta exploração e opressão, visível nas várias mobilizações realizadas pelos mesmos, uma categoria majoritariamente composta por homens e mulheres negras, evidenciando também o racismo estruturante que estes trabalhadores enfrentam em seu cotidiano de trabalho. Luta esta que segue ainda hoje, culminando com a remoção e até demissão de 100 garis recentemente, por ousarem lutar e tentar disputar o processo eleitoral do sindicato que deveria representar sua categoria, mas eles seguem firme na luta, agora também por suas reintegrações.

492) A mobilização dos trabalhadores do Comperj no Rio de Janeiro, que estavam sem pagamento, na iminência de serem demitidos sem indenização, parte dos resultados dos escândalos de corrupção da Petrobrás, demonstrando mais uma vez que a conta cai nas costas dos trabalhadores – mas não se intimidaram e nem capitularam a displicência de seu sindicato, mantiveram-se unidos e organizados, buscaram apoio de outros sindicatos e organizações de luta, ocuparam a ponte Rio Niterói, buscaram audiências em Brasília, em fim não desistiram de sua dignidade.

493) A luta dos professores do Paraná contra o "pacotão enviado pelo governador a Assembleia Legislativa que dentre outras coisas propõe alterar uma lei acabando com a eleição de diretores (as) de escola", e pela data base dos professores segue firme, apesar do aparato militar utilizado na última semana contra os (as) servidores (as). A polícia do governo de Beto Richa, do mesmo PSDB de Aécio Neves, foi de uma truculência e de uma violência tão extrema que há "quem diga que o Paraná vive hoje, um processo de ditadura".

494) Ao mesmo tempo em que se vê o aprofundamento dos ataques dos governos à classe trabalhadora e a população pobre em geral, também vemos uma maior disposição e resistência destes mesmos setores. O que coloca para os instrumentos de luta sindicais, dos movimentos sociais, estudantis uma responsabilidade maior e a tarefa de organizar e construir as lutas pela base!

495) O 2º Congresso da CSP-Conlutas fortalecerá a reorganização e as lutas classistas e socialistas negras no país!

496) Visa-se organizar em âmbito nacional um polo consciente de lutadores da periferia e da classe trabalhadora em geral para enfrentar os ataques dos governos aos trabalhadores e aos setores mais oprimidos e explorados

Anotações

da sociedade, assim como lutar contra a criminalização, a violência, a faxina étnica que tende a se intensificar com os ataques do Governo Dilma e seu ministro da Fazenda Joaquim Levy, representante do Banco Mundial e do FMI.

497) Dizemos isto porque o governo já vem intensificando um baixo investimento nas pastas sociais como a saúde e educação pública, aprofundando o processo de sucateamento nestes serviços com a proposta da Ebserh, aprofundando assim o processo de privatizações em serviços essenciais a população, corroborando com o desmonte da Universidade e do SUS já tão sucateados de desvios de dinheiro do SUS aos tubarões das clínicas particulares, fundações privadas, OSs e ONGs. – Já os servidores públicos estão passando por um processo cada vez maior de assedio e criminalização no processo de trabalho, tendo inclusive o seu direito de organização sindical e de greve ameaçado – direito este conquistado e garantido com muita luta dos servidores.

498) Além dos ataques que vem sendo realizados no Congresso Nacional, como a mais recente votação do ajuste fiscal e a proposta das medidas provisórias 664 e 665 e o projeto de lei das terceirizações, que só trazem mais derrotas e precarização aos trabalhadores, demonstram a serviço de que e para quem estão governando. Políticas que só aprofundam a situação de pobreza da maioria da população negra que padecem com o desemprego, com os subempregos e a destruição dos serviços públicos básicos como educação, saúde e a falta de moradia e transportes mais baratos. Essa contradição foi à causa principal das jornadas de junho e julho de 2013 que levaram milhares as ruas.

499) O racismo no Brasil faz parte do contexto de classe e tem se expressado no cotidiano da população negra e pobre do país, comprovado pelos diversos dados estatísticos apresentados. Segundo o IPEA, 70,8% da parcela da população em extrema pobreza são afrodescendentes. Assim, exigimos políticas de Estado como estratégia do movimento negro pela ação direta das lutas, greves e rebeliões de base sindical, popular, estudantil, como reparação, ações afirmativas e cotas nos diversos setores do mundo do trabalho, oportunidades de acesso pelos concursos públicos pelo Estado Brasileiro. Estado este, que tem uma divida histórica com a maior população negra fora do Continente Africano e que sofreu mais de 350 anos de escravidão, ainda vista hoje, em trabalhos análogos a escravidão país afora.

500) Olhando o índice de desemprego, veremos que entre os negros é de 40% superior aos brancos (Caderno de Contribuições do I Encontro Nacional do MML), e segundo estudos do Dieese as mulheres negras são maioria entre os trabalhadores sem carteira e que estão nos empregos domésticos (onde é maioria numericamente), não remunerados e ou informal e precarizados. A diferença salarial entre homens brancos e mulheres negras, segundo o IBGE, é de até 70% e de até 28% entre as mulheres brancas e negras.

501) A CSP-Conlutas é uma Central que está na luta contra o racismo e o capitalismo e em defesa da questão dos povos originários (quilombolas e indígenas), buscando unificar os movimentos sindical, social e popular, estudantil na luta contra as opressões e a exploração – garantindo um programa classista e socialista no combate ao racismo nos diversos campos da luta social brasileira.

502) Propostas para um programa de Raça e Classe para a Central

503) Defendemos e exigimos:

504) 1. Salário igual para trabalho igual, negros e brancos, homens e mulheres, contra a perda de direitos sociais e trabalhistas;

505) 2. Defesa intransigente das trabalhadoras (os) que sofrem com assédio moral, racial e sexual, fruto das mazelas do capitalismo, do machismo e do racismo;

506) 3. Defesa da educação e da saúde 100% públicos e estatal de qualidade, valorização dos servidores públicos;

507) 4. Abaixo ao genocídio da Juventude Negra – Pela desmilitarização da PM;

508) 5. Fim do Auto de Re-

sistência;

509) 6. Contra a maioridade penal;

510) 7. Em defesa da titulação das terras de quilombos, indígenas e moradia digna para as trabalhadoras (os);

511) 8. Contra a criminalização dos movimentos sindicais, sociais e da pobreza;

512) 9. Em defesa das políticas de cotas raciais, das políticas afirmativas e de reparações, nas universidades, no mundo do trabalho e em todos os espaços onde não esteja refletida a realidade populacional negra.

513) 10. Pela implementação da Lei 10.639/03 e 11.645/08, que garante o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena;

514) 11. Não ao pagamento da dívida pública; pelo fundo de reparações, já!

515) 12. Transporte público, de qualidade e tarifas populares;

516) 13. Fora as tropas do Haiti. Pelo fim da ocupação militar da Minustah e da ONU!

28. Negros e Negras

Proponente: diretoria do SINTRAJUD-SP

517) Considerando a incidência de doença falciforme (anemia falciforme - (do latin falci-, foice e -forme, formato de) ou depranocitose, que acometem pessoas negras, remeter ao Congresso a incumbência de promover a efetiva implementação de política nacional de saúde integral da população negra, prevista no Estatuto da Igualdade Racial, objetivando acompanhar o atendimento à saúde da população negra no país, junto aos organismos municipais, estaduais e federal afetos a saúde pública.

PLANO DE AÇÃO

29. Nacionais

Proponente: SINTUSP

518) Não estamos nem com o governo federal anti-operário, nem com a oposição burguesa pela direita! Contra os chamados "ajustes" e ataques aos trabalhadores que ambos implementam, como as MPs 664 e 665 que restringem o acesso ao seguro desemprego e outros direitos trabalhistas, e os cortes nos orçamentos da educação e outros direitos sociais! Pela mobilização independente dos trabalhadores, nos unificando em todo o país, rumo à greve geral!

519) Frente ao aumento da inflação e às demissões nas fábricas e empresas, defendemos: Piso nacional igual ao salário mínimo do Dieese! Reajuste mensal dos salários de acordo com a inflação! Nenhuma demissão! Redução da jornada de trabalho, sem redução de salário! Repartição das horas de trabalho para que

Anotações

ninguém fique sem emprego!

520) Que o Congresso referende todas as propostas de lutas formuladas no Espaço de Unidade de Ação, que são:

521) - Luta em defesa do emprego, contra qualquer forma de flexibilização e precarização do trabalho, contra o PL 4330 que intensifica o processo de terceirização, estabilidade no emprego para todos os trabalhadores, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, proibição de remessas de lucros das multinacionais para o exterior, estatização das empresas que demitirem, nenhum pacto ou acordo, como o Acordo Coletivo Especial e o PPE – Programa de Proteção ao Emprego - alavancando a Campanha "Demitiu, parou". Em defesa do emprego.

522) - Contra a precarização do trabalho e a terceirização, que querem aprofundar através do PL 4330! Contra as divisões na nossa classe! Pela efetivação dos trabalhadores terceirizados, sem necessidade de concurso ou processo seletivo para os que já trabalham nas instituições públicas ou privadas!

523) - Enquanto houver terceirização, iguais direitos e salários entre efetivos e terceirizados! Iguais direitos e salários para todos os trabalhadores, independente de gênero, raça e orientação sexual.

524) - Defesa de todos os serviços de saneamento (água e energia) estatizados sobre o contole dos trabalhadores e colocados sob o controle da população, através de Conselhos de Usuários com poder de fiscalização e de deliberação;

525) - Em defesa dos serviços públicos, contra os cortes no orçamento, contra a privatização e terceirização, defesa dos direitos dos servidores, contra os ajustes fiscais, juros, aumentos de impostos, não STU (Serviço Único no Trabalho). Apoio a todas as Greves de servidores públicos;

526) - Todo apoio a Greve dos professores da Rede Estadual do Ensino.

527) - Abaixo à repressão aos lutadores na cidade e no campo, em todo o país! Liberdade imediata aos presos por lutar! Pelo fim dos processos aos lutadores sindicais e sociais!

528) - Contra a criminalização dos movimentos sociais, dos ativistas, da população pobre e negra das periferias, revogação das demissões de dirigentes sindicais, pela libertação dos presos e fim dos inquéritos e processos-crimes contra os ativistas. Chega de mortes de lideranças camponesas, indígenas, quilombolas e religiosas.

529) - Fim das chacinas policiais e da ocupação dos morros e favelas pelas UPP's, Polícias e Força Nacional.

530) - Readmissão imediata de todos os metroviários demitidos e reintegração, aos postos de trabalho dos que tiveram suas demissões anuladas.

531) - Campanha pela readmissão do companheiro Marzeni e todos os demitidos da Sabesp.

532) - Nota do congresso em apoio às greves de professores de todo o Brasil.

533) - Campanha de solidariedade aos trabalhadores do COMPERJ.

534) - Pelo direito a moradia, pela reforma urbana, transporte público de qualidade com tarifa social e rumo à tarifa zero, moradia para todos, aluguel social e fim da especulação imobiliária.

535) - Defesa da Petrobras 100% estatal sob controle dos trabalhadores e monopólio estatal, todo apoio a campanha: "O Petróleo tem que ser nosso", apuração e punição de todos os envolvidos no esquema de corrupção, punição dos envolvidos no caso de corrupção do cartel do metrô e ferrovias de São Paulo. CONTRA A CORRUPÇÃO no país.

536) - Confisco dos bens e prisão de todos os corruptos e corruptores.

537) - Fazer exigência aos dirigentes das centrais sindicais para chamar uma greve geral e convocar as bases para construção da mesma , mantendo nossa independência de classe frente aos governos e patrões.

538) - Apoiar o chamado à CUT, CTB, Força Sindical e outras centrais pra unificar a luta contra os ajustes e os ataques aos direitos trabalhistas, rumo à construção de uma GREVE GERAL.

539) - Apoiar o chamado às bases da CUT, CTB, Força Sindical e outras centrais pra unificar a luta contra os ajustes e os ataques aos direitos trabalhistas, rumo à construção de uma GREVE GERAL. (inclusão

da palavra grifada foi sugerida por grupo).

540) - Fazer o chamado à Greve Geral às demais centrais, mantendo nossa independência de classe frente aos governos e patrões.

541) - Por um plano de construção efetiva pela base das próximas paralisações nacionais e da greve geral, construindo encontro estaduais e ou regionais de trabalhadores junto à CSP-Conlutas.

542) - Usar todos os meios do sindicato, inclusive o boletim para propor e propagandear a Greve Geral, analisando as implicações da aprovação da PL. 4330. Informar e conscientizar os trabalhadores da USP sobre os ataques do governo.

543) - Nenhum Direito a menos! Não ao arrocho salarial! Fazer um chamado a todos os trabalhadores terceirizados, promovendo ações de esclarecimento sobre o combate a precarização do trabalho. Denunciar os sindicatos que defendem a terceirização e os interesses dos empresários.

544) - Acompanhar, apoiar e fortalecer as Greves de outras categorias que estão ocorrendo neste momento. Verificar quais as insatisfações e reivindicações com o objetivo de unificar e construir a Greve Geral.

545) Levar às demais categorias e em especial à CSP-Conlutas:

546) 1 - Em defesa do emprego.

547) - Não aceitamos mais nenhuma demissão!

548) - Escala móvel das horas de trabalho! Nas empresas em que a produção cair (como acontece hoje na indústria) todos devem trabalhar menos. Trata-se de dividir as horas de trabalho entre todos os empregados quando necessário para evitar as demissões, sem redução dos salários.

549) 2 - Chega de arrocho.

550) - Escala móvel de salários! Reajuste mensal dos salários de acordo com inflação dos itens básicos de consumo do trabalhador. Exigir a manutenção do nosso poder de compra a cada mês, é exigir o mínimo, e de hoje em diante não aceitar mais nenhuma perda salarial!

551) 3 - Nenhum direito a menos.

552) Contra todos os cortes dos governos e em defesa dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora!

553) É preciso construir um Terceiro campo que proponha uma saída para a crise com um programa contra os cortes e por mais direitos, claramente em oposição ao atual Governo Federal, que envolva partidos de oposição de esquerda, movimentos sociais e populares centrais sindicais e a juventude.

554) Frente à falta de água, ao caos nos transportes, às filas nos hospitais e problemas na saúde, aos escândalos de corrupção na Petrobras, dizemos: Não às privatizações! Só o controle dos trabalhadores e usuários pode dar uma saída! Pela estatização, sem indenização, sob controle operário e popular de todas as empresas ligadas aos serviços públicos!

Anotações

Que o dinheiro destinado à dívida pública seja usado para financiar os serviços públicos!

555) - Defesa de um SUS 100% estatal com financiamento público

556) - Contra as Fundações, Organizações Sociais e EBSERH, contra a Lei 13097 de 1/2015 que autoriza o capital estrangeiro a investir na saúde. Lei sancionada pela Dilma. Em defesa dos trabalhadores dos serviços precarizados de saúde.

557) - Participação nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Saúde.

558) - Por mais investimento público à Atenção Primária e à Rede de Saúde Mental.

559) - Que o Estado forneça atendimento à Saúde para a população negra, indígena, LGBTs, portadores de necessidades especiais e população em situação de rua.

560) - Reafirmar a participação do SINTUSP no Fórum Popular de Saúde.

561) - Contra a entrega dos equipamentos de saúde públicas para as organizações e fundações.

562) - Revogação da reforma da previdência aprovada com votos comprados pelo "mensalão".

563) Fazer ecoar a luta dos povos da floresta, indígena e ribeirinho. Solidariedade ao companheiro Osmarino Amancio.

564) Em defesa de povos nativos! Basta de assassinatos dos indígenas sobreviventes do genocídio em nosso país! Reconhecimento dos territórios indígenas e todo apoio aos Guarani-Kaiowa.

565) Reafirmamos a construção da Central Sindical e Popular - Conlutas como instrumento para a organização e unificação das lutas dos trabalhadores nacionalmente.

566) - Fortalecer a CSP-Conlutas como polo independente dos trabalhadores. Apoiar o espaço de unidade de ação e o chamado a outras organizações, como as Intersindicais e o MTST para a conformação de um polo claramente de oposição ao governo e de independência de classe;

567) - Contra a redução da maioridade penal.

568) Pelo fim do monopólio dos meios de comunicação hoje nas mãos de poucos grupos como a Rede Globo.

569) Pela revogação da Lei da Anistia. Punição a todos os militares e civis envolvidos nos crimes do Regime Militar brasileiro.

570) Punição às Empresas que deram apoio à ditadura e reparação às vítimas.

571) Pela Abertura dos arquivos da ditadura, tanto em posse de instituições estatais como privadas.

572) Contra a corrupção, os altos salários e os privilégios dos políticos: que os políticos ganhem o mesmo que um professor.

573) Reestatização de todas as companhias de distribuição e tratamento de água e esgoto, de todas as companhias de produção e distribuição de energia elétrica; sem indenização e sob controle dos trabalhadores.

574) Pela redução de jornada de trabalho dos trabalhadores da área de saúde para 30 horas semanais sem redução de salários.

578) Pela defesa da creche como um direito da criança. Aplicação do ECA – Estatuto da criança e do adolescente – que o artigo 50 garanta esse direito.

579) Pela defesa da Escola Básica, Pública e Livre. Fora PM das Escolas Públicas.

580) Moção de apoio aos Professores do Paraná e repudio à repressão do Governo Estadual

581) Moção de apoio aos garis, demitidos, do Rio de Janeiro.

30. Brasil - Desenvolvimento ou Socialização da Miséria?

582) Desmascarando o Discurso Governista e Combatendo a Criminalização das Lutas Sociais

583) Os movimentos sociais em geral e o movimento sindical e popular em particular, para avançar na organização, mobilização e luta numa perspectiva socialista, necessitam compreender a formação social, a história, a realidade e a luta do povo brasileiro e latino-americano. Precisam entender porque, apesar da grandeza e da riqueza do Brasil, a distância entre o reconhecimento do direito e sua con-

cretização é abissal. Porque quem luta para melhorar a vida, é criminalizado e muitas vezes paga com ela própria, por sua ousadia de sonhar e lutar por um mundo melhor.

584) Só a concretização dos direitos fundamentais assegura a democracia, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

585) Mas, historicamente, os direitos humanos não têm sido respeitados no Brasil. E na raiz deste problema estão as opções políticas e econômicas das elites nacionais, a intelectualidade com suas teorias importadas, o escravismo, como se deu a formação social brasileira, o endividamento público, o modo de inserção do Brasil no sistema capitalista mundial.

586) Há uma manipulação constante dos corações e mentes do povo.

587) Na prática, parte considerável da população aceita as desgraças, como uma provação divina e não como consequência da dependência, subdesenvolvimento, Sistema da Dívida, das opções feitas pelos governantes, do descompromisso dos poderes públicos para com as políticas sociais universais, do papel desempenhado pelas Igrejas, justiça, meios de comunicação, a dizimação dos povos indígenas, pela polícia, do analfabetismo, da corrupção, do desconhecimento acerca da própria história.

588) O impacto real do escravismo, da dizimação dos povos indígenas, das políticas de Estado voltadas para a dominação, exploração, exclusão e opressão nestes 515 anos de resistência indígena, negra, feminista e popular é muito grande. O desrespeito aos direitos fundamentais, inclusive, por parte dos poderes constituídos que constitucionalmente têm o dever de garantir a efetividade dos mesmos é uma constante.

589) E não tem sido diferente no governo do PT, a despeito do discurso oficial. Vejamos por que!

590) Em interessante trabalho intitulado Impactos Sociais Decorrentes da Subtração dos Recursos por meio do Sistema da Dívida, a professora da UnB, Ivaneti Boschetti, desmascara o discurso oficial, demonstrando as armadilhas e como os recursos públicos são manipulados, em especial os da Seguridade Social, para garantir as metas do superávit primário e, por conseguinte, o pagamento de juros e amortizações da dívida pública interna e externa.

591) Trata da "expansão seletiva da Assistência Social", mostrando como os recursos foram deslocados da Saúde e da Previdência Pública para a Assistência social, de forma seletiva e focalizada. Ou seja, além da ampliação da assistência social ter se dado à custa da redução dos gastos com saúde e previdência, não é uma política pública universal. O Bolsa Família atende 12,4 milhões de famílias, ou seja, 51 milhões de pessoas (25% da população brasileira). Já o BPC (Benefício de Proteção Continuada) aten-

Anotações

de 1,6 milhão de pessoas portadoras de necessidades especiais e 1,5 milhão de pessoas idosas (com mais de 65 anos)

592) O seguro desemprego, tão duramente atacado com o ajuste fiscal, beneficia apenas 6,5 milhões de desempregados/desempregadas. O Regime Geral da Previdência Social atende 24 milhões de aposentados/aposentadas e pensionistas e o Regime dos Servidores Públicos, 4,7 milhões.

593) Ademais, 48,6% da PEA (População Economicamente Ativa), cerca de 45 milhões de pessoas, não contribuem com a Previdência Social (destas, 83,3% vivem com renda inferior a 02 salários mínimos).

594) Enquanto isso, proliferam os fundos de pensão privados, os quais, na última década, tiveram o maior crescimento no Brasil (14,7% quase o dobro da média de outros países). E há 20 anos os recursos da seguridade social são saqueados, através de mecanismos que vão do FSE (Fundo Social de Emergência) - (1993) à Desvinculação das Receitas da União (2011).

595) Isso sem falar na concentração da terra! De acordo com o IBGE (2011), "3,35% das propriedades, com mais de 2.500 hectares, detém 61,57% das terras".

596) Para Ivaneti Boschetti, "o discurso do "universalismo básico" é o novo eufemismo para focalização e seletividade", enquanto "68,5% das propriedades com menos de 100 hectares, ficam com 5,53% das terras".

597) Isso sem falar da redução do valor dos benefícios, o desemprego, a terceirização, privatização e precarização do trabalho.

598) Deste modo, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo (é a 7ª economia e ostenta uma das piores distribuições de renda) e o tão propalado crescimento econômico, de 2000 a 2013 foi "fraco e instável", oscilando o PIB (Produto Interno Bruto), de -0,3% em 2009 a 7,5% em 2010, sendo que em 10 dos 13 anos analisados, o crescimento do PIB esteve abaixo de 5%.

599) Os dados oficiais, portanto, desmascaram o discurso oficial do "desenvolvimentismo brasileiro", cujos argumentos estão baseados em premissas que não se sustentam: "forte crescimento econômico", "geração de emprego e renda", "aumento do gasto social", "valorização do salário mínimo" e "estabelecimento de políticas sociais universais". O que vem ocorrendo, efetivamente, é a socialização da miséria, o empobrecimento dos setores médios e a concentração da renda (em 2012, conforme dados IRPF, estimava-se que "50% dos brasileiros mais pobres detinham 2% da riqueza, 36,99% ficavam com 10,60% e 13,01% com 87,40%. Uma parcela menor entre os mais ricos, 0,21%, era dona de 40,81% do total"), de acordo com Róber Iturriet Avila, em Brasil Debate, 08/01/2015. E com a agudização da crise, os cortes nos gastos sociais, as políticas ainda mais restritivas, a privatização e terceirização da saúde e previdência, dentre outros direitos trabalhistas e sociais, a tendência é piorar, não só as condições de vida da população, a insegurança e violência, a falência dos municípios, Estados e União, mas a criminalização dos movimentos sociais.

600) A saída é a conscientização, organização, mobilização e luta, não só dos setores organizados da sociedade, mas da população - maior vítima do Sistema da Dívida e das Políticas Governamentais.

601) Diante do exposto, o 2º Congresso da CSP-Conlutas decide:

602) 1. Incentivar a participação das organizações e lutadores e lutadoras sociais, nos Núcleos Estaduais e Municipais de Auditoria Cidadã da Dívida Pública;

603) 2. Organizar internamente, Coletivo Jurídico e de Combate à Judicialização e Criminalização dos Movimentos e lutadores/lutadoras sociais;

604) 3. Elaborar publicações em linguagem simples, que desmascarem o discurso oficial acerca do "desenvolvimentismo";

605) 4. Recontar a história da classe trabalhadora, a partir da luta dos povos indígenas e do povo negro em nosso país;

606) 5. Exigir, juntamente com os movimentos indígenas e com o movimento negro, o pagamento da dívida histórica, humanitária e financeira do

Estado para com o povo africano, para com os povos indígenas e afro-brasileiros pelos crimes cometidos ao longo da história e que, de certo modo, se perpetuam até hoje. Lutar pela demarcação das terras indígenas e quilombolas.

607) 6. Lutar para acabar com a sangria dos recursos e com o endividamento público, suspender o pagamento das dívidas interna e externa, fazer a auditoria da dívida e adotar as medidas legais cabíveis, no sentido de ressarcir os cofres públicos e só pagar dívidas legalmente constituídas e mantidas ao longo do tempo.

608) 7. Denunciar e combater a criminalização dos movimentos sociais e a judicialização das greves e lutas;

609) 8. Lutar pela taxação das grandes fortunas;

610) 9. Lutar contra as privatizações e terceirizações, assegurar que os mecanismos de democracia participativa e controle social sejam utilizados plena e livremente.

611) 10. Resgatar os 515 anos de resistência indígena, negra, feminina e popular em nosso país, a partir da história escrita e oral do povo brasileiro em todos os Estados.

612) 11. Reafirmar os laços de solidariedade e luta com a Nossa América e conjuntamente lutar pelo rompimento com a dependência e o subdesenvolvimento, construindo uma nova arquitetura econômica regional;

613) 12. Lutar contra qualquer forma de discriminação contra os aposentados, aposentadas, exigindo políticas públicas para esta parcela significativa da sociedade.

614) Só com formação política e ideológica, com ações massivas, com muita organização, mobilização e luta permanentes, a Nossa América terá chance de ser efetivamente grande, de estar entre os primeiros do mundo em desenvolvimento econômico, humano, político e social.

615) Ousando unir, ousando lutar, venceremos!

ASSINANTES:

616) Avançar na Luta – Corrente Sindical e Popular - Angelo Cesar J. Junior - Sepe/Friburgo; Carlos Eduardo da Silva Leão – Oposição Sindprev/DF; Carlos Roberto dos Santos – Fenasps e Oposição Sindprev/DF; Corália Maria Saraiva - Oposição Sindprev/DF; Débora D´Oliveira – Sepe/Costa do Sol; Denise Soares - Sepe/Lagos; Dnery Maria Ribeiro - Sindprev/ES; Domingos Cordeiro França – Oposição Sindsaúde/ES; Edson Bomfim – Sinteses e Movimento Negro; Egeson Conceição - Sindmetal/RJ; Eliane Mauro – Oposição Sindsaúde/ES; Evilasio Lacerda - Oposição Sindicato da Educação Paraíba; Francisco dos Santos Filho - Sindprev/ES; Gesa Linhares Corrêa - Sepe/RJ; Humberto Michaeli -Sepe/Vassouras; Juvenil Marques- Sepe/Campos; Jalmir Cezini Andrade - Sindprev/ES; Janaína Matos - Sepe/N.I; Jorge Gonçalves de

Anotações

Souza- Sindmetal/RJ; Keli de Moraes - Sepe/Friburgo; Laurizete Araújo Gusmão - Oposição Sindprev/DF; Leonardo Freitas - Sepe/Vassouras e base Mendes; Lídia de Jesus - Fenasps e Oposição Sindprev/BA; Luiz Alfredo - Sindprevs/PR; Lujan Maria Bacelar de Miranda – Sinteses/Sinte-PI; Maria Ignez Pereira de Sales Miranda – Sindprev/ES; Maria Júlia Mendonça Barreto- Sepe/Lagos; Maria Regina Lacerda – Fenasps e Oposição Sindprev/PB;Marli Brígida dos Reis/ Sindprev/ES; Marcos Rangel - Sepe/RJ e Caxias; Marize Oliveira – Sepe/Caxias; Moacir Lopes - Fenasps e Sindprevs/PR; Nanci Ferreira Belo- Sepe/Lagos; Osmar Batista - Sindprev/PR; Roseli Aparecida de Lima - Oposição Sindicato Alimentação de Cascavel; Sebastião de Oliveira - Fenasps e Sindprevs/PR; Sílvio Florentino – Movimento Popular/DF; Simone Caixeiro - Sepe/N.I; Willian Aguiar Martins/ Sindprev/ES

31. Resolução sobre Plano de Lutas

617) O 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas está sendo realizado numa conjuntura de agravamento da crise econômica e política, por ataques do governo Dilma, governadores, prefeitos, empresários e banqueiros aos direitos dos trabalhadores e de crescimento da polarização social no país.

618) A prioridade dos Governos é implementar os ajustes fiscais para garantir, principalmente, o pagamento das dívidas interna e externa, alimentada por um conjunto de instrumentos e medidas ilegais, ilegítimas e imorais, denominado Sistema da Dívida, que fazem com que quanto mais os governos paguem, mais cresça, não só a dívida da União, mas, também, a dos Estados e Municípios.

619) Através deste sistema, em que o FMI e os banqueiros internacionais impõem ao Governo um superávit primário que consome cerca de 50% do orçamento executado a cada ano, em detrimento das políticas públicas e do desenvolvimento do país, cujo crescimento do PIB em 2014 foi de apenas 0,1%.

620) Para este ano, o Banco Central prevê queda de 1,1% do PIB. Esta situação de estagnação da economia com perspectivas recessivas para 2015, vem sendo acompanhada por um processo de retomada da inflação e de crescimento do desemprego, principalmente no setor industrial. Além disto, o país atravessa uma grave crise energética e de abastecimento de água, fruto da falta de políticas públicas, o que agrava ainda mais as já precárias condições de vida da maioria da população.

621) Em virtude desta situação, o governo federal tomou medidas que jogam nas costas dos trabalhadores os custos do agravamento da crise econômica no país. Antes mesmo de iniciar seu segundo mandato, Dilma emitiu duas medidas provisórias, a 664 e 665, sendo que a segunda já foi aprovada pela Câmara, alterando critérios para o seguro-desemprego, o abono salarial e as pensões.

622) Assim, contrariando seu discurso de campanha, a presidente reeleita atacou direitos trabalhistas e, pior, justamente nos setores mais fragilizados da classe trabalhadora. Neste momento, também há uma luta em curso para barrar, no senado federal, o Projeto de Lei 4330, que libera de forma geral as terceirizações. Se este projeto for aprovado, ele provocará mais demissões, perda de direitos e precarização nas relações de trabalho.

623) A esses ataques, os trabalhadores têm respondido com luta. As greves dos trabalhadores em educação, em mais de 10 estados, por emprego, salário, melhores condições de trabalho e contra os ataques à previdência, e a luta do conjunto dos trabalhadores brasileiros contra o PL 4330 tiveram centralidade no último período.

624) A truculência brutal de Beto Richa (PSDB), governador do Paraná, utilizando cassetetes, bombas, balas de borracha, cavalos e cães para reprimir manifestação dos professores contra o projeto que ataca a aposentadoria dos servidores estaduais paranaenses, mostra o que os governos são e serão capazes de fazer para que o ajuste fiscal seja

pago pelos trabalhadores.

625) O Dia Nacional de Lutas e Paralisações contra o PL 4330, realizado no dia 15 de abril, convocado pela CUT, CTB, Intersindical, Nova Central e pela CSP-Conlutas, expressou uma inflexão na luta contra os ataques de patrões e governos.

626) Além do travamento de rodovias, paralisações dos metroviários e rodoviários, no RS e da realização de grandes Atos, como o de São Paulo, com mais de 20 mil, o elemento de qualidade foi o fato de uma parte da classe operária ter entrado em cena, paralisando a produção, como foi o caso dos metalúrgicos da região do ABC e São José Campos, em São Paulo.

627) Até mesmo o Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba, filiado à Força Sindical - Central Sindical, que vergonhosamente apoia o PL 4330 – devido à pressão de suas bases, foi obrigado a paralisar a produção de fábricas importantes como da Volks, Renault e Volvo.

628) O dia 29 de maio, convocado pela maioria das Centrais Sindicais, como um novo Dia Nacional de Paralisação e Manifestações pode representar um novo passo na construção, tão necessária, de uma Greve Geral no país. Só uma Greve Geral construída pela base terá a força necessária para derrotar as medidas de ajuste fiscal dos governos.

629) Além disso, a Greve Geral fortalecerá as lutas das categorias e movimentos sociais, que serão realizadas no próximo período. No segundo semestre, serão realizadas as campanhas salariais dos batalhões pesados da classe trabalhadora brasileira, como é o caso de metalúrgicos, petroleiros, químicos, bancários e os trabalhadores dos correios.

630) Neste momento, os servidores federais e, em particular, os professores do Andes estão em luta contra a política de arrocho salarial do governo Dilma. Além disso, há as mobilizações do movimento popular por moradia, impulsionadas principalmente pelo MTST. Entretanto, o grande problema é que estas lutas têm sido realizadas de forma fragmentada.

631) Do ponto de vista político, as denúncias de corrupção, relacionadas à Petrobrás, têm levado o governo a ficar mais refém do PMDB. Eduardo Cunha, Renan Calheiros e Michel Temer estão, na prática, co-governando o país em benefício dos empresários e banqueiros.

632) Este cenário de agravamento da crise econômica, combinado com a crise política potencializada pelas denúncias de corrupção, tem provocado um aumento da polarização social no país.

633) Considerando toda essa complexa conjuntura que estamos vivendo, o desafio central que está colocado para o II Congresso Nacional da CSP-Conlutas é o de contribuir para a unificação das lutas e a realização de uma poderosa greve geral, construída pela base, para derrotar os ataques de patrões e governos.

Anotações

634) É tarefa também da Central, contribuir para a construção de um campo de esquerda e socialista que se constitua como uma alternativa política para a classe trabalhadora brasileira à falsa polarização entre PT e PSDB.

635) A partir destes desafios apresentados, o 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

636) 1- Contribuir para a construção de fóruns amplos unitários com o objetivo de unificar as campanhas salariais, greves e mobilizações num amplo movimento nacional exigindo salário, direitos, emprego e condições de trabalho diante de governos e patrões. Unir trabalhadores da cidade e do campo, sem-terra e sem-teto, estudantes e movimentos de luta contra o racismo, sexismo e homofobia numa mesma luta de massas.

637) 2- Colocar a luta contra o pagamento da dívida pública aos grandes tubarões capitalistas, banqueiros e especuladores no centro de nossa agitação e mobilização, para garantir verbas para os serviços públicos, a valorização do funcionalismo, a geração de empregos, etc.

638) 3- Defender a realização de uma Greve Geral no país, junto às demais centrais sindicais e movimentos sociais, tendo como plataforma mínima, a luta contra o PL 4330, as MPs 664 e 665 e outras medidas de ajuste fiscal que estão previstas pelo Governo Dilma, governadores nos estados e prefeitos nos municípios.

639) 4- Contribuir para que esta Greve Geral seja construída e preparada pela base, através da realização de Plenárias Nacionais, Estaduais e Municipais Unificadas, abertas a todos aqueles que concordem com esta plataforma mínima.

640) 5- Colocar a luta contra a criminalização dos movimentos sociais e da pobreza no centro de nossas ações. Apoiar as lutas contra a redução da maioridade penal. Participar de todas as lutas contra o genocídio da população pobre e negra nas periferias. Construir ações enérgicas de solidariedade a todos os ativistas e movimentos atacados.

641) 6- Iniciar as denúncias das consequências sociais das Olimpíadas para o país e, em particular, para a população pobre do Rio de Janeiro.

642) 7- Intensificar sua campanha internacionalista unitária contra a presença das tropas brasileiras e internacionais no Haiti e em defesa da solidariedade de classe, em conjunto com uma campanha contra as ações do imperialismo na América Latina e em outras regiões do mundo.

ASSINANTES:

643) Bloco de Resistência Socialista – Sindical e Popular (BRS, o que inclui as correntes políticas LSR – Liberdade, Socialismo e Revolução, GAS – Grupo de Ação Socialista e RS – Reage Socialista)

644) Miguel Leme Executiva Nacional da CSP-Conlutas e da Oposição Apeoesp/SP | Sônia Godeiro Oposição do Sindsaúde/RN | José Wilson Oposição do Sindsaúde/RN

645) Joaquim Aristeu da Silva (Boca), Executiva Estadual da CSP-Conlutas de São Paulo | Jane Barros Executiva Nacional do Movimento Mulheres em Luta (MML) | Marzeni Pereira Oposição Sintaema/SP | Luciano Barbosa Sepe/RJ | Jorge Antonio dos Santos Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Itaúna/MG e membro da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais | Alexandre Marques Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Itajubá/MG e da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais | Cleuza Borges Presidente do Sindicato da Saúde de Itajubá/MG e Região | Dimitri Silveira Oposição Sinpeem/SP | Vinícius Prado Oposição APP/PR | Fábio Arruda Sinsprev/SP.

646) Avançar na Luta: APS/CSP-Conlutas

647) Carlos Roberto dos Santos FENASPS e Oposição Sindprev/DF | Cleuza Nascimento FENASPS e Sintsprev/MG | Edson Bomfim SINTESES e Movimento Negro | Evilasio Lacerda Oposição Sindicato da Educação Paraíba | Gesa Linhares Corrêa SEPE/RJ | Lídia de Jesus FENASPS e Oposição SINDPREV/BA | Lujan Maria Bacelar de Miranda SINTESES/SINTE-PI | Marcio Freitas FENASPS e Sindsprev/RN | Moacir Lopes FENASPS e Sindprevs/PR | Roseli Aparecida de Lima Oposição Sindicato

Alimentação de Cascavel | Sebastião de Oliveira FENASPS e Sindprevs/PR | Willian Aguiar Martins/ SINDPREV/ES.

648) Movimento de Esquerda Socialista (MES)

649) Mauricio Costa Carvalho Oposição APEOESP | Bruno Magalhães Movimento Nós da Sul | Adriana Guimarães Direção ASERGHC | Antonio Neto Oposição CPERS | Mauricio Barreto Oposição Rodoviários Porto Alegre | Edson Nascimento Lima Fasubra | João Maria dos Santos OposiçãoSintest/RN | Juliana Selbach Oposição Bancária Brasília | Thais Coutinho SEPE RJ | Rigler Aragão SINDUNIFESSPA - ANDES.

650) Alicerce

651) José Campos Secretaria Executiva Estadual RS CSP CONLUTAS FENASPS | Hélio de Jesus FENASPS | Rogério Marzola FASUBRA | David Lobão SINASEFE | Fabiano Faria SINASEFE | Jorge Patricio SINDISPREV-RS |Jorge Moreira SINDISPREV- RS | Shin Nishimura Oposição CPERS/Sindicato | Jorge Maia SEPE RJ | Wiria Alcântara SEPE RJ | Geovano Santos SEPE RJ | Tzusy Estivalet - MUNICIPÁRIA POA/RS.

652) Construção Socialista (CS)

653) Neida Oliveira Secretaria Executiva Nacional da CSP CONLUTAS - Oposição do CPERS/Sindicato | Danilo Serafim Secretaria Executiva Nacional CSP CONLUTAS Direção SEPE RJ | Érico Corrêa Secretaria Executiva Estadual RS CSP CONLUTAS – Presidente SINDICAIXA-RS | Francelina Fragoso SEPE RJ –Petrópolis | Valdir Vicente SEPE RJ – Nova Iguaçu | Telma Luzemi Direção SEPE RJ | Jaqueline Leopoldo SEPE RJ - Valença | Mari Andreia Andrade Oposição CPERS/Sindiato | Tere Bulé Diretora Geral 38º Núcleo CPERS/Porto Alegre | Vivian Zamboni – Diretora Geral 42º Núcleo CPERS/ Camaquã – Lucas Bitencourt ANEL | Ludmilla Fagundes Secretaria Executiva Estadual RS CSP CONLUTAS ANEL | Luiz Henrique Chagas Secretaria Executiva Estadual CSP CONLUTAS Presidente SINDIMETRÔ RS Direção da FENAMETRO | Alessandro Batista Diretor SINDIMETRÔ RS | Miguel Chagas Secretario Geral SINDICAIXA RS.

32. Armar a CSP-Conlutas como polo organizador da luta contra os ataques e para retomar os sindicatos com base na democracia operária

654) A CSP-Conlutas deve desde já tomar a frente contra os fortes ataques que a classe trabalhadora vem recebendo, organizando a partir das lutas em curso e preparando pela base e nos locais de trabalho

Anotações

onde está (seja como direção ou oposição sindical) para armar os trabalhadores para uma luta real contra os ataques e para levar as greves à vitória.

655) O primeiro passo seria fazer um chamado às demais centrais sindicais para construírem dias nacionais de paralisação construídas nas bases, partindo de construir Encontros regionais e nacionais de trabalhadores a partir dos locais de trabalho para armar um plano de luta que coloque a classe trabalhadora no centro da política nacional. A frente única que deve ser chamado em torno a defesa dos direitos dos trabalhadores, no entanto, não podem impedir a denúncia do papel que as maiores centrais sindicais vem cumprindo no cenário nacional. A CUT, que dirige 36% dos trabalhadores sindicalizados neste país, não está disposta a colocar os trabalhadores na rua, a construir paralisações e greves reais, pois a sua principal defesa não é dos direitos, mas é a defesa do governo do PT, mesmo que este implemente a agenda da direita. A CSP-Conlutas deve esclarecer à classe quem são seus verdadeiros aliados e levar os trabalhadores à resgatar os sindicatos das mãos dessas burocracias.

656) - Chamar imediatamente à unificação nacional das greves da educação, construindo plenárias regionais que votem delegados para um Encontro Nacional em prol da greve geral da Educação, impondo às demais centrais sindicais essa demanda real;

657) - Organizar Encontros regionais de trabalhadores a partir dos locais de trabalho para que discutam os ataques em curso, contra a terceirização e a retirada de direitos, na direção de construção de uma paralisação nacional efetiva, com greves e atos reais para barrar o PL 4330 e as MPs de Dilma;

658) - Acabar com a terceirização. Os empresários dizem que querem regulamentar os 12,7 milhões de terceirizados para que tenham seus direitos garantidos. A CSP-Conlutas deve lutar pela única forma de regulamentação possível dos terceirizados: efetivação imediata de todos os terceirizados (sem concurso público nos setores públicos);

659) - Retomar os sindicatos das mãos da burocracia sindical. Organizar as oposições sindicais com os métodos da democracia operária, construindo mecanismos de representação de base em cada local de trabalho, para retomar os sindicatos para as mãos dos trabalhadores para que estejam a serviço de suas lutas

660) - Levar adiante uma campanha para que todo político e funcionário de alto escalão do Estado ganhem o mesmo que um professor da rede pública! Lutar pela revogabilidade dos mandatos dos políticos!

661) - Em defesa do emprego, lutar pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial! Estatização sob controle dos trabalhadores de todas as empresas que demitirem ou fecharem as portas! Aumento automático dos salários de acordo com a inflação!

662) - Em defesa da saúde, da educação, do transporte e do abastecimento de água: estatização de todos os serviços básicos sob controle dos trabalhadores e usuários para por fim à crise dos serviços públicos!

ASSINANTES:

663) Movimento Nossa Classe: Diana Soubihe de Oliveira Assunção - Diretora do Sindicato dos Trabalhadores da USP, Marcello Pablito Ferreira dos Santos - Diretor do SINTUSP, Bruno Sperb Rocha Gilga - Diretor do SINTUSP, Patricia Sayuri Tanabe Galvão - Conselho Diretor de Base da USP, Marilia Lacerda da Silva - Conselho Diretor de Base da USP, Claudionor Brandão - Diretor do SINTUSP, Felipe Guarnieri - Delegado Sindical do Metrô/SP, Francielton Bananeira Reis - Delegado Sindical do Metrô/SP, Marília Rocha Cristina Ferreira - Delegada Sindical do Metrô SP/Demitida Política, Edison Urbano - Cipeiro da CEF/SP, Gabriel Moreno - Delegado Sindical da CEF – SP, Camila Pivato – Metroviária/SP, Thiago Mathias de Carvalho - Delegado Sindical do Metrô/SP, Leandro Lanfredi Andrade - Petroleiro do TECAM (RJ - Petrobrás), Simone Kawakami Ishibashi – Professora Estadual – SP, Luciana Machado Placucci Vizotto - Professora Estadual – SP, 17. Marcio Barbio – Diretor da APEOESP/Professor Estadual – SP, 18. Adriana Paula

– Professora Estadual – SP, 19. João de Regina– Professora Estadual – SP, 20. Marcella Campos– Professora Estadual – SP, 21. Allan M. Costa– Professora Estadual – SP, 22. Danilo Magrão– Professora Estadual – SP.

33. Resolução sobre campanhas e plano de lutas

Proponente: SEEB-RN

664) Em face do cenário que estamos enfrentando colocam-se como prioritários os seguintes eixos de lutas:

665) – Em defesa do emprego, contra as demissões e fechamento de postos de trabalho;

666) – Contra o arrocho salarial, por reajustes que reponham o poder de compra dos trabalhadores, enfrentando os aumentos do custo de vida e a inflação real sentida pelos trabalhadores;

667) – Contra a inflação, abrir as planilhas das empresas!

668) – Em defesa dos serviços públicos, contra os planos de "austeridade" do governo, por investimentos em saúde, educação (10% do PIB já!), transporte, moradia, aposentadorias;

669) – Para termos serviços públicos e empregos, não pagamento da dívida pública, e investimento desse dinheiro num plano de obras e serviços públicos que atendam às necessidades dos trabalhadores;

670) – Salario mínimo do DIEESE para todos!

671) – Contra os cortes nas pensões e seguro desemprego!

672) – Direitos trabalhistas para todos, contra a terceirização e o PL 4330!

673) – Contra o Acordo Coletivo Especial – ACE e todo tipo de flexibilização dos direitos trabalhistas!

674) – Confisco do dinheiro dos sonegadores na Suíça! Taxação das grandes fortunas!

675) – Contra a repressão e a violência policial! Em defesa do direito de lutar, pelo direito de greve e manifestação, contra a perseguição aos ativistas e pela liberdade de todos os presos políticos!

676) – Apoio incondicional a luta dos povos indígenas!

677) – Contra a influência política de seitas religiosas, quaisquer que sejam, nas políticas públicas de saúde, educação, legislação, etc. Que as crenças religiosas sejam questões de âmbito privado. Em defesa de um país laico!

678) – Contra o assédio moral que tem se institucionalizado como prática de gestão nas empresas e órgãos públicos;

679) – Redução da jornada de trabalho para 6 horas diárias, sem redução de salários! Menos horas trabalhando, mais postos de trabalho!

680) – Reestatização imediata, sem indenização e sob controle dos trabalhadores e do povo, de todas as empresas públicas, principalmente de serviços essenciais para nosso país!

681) – Pela estatização sob

Anotações

controle dos trabalhadores de todo o sistema de saúde privado do país o colocando à disposição de todo o povo.

682) – Estatização sob controle dos trabalhadores de todo o ensino provado do país. Educação não é mercadoria! E o conhecimento deve ser ao povo não ao lucro!

683) – Amplo debate na base das categorias sobre a importância da legalização das drogas como medida de combate ao crime! A dependência química deve ser tratada como problema social e de saúde, não de polícia! Tratamento gratuito e humanizado pelo SUS em todas as regiões!

684) – Transporte público 100%, estatal, sob controle dos trabalhadores! Tarifa zero já! Transporte público é um direito não uma mercadoria!

34. Plano de ação

Proponente: ANDES-SN

685) Reunidos em Brasília, nos dias 2 e 3 de maio de 2015, 40 delegados, 61 observadores das seções sindicais do ANDES-SN e 34 diretores do ANDES-SN, componentes da comissão diretora do 7o CONAD Extraordinário, docentes de instituições de ensino de todo o país debateram e deliberaram sobre as contribuições do ANDES-SN para o 2o Congresso da CSP-Conlutas. Aprovamos as resoluções que encaminharemos e defenderemos, como delegação do ANDES-SN no 2o Congresso da CSP Conlutas, organizadas com base em dois eixos – Plano de Ação da CSP-Conlutas e Questões Organizativas. Nossa intervenção no interior das instâncias da Central devem estar mediadas, necessariamente, por ações no conjunto do sindicato, que permitam o fortalecimento e o enraizamento da Central em nossas bases, a partir da ampliação da participação das seções sindicais no cotidiano da CSP-Conlutas, expressa em um conjunto de propostas aprovadas, que tratam de ações no interior do ANDES-SN, em relação à nossa atuação na Central. A conjuntura, debatida em Plenária no primeiro dia do 7o CONAD, reafirmou o conteúdo da avaliação de conjuntura e a centralidade da luta aprovadas no 34o Congresso, destacando, entretanto, a aceleração e a intensificação das medidas de ajuste que têm como objetivo dar respostas à crise do capital. O aprofundamento dos ataques aos trabalhadores se expressa em dois aspectos que consideramos serem faces da mesma moeda – a retirada de direitos, expressa nas ações do Executivo, com destaque para as Medidas Provisórias 664 e 665, nas ações do Legislativo, a exemplo da votação no Congresso Nacional do PL 4330, e nas ações do Judiciário, tendo como exemplo a admissibilidade da constitucionalidade da Lei 9.637/98, e a adoção de medidas antissindicais do Estado Brasileiro e criminalização dos movimentos sociais. Destaque-se que não se trata de um conjunto de ações de um ou de outro governo, mas expressa o caráter de classe do Estado, que em momentos de aprofundamento da crise do capital, implementa, de forma mais contundente, ações que têm como objetivo retirar direitos. Em contraposição, a classe segue em movimento, com paralisações, dias de luta e greves, demandando de nós, trabalhadores, buscar novos patamares de enfrentamento. Esse novo patamar demanda a intensificação das ações unitárias com as organizações sindicais e populares, e as demais centrais, na perspectiva da construção da greve geral. Para tanto, o ANDES-SN afirma a necessidade de construção da greve geral dos trabalhadores em 2015, atuando junto à CSP-Conlutas em busca da ampla unidade de luta contra os graves ataques aos direitos da classe trabalhadora. O apassivamento dos trabalhadores, a partir da cooptação das direções do movimento sindicais e dos movimentos sociais, presente nas duas últimas décadas, torna-se insuficiente para o capital, na atual conjuntura, quando presenciamos o ascenso das lutas. Somam-se, então, à cooptação das direções, as ações de criminalização dos movimentos e a adoção de práticas aintissindicais que têm como objetivo destruir entidades e movimentos que mantêm sua autonomia e combatividade. Nesse contexto, apontamos para a constru-

ção de um dia nacional de luta em defesa da liberdade e da autonomia sindical, nos espaços de articulação, com as entidades sindicais e os demais movimentos sociais do campo classista. Aprovamos as seguintes resoluções a serem enviadas ao 2o Congresso da CSP Conlutas como propostas do ANDES-SN para os Temas 2 e 3 do Congresso.

686) 1. Intensificar ações e políticas unitárias com outras entidades e movimentos classistas, como polos aglutinadores dos setores combativos para organização de lutas, como vem sendo consolidadas no Espaço de Unidade de Ação.

687) 2. Buscar a mais ampla unidade na luta em defesa do emprego, contra o ajuste fiscal e os ataques aos direitos dos trabalhadores, as terceirizações e toda sorte de precarização do trabalho, na perspectiva da construção de um programa classista anticrise e de emancipação.

688) 3. Reforçar a articulação com outras entidades sindicais e demais movimentos sociais do campo classista, pela reorganização da classe trabalhadora, em uma orientação de luta anticapitalista.

689) 4. Defender a liberdade e a autonomia sindical (nos termos da Convenção 87 da OIT), contra a estrutura sindical verticalizada e de Estado, sustentada na unicidade, imposto e investidura sindical.

690) 5. Realizar campanha nacional pela ratificação, por parte do Governo Brasileiro, da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a consequente revogação dos dispositivos que impõem a unicidade sindical. Incluir, nessa campanha, a defesa da liberdade e da autonomia sindical, denunciando as ações do Estado brasileiro, particularmente do MTE, de ataque ao sindicalismo classista, a exemplo do que vem ocorrendo com o ANDES-SN.

691) 6. Denunciar a crescente mercantilização da educação, intensificação e precarização do trabalho dos profissionais da educação, e a destinação dos recursos públicos para a iniciativa privada, como investimento em educação pública, que estão presentes no PNE (2014-2024).

692) 7. Envidar esforços para a criação e o fortalecimento dos comitês estaduais em defesa da escola pública junto aos demais setores que defendem a educação pública.

693) 8. Contribuir para organizar junto aos Comitês Estaduais, a realização, no segundo semestre de 2015, de Encontros Regionais Preparatórios ao II Encontro Nacional de Educação, envidando esforços na sua construção.

694) 9. Construção de um dia nacional de luta em defesa da liberdade e da autonomia sindical nos espaços de articulação com as entidades sindicais e os demais movimentos sociais do campo classista.

695) 10. Continuar defendendo o princípio da autonomia em relação a governos e a

Anotações

partidos políticos.

696) 11. Realizar uma campanha nacional de denúncia e de combate ao PL 499/2013 (Lei Antiterrorista);

697) 12. Intensificar ações unitárias com as organizações sindicais e populares, e as demais centrais, na perspectiva da construção da greve geral contra os ataques aos direitos da classe trabalhadora.

35. Proposta de Resolução sobre a Petrobrás: Contra a corrupção e a privatização, por uma Petrobrás 100% estatal!

698) O esquema de corrupção envolvendo diretores e gerentes da Petrobrás, empreiteiras, doleiros e partidos políticos, mostra-se repugnante. São bilhões entre propinas pagas, superfaturamentos e desvios de verbas. Em meio a esta crise, a Petrobrás tem sido alvo de ataques que objetivam enfraquecer o potencial da empresa, sua capacidade de exploração, produção, refino e inserção no mercado. A situação, portanto, ameaça diretamente a nós, petroleiros, nosso futuro, nossos direitos (salário, PLR, AMS etc.).

699) Para defender a Petrobrás, exigimos que todos os casos sejam investigados, apurados e os responsáveis, sejam eles do Sistema Petrobrás, sejam eles ligados às empresas privadas ou a partidos, devidamente punidos. Para iniciar o imediato ressarcimento do patrimônio da Petrobrás e dos prejuízos, defendemos a expropriação das contas, fortunas, bens, daqueles que acarretaram danos à Petrobrás. Não compactuamos com uma lógica de beneficiamento de interesses privados que usurpa e parasita esta empresa estatal e que, portanto, coloca em xeque o ideal de construção da soberania nacional.

700) Das empresas envolvidas no caso, tais como Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Engesa, Queiroz Galvão Mendes Júnior; OAS, Iesa, Engevix, UTC, algumas estão representadas no Conselho Administrativo da Petrobrás (CA), por meio de Conselheiros que atendem diretamente aos interesses destas empresas.

701) Assim, o interesse econômico destas empreiteiras é defendido tanto informalmente, pelo sistema de corrupção, quanto formalmente, pela presença de seus representantes no Conselho Administrativo.

702) Exigimos, portanto, suspender o direito de voto no CA dos Conselheiros direta ou indiretamente ligado a estas empresas. Além disso, para ampliar o controle do corpo técnico sobre os gastos da companhia, os contratos firmados e sobre a direção da empresa, defendemos a ampliação do número de representantes dos empregados no Conselho Administrativo, de um para quatro, sendo duas vagas para ensino médio e duas para cargo de ensino superior. Defendemos também eleições diretas para os cargos de direção da companhia e que apenas empregados de carreira possam ser escolhidos, sendo fiscalizados de modo permanente pela categoria.

703) Por termos consciência do papel estratégico da companhia para o país, é preciso estatizar a Petrobrás não apenas para acabar com a corrupção e bloquear os interesses privatizantes em torno da empresa, mas também para podermos garantir combustível e gás de cozinha mais baratos e de qualidade à sociedade, para primeirizarmos todas as suas atividades e para garantir que os recursos do petróleo brasileiro sejam todos investidos no país.

704) A Petrobrás é uma grande empresa. E, mesmo com toda essa crise, segue batendo recordes de produção e ganhando prêmios de referência tecnológica mundo afora. Tudo isso graças aos petroleiros e petroleiras que constroem essa empresa, primeirizados e terceirizados. Ela só não é maior por conta da política neoliberal do governo FHC e mantida em grande medida pelos governos Lula e Dilma. O governo federal segue entregando nossos recursos naturais a mega empresários e ao capital estrangeiro como no caso das plataformas da Bacia

de Santos, que em sua maioria são operadas por outras empresas (o que é chamado de afretamento). Isso sem falar no desinvestimento, que vem entregando ativos importantes para a iniciativa privada.

705) Nesse momento de crise econômica, o governo Dilma busca jogar nas costas dos trabalhadores a conta da crise. Por isso, a insatisfação popular com o governo é enorme. Por outro lado, a oposição de direita, liderada pelo PSDB, não é alternativa para a classe trabalhadora, pois todos sabem a receita dos tucanos: privatização, arrocho e ataques. Os trabalhadores têm que enfrentar o governo Dilma e seus ataques e também a ofensiva da oposição de direita e sua agenda privatizante. É necessário construir uma alternativa independente dos trabalhadores, contra a direita e contra o governo que nos traiu.

706) Por fim, devemos entender que a luta pela estatização da Petrobrás não é uma luta isolada e devemos, ao mesmo tempo, batalhar contra os ataques que atingem toda a classe trabalhadora de conjunto e dizer aos governos e patrões que não pagaremos a conta da crise.

708) - Contra o Plano de Desinvestimento da companhia;

709) - Pela manutenção das obras de investimento e melhorias das unidades da Petrobrás, que o Governo Federal assuma as obras estratégicas que foram paralisadas;

710) - Pela imediata revogação das medidas de desmobilização e privatização do patrimônio do Sistema Petrobras, em particular, as medidas sobre a Transpetro, UTEs e BR Distribuidora;

711) - Imediata devolução do dinheiro desviado da empresa pelos corruptos. Imediata cobrança das empreiteiras de indenizações por danos e prejuízos causados a companhia;

712) - As empreiteiras que roubaram os cofres públicos devem ser estatizadas sem indenização;

713) - Que os corruptos e as empreiteiras paguem a crise ocasionada na companhia. Confisco de bens e prisão para todos os corruptos e agentes corruptores;

714) - Eleição direta para a diretoria da Petrobrás;

715) - Exigir que as obras dentro das refinarias, plataformas e terminais possuam placas com valores atualizados e descritivo detalhado do projeto, prazo, nome do fiscal de contrato e gerências envolvidas.

716) - Utilizar o Sindicato, enquanto entidade reconhecida legalmente, para denunciar ao Tribunal de Contas da União (TCU), conforme preceitos da Constituição Federal (Artigo. 74, § 2º), as irregularidades ou ilegalidades constatadas na Petrobrás;

717) - Pela unificação das empresas de todo o Sistema Petrobrás;

718) - Fortalecimento da campanha o petróleo tem que ser nosso;

719) - Por uma Petrobrás e Transpetro 100% estatal e

Anotações

pública;

720) - Contra as Medidas Provisórias 664 e 665 que alteram acesso a benefícios previdenciários e trabalhistas como seguro desemprego, PIS e pensão por morte;

721) - Garantia do Direito de Greve e contra as intervenções antissindicais do Estado e da Empresa

722) - Contra a criminalização da luta e dos movimentos sociais;

723) - Nem governo, nem oposição de direita;

724) - Por uma alternativa dos trabalhadores e do povo;

- Nenhum direito a menos! Em defesa dos direitos trabalhistas;

725) - Anulação do Leilão de Libra e retomada do controle totalmente estatal da Petrobrás;

726) - Mais verbas para educação, saúde e moradias públicas! Fim do pagamento da dívida pública aos banqueiros, investir esse dinheiro nas áreas sociais e em ciência e pesquisa.

ASSINANTES:

727) Aleksei Correa Neves, trabalhador da Petrobrás (RPBC); Armando Munford, Sindipetro Litoral Paulista; Cauê Cavalcante, Sindipetro Litoral Paulista; Cristiano Martins das Neves, trabalhador da Petrobrás (Edisa Valongo-Santos); Eric Luiz da Silva Pires, Sindipetro Litoral Paulista; Fabíola Calefi, Sindipetro Litoral Paulista; Fernando Esteves, Sindipetro Litoral Paulista; Izamar San Severino, Sindipetro Litoral Paulista; Jorge Torres, trabalhador da Petrobrás (RPBC); José Eduardo Galvão – Sindipetro Litoral Paulista; Larissa Bellezi, trabalhadora da Petrobrás (Edisa Valongo-Santos);

728) Marcelo Calorio, Sindipetro Litoral Paulista; Maurício Ramos Moura, trabalhador aposentado da Petrobrás; Patrícia Prandi, Sindipetro Litoral Paulista; Rafael Goes, Sindipetro Litoral Paulista; Raira Coppola Auler, Sindipetro Litoral Paulista; Ricardo Alves, trabalhador da Petrobrás (RPBC); Thomaz Queiroz Bento, trabalhador da Petrobrás (Replan); Tiago Nicolini, Sindipetro Litoral Paulista e Victor Trovato, trabalhador da Petrobrás (Edisa Valongo-Santos).

36. Proposta de resoluções do Setor Correios Nacional

Proponentes: SINTECT-SC; SINTECT-PB; SINTECT-VP; SINTECT-PE; SINTECT-SJO e as minorias DOS SINTECT-PI, SINTECT-RS, e oposições DE SP, RJ, DF, MS, CAS, PA, AM, SE.

729) Não é só a Petrobrás!

730) Considerando:

731) 1) Que o Governo Federal de Dilma/PT, vêm atacando duramente as conquistas dos trabalhadores ecetistas. Com o Processo de privatização da Empresa, que se iniciou em 2008 com a criação da MP 532 que transformou a ECT em S.A.(sociedade anônima) elaborada pelo próprio Lula com a conivência da CUT/PT e CTB/PC do B que se tornou lei a 12.490/11 em 2011 sancionada pela presidenta Dilma, dando toda a flexibilidade jurídica necessária para que o governo fatie a empresa e entregue os setores mais lucrativos ao setor privado.

732) 2) Que com o avanço do processo de privatização os trabalhadores serão duramente atacados, mas não somente os trabalhadores sofrerão com a privatização. Isto afetará também o conjunto da população principalmente a mais pobre, pois em primeiro lugar a ECT hoje ainda é uma empresa pública do qual o governo se beneficia financeiramente, e em segundo a população vai sofrer com o sucateamento dos serviços oferecidos, primeiro para justificar a privatização e depois porque se priorizará os setores mais rentáveis, perdendo assim seu caráter social de comunicação.

733) 3) Que o governo do PT nos últimos anos vêm privatizando o plano de saúde, aumentando as terceirizações, acabando com o PCCS (Plano de cargos, carreiras e salários).

734) 4) Que a categoria de correios é uma das que mais se enfrentou e se enfrenta contra os governos de frente popular Lula/Dilma. Realizando diversas greves e paralisações contra estes governos.

735) 5) Que as centrais sindicais CUT e CTB em parceria

com seus sindicatos filiados vêm implementando de forma sistemática as políticas de privatização, o desmonte da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e Arrocho salarial dos trabalhadores.

736) 6) Que o governo federal utiliza o TST para arrochar os salários e punir a luta dos trabalhadores ecetistas, com descontos dos dias, inclusive dos finais de semana e compensação das horas de greve inclusive aos domingos.

737) 7) Que tem seu fundo de pensão o POSTALIS saqueado, hoje com um rombo de mais de 5,6 bilhões devido aos investimentos de forma irresponsável e com diversas denúncias de fraude. Lembrando que os cargos da administração do fundo é dividido pelo PMDB e PT e que os "representantes dos trabalhadores" no conselho administrativo, ligados a CUT votaram a favor que este rombo seja pago pelos trabalhadores.

738) 8) Que a ECT sofre com um forte aparelhamento político, fruto de cooptações do movimento sindical, que o primeiro grande escândalo de corrupção envolvendo o PT, o mensalão, surgiu dentro dos correios, que já tivemos novos casos de corrupção dentro da ECT como no caso do RJ com fraudes no plano de saúde, o próprio caso do POSTALIS e tudo isto tem pouca repercussão na mídia e no próprio movimento.

739) Resolve:

740) 1) Que a CSP-Conlutas inclua nas suas bandeiras e materiais a luta contra a privatização dos CORREIOS.

741) 2) Que sejam realizados seminários contra as terceirizações, privatizações e todos os ataques envolvendo as categorias de petroleiros, correios e bancários (Que são empresas públicas que estão passando pelos mesmos desmontes realizados pelo Imperialismo e Governo Dilma/PT).

742) 3) Que a CSP-Conlutas apoie atos e protestos unitários entre Correios, petroleiros, bancários, e demais estatais que atuamos. Que estes setores tentem unificar as campanhas salariais para barrarmos os ataques do Governo que é apoiado pelas Centrais traidoras CUT e CTB.

743) 4) Que as lutas contra a privatização dos CORREIOS sejam apoiadas por todas as entidades filiadas a CSP-Conlutas, divulgando notas de apoio em seus sites e materiais. Pois somente com o apoio de toda a classe trabalhadora poderemos barrar a privatização da ECT.

744) 5) Que a CSP-Conlutas junto aos sindicatos do setor e suas oposições realizem uma campanha pela imediata demissão da administração do POSTALIS, para que o governo e a ECT arquem com o rombo, para que seja apurado todos os indícios de fraude, para que os responsáveis sejam punidos e o dinheiro reposto no fundo de pensão.

745) 6) Que a CSP-Conlutas em seus materiais fará exigências e denúncias das intervenções favoráveis do TST a patronal.

746) 7) Que a CSP-Conlutas

Anotações

se atentará e se aprofundará sobre as próximas possíveis denúncias de corrupção e no avanço da privatização, pois isso não ocorre somente na PETROBRÁS.

37. Unir trabalhadores e usuários do transporte na luta por um transporte público gratuito, estatal e de qualidade.

Proponente: Alternativa Metroviária (minoria da diretoria do Sindicato dos Metroviários-SP)

747) As manifestações de 2013 colocaram em cheque a política dos governos para o transporte público no país. Movidos pela indignação contra o aumento das passagens e a péssima qualidade do transporte público oferecido à população, milhares de jovens e trabalhadores foram às ruas protestar e com isso, inaugurar uma nova situação política no país.

748) Em 2014, a greve dos metroviários de São Paulo também escancarou essa crise principalmente do ponto de vista do trabalhador do transporte público. O apoio que recebeu na população paulista e de todo o movimento social brasileiro foi resultado também da indignação da população com a crise das cidades e do transporte público, indignação essa que perdura até os dias atuais.

- 2% do PIB para o transporte público já

749) A base fundamental da situação calamitosa dos ônibus, trens e metrôs oferecidos à população em todo o país é a falta de investimento público na área do transporte. O acúmulo que as entidades que refletem o setor de transporte desenvolveu foi a luta pelos 2% do PIB do país para essa área, de modo que esse dinheiro se reverta para as empresas públicas e estatais de transporte, pois o mesmo é de responsabilidade do Estado e direito constitucional da população.

- Estatização de Todo o Transporte Público, sob controle dos trabalhadores e usuários

750) Hoje há uma política do governo Dilma (PT) e dos governos estaduais de privatizarem os metrôs e trens através da política da PPP's (Parceria Pública Privada). Assim ocorreu em São Paulo, governada por Geraldo Alckmin (PSDB), na Bahia, governada por Rui Costa (PT). A expressão dessa política para os transportes em geral é o projeto de privatização dos aeroportos, ferrovias, portos e estradas. O Metrô do Rio de Janeiro, privatizado há muitos anos, é uma referência para os governos adotarem essa gestão e essa política para os transportes em todo o país.

- Estatização da Indústria Metro-ferroviária!

751) Chega de dar dinheiro para as corruptas Alston, CAF e Bombardier, que estão envolvidas nos escândalos conhecidos como Trensalão em São Paulo! O Brasil tem tecnologia para se desenvolver e ser ponta no setor, assim como tivemos no passado a estatal Mafersa e a empresa nacional Cobrasma.

- Redução do preço das tarifas rumo à Tarifa Zero e Integração dos Transportes

752) Estaremos em todas as lutas contra o aumento das passagens, na perspectiva de batalhar pela tarifa zero em todo o transporte público, assim como pela integração em todo o transporte. Que sejam taxados os grandes empresários, os bancos e as grandes fortunas para que seja subsidiada a tarifa.

- Transporte Público x Montadoras

753) O governo federal ajuda todas as montadoras com isenção de ICMS enquanto os governos estaduais e prefeituras oferecem mais um monte de benefícios para instalação da fábrica nas suas cidades. Nós achamos que esse dinheiro que tem que ser revertido para o transporte público, com criação de transporte de

massa como os ônibus, trens e metrô criando facilidades nos meios de locomoção para os trabalhadores.

- Modal Metro-ferroviário

754) A subserviência do Brasil perante a indústria automobilística, as montadoras multinacionais, foi base para a ampliação do modal rodoviário no país e redução drástica da utilização do modal metro-ferroviário nos últimos 50 anos. Achamos que é necessário e mais barato para nosso país a volta do modal metro-ferroviário, pois permite a ampliação do transporte em massa ao mesmo tempo em que reduz os custos do Estado que deve ser o verdadeiro provedor do transporte coletivo.

- Estabilidade aos trabalhadores do transporte

755) Os trabalhadores precisam ter garantias que vão poder prestar boas condições de serviço a nosso povo, sem que com isso os tubarões do transporte não demitam todos para aumentar seus lucros. Exemplo claro que acontece hoje em várias capitais do país com os trabalhadores dos ônibus urbanos, onde existe uma tentativa de eliminar os cobradores dos ônibus, fazendo com que os motoristas façam esse papel. Essa ameaça de corte de postos de trabalho também ocorre com a falsa modernização dos metrôs, que tem induzido a eliminação do operador de trem, como já ocorre na Linha 4 – Amarela de São Paulo, uma linha privatizada que ainda assim é subsidiada pelo estado.

- Basta de violência contra as mulheres no transporte público!

756) É necessário que os trabalhadores do transporte se unam aos usuários no combate ao assédio e a violência que as mulheres trabalhadoras sofrem no transporte público. Acreditamos que a combinação entre o machismo na sociedade e a superlotação dos ônibus, trens e metrôs resulta nos milhares de casos que sofrem as mulheres em várias partes do país. Estamos junto com a Fenametro e o MML na batalha pelos vagões exclusivos como forma de proteger as mulheres dessa violência e na batalha pela ampliação do transporte público para reduzir drasticamente o número de casos de violência.

38. CSP-Conlutas decide sair da Mesa Nacional para o Aperfeiçoamento das Relações de Trabalho na Indústria da Construção

Proponentes: Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Be-

Anotações

lém e Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza

757) Foram com essas bandeiras e objetivos que a CSP-Conlutas nossa central definiu, ainda em 2012, compor a Mesa Nacional para o Aperfeiçoamento das Relações de Trabalho na Indústria da Construção.

758) - Efetivação desse acordo em todas as obras;

759) - A mesma data-base;

760) - Um piso nacional e o mesmo salário, no país inteiro, para os profissionais;

761) - Sexta básica com valor igual em todo país;

762) - Pagamento de horas -extras e horas intíneres;

763) - Folga (baixada) de 5 dias a cada 60 dias trabalhados, com passagens aéreas pagas pelas empresas;

764) - Plano de saúde com cobertura nacional para todos os nossos familiares;

765) - Eleição de representantes sindicais de base em cada obra, com direito a estabilidade no emprego;

766) - Saúde, Segurança, Condições de Trabalho, alojamento, transporte e refeição de qualidade;

768) - Nenhuma demissão.

769) Na resolução que definiu nossa participação nessa Mesa afirmávamos que: "A CSP-CONLUTAS comporá essa mesa para representar exclusivamente a luta dos operários da construção, exigindo o cumprimento da sua pauta de reivindicação e a aplicação imediata e obrigatória do acordo nacional."; Assim o fizemos insistentemente, mas o fato é que dessa pauta mínima a que tínhamos apontado como desafio um único ponto, Eleição de representantes sindicais de base em cada obra, com direito a estabilidade no emprego fora efetivado. Este, no entanto, com controles burocráticos de um então sindicalismo de colaboração de classes e sobre protestos públicos de nossa central, além do que, mesmo assim o efetivaram em pouquíssimos canteiros da indústria da Construção Pesada.

770) Reivindicamos acertada, diante de uma conjuntura de explosões de greves, protestos e manifestações dos trabalhadores das obras do PAC, desde Jirau e Santo Antônio, passando por Belo Monte, SUAPE e COMPERJ, entre outros que de maneira radicalizada exigiam melhores condições de trabalho, que decidimos nos incorporar a esse instrumento do qual o Governo viu-se obrigado a instituir. Nesses três anos fomos insistentes e dissonantes ao pautar as demandas mais sofridas pela categoria da Construção. Além de uma luta insistente pela nossa pauta, levantamos temas como:

771) - A exigência das retiradas das tropas da FNS do canteiro de obras de Belo Monte;

772) - A denuncia e exigência ao Governo contra as demissões em massa ocorridas em vários canteiros e momentos dessa luta;

773) - Denuncia e exigência do governo contra a demissão e perseguição de novas lideranças do movimento, cipeiros e comissões independentes;

774) - Contra prisão de trabalhadores em virtude de liderar a luta da categoria;

775) - Nossa participação efetiva nos processo de mobilização e greves nesses grandes canteiros de obras;

776) - Denuncia pública do Governo quando do anuncio da desoneração da folha de pagamento em benefício dos empresários da construção, mesmo esta não sendo objeto de discussões na referida mesa;

777) - Denuncia do Governo, dos patrões e das entidades sindicais que, via Mesa Nacional, impuseram um processo de indicação/imposição pelos sindicatos dos chamados representantes de base, em detrimento de um processo democrático e livre que permitisse a participação dos trabalhadores;

778) Em cada um dos momentos em que atuamos nos fóruns dessa Mesa e de maneira mais direta nessas lutas, tivemos que nos deparar com representantes sindicais, governo e empresários com uma postura geralmente alheia aos temas mais sentidos dos trabalhadores e, por tanto, com inúmeras dificuldades de fazer incorporar as demandas mais concretas de uma categoria que seguia e segue em assenso.

779) No atual cenário de crise econômica e o aprofundamento e estouro dos escândalos de corrupção, revelados na Operação Lava Jato, envolvendo diretamente a Petro-

brás e, consequentemente, grandes obras dessa estatal, o que temos visto é a demissão em massa e completo desrespeito aos diretos trabalhistas de dezenas de milhares de operários e operárias espalhados pelo nosso país e; Mais uma vez, o Governo Dilma, do PT, vira as costas à essa situação deixando os trabalhadores a mercê do desespero e da humilhação. Nessa mesa nada disso é tratado com afinco ou dedicação ficando esse instrumento longe de uma "Mesa de Aperfeiçoamento das relações de trabalho".

780) O que se consolidou foi a ineficácia desse instrumento para a melhoria e "aperfeiçoamento das relações de trabalho na indústria da construção". O que estamos assistindo é, mais uma vez, os trabalhadores serem penalizados diante da volta do desemprego em massa, da permanência das péssimas condições de trabalho, a manutenção do uso da repressão e da força policial contra os que lutam, bem como a permanência da escalada de acidentes e mortes dos operários e operárias nos canteiros de obras do Brasil. Tudo isso somado aos escândalos de corrupção em detrimento de uma postura de defesa e proteção do Governo Dilma às empreiteiras, leva a que nossa central, a CSP-Conlutas, nesse momento, decida se retirar da Mesa Nacional para o Aperfeiçoamento das Relações de Trabalho na Indústria da Construção.

781) Seguiremos na defesa, intransigente, da luta e dos direitos dessa categoria e continuaremos insistindo para que, por essa via, alcancemos melhores condições de trabalho e emprego para os trabalhadores da Indústria da Construção.

782) 07 de junho de 2015

783) 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas

39. Nem no meio, nem no fim. Não à qualquer forma de terceirização!

Proponente: FNTIG (Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Gráfica)

784) A terceirização ocupou espaço importante na mídia e na pauta de luta dos trabalhadores e suas entidades nesse início de 2015. Mas, infelizmente, as lutas de última hora culminaram com a aprovação, pelos Deputados do PL4330, mesmo com forte oposição das organizações que tradicionalmente fizeram oposição ao governo do PT nos últimos anos, como também de vários sindicatos da CUT, que tentam desesperadamente reverter o desgaste de todos esses anos aliados ao governo, embora o sigam defendendo em várias instâncias do movimento.

785) Desnecessário aqui, desenvolver uma caracterização conceitual sobre o tema

Anotações

da terceirização, pois ela e suas consequências para a saúde, direitos trabalhistas, salário e organização sindical, bem como do ganho ilimitado das empresas com o aumento da exploração já foram muito bem caracterizados e são conhecidos, especialmente pela enorme evidência que obteve no último período.

786) Ocorre que o que representa "ameaça" para muitos trabalhadores já é indesejável, porém frequente companheira dos trabalhadores gráficos, que sofrem há mais de uma década com esse e outros processos de precarização do trabalho.

787) A terceirização, que como em todos os setores produtivos limitavam-se aos serviços de asseio, conservação e vigilância, se ampliaram rapidamente para as atividades fim do setor gráfico – Tribunais, Senado, Polícia Militar, Diários Oficiais – de vários estados do país. Praticamente todos os órgãos estaduais e federais terceirizaram as atividades de pré-impressão, impressão e acabamento e, em alguns casos – PM e TJ de MG, Senado-DF - por mais de uma vez, as empresas terceiras desses órgãos perderam seus contratos e deixaram os trabalhadores sem os acertos rescisórios e sem a garantia de emprego, visto que a empresa sucessora não teria, em tese, nenhuma responsabilidade com aqueles trabalhadores. Ressalta-se o patente desrespeito dos sucessivos governos pela Constituição Federal que define o ingresso no serviço público por meio de concurso público.

788) Paralelo à onda de terceirização, praticada largamente pelo setor público, várias empresas privadas se sentiram confortáveis para adotar a mesma política, chegando ao ponto de, em Belo Horizonte, uma empresa ter surgido e se transformado numa das maiores do estado apenas terceirizando o serviço de acabamento de quase todas as demais empresas gráficas.

789) Diante dessa situação os sindicatos se viram às voltas com inúmeros processos trabalhistas onde tentavam fazer valer a responsabilidade subsidiária dos órgãos públicos e das empresas em geral, numa disputa em que nem sempre foram vitoriosos, especialmente porque as decisões do Tribunal Superior do Trabalho eram e ainda são constantemente descumpridas.

790) O fato concreto é que após mais de uma década enfrentando a terceirização e vários outros mecanismos de precarização, o trabalho gráfico tornou-se mais fragmentado, desvalorizado, alienante. O trabalhador gráfico perdeu muito da sua identidade com o trabalho, que, se antes era uma profissão a ser seguida por filhos e netos, atualmente não passa de um estágio de tempo, "enquanto não se arranja uma coisa melhor". Destaca-se a situação das mulheres gráficas que, apesar de serem hoje numericamente equiparadas aos homens, ocupam as piores funções e consequentemente recebem os piores salários, representando a parcela da categoria mais atingida pela terceirização;

791) Ora, esse histórico nos permite afirmar que a luta contra a terceirização não pode se limitar ao justo rechaço e necessária mobilização contra a aprovação do atual PLC30/2015 que transitará no Senado.

792) É necessário e fundamental que as organizações mais comprometidas dos trabalhadores, assim considerando a CSP-Conlutas e seus filiados, cerrem fileiras contra a terceirização em sua total abrangência: tanto das atividades fim quanto das atividades meio. E mais ainda, que a terceirização seja discutida e analisada como parte de um processo que visa precarizar cada vez mais o trabalho e garantir os lucros das empresas. Para isso se utilizam de mecanismos político/ideológicos - que engana e seduz o trabalhador; legais - que alteram e flexibilizam as leis trabalhistas e inanceiros, visto que todo o poderio econômico patronal é mobilizado para alcançar o objetivo de redução de custos e aumento dos lucros.

793) A terceirização das atividades meio é responsável pela calamidade apresentada em várias estatísticas de inúmeras categorias – de educação à construção civil, passando por bancários, gráficos, metalúrgicos e tantas outras e abrangendo acidentes de trabalho fatais, perda parcial

e afastamentos, desemprego, perda de qualidade de serviços e produtos em prejuízo de toda a sociedade e também do meio ambiente, brutal redução dos salários e benefícios, além de efetivamente reduzir a capacidade de organização sindical dos trabalhadores pela fragmentação vertical e horizontal da nossa classe.

794) Nesse sentido, o 2º Congresso da CSP-Conlutas resolve:

795) 1) Incorporar à atual campanha contra o PLC30/2015 a denúncia dos prejuízos já causados aos trabalhadores, desde a opção do capital pela terceirização como uma forma privilegiada de assegurar a competitividade das empresas, a fim de reforçar os argumentos contra a terceirização;

796) 2) Propor ao movimento sindical nacional a retomada da campanha contra a terceirização em geral, no bojo de uma campanha mais ampla contra todos os processos de flexibilização e precarização da força de trabalho;

797) 3) Realizar pesquisa entre as entidades filiadas, a fim de aferir as conquistas que foram perdidas pelas categorias, por meio do processo de mudanças estruturais da produção levadas a cabo desde a década de 1990.

798) 4) Lutar amplamente pela mobilização dos trabalhadores com vistas à realização de uma forte greve geral, que seja capaz de reverter a situação defensiva da classe e abrir canais mais efetivos de negociação com governo e patrões, bem como recuperar o protagonismo da classe na sociedade.

799) 5) Se preparar para esse momento de mobilizações mais fortes já delineando no congresso os eixos prioritários de negociação que vão nortear a atuação da central, seus dirigentes e entidades filiadas junto aos trabalhadores, governo e patrões.

40. Terceirização: a categoria de agentes de trânsito já sente os efeitos

Proponente: SIATRANS-CE

800) "Toda revolução é impossível, até que se torne inevitável." (Leon Trotski)

801) No dia 8 de abril deste ano, aconteceu o mais duro golpe aos trabalhadores deste país. Trata-se da aprovação do texto-base do Projeto de Lei 4330, que flexibiliza as relações de trabalho e proporciona a retirada de direitos da classe trabalhadora. Com aprovação inicial do texto-base, abriu-se o sinal verde para os empresários terceirizarem não só atividades meio (funções de apoio ao negócio central da empresa, tais como: limpeza e serviço de vigilância), mas também outros tipos de atividades, consideradas vitais para o crescimento do Brasil, como por exemplo, a fabricação de veículos e grandes

Anotações

montadoras.

802) Percebe-se claramente, que tal ataque orquestrado pelos grandes grupos de empresários deste país, apoiado pelos 324 (trezentos e vinte e quatro) deputados, que não têm compromissos com os trabalhadores e sim com os seus financiadores de campanha. Isso é um tremendo retrocesso aos direitos sociais garantidos na CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas do Brasil.

803) Ressalte-se ainda, que o tema da terceirização nos moldes propostos pelo projeto, refere-se a uma relação triangular de prestação de serviço, primeiro através dos proprietários das empresas, depois com as prestadoras de serviços, e por último, o mais fragilizado que é o trabalhador. Além disso, a relação do chamado "terceirizado" com as empresas prestadoras de serviço, na grande maioria das experiências, é de baixos salários, retirada de direitos e falta de condições mínimas de trabalho.

804) Nessa ótica, o movimento terceirizante ganhou força, a partir de 1980, quando se expandiu de forma sistemática e com grande adesão da classe empresarial do país. Tal preocupação dos empresários em aprovar a PL 4330, com grande apelo de parte da mídia burguesa, refere-se à lógica do sistema capitalista vigente. Ou seja, a grande maioria obtendo os lucros astronômicos, enquanto os trabalhadores, tendo que pagar a conta.

805) Nesse contexto, a categoria de agentes de trânsito de algumas capitais do país, há muito tempo vem sofrendo com a postura nefasta de gestores, que a todo o momento, buscam precarizar e usurpar a função da figura do agente de trânsito. Essa escalada desenfreada de retrocesso na recém-criada categoria de agentes de trânsito apoia-se nas chamadas licitações públicas, práticas comumente usadas, como forma de garantir os pagamentos de campanhas eleitorais passadas e futuras negociações com apoiadores de candidatos a prefeitos em todo Brasil.

806) Na capital paulista, os efeitos da terceirização e precarização dos serviços na área de trânsito se iniciaram faz tempo. Lá, existe empresa terceirizada, que trabalha nos reparos e instalação dos semáforos da capital. Em alguns casos, o semáforo passa até dez dias sem a devida manutenção. Na falta de efetivo de agente de trânsito para controlar o fluxo de veículos nos cruzamentos com semáforos, visto que, a prefeitura não tem interesse de promover concurso público especifico para o cargo, os pedestres têm muitas dificuldades para efetuarem a travessia para o outro lado da via. Denota-se então, um grande descaso do poder público com a mobilidade urbana. Até os veículos que são usados para a mobilidade dos profissionais de trânsito são precarizados. Há casos, em que os agentes de trânsito passam horas no pátio do órgão esperando uma viatura.

807) No Rio de janeiro, a famosa cidade maravilhosa, a realidade não é diferente. Desde o ano de 2008, a prefeitura vem implementando mudanças na fiscalização e no ordenamento do tráfego. Uma das principais novidades foi à contratação de várias empresas terceirizadas para trabalharem no controle dos semáforos e o fluxo de veículos. A empresa contratada se encarrega de contratar os agentes de trânsito terceirizados para serem controladores, além de incluírem outros profissionais como engenheiros, supervisores e outros funcionários de apoio nas operações de trânsito.

808) Sem se falar, que tudo é terceirizado. A parte administrativa, motoristas, vigilantes, a implementação da sinalização vertical e horizontal, os rádios para comunicação e a manutenção dos veículos. Pode-se afirmar com muita clareza, que existe um direcionamento no favorecimento de empresas e um danoso prejuízo ao emprego efetivo através de concurso público. Em todos esses casos, o controlador de trânsito, não tem poder de autuação. Serve apenas para orientar os motoristas e desobstruir as vias congestionadas.

809) Já em Fortaleza, os males terríveis da precarização com a contratação de pessoal através de empresa terceirizada chegou a partir do mês de agosto do ano de 2014. A estratégia é a mesma. O atu-

al prefeito, Roberto Cláudio (PROS), autorizou a contratação de 400 (Quatrocentos) profissionais terceirizados para autuarem no trânsito da capital. Vale citar ainda, que o poder executivo municipal, também contratou uma empresa para a manutenção dos semáforos. Esse feito negativo não é só das grandes capitais. Na cidade de Icó, interior do Ceará, o gestor municipal, pegou carona na mesma prática. O órgão municipal de trânsito do município iniciou os seus trabalhos com a contratação de 12 (Doze) funcionários sem concurso público. É importante frisar que, o sindicato específico da categoria – SIATRANS/CE, já protocolou denúncia junto ao Ministério público da referida cidade.

810) -se então, que o vil projeto que regulamenta e acelera o processo de terceirização no Brasil não é bom para os trabalhadores. Teremos ameaçadas garantias trabalhistas importantes como férias, décimo terceiro salarial, descansos remunerados, horas extras e outras conquistas. Portanto, não podemos deixar que essa afronta aos direitos sagrados dos trabalhadores possa se efetivar. Só a unidade da categoria de agentes de trânsito com os demais trabalhadores, poderá barrar mais um ataque ao tão explorado trabalhador brasileiro.

811) A greve geral é a palavra de ordem!

41. Proposta de resolução dos Comerciários de Nova Iguaçú e região –RJ

Proponente: Sindicato dos Comerciários de Nova Iguaçu e Região - RJ

812) O Sindicato dos Comerciários de Nova Iguaçu e Região há várias décadas carrega uma bandeira que é muito cara aos (às) trabalhadores (as). Essa bandeira é o não trabalho aos domingos e feriados. Esse sindicato luta praticamente sozinho contra as leis do Estado e o poder do capital dos grandes empresários do setor, que mantém um elo com o escravismo. Nós trabalhadores (as) comerciários (as) vivemos com a sombra da precarização nas nossas costas. Um breve relato da nossa situação se faz necessário para o entendimento de todos (as) que compõe esse II congresso: A rotatividade em nosso setor é grande. Haja visto, que as mulheres são maioria no setor comerciário. E que dessas mulheres a maioria é negra e pobre. Elas integram um verdadeiro exército de mulheres invisíveis. A opressão a essas mulheres passa pelo território onde em sua maioria habitam esse contingente de trabalhadoras: São áreas sem água tratada, sem esgoto, sem transporte, sem postos de saúde e sem creches públicas. Seus

Anotações

salários são reconhecidamente achatados e miseráveis, em contrapartida nossa carga horária é extremamente exaustiva. Muitas empresas, de forma criminosa, adotam o banco de horas, que é proibido em nossa base, por não ter acordo com o sindicato. Nossa luta é histórica, pois no passado tínhamos garantida a semana inglesa, que era o funcionamento das lojas de segunda até sábado às 13 horas da tarde, mas infelizmente acabamos perdendo essa conquista por causa de uma lei municipal. Foi um duro golpe contra nós, comerciários da Baixada Fluminense, pois foi com muita luta que conseguimos a semana inglesa. A participação da nossa categoria nessa luta é grande, pois em várias assembleias, ano após ano os comerciários (as) votam contra o trabalho nos domingos e feriados por acreditar que esses dias são ideais para ficar em casa com seus entes queridos e familiares. Elencada nossas principais disputas, agora iremos propor algumas contribuições para nossa classe e o conjunto de trabalhadores e ativistas de nossa Central Sindical, a CSP-Conlutas:

813) 1 – Que a CSP-Conlutas incentive e promova campanhas regionais e nacionais contra o trabalho nos domingos e feriados.

814) 2 – Que se faça a realização de um abaixo assinado contra o trabalho nos domingos e feriados.

815) 3 – A realização de um marcha regional e outra nacional, contra o trabalho nos domingos e feriados.

816) 4 – A luta pela carga horária de 36 horas semanais.

817) 5 – Pelo fim das terceirizações.

818) 6 – lutar por creches públicas, gratuitas e que funcionem 24 horas por dia.

819) 7 – Sistema de cotas para o ingresso de negros (as) no setor.

820) 8 – Realização de um censo para saber quem somos e quantos somos em nossas bases.

821) 9 – Tickets alimentação para todos comerciários (as).

822) 10 – Estabilidade de um ano após o parto para as comerciárias.

823) 11 – A luta pela implementação da semana inglesa. Diante desta situação, acreditamos que seja possível juntamente com a CSP-Conlutas a criação de um fórum no qual comerciários do Brasil e exterior possam compartilhar experiências e discutir tais iniciativas. Este fórum poderia propor e coordenar ações, manter um canal de comunicação para informar, tanto por via impressa ou por meio das mídias sociais e via internet, as lutas para conservar e criar direitos da nossa classe de comerciários.

42. Resolução do funcionalismo público federal

Proponente: SINDSEF-SP

824) Considerando que:

825) 1) O governo, que deveria investir nos serviços públicos, baixou um pacote de medidas cortando verbas do orçamento da União da ordem de R$ 22,7 bilhões e vem reduzindo vários direitos da população, diminuindo drasticamente os investimentos em políticas públicas e sociais.

826) 2) As recentes medidas provisórias 664 e 665 atacam direitos como, por exemplo, o auxílio-doença, pensão para viúvas e seguro-desemprego.

827) 3) O Supremo Tribunal Federal (STF) votou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI-1923) contrária às normas que regulamentam a prestação de serviços nas áreas sociais por organizações sociais, previstas na Lei 9.637/98, para ampliar os ataques sobre os serviços públicos estatal, gratuito e de qualidade.

828) 4) A aprovação do PL 4330/04 pode representar o fim dos concursos públicos e a ampliação das terceirizações nos serviços públicos. Dados de um Dossiê da Terceirização e Desenvolvimento apontam que a terceirização vem acompanhada de números que preocupam. O trabalhador terceirizado permanece cerca de três anos a menos no emprego; tem uma jornada semanal de três horas a mais; recebe salário 25% menor; está mais exposto a acidentes e mortes no trabalho, 8 em cada 10 mortes no trabalho acontecem com terceirizados.

829) 5) Ao mesmo tempo em que reduz direitos trabalhistas, o governo privilegia os ban-

queiros com juros altíssimos e os empresários com isenções de impostos milionárias.

830) 6) O Fórum das Entidades dos Trabalhadores do Serviço Público Federal tem cumprido um papel especial na construção da unidade para enfrentar os ataques do governo bem como na elaboração de uma pauta e um calendário de lutas unificado para campanha salarial de 2015.

831) 7) A campanha salarial dos servidores públicos federais tem como centro a defesa dos serviços públicos, contra os cortes de verbas públicas e de direitos dos trabalhadores.

832) 8) O servidor que está na ponta do balcão e que enfrenta péssimas condições de trabalho não é o responsável pelo caos no serviço público.

833) O 2º Congresso da CSP-Conlutas resolve:

834) 1) Exigir do governo Dilma que suspenda o pagamento da dívida pública e destine mais verbas para saúde, educação, e para os serviços públicos de forma geral. No mesmo sentido, exigir uma política de proteção ao emprego e punição para empresas que demitem.

835) 2) Indicar a realização de uma ampla campanha nos sindicatos, chamando a população, todos os segmentos e movimentos sociais a lutar para evitar o desmonte e a destruição do Estado e por mais e melhores serviços públicos.

836) 3) Ajudar a impulsionar a greve geral do funcionalismo em torno da seguinte pauta:

a) Salário

837) - Reposição de perdas salariais desde os governos de FHC (PSDB) até o governo Dilma (PT);

838) - Recuperação das perdas salariais apuradas entre janeiro de 1994 e novembro de 2014, tomando-se por base o INPC-IBGE;

839) - Índice de reposição salarial para o Orçamento Geral da União-2016 no índice de 27,3%, conforme aprovado pelo Fórum das Entidades Nacionais dos SPF;

840) - Reajuste dos benefícios e revisão dos valores do auxílio-alimentação, auxílio-saúde, diárias e do auxílio-creche, de modo a observar a isonomia entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário);

841) - Incorporação das gratificações e fim da política de avaliação de desempenho;

842) - Correção da tabela do Imposto de Renda considerando a inflação real;

843) - Cobrar do governo o pagamento dos passivos trabalhistas judiciais;

844) - Garantir reposição salarial, sem amarras à LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

845) - Isonomia salarial entre ativos, aposentados e pensionistas

b) Condições de trabalho

846) - Readmissão e revogação das punições de todos os trabalhadores por motivos de participação em movimentos grevistas e outros de organização da categoria;

847) - Campanha contra o assédio moral;

Anotações

848) - Lutar pelo fim de todas as privatizações. Abaixo à EBSEHR e o FUNPRESP e contra toda e qualquer terceirização e/ou contratação temporária;

849) - Contra o PL 4330 das terceirizações;

850) - Reposição dos servidores públicos por concurso público;

851) - Fim da instrução normativa 74/2014 do INSS - demissão por rito sumário;

- Arquivamento do Projeto do Sistema Único do Trabalho (SUT);

852) - Jornada de 30 horas e turno ininterrupto de 12 horas para atendimento à população;

853) - Manutenção da prescrição do FGTS (30 anos) para assegurar direitos;

854) - Contra a avaliação meritocrática e quantitativista;

855) - Combate e prevenção aos agentes causadores dos adoecimentos em massa no serviço público federal;

856) - Concessão pecuniária e contagem de tempo nos casos de ambientes insalubres.

c) Direitos de aposentadoria

857) - Pela aprovação da PEC 555 (extinção da contribuição previdenciária dos servidores aposentados)

858) - Anulação da reforma da previdência de 2003;

- Enquadramento imediato no Regime de aposentadoria Integral dos servidores ingressantes ao serviço público federal

859) - Regulamentação da aposentadoria especial para os SPF

860) - Propor lei de escalonamento de isenção de Imposto de Renda para os aposentados

861) - Reenquadramento dos aposentados nas carreiras das universidades

d) Lutas gerais

862) - Auditoria da dívida pública e suspensão imediata de seu pagamento;

863) - Lutar contra o PL 92/07 das OS e a contrarreforma do Estado;

864) - Lutar pelo amplo e irrestrito direito de greve;

865) - Lutar por mais investimento em saúde, educação, habitação e segurança;

866) - Unificação da luta com o conjunto da classe trabalhadora: reforma agrária, moradia e contra todo tipo de opressão;

867) - Modificação do art. 92 da Lei 8112/90, garantindo liberação sindical com ônus para o Estado;

868) - Fim do imposto sindical;

869) - Valorização dos servidores públicos e mais e melhores serviços públicos.

43. Proposta de resolução do SINTRAMB-PB

Proponente: SINTRAMB-PB

870) A CSP-Conlutas tem se mostrado, ao longo dos anos, como uma alternativa importante no processo de reorganização do movimento sindical, popular e estudantil. A decisão tomada em 2010, no CONCLAT de Santos, de ampliar o perfil de nossa entidade para além do movimento sindical mostrou-se acertada com o passar do tempo e isso faz com que a CSP-Conlutas seja uma referência na atual conjuntura política nacional, no sentido de aglutinar sob sua bandeira, os/as lutadores/as de todo o país.

871) A maior prova disso é o movimento que algumas organizações políticas tem feito no sentido de debater com nossa central o seu ingresso nessa trincheira da luta de classes, avaliando corretamente que a CSP-Conlutas é o que há hoje de mais dinâmico e progressivo dentro do movimento de massas em nosso país.

872) Somos muito pequenos ainda e temos consciência disso. Sabemos que nossas tarefas a cumprir são imensamente maiores do que nós, neste momento. Mas sabemos também que temos cumprido um papel fundamental nesta conjuntura tão dura quer se coloca para nossa classe.

873) Vimos, com estas propostas abaixo, apresentar algumas ideias que possam melhorar nosso trabalho em um setor importante do serviço público brasileiro e que, muitas vezes, se torna invisível aos nossos olhares, que é a categoria dos servidores públicos municipais. Estes/as por atuarem nos municípios e, muitas vezes, em municípios muito pequenos, onde a repressão política exercida diretamente pelo gestor é colada ao apadrinhamento e clientelismo sem tamanho, que muitas vezes dificulta uma ação política mais efetiva.

874) Demos alguns passos

na construção do Setorial dentro da CSP Conlutas. Porém, nos últimos anos, problemas vários ocorreram que levaram à dispersão do setor dentro de nossa central. É preciso retomar este trabalho o mais rápido possível. Assim, elencamos algumas propostas que visam, de nossa parte, ajudar na reconstrução do setor.

875) Propostas:

876) 1) Defesa intransigente do serviço público, gratuito e de qualidade. Contra todo e qualquer processo de precarização, terceirização e/ou privatização do setor público, seja na esfera municipal, estadual e nacional. Articular esta luta em conjunto com entidades de servidores estaduais e/ou nacionais nesta linha;

877) 2) Pelo fim do fator previdenciário; não à proposta da fórmula 85/95.

878) 3) Lutar pelo cumprimento efetivo dos direitos conquistados pela categoria nos diversos PCCR's dos/as servidores/as municipais de todo o país;

879) 4) Exercício de função de chefia exclusiva para os/as servidores/as de carreira;

880) 5) Iniciar uma grande campanha nacional de criação de CIPA's nos locais de trabalho;

881) 6) Reorganização do Setorial de Municipais da CSP Conlutas, através de reuniões periódicas durante as reuniões da Coordenação Nacional, bem como organizar o II Encontro Nacional dos Municipais da central, construído por meio de Encontros Estaduais e/ou Regionais;

882) 7) Maior atenção à formação política em nossas entidades e no Setorial da central.

44. Defesa do serviço e dos servidores públicos

883) A atual conjuntura trouxe de volta de forma concentrada, todas as ameaças que vem sendo feitas aos servidores e ao serviço público nos últimos tempos.

884) O Governo Dilma está implementando na sua essência a terceirização, deixando a porta aberta para que seja estendida para o serviço público.

885) É tarefa de todas as organizações sindicais e populares lutar contra os sistemáticos ataques do Congresso Nacional direitista, e do Governo Dilma, aos direitos dos trabalhadores em geral, e dos servidores públicos em particular.

886) - Não à reforma previdenciária e aos fundos complementares de aposentadoria;

887) - Contra o confisco dos fundos de aposentadoria já existentes;

888) - Aposentadoria integral e paridade salarial entre ativos e inativos;

889) -Admissão no serviço público somente através de concurso. Fim da contratação emergencial e da consequente flexibilização do serviço público;

890) - Fim das privatizações

Anotações

e das terceirizações;

891) - Contra o PL 4330.

ASSINANTES:

892) Militantes do CEDS - Centro de Estudos e Debates Socialistas e independentes - Anabel Cogo, Anderson Gonçalves, Arine Cougo, Carmen Padilha, Carmen Trindade, Carolina Hugo, Claci Hahn, Clovis Oliveira, Eliane da Silva, Ernani Cibeira, Fernando Borges, Gilson dos Santos, Gustavo Fisch, Inez Wunsch, Ione Mandelli, Ione Torres, Jussara Jayme, Jorge Xavier, Joselaine Mendonça, Maria do Carmo Machado, Maria Goreti da Costa, Maria Helena Gallina, Maria José da Silva, Maria Luisa Feil, Marlene Trindade, Márys Saldanha, Rosa Ângela dos Reis, Rose Sortica, Silvana Moraes, Solange Correa, Tamyres Filgueira e Tania Gonçalves, que atuam nas entidades do RS (Oposição do CPERS/Sindicato, Fórum Magister de Aposentados do CPERS/Sindicato, Sindicato dos Municipários de Porto Alegre/SIMPA, Associação dos Trab. em Educação do Município de Porto Alegre/ATEMPA, Sindicato dos Servidores do Detran/SINDET/RS, Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição/ASERGHC, Oposição SINDISAÚDE/RS, Oposição Rodoviária de Porto Alegre).

45. Saúde, segurança do trabalhador, insalubridade e aposentadoria especial

Proponente: FNTIG (Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Gráfica)

893) Há uma relação direta e comprovada entre trabalho e saúde ou adoecimento do trabalhador. No geral todas as profissões tendem a causar algum dano à saúde, não apenas pela natureza em si das tarefas exercidas, mas principalmente pelas relações sociais implícitas no trabalho: hierarquia, dominação, subordinação, desigualdade de poder, desvalorização, frustração de expectativas.

894) Em algumas categorias o dano maior ocorre em nível psicológico, cognitivo, emocional. Em outras, aliado aos danos psicológicos ocorre também o dano físico, são as profissões reconhecidamente insalubres.

895) O trabalho gráfico é insalubre por várias razões: a) lida com substâncias químicas como as tintas e solventes cujos compostos contém chumbo e outros elementos que podem causar Saúde, segurança do trabalhador e insalubridade.

896) Há uma relação direta e comprovada entre trabalho e saúde ou adoecimento do trabalhador. No geral todas as profissões tendem a causar algum dano à saúde, não apenas pela natureza em si das tarefas exercidas, mas principalmente pelas relações sociais implícitas no trabalho: hierarquia, dominação, subordinação, desigualdade de poder, desvalorização, frustração de expectativas.

897) Em algumas categorias o dano maior ocorre em nível psicológico, cognitivo, emocional. Em outras, aliado aos danos psicológicos ocorre também o dano físico, são as profissões reconhecidamente insalubres.

898) O trabalho gráfico é insalubre por várias razões: lida com produtos/matérias primas como as tintas e solventes cuja composição química contém chumbo e outros elementos que podem causar leucopenia (redução do número de leucócitos no sangue), estado que pode levar a inflamações, doenças da medula óssea, doenças autoimunes, doenças da tireoide e do baço etc; b) exposição ao barulho superior à capacidade do ouvido humano – cerca de 40% dos trabalhadores apresentam perda auditiva significativa; c) exigência de esforço repetitivo sempre crescente quanto mais "avançam" as tecnologias de comunicação impressa e acabamento gráfico.

899) O reconhecimento da insalubridade e consequentemente do direito à aposentadoria especial no setor se dava, até 1995, apenas pela comprovação do exercício da profissão ou qualquer função da categoria gráfica. Porém, fatores como o crescimento do poderio empresarial tanto do ponto de vista da propriedade dos meios de produção sempre mais modernos, quanto do poder político para influenciar na piora da legisla-

ção trabalhista, bem como do ataque do governo, por meio de constantes reformas, aos direitos previdenciários conquistados, atualmente é quase impossível se receber insalubridade ou, ainda recebendo, se aposentar pelo regime especial, pois o INSS nega o pedido obrigando o trabalhador a recorrer ao judiciário.

900) Sabendo que várias outras categorias de trabalhadores no interior da CSP-Conlutas enfrentam a mesma situação, o 2º Congresso da CSP-Conlutas resolve:

901) Ações internas: atividades formativas e informativas no sentido de conscientizar as entidades a priorizarem a saúde e a segurança do trabalhador no momento das negociações e no cotidiano. Isso pode ser reforçado pautando-se o tema de forma planejada e sistemática nas coordenações nacionais.

902) Ações externas: a) ações políticas e jurídicas junto aos órgãos públicos, com denúncias, responsabilização; b) criação de espaços de discussão ampla junto à sociedade, priorizando inicialmente as entidades que frequentam o Espaço Unidade de Ação; c) junto aos trabalhadores, mobilizando por categorias e em lutas unitárias mais amplas com várias categorias e entidades.

46. Organizar os trabalhadores para defender direitos e ampliar conquistas. Em defesa da saúde do trabalhador

Proponentes: SINDMETAL-SJC e SINDALIMENTAÇÃO-SJC

Considerando:

903) 1. O aumento da exploração tem criado uma epidemia de trabalhadores lesionados, mutilados, incapacitados e muitas vezes mortos pelo ritmo insuportável impostos pelos patrões nas empresas.

904) 2. Todas as empresas tratam os trabalhadores como materiais descartáveis: usam e jogam fora. Tem sido prática permanente a demissão de trabalhadores portadores de estabilidade pelo código 91 (referente à doença do trabalho reconhecida pelo INSS),

905) 3. Que as empresas cada vez mais aperfeiçoam seus processos de produção, inovando em técnicas que aumentam o ritmo e a intensidade do trabalho e que esse processo de reestruturação produtiva leva muitos trabalhadores a sofrerem de doenças provenientes do trabalho, como LER/DORT e outras enfermidades psicológicas como depressão, crises de ansiedade, etc.

906) 4. Que o processo de produção é agravado pela pressão das chefias que utilizam do assédio moral como

Anotações

processo de gestão para impor metas absurdas. No caso das mulheres essa pressão e ainda mais brutal com o assédio sexual praticado pela patronal, que usa do machismo para aumentar seus lucros.

907) 5. Neste cenário, as mulheres são as mais atingidas pelas doenças do trabalho. Isto ocorre por serem responsáveis por atividades minuciosas, que exigem movimentos repetitivos. As mulheres também recebem os menores salários e se veem obrigadas a fazer excesso de horas extras para complementar o baixo rendimento;

908) 6. O governo, como parceiro dos patrões, não fiscaliza nem exige políticas de prevenção e de tratamento. Os trabalhadores ficam sem salário porque o INSS os retorna para a fábrica, ignorando suas condições de trabalho. Os trabalhadores, por sua vez, aguardam nova perícia sem saber se terão salário. Além disso, arcam com toda a medicação;

909) 7. Sindicato, junto com as Cipas classistas, de luta e atuantes, tem de estimular o debate sobre a saúde nas fábricas. É preciso que os trabalhadores tomem consciência dessa realidade, se organizem e se contraponham aos ataques dos patrões e do governo.

910) 8. O governo não somente não fiscaliza, como impõe leis que aprofundam a precarização da vida dos trabalhadores, como fez agora em 2015, permitindo a terceirização da pericias médicas do INSS, aumentando o prazo de afastamento para 30 dias legitimando os acidentes e doenças do trabalho através da Medida Provisória 664.

911) 9. Todas essas medidas, contrárias aos interesses dos trabalhadores, são acompanhadas pela falta de investimento do governo no INSS, que está sendo sucateado por falta de verbas. Essa política do governo é uma Reforma da Previdência a conta-gotas, retirando aos poucos os direitos dos trabalhadores e dificultando a defesa da saúde e de melhores condições de trabalho.

912) 10. O Projeto de lei 4330 é o maior ataque aos trabalhadores. A cada dez acidentes ocorridos nas empresas oito são de empresas terceirizadas. A possibilidade de um trabalhador terceirizado morrer no local de trabalho 5,5 vezes maior que os demais segmentos produtivos. Os trabalhadores terceirizados trabalham cerca de 3 horas a mais acarretando mais prejuízo a saúde e aumentando a probabilidade de acidentes.

913) 11. As mudanças na Norma Regulamentadora 1 que coloca nas mãos dos empresários a política de preservação da saúde dos trabalhadores a partir da lógica do lucro, retira poderes da Cipa e legitima a precariedade nos locais de trabalho;

914) 12. O SUT (Sistema Único do Trabalho) também vem no sentido de legitimar a precarização já que retira entre outras coisas o papel de fiscalização e mediação dos sindicatos.

915) Diante de todos estes ataques à classe trabalhadora, o Congresso da CSP-Conlutas resolve:

916) 1. Priorizar a saúde do trabalhador em todas as ações dos sindicatos, em uma perspectiva classista em defesa da vida;

917) 2. Posicionar-se contra os ataques à saúde dos trabalhadores;

918) 3. Contra as Reformas da Previdência Social e da CLT;

919) 4. Basta de mortes e acidentes no trabalho. Pela fiscalização e punição das empresas que matam e lesionam;

920) 5. Defesa dos salários, estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho, sem redução de salário e sem banco de horas;

921) 6. Não ao SUT e as mudanças na NR1;

922) 7. Fim do fator previdenciário, por pensões e aposentadoria dignas;

923) 8. Contra a PL 4330: chega de terceirização e precarização do trabalho;

924) 9. Pela criação de secretarias de saúde nos sindicatos, que possam elaborar e dar suporte a atuação das diretorias;

925) 10. Elaboração de materiais para os locais de trabalho sobre os ataques promovidos pelo governo, bem como, o impacto na saúde dos trabalhadores;

926) 11. Nenhuma confiança no governo Dilma, cuja política é privatizar a Previdência Social. Denunciar o governo e sua política de sucateamento da saúde pública e Reforma da Previdência;

927) 12. Organizar os porta-

dores de doença ocupacional na luta pela reparação. Exigimos que as empresas e o governo, além de pagarem financeiramente pela redução na força laboral do trabalhador, adotem medidas de reabilitação e pelo fim da discriminação dos lesionados. São medidas essenciais para dar ao trabalhador uma nova perspectiva de realização profissional;

928) 13. Organizar uma campanha para que as empresas se responsabilizem pela reabilitação dos portadores de doenças relacionadas ao trabalho, bem como o custeio de todo o tratamento;

929) 14. Lei 8.213/91 obriga as empresas a preencherem parte do quadro de funcionários com pessoas portadoras de deficiência física. Porém, a maioria das fábricas não cumpre essa lei e, na tentativa de burlar a regra, supre a cota colocando trabalhadores lesionados como portadores de deficiência. Uma trapaça que esconde a epidemia de doenças ocupacionais e prejudica trabalhadores ao não abrir, de fato, uma vaga de emprego. Devemos denunciar essa prática e exigir a verdadeira inclusão dos portadores de deficiência física;

930) 15. Lutar contra política do governo de descaracterização dos acidentes, a IN 31;

931) 16. Exigir dos governos federal, estadual e municipal um serviço de atendimento e acompanhamento referente à saúde dos trabalhadores. Exigir dos órgãos governamentais transparência e acompanhamento permanente das empresas que causam acidentes e doenças ocupacionais. Fazer audiências públicas nas Câmaras municipais, estadual e federal sobre a saúde dos trabalhadores e a epidemia das doenças ocupacionais;

932) 17. Exigir das Prefeituras que a verba do CEREST (Centro Especializado e Referência em Saúde do Trabalhador) seja utilizada para tratamento e atendimento aos trabalhadores conforme legislação;

933) 18. Refletir nos materiais de comunicação dos sindicatos as informações sobre a saúde dos trabalhadores.

934) 19. Realizar estudo científico, em parceria com universidades, sobre o número de portadores de doenças relacionadas ao trabalho em nossa categoria e do impacto do mundo do trabalho na saúde mental dos trabalhadores. Com isso, realizar campanha de denúncia da situação dos trabalhadores dentro dos locais de trabalho e da relação da doença mental com o trabalho;

935) 20. Participar e organizar fóruns, seminários e cursos sobre a saúde do trabalhador para munir a categoria com informações sobre o cenário nacional e mundial;

936) 21. Fortalecer o Setorial de Saúde do Trabalhador.

47. Proposta de resolução sobre saúde

Proponente: SINDEESS-BH

937) A conjuntura interna-

Anotações

cional e nacional vem de problemas estruturais que assolam o capitalismo mundial, e de formas particulares, articulando a dependência do bloco latino-americano. É crise estrutural porquê aciona determinados limites da reprodução do capital, em problemas como a crônica impossibilidade de retomada dos níveis de lucratividade a altura da capacidade instalada, e continua aceleração da degradação do meio ambiente. Os rombos causados pela crise do setor financeiro imobiliário dos EUA em 2008, e na Europa nos anos seguintes, sob a justificativa de 'retomada da normalidade'. A economia Mundial apresenta índices oscilantes de crescimento, entre negativo e mínimo (caso típico do Brasil).

938) Forçar caminho para a saída desta crise sistêmica vem sendo conduzida pelo tripé reestruturação produtiva, intensificação do neoliberalismo e mundialização capitalista com o objetivo de extrair o que for possível na exploração do trabalho, rompendo fronteiras para o livre transito das corporações.

939) Ostensivamente, cria novos espaços de acumulação do capital privado através de privatizações, mercantilização dos direitos e políticas sociais. O que Dilma Rousseff está fazendo, ao contrário do que acusava seu opositor na campanha, é chegar ao limite máximo do livre mercado, com a retração do financiamento estatal para as políticas sociais, abrindo mais brechas que permitam a captura dos fundos públicos pelo setor privado. Cada vez maiores quantidades do fundo público são para garantir a acumulação do capital financeiro. Inclusive pela destinação de grande parte das receitas do orçamento público, do orçamento fiscal (público) para pagamento de isenções, juros e rolagem da dívida pública. Dilma avança cada vez mais na política de elevação das taxas de juros e a política de renúncia fiscal.

A saúde privada no Brasil

940) O capital privado na saúde encontra-se hoje diversificado em diferentes frentes de atuação, por meio dos chamados planos de saúde, das cooperativas que mantêm convênio com os sistemas municipais e ainda por intermédio da manutenção de convênios com o SUS.

941) A demanda por Planos de Saúde cresceu rapidamente no Brasil, nos últimos anos, em resposta a uma série de fatores como o ambiente macroeconômico favorável e um histórico de limitações na qualidade e no acesso a serviços públicos de saúde.

942) O crescimento do setor privado no Brasil é expressivo: aumentou em cerca de 56% o número de beneficiários de 2003 a 2013, de acordo com dados ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), alcançando mais de 50,6 milhões de indivíduos em setembro de 2014.

943) Esse crescimento é instigado pela crença de que o SUS seria de baixa qualidade e que a provisão desse serviço seria de melhor qualidade quando prestado pelo setor privado.

Porém, esse setor não parece ser bem avaliado por seus usuários: as reclamações sobre planos de saúde privados junto à ANS cresceram cerca de 484% somente entre dezembro/2011 e junho/2013 (ANS 2013), comparado ao referido crescimento de 56% no número de beneficiários de 2003 a 2013.

944) O fortalecimento do setor privado com o enfraquecimento do SUS pode ser notado com o aumento de investimentos na saúde pelo capital privado. Um exemplo é a aquisição, anunciada de 90% da empresa brasileira Amil pela estadunidense United Health.

Como o dinheiro público vai para o setor privado na saúde

945) Diversos subsídios se dão entre o Estado e o setor privado da saúde. Entre os principais, consta o "gasto tributário", isto é, os recursos tributários que o Estado deixa de arrecadar, mediante as desonerações fiscais. Eles atuam como incentivo fiscal aos prestadores e operadoras de planos de saúde filantrópicos e, também, como indutores à compra de serviços e de planos privados, uma vez que o gasto deles proveniente é deduzido do imposto de renda devido por pessoas físicas e jurídicas.

946) Assim, as instituições filantrópicas (que envolvem tanto prestadores como opera-

doras de planos de saúde) são isentas dos tributos federais, estaduais e municipais. Em 2005 existiam 917 hospitais filantrópicos no Brasil. Ainda, segundo a ANS, em março de 2007, existiam 106 operadoras filantrópicas registradas na Agência, com 1.300.914 beneficiários.

947) Por outro lado, a renúncia fiscal referente às deduções de gastos em saúde sobre o imposto de renda devido se dá em relação às pessoas físicas (que descontam do cálculo da receita tributável os gastos em serviços e em planos de saúde) e às empresas que, ao relacionar como custos, os gastos em serviços e planos de saúde dos seus funcionários, diminuem também a base de cálculo do imposto de renda.

948) Dessa forma, embora não se possa afirmar que a totalidade dos gastos privados em saúde seja financiada pelo Estado pelo gasto tributário (ou renúncia fiscal), uma boa parte o é, na medida em que da base sobre a qual é calculado o Imposto de Renda são deduzidos os gastos privados em serviços e planos de saúde.

949) Outro importante elemento da relação entre Estado e mercado se dá na relação entre o SUS, as empresas que operam planos de saúde e os prestadores de serviços privados.

950) No que tange às operadoras de planos de saúde, os dados da PNAD/IBGE-2013 mostram que 15,4% das pessoas que têm plano de saúde privado e foram internadas o foram pelo SUS e no caso dos atendimentos, é de 11,8%. O ressarcimento ao SUS é muito pouco expressivo, pois falta controle e fiscalização.

951) No que se refere aos subsídios cruzados entre o SUS e os prestadores privados, deve-se mencionar a "dupla porta de entrada" de hospitais privados que também atendem a pacientes do SUS e muitas vezes estabelecem, nessa duplicidade, uma relação promíscua. Como mostra uma pesquisa realizada recentemente que 72% dos prestadores hospitalares que atuam na saúde suplementar também prestam serviços ao SUS. Em outra pesquisa realizada junto a beneficiários de planos de saúde de entidades hospitalares filantrópicas que possuem operadora própria, verificou-se que serviços não cobertos pelo plano são prestados pelo mesmo estabelecimento com financiamento SUS, o qual, por outro lado, favorece o acesso desses beneficiários ao SUS. Assim, a relação dos planos com o SUS é marcada pela interdependência que se apresenta pelo encaminhamento para o SUS em virtude de uma restrição que consta na cláusula do plano, do favorecimento de acesso ao SUS pelos usuários e da indistinção entre serviços prestados pelo SUS e pelo plano.

A privatização da saúde e as organizações sociais

952) Os governos federal, estaduais e municipais já vem há algumas gestões, tanto do PSDB como do PT, implemen-

Anotações

tando um tipo de administração indireta dos hospitais públicos, através das OSs (Organizações Sociais). Este modelo, já bastante difundido em alguns estados, como São Paulo, já mostrou que não dá certo. Por serem organizações, em tese, sem fins lucrativos, não prestam contas ao Estado de seus gastos, virando uma fonte fácil de corrupção e desvios de verba, como demonstram as rejeições de contas pelos Tribunais de conta de alguns estados.

953) É necessário acabar com a administração privada dos hospitais através das OSs assim como com os contratos com clínicas, hospitais e laboratórios privados. Todos os recursos públicos devem ser investidos na saúde pública. Pois o motor e o fim da iniciativa privada é o lucro e não a saúde da população.

A Ebserh e a saúde privada

954) Desde 31 de dezembro de 2010, último dia de Lula, como presidente da República, a saúde e a educação pública se veem em meio a um debate sobre como devem ser geridos os Hospitais Universitários Federais (HUs). Naquele dia, Lula assinou a Medida Provisória (MP) 520/2010, que criava a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), uma empresa público-privada que serviria para gerir todos os HUs, sob a desculpa de que os problemas dos hospitais eram apenas de gestão.

955) A Ebserh, porém, evidencia o que cada vez mais se confirma: um caráter privatista. Seu projeto não garante a manutenção dos HUs como hospitais escolas, onde se ensina, se pesquisa e se pratica expansão e nem a manutenção do atendimento exclusivo pelo Sistema Único de Saúde (SUS), permitindo que os hospitais realizem consórcios com planos de saúde particulares. Por fim, a Ebserh contrata funcionários regidos pela CLT, e não servidores públicos, o que, em prática, ajuda a precarizar as relações de trabalho dentro dos HUs.

Precarização do trabalho na saúde

956) Uma das mudanças recentes, no âmbito do trabalho em saúde no Brasil, é o crescimento do número de trabalhadores sem as garantias trabalhistas de que gozam os demais trabalhadores assalariados da instituição. Encontra-se: contratos temporários; trabalhadores contratados para realizar atividades especiais (plantonistas em hospitais, por exemplo), celetistas contratados na saúde pública etc.

957) A terceirização cresce na saúde e tem sido utilizada pelos empregadores tanto do setor público quanto do privado, para diminuir os custos com a remuneração da força de trabalho e para fugir das conquistas salariais e direitos trabalhistas dos efetivos da empresa-mãe.

958) Segundo pesquisa divulgada em 2015, da Fiocruz/Coren, os trabalhadores da saúde são submetidos a multiempregos, com diversidade de jornadas de trabalho (12, 20, 24, 32 e até 44 horas semanais), num cenário de subsalário inferior ou igual a R$ 1.000,00. A jornada média de 100 horas semanais inclui a subjornada extensiva (bicos). O setor privado é o campeão do subemprego e do subsalário seguido pelo setor filantrópico, público e ensino respectivamente.

959) O setor privado, filantrópico, responsável por cerca de 40% do emprego no setor da saúde, registra a maior instabilidade em relação às condições de trabalho.

A luta contra a privatização da saúde

960) Com a mercantilização da saúde, o Estado transfere recursos para as mãos da iniciativa privada e sucateia as condições de trabalho dos trabalhadores do setor. Os trabalhadores e usuários do serviço de saúde não podem deixar que esta seja tratada como mercadoria, o que ocorre inevitavelmente com o controle da iniciativa privada sobre o setor. Não se pode permitir que a classe trabalhadora sofra tamanho ataque de seus direitos, desde os usuários dos serviços que passarão a ser atendidos a partir de metas que visam lucros e não de suas necessidades, e até os trabalhadores do setor saúde que perdem sua autonomia no trabalho e têm seus direitos flexibilizados.

961) A única solução do problema é um sistema de saúde público, universal e de

qualidade que só é possível através da organização, da luta e da mobilização.

962) Dessa forma, é preciso lutar contra a privatização e mercantilização da saúde; contra as OSs, OSCIPs e Fundações Estatais de Direito Privado; contra a extinção dos servidores públicos da saúde, flexibilização dos direitos dos trabalhadores da saúde; contra a lógica empresarial na saúde.

963) Considerando que as trabalhadores por nós representados, 85% são mulheres e que na prática exercem a tripla jornada em prol do sustento da família, sendo chefes do Lar, sofrem com ausência de creche, é composta também de LGBTs, negras(os) (50% se declararam parda e 40% negra na pesquisa da Fiocruz), trans, bissexual, sofrendo preconceito desde o processo de seleção até o seu ambiente de trabalho, boa parte em ambientes fechados, juntamente com a sobrecarga de trabalho, baixos salários, falta de local de descanso, assédio moral e sexual, tortura e agressão psicológica, por isso defendemos:

964) *Direito à saúde* - Em defesa do SUS 100% estatal, gratuito e de qualidade sob o controle real dos trabalhadores. Pela efetivação dos princípios do SUS. Pelo acesso universal a medicamentos gratuitos.

965) *Financiamento* - Dobrar as verbas para a saúde pública! No mínimo 6% do PIB! Que sejam investidos 12% e 15% da arrecadação de estados e municípios, respectivamente, na saúde. Pela aplicação da EC 29 (10% do orçamento federal corrente líquido para a saúde pública). Nenhum dinheiro público para a iniciativa privada.

966) *Contra a Privatização* - Concursos públicos já! Contra a terceirização das relações de trabalho, por meio de OS, OSCIPS, ONG, fundações, cooperativas, entre outras. Reestatização dos equipamentos privatizados. Estatização da rede privada.

967) *Direito à organização, melhores salários e redução da jornada* - Pela carga horária máxima de 30 horas semanais para todos os trabalhadores da saúde, sem redução salarial. Em defesa dos trabalhadores terceirizados! Piso nacional com isonomia salarial e de carga horária para trabalhadores de mesma escolaridade.

968) *Contra o assédio sexual* - Denuncia e punição do assédio moral e sexual. Contra toda forma de opressão seja ela de gênero, racial ou devido à orientação sexual.

969) *Campanha nacional pelo piso e pelas 30 horas* - É necessário que CSP-Conlutas e seus sindicatos filiados encampem esta luta para aprovação e assinatura das leis inerentes às 30 horas, PL2295/2000 e o Piso Regional de Enfermagem PL 3.195/2012.Propomos um dia de luta nacional a ser marcado pela primeira Coordenação após o congresso e ainda um material (jornal) nacional traduzindo a nossa política para a saúde no Brasil.

Anotações

48. Em defesa da Previdência Pública e dos direitos dos aposentados e pensionistas

Proponente: ADMAP (Associação Democrática dos Metalúrgicos Pensionistas de SJC)

970) Considerando:

971) 1. Que a crise econômica internacional, que assola a economia capitalista desde 2008, tem sido justificativa para o desmonte das leis trabalhistas, principalmente as que se referem aos aposentados e pensionistas, em diversos países do mundo, como França, Grécia, Espanha e Portugal;

972) 2. Que para manter em dia o pagamento do serviço da dívida, os governantes recorrem ao famigerado corte de gastos públicos, sucateando os serviços nas áreas de educação, moradia e saúde, com terríveis efeitos para as camadas mais pobres da sociedade e para a população idosa;

973) 3. Que o Brasil desde o ano passado passou a sofrer os efeitos mais graves dessa crise econômica e, diante desse quadro,aplica um rigoroso plano de austeridade, com aumento dos juros, redução dos investimentos públicos e cortes nos direitos, que garante o pagamento dos juros aos banqueiros e especuladores, mas gera o desemprego e a miséria. No ano passado, o governo utilizou 45% do total arrecadado com impostos apenas para pagar juros e amortização da dívida pública;

974) 4. Que os extorsivos reajustes da energia elétrica este ano têm contribuído para o aumento da inflação e do custo de vida da população em geral, afetando duramente o orçamento familiar de aposentados(as) e pensionistas;

975) 5. Que ao reajustar os benefícios de aposentados e pensionistas abaixo da inflação, como ocorreu nos dois últimos anos, o governo produz o empobrecimento de todo um setor da população, com idade mais avançada e que depende exclusivamente desse ganho para a sua sobrevivência e a de sua família;

976) 6. Que o Fator Previdenciário causa grandes perdas aos trabalhadores que se aposentam, forçando-os a continuar trabalhando por anos e anos na informalidade ou em funções com baixa remuneração, para completar a renda perdida;

977) 7. Que existem vários projetos aguardando votação há anos no Congresso Nacional, como o de nº 4434 (que garante ao aposentado o mesmo valor em salários mínimos da época da aposentadoria) e a emenda ao projeto que trata sobre a política de valorização do salário mínimo (que garante para os aposentados, nos próximos anos, o mesmo reajuste do salário mínimo);

978) 8. Que projetos que facilitam o processo de terceirização das empresas, como o 4330, em tramitação no Congresso Nacional, irão dificultar a aposentadoria de milhões de trabalhadores de nosso país;

979) 9. Que ao implantar a "desoneração da folha de pagamento" para as empresas, o governo reduziu uma importante fonte de receitas da Previdência Social, que a médio prazo poderá inviabilizar a atual forma de concessão de benefícios, destruindo esta que ainda é a melhor rede de proteção social da população trabalhadora de nosso país;

980) 10. Que a Medida Provisória 664, em vigor desde o último dia 1º de março, já com as alterações feitas pela Câmara dos Deputados, é o maior ataque do governo Dilma aos direitos de trabalhadores aposentados e ainda na ativa. Para o acesso à pensão por morte passa a exigir tempo mínimo de 18 meses de contribuição e dois anos de casamento. Além disso, acaba com a vitaliciedade das pensões para viúvas(os) com menos de 44 anos de idade. Assim, o governo ataca um direito histórico da classe trabalhadora brasileira e prejudica principalmente as crianças e jovens que venham a perder prematuramente um de seus genitores;

981) 11. Que a Medida Provisória 665, também já com as alterações, acabará com o direito ao seguro-desemprego para todo(a) trabalhador(a) que tiver menos de 12 meses

na mesma empresa, penalizando a classe trabalhadora num momento em que os índices de crescimento do desemprego em nosso país crescem a cada dia;

982) 12. Que a reação a tais medidas ainda são débeis, com as entidades nacionais de aposentados previlegiando mais as pressões sobre os gabinetes dos deputados e senadores do que esclarecer, para a população aposentada e pensionista, as medidas anti-trabalhadores do governo Dilma. Pouquíssimas tentativas de levar às ruas os aposentados e pensionistas foram efetuadas até o momento para enfrentar as medidas provisórias 664 e 665, baixadas no dia 30 de dezembro do ano passado, portanto há mais de cento e vinte dias;

983) 13. Que mesmo a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP, entidade a qual a ADMAP é filiada, e que se diferencia das demais por suas firmes posições anti governistas e contra as MP's 664 e 665, necessita ainda organizar de maneira efetiva as suas federações estaduais para enfrentar de maneira unificada os ataques do governo. Os seus congressos anuais – CNAPI's – não devem limitar-se apenas a apresentar uma "carta do congresso" contendo generalidades, que não apontam claramente as tarefas para o período seguinte. Necessitam ser fóruns de discussão efetiva, que aprovem planos de luta que organizem e unifiquem a atuação das entidades filiadas;

984) 14. Que tal situação também se repete na nossa federação estadual, a Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado de São Paulo – FAPESP, que, nesse início de ano, sem discutir com as entidades filiadas no estado, concedeu ao presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Eduardo Cunha, um diploma de "amigo das causas sociais", mesmo sabendo que tal parlamentar em nenhum momento posicionou-se contra as MP's 664 e 665. Ao contrário, esse deputado é o principal responsável pela aprovação na Câmara do projeto de lei nº 4330 (que amplia as terceirizações até para atividades-fim nas empresas) e pela tramitação de projetos de forte conteúdo homofóbico, além de estar entre os parlamentares investigados na operação "lava-jato".

985) O 2º Congresso da CSP-Conlutas resolve:

986) 1. Participar ativamente das lutas em defesa da Previdência pública e dos direitos dos trabalhadores(as) aposentados(as) e pensionistas;

987) 2. Exigir do governo federal o reajuste imediato de pensões e aposentadorias e o fim do Fator Previdenciário, assim como a extinção da chamada "desoneração da folha de pagamento das empresas". Manifestar também uma firme oposição às propostas de substituição do Fator Previdenciário pelo fator 85/95 ou 95/105;

988) 3. Participar da campanha pela rejeição das MP's

Anotações

664 e 665 e do projeto de lei nº 4330;

989) 4. Exigir do Congresso Nacional a aprovação dos projetos de lei que beneficiam aposentados e pensionistas, como o de nº 4434;

990) 5. Lutar para que o governo amplie as verbas para a Saúde pública, destinando parte importante das mesmas para o atendimento à população idosa, parte dela hoje refém de planos de saúde privados, e permitindo que as associações de aposentados possam representá-los junto a esses planos de saúde, buscando impedir os abusos do mau atendimento e do reajuste absurdo dos preços;

991) 6. Instruir cada entidade filiada à CSP-Conlutas a organizar os trabalhadores aposentados de sua base, criando uma "Associação de Aposentados" ou um "Departamento de Aposentados" ou uma "Secretaria de Aposentados", vinculados ao próprio organismo sindical, mas com políticas específicas para esse segmento. Para viabilizar a organização dos aposentados, é de extrema importância que tanto os sindicatos, como a própria CSP-Conlutas, tenham em suas instâncias de direção membros responsáveis pela tarefa e que acompanhem a implementação da medida acima citada, além de centralizar a nossa intervenção nacional no setor;

992) 7. Manter a política de trabalho unitário com a Fapesp (Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo) e a Cobap (Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos), colaborando para que a assumam um papel mais efetivo na mobilização dos aposentados e nas lutas gerais da classe trabalhadora. Convidá-las para participar das reuniões nacionais da nossa central.

49. Defesa dos direitos dos aposentados

993) Vivemos um momento em que os trabalhadores brasileiros são constantemente atacados nos seus direitos. O elo mais frágil da classe são os aposentados, que regra geral estão limitados pela situação doméstica e pela idade. A CSP-Conlutas e os sindicatos a ela relacionados devem organizar os aposentados na sua base sindical.

994) - Melhores condições de vida e de salário para o aposentado.

995) - Manutenção do valor real das aposentadorias.

996) - Pela extinção do fator previdenciário.

997) - Manutenção da paridade salarial entre ativos e inativos no serviço público.

ASSINANTES:

998) Militantes do CEDS - Centro de Estudos e Debates Socialistas e independentes - Anabel Cogo, Anderson Gonçalves, Arine Cougo, Carmen Padilha, Carmen Trindade, Carolina Hugo, Claci Hahn, Clovis Oliveira, Eliane da Silva, Ernani Cibeira, Fernando Borges, Gilson dos Santos, Gustavo Fisch, Inez Wunsch, Ione Mandelli, Ione Torres, Jussara Jayme, Jorge Xavier, Joselaine Mendonça, Maria do Carmo Machado, Maria Goreti da Costa, Maria Helena Gallina, Maria José da Silva, Maria Luisa Feil, Marlene Trindade, Márys Saldanha, Rosa Ângela dos Reis, Rose Sortica, Silvana Moraes, Solange Correa, Tamyres Filgueira e Tania Gonçalves, que atuam nas entidades do RS (Oposição do CPERS/Sindicato, Fórum Magister de Aposentados do CPERS/Sindicato, Sindicato dos Municipários de Porto Alegre/SIMPA, Associação dos Trab. em Educação do Município de Porto Alegre/ATEMPA, Sindicato dos Servidores do Detran/SINDET/RS, Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição/ASERGHC, Oposição SINDISAÚDE/RS, Oposição Rodoviária de Porto Alegre).

50. PNE: Um projeto de Estado e do capital para a privatização da Educação

999) O PNE (Plano Nacional de Educação), lei 13005/2014, que foi aprovado por unanimidade no Congresso Nacional, diferentemente do anterior, o PNE de FHC, é um plano enxuto, com apenas vinte (20)

metas e as estratégias correspondentes, boa parte delas já estão sendo aplicadas pelos governos estaduais e federal – é mais do que um plano de governo, é um plano de Estado.

1000) Como já foi dito, este PNE é bem diferente de seu antecessor. No PNE do governo FHC, pouco mais de 1/3 (um terço) das mais de duzentas metas saíram do papel e o atual foi feito para ser cumprido.

1001) Por ser um plano estratégico – um plano de Estado – este PNE deve ser encarado como uma totalidade e analisado em bloco. Uma vez que as 20 metas e suas estratégias têm objetivos bem delineados.

1002) As estratégias podem ser divididas em quatro blocos: expansão da educação básica, expansão do ensino superior, professores da educação básica e investimento público.

1003) A expansão da educação básica é objeto principalmente das metas 01/educação infantil, 03/expansão do ensino médio, 06/50% das escolas em tempo integral, 08/elevar a escolaridade média, 10/expansão do EJA (Ensino de Jovens e Adultos) e 11/expansão do ensino técnico.

1004) O problema não está nas metas, no geral consensuais, mas nas estratégias, nos caminhos para atingi-las. Todas as principais estratégias do PNE atual são privatizantes e criminalizam os profissionais da educação básica, especialmente os professores. Vejamos:

1005) A expansão da educação infantil prevista na meta 01 se dará, de acordo com o PNE do governo, através de convênios com entidades privadas, ditas beneficentes – o que muitas prefeituras já estão fazendo.

1006) A expansão do ensino médio prevista na meta 03 se dará através da correção de fluxo (eliminar num único período letivo a defasagem idade/série) e da compra de vagas na rede privada – isso ajuda a explicar porque nos últimos dez anos no estado de São Paulo as matrículas na rede privada de ensino regular aumentaram enquanto na rede pública diminuíram.

1007) A meta 06 que prevê 50% das escolas em tempo integral tem como estratégia correspondente convênios com entidades sindicais de caráter privado e com entidades privadas ditas filantrópicas ou beneficentes.

1008) A elevação da escolaridade média prevista na meta 08 prevê exames de certificação como o ENCEJA, assim como na meta 10, expansão do EJA (Ensino de Jovens e Adultos) e na meta 11, expansão do ensino técnico - que atinge diretamente as ETECs, se preveem o ensino a distância e convênios com entidades dos sistemas sindical (de caráter privado) e do sistema S (Sesi, Senai, Senac - lembrando que para o governo essas entidades são consideradas sindicais). A Meta 11 também prevê convênios com faculda-

Anotações

des e universidades privadas.

1009) O Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) é a síntese da meta 11/expansão do ensino técnico. Ela implica no desmonte da rede de escolas técnicas mantidas pelo Estado ao permitir o ensino à distância e toda sorte de convênios com instituições privadas de ensino em todos os níveis – ensino médio e superior.

1010) O governo transfere alunos e recursos do ensino público para o ensino privado, condena os alunos mais pobres, justamente os que acorrem a rede pública de ensino na educação básica, a um ensino de qualidade inferior, seja pela educação a distância, seja pelos convênios com escolas privadas de qualidade duvidosa; transformando o direito a educação num grande negócio para seus amigos do ensino privado.

1011) Por isso, o Pronatec deve ser repudiado, juntamente com o PNE que lhe dá suporte.

1012) Um segundo grupo de metas trata da expansão da educação superior; parece "mais do mesmo", transferência de verbas públicas para o capital privado, educação à distância, etc. Vamos a elas:

1013) A meta 12 trata da expansão da graduação através do ensino à distância, expansão do crédito estudantil (FIES), de "políticas afirmativas para grupos desfavorecidos na forma da lei" – não se deixe enganar pela verborragia progressista! – através de programas como o Prouni (compra de vagas para alunos "carentes" em faculdades e universidades privadas a um custo até quatro maior do que numa universidade pública de acordo com o ANDES-SN).

1014) A meta 14 trata da expansão da pós-graduação Strictu sensu (mestrado e doutorado) através de financiamento estudantil (FIES) e ensino à distância.

1015) Pelo exposto acima, pode-se concluir sem sombra de dúvida que toda a expansão da educação – básica, superior, e até a pós-graduação-, implica na privatização crescente de um direito histórico da população: o acesso ao conhecimento via educação.

1016) Chegamos finalmente aos professores da educação básica – isto porque o PNE ignora os demais profissionais da educação. A meta 07 prevê a manutenção e aperfeiçoamento dos indicadores de avaliação da qualidade de ensino como o IDEB (que prioritariamente serve para avaliar professores); a meta 15 prevê que todos os professores de educação básica tenham nível superior e, "para variar", estabelece pra esse fim convênios com faculdades e universidades privadas ditas comunitárias ou beneficentes e financiamento estudantil (FIES).

1017) A "valorização profissional" dos professores de educação básica é objeto da meta 17 que, neste caso, vale mais pelo que não diz do que pelo que diz. Ela simplesmente omite a necessidade de aplicação imediata por parte de governos estaduais e prefeituras da jornada de trabalho com 1/3 de aulas extraclasse prevista na lei do PSPN, simplesmente ignorada por governadores e alcaides municipais.

1018) O plano de carreira aparece na meta 18 apenas para estabelecer avaliação periódica de desempenho e exame nacional de certificação – espécie de ENEM – para os professores.

1019) O que o governo chama de "valorização profissional" no PNE, qualquer professor com alguma dose de isenção chamaria de criminalização ou responsabilização.

1020) A meta 20 trata do investimento público em educação está tramitando no senado federal e até agora não há uma definição sobre o montante do investimento público em educação ao longo deste PNE.

1021) A previsão de incluir os royalties do petróleo como parte do investimento em educação ajuda mais a confundir do que propriamente a aumentar os investimentos públicos no ensino. Primeiro porque os valores desses royalties são previsões para os dez anos de duração do PNE –não são receitas anuais – e em segundo lugar porque esses royalties estão sendo arrecadados com a privatização e internacionalização de um recurso natural estratégico para o país – o petróleo – através dos leilões dos poços de petróleo descobertos pela Petrobras – como no caso de Libra.

1022) Por fim, também é bom lembrar que todos os recursos dos royalties - a "montanha" de dinheiro que o governo anuncia que virá para educação - chegarão a, no máximo, 0,6% do PIB, sendo que o governo pretende destinar boa parte deles ao ensino privado - como permite a meta 20.

1023) Queremos e exigimos mais verbas para a educação pública; mas também queremos e exigimos a Petrobras e o petróleo 100% estatais e nacionais.

1024) A Petrobras e o petróleo são nossos!

1025) Contra o PNE do governo devemos levantar a bandeira de verbas públicas somente para escolas públicas e de 10% do PIB para a educação pública já!

Petrobras /Petróleo 100% estatal e nacional – Anulação do leilão do Campo de Libra

1026) O governo federal de Dilma Roussef promoveu em 2013 a maior privatização da história do país ao leiloar o Campo de Libra – pré-sal – permitindo que empresas estrangeiras controlem 60% do petróleo daquele que é considerado o maior campo de petróleo do mundo.

1027) Ao mesmo tempo o governo dos petistas que dizia nunca ter realizado qualquer privatização, avança nas privatizações; primeiramente foram os aeroportos e as estradas, agora é a vez do nosso petróleo e da Petrobrás.

1028) Ainda chegam à desfaçatez de usar como argumento a favor da privatização do petróleo o investimento dos royalties em educação – tanto pública quanto privada.

1029) Essa é uma manobra para nos dividir. Os royalties – direitos de exploração do petróleo – seriam pagos por quem explorar a riqueza independente de qualquer privatização; além do que o governo Dilma pretende investi-los também na educação privada, avançando mais ainda na privatização tanto do petróleo e da Petrobrás, como também da educação pública transferindo dinheiro público aos capitalistas do ensino privado.

1030) Exigimos 10% do PIB para a educação pública já, a escola pública não pode esperar até 2023, não aceitaremos que se sacrifique uma geração de estudantes como quer o governo.

1031) Não vamos cair na manobra divisionista do governo federal e de seus representantes nos movimentos sociais – CNTE, CUT, CTB e outros.

1032) Petrobrás e petróleo 100% estatais e nacionais, imediata anulação do leilão do Campo de Libra, prisão e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores do "petrolão".

ASSINANTES:

1033) Membros da Oposição Alternativa APEOESP/SP - Eliana Nunes/Guarulhos, Silvio de Souza/Leste Itaquera, Mara Almeida/Franco da Rocha, João Zafalão/Leste São Miguel, Fá-

Anotações

tima Fernandes/Ribeirão Preto, Ana Lúcia/Suzano, Richard Araújo/Leste S. Miguel, Fransérgio Noronha/ABC, Paula Pascarelli/Oeste Lapa, Rosa/Oeste Lapa, Lourdes Quadros/Op. Sinpeem, Renato Rodrigues/Oposição Sinpeem, Gilberto de Souza, Edgard Fernandes, Janaina Rodrigues/Sul S. Amaro, Renato Pavan/Jaú, Lourdes Pavan/Jaú, Cleusa Trindade/SJC, Gilberto Lima/Sul S. Amaro, Ezio Expedito/Guarulhos, Rui/Leste Itaquera, Claudelício/Sumaré-Hortolândia.

51. Educacional

1034) Os ataques à educação pública-estatal no Brasil, hoje são coordenados pelo governo federal, que assumiu o projeto da burguesia brasileira e imperialista para a educação. No passado a educação privada estava nas mãos de empresas familiares, que isoladas não conseguiam articular um projeto unitário, a partir de 1997 com o decreto 2.306, as IES privadas puderam alterar sua natureza: antes disso, eram sem fins lucrativos e, depois do referido decreto puderam optar pela forma comercial, com fins lucrativos. Essa alteração abriu a porteira para a mercantilização do ensino, com o Movimento Todos Pela Educação sendo o grande representante do capital na unificação das frações burguesas.

O projeto está materializado no PNE (Plano Nacional da Educação) aprovado pelo congresso nacional e sancionado pela presidenta Dilma sem nenhum veto. Não deve nos iludir com o aumento de 10% do PIB a ser gasto com educação. Primeiro porque só será efetivado esse gasto em 2022, e depois porque o aumento dos gastos está voltado ao grande Capital, privatizando ainda mais a educação brasileira e aumentando as parcerias público privada sem atender as demandas da educação pública. A mercantilização da educação via privatizações diretas ou indiretas, e a consequente precarização das condições de trabalho e da vida dos trabalhadores em educação nas redes públicas e privadas, do ensino básico ao superior, traz consequências sérias ao futuro dos estudantes e a classe trabalhadora.

1035) Se a burguesia conseguiu se unificar em torno de um projeto que visa mais lucro e investimentos nas grandes empresas de educação privada, além de atacar nossos direitos, é necessário que aqueles que lutam por uma educação de qualidade para os trabalhadores, se unifiquem e organizem a luta conjuntamente. A Conspiração Socialista defende o aprofundamento do debate, ampliando cada vez mais os setores dos trabalhadores comprometidos com a educação pública-estatal, que combatem o PNE privatista, sendo contra a mercantilização da educação, a favor de que nenhum centavos de verbas públicas seja repassado para a iniciativa privada, temos que estar dispostos a organizar o conjunto da classe trabalhadora para que lutem junto a nós para que seus filhos tenham educação pública-estatal de qualidade e gratuita.

1036) As últimas lutas dos trabalhadores em educação nos vários estados e municípios do Brasil demonstram que há espaço para construção de um calendário unificado de lutas em defesa da educação pública-estatal e que é dever da CSP-Conlutas dirigir esse movimento pois é a única central comprometida com a luta dos trabalhadores, independente de governos e patrões. Defendemos que os 10% do PIB aprovados, sejam aplicados imediatamente na educação pública-estatal, rumo aos 15% e organização de um Encontro Nacional de Educação, unificado com outros setores da esquerda que defendem os trabalhadores.

ASSINANTES:

1037) Conspiração Socialista - Walter Silva Souza, Luiz Carlos da Silva, Ana Lucia Viana, Maria de Fátima Queiroz, Reginaldo Moreira Sena, Jaime Batista Estevan, Felix Placido A. Carvalho, Terezinha Regina V. Pinto, Roberto da Silva de Almeida, Karl Heing Hadzia Ir, Terezinha Maria da Silva, Gilberto de Lima Silva, Ezío Expedito Ferreira Lima, Luciano Delgado, Fabiana Ribeiro da Silva, Evaristo Balbino, Ronygley Carvalho Fonseca, Everton da Silva Vasconcelos, José Carlos Gea, Rosana Aparecida, Pereira Reche, Maria da Concei-

ção Andrade Oliveira, Jacson Santana, José Abilio, Douglas Eduardo Arf, Adilson Rodrigues da Conceição, Ednéia Dias, Gesio Miguel Fernandes, Joel Fernando Cangâne, Nilson Vitor dos Reis, Rui Carlos Lopes de Alencar, Sandro Ribeiro Chagas, Silvio de Souza, Vanessa Couto da Silva, Willian Vieira da Silva, Mara Cristina de Almeida, Décio Alves da Silva, Francisco Inácio D. Junior, Luiza Demarilac da Silva Rocha, Luiz Carlos da Silva, João Marcelo Rodrigues, Hildete Simões, Raimundo Alves de Almeida, Ivanilda Maria Vieira, Ubyrajara Aquino de Castro, Rodrigo Fernando Assis dos Santos, Raniere Rodrigues Alcântara, Sônia Mara de Sousa, Márcio de Oliveira Santos, Bárbara Soares de Barros, Jefferson C. Albuquerque Rosa, Marcos Luiz da Silva, Ana Lucia ferreira, Luciano Lopes da Silva, Edrísia Rodrigues, Walmir Rodrigues Ramos, Renato Rodrigues, Luiz Carlos Freitas, Janaína Nardocci, Solange Assunção, Idalina Lelis Freitas Souza, Sérgio Albenez.

52. Educação

Proponente: SINTUSP

1038) - Permanência Estudantil é um direito!

1039) - Por mais verbas para as universidades e toda a educação pública! Por 33% do total de impostos do estado para a educação pública, incluindo 11,6% do ICMS para as universidades estaduais e 3,3% para o Centro Paula Souza.

1040) - Aumento de verbas públicas; 11,6% do ICMS para as estaduais paulistas e 10% DO PIB para a educação pública.

1041) - Pelo fim do vestibular! Por uma universidade pública, gratuita, laica, democrática e autônoma, a serviço dos trabalhadores e do povo pobre!

1042) - Defesa da assistência estudantil.

1043) - Contra às fundações, organizações sociais

1044) - Contra a terceirização, precarização do trabalho, contra o PL 4330; incorporação de todos os terceirizados sem concurso público.

1045) - Lutaremos para defender as reivindicações dos terceirizados por melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas;

1046) - Lutamos pelas cotas raciais proporcionais à população negra e indígena de cada estado e apoiamos outras iniciativas do movimento negro em defesa de cotas! Pelo fim do filtro social do vestibular!

1047) - Contra os projetos na Câmara Federal de caráter machista, racista e homofóbico.

53. O mito da pátria educadora, as greves nacionais e as tarefas da esquerda

1048) As greves pela educação, que chegaram a ocorrer simultaneamente em 10 esta-

Anotações

dos e alguns municípios, são a tônica da luta de classes. Desde o começo do segundo mandato de Dilma, os cortes de R$ 7 bilhões no orçamento federal já prenunciavam um ano explosivo para os trabalhadores da educação. Foi com espanto que milhões de jovens em todo o país receberam a notícia do ministro da Educação, Renato Janine, anunciando a redução em 50% no orçamento do FIES. Além de atacar diretamente a educação, o Congresso pretende ampliar ainda mais os ataques à juventude, propondo o reacionário projeto pela redução da maioridade penal.

1049) Dando sequência a esses cortes, governos de vários estados e municípios também sentenciaram seus ajustes, configurando um ataque orquestrado à educação por todos os partidos da ordem. O slogan "Pátria Educadora" se desvaneceu em poucos meses de governo.

Ataques e ajustes à classe trabalhadora

1059) Essa onda de ajustes, que até o momento teve a educação como seu principal alvo, faz parte de um plano maior de atacar o conjunto dos trabalhadores do Brasil. O país, impactado pela recessiva econômica internacional, viu suas projeções de crescimento se reduzirem quase a 0%, com indicies inflacionários cada vez maiores. O PT de Dilma, que em sua campanha eleitoral dizia que não iria atacar os direitos dos trabalhadores, mobilizou toda a sua bancada parlamentar para aprovar as MPs 665 que reduzirá o tempo do seguro desemprego, precarizando ainda mais a condição de vida de milhões de trabalhadores pelo país.

1051) No bojo desses ataques a tramitação do PL4330 na Câmara demonstra que o conjunto dos partidos da ordem estão unificados para que sejam os trabalhadores que paguem pela crise. O PT, o principal responsável pela expansão da terceirização no país, tenta fazer um jogo de cena através de seus parlamentares para criar uma "aparência" de que não são culpados pela precarização da vida dos trabalhadores. Porém, em seus 12 anos de governo, a terceirização aumentou de 4 para 12 milhões e a quantidade de trabalhadores rotativos alcançou o escandaloso número de 20 milhões. Mandado por Dilma, o neoliberal Joaquim Levy foi à Nova Iorque anunciar aos empresários que a oferta de terceirizados no Brasil aumentará.

1052) A CUT, que no seu principal sindicado, dos metalúrgicos do ABC, chegou a propor o Acordo Coletivo Especial (que prevê acordos entre empresas e empregados sem considerar a CLT), por seus compromissos com o governo federal, não será a alternativa para organização dos trabalhadores. A maior central sindical brasileira, que representa 36% dos trabalhadores sindicalizados, poderia tomar medidas efetivas para barrar a terceirização. Porém, como vimos na paralisação nacional do dia 15 de abril, limitaram-se a paralisações parciais, não para acabar com a terceirização, mas apenas para regulamentá-la tal como ela existe hoje.

Lutas Nacionais: o Paraná como centro das lutas pela educação

1053) No mês de maio, 10 estados brasileiros passaram por greves da educação. PSDB, PMDB, PT e partidos da base aliada, governam esses estados ou municípios, com uma característica em comum: atacar a educação e os trabalhadores. Se o PSDB de Geraldo Alckmin (SP) e Beto Richa (PR) estão mostrando o que são capazes para implementar seus projetos, o PT na prefeitura de Goiânia (GO) não se mostrou menos truculento, atacando violentamente os professores municipais com sua polícia. A prefeitura de Clécio Luiz do PSOL no Macapá (AP), que no segundo turno contou com o apoio do DEM e PSDB, também aplicou sua dose de truculência, afirmando que os trabalhadores da educação e da saúde em greve faziam parte de um movimento de direita para desestabilizar seu governo.

1054) Porém, de todas as lutas que ocorrem ou já se encerraram, a greve do Paraná apresentou uma magnitude superior. No começo desse processo, quando os professores e servidores decidiram barraram o denominado "pa-

cotaço" de Richa, já era possível prever o alcance que esse processo teria. As imagens dos deputados saindo dentro dos camburões da polícia, assustados com a fúria dos trabalhadores que ocupavam a Assembleia Legislativa, percorreu todo o país e encheu de esperança todos aqueles que buscavam uma resposta à como reagir aos ataques dos governos. A greve dos professores do Paraná serviu como referência e exemplo para todos os trabalhadores do país.

1055) Porém essa luta teve o seu segundo round. Descumprindo o acordo estabelecido para o fim da greve, o governo do Paraná voltou a colocar em pauta os ajustes que pretendia aplicar. A toque de caixa, o governador, junto com os deputados, colocou em andamento um ajuste nas aposentadorias com o objetivo de cortar R$ 125 milhões da previdência. Derrotar os trabalhadores que conseguiram barrar os planos de ajuste era o objetivo estratégico de Beto Richa.

1056) Por isso, dias antes da sessão que aprovaria a reforma, era noticiado em toda mídia o envio de efetivos policiais de todo estado, transformando a cidade de Curitiba em uma verdadeira zona militar. A tragédia estava anunciada. O resultado foram cenas que chocaram o país. Os números oficiais relatam mais de 200 feridos, vários em estado grave.

1057) Porém, Beto Richa imprimiu uma força que chocou toda a opinião pública. As violentas imagens repressivas circularam pelas mídias internacionais. O tiro saiu pela culatra, e Richa, que antes tinha 58% de aprovação no seu governo, despencou para 78% de reprovação. Consequência desse imenso desgaste, o secretário e Educação do Paraná, Fernando Xavier, e o comandante da PM, acabaram sendo afastados dos seus cargos.

1058) A repressão no Paraná colocou ainda mais em evidência as greves da educação. A melhor forma de derrotar a truculência de todos os governos seria unificar essas greves em curso. Com a repercussão que se gestou, esse processo poderia desencadear uma grande crise política, que localizaria o conjunto dos trabalhadores em uma posição mais ofensiva, não só para o atendimento de suas demandas, mas também para derrotar as medidas provisórias e o PL 4330. Contudo, a CNTE dirigida pela CUT e o PT, mais uma vez se mostrou responsável como auxiliar do governo federal e não tomou qualquer medida que unificasse as lutas em curso.

1059) Porém, as centrais sindicais anti-governistas também deixaram a desejar. Nesse momento era possível convocar encontros estaduais e nacionais que preparassem um verdadeiro plano de guerra para derrotar os governos. A CSP-Conlutas, dirigida majoritariamente pelo PSTU, apesar de possuir militantes na maioria desses processos, também foi incapaz de tomar medi-

Anotações

das que dessem um grande exemplo de como unificar as greves. Superar essas práticas, apresentando a CSP-Conlutas como um polo combativo e aglutinador das lutas a milhares de ativistas que despertam país afora, é uma grande tarefa que precisa ser a tônica desse Congresso. Não temos dúvida que as lutas dos trabalhadores tendem a se acirrar, e a política levada pelo PSTU, será novamente colocada à prova.

Greve em São Paulo e a luta contra a burocracia sindical

1060) Os professores do Estado de São Paulo estão há quase 60 dias em luta. É uma greve duríssima, que se enfrenta com a truculência de Alckmin, que cortou os salários dos grevistas e vêm proibindo os comandos de greve de entrar nas escolas. Vêm sendo a maior greve dos últimos anos, marcada pelo surgimento de um novo ativismo. Esse novo ativismo não se expressa apenas na grandeza das assembleias estaduais e na disposição que o professorado demonstra lá: ela se expressa também no grande número e na força dos atos regionais, que se espalharam por toda a capital e interior do estado.

1061) A organização dos comandos de greve regionais também tem expressado uma profunda crise da direção majoritária da APEOESP, deixando evidente sua incapacidade de mobilização. Bebel, presidenta do sindicato, têm cada vez menos legitimidade entre a base do professorado. As assembleias-comícios, onde apenas as "principais figuras" de algumas correntes sindicais podem falar, tem se mostrado absolutamente insuficientes para organizar os professores para vencer.

1062) Nós, professores independentes e do Professores Pela Base, temos atuado para que possamos subverter essa lógica. A cada assembleia regional e estadual, ou Conselho de Representantes, temos feitos ecoar a exigência de que os comandos de greve tomem os rumos da mobilização. Em uma categoria espalhada por todo o estado, dividida em várias outras sub-categorias (efetivos e temporários), a mobilização ser dirigida pelos comandos é uma questão crucial. É preciso que a direção da greve esteja intimamente conectada com a base, como democracia efetiva.

1063) A direção burocrática do PT e do PCdoB é um entrave objetivo para que a greve possa ser vitoriosa. Com medo de perder o controle sobre a base, a atual direção da Apeoesp atua conscientemente para calar às vozes desse novo ativismo.

1064) Desse ponto de vista, às oposições na APEOESP, não deram nenhuma batalha política para colocar os comandos de greve à frente do processo. A Oposição Alternativa, dirigida majoritariamente pelo PSTU, não expressou esse conteúdo em sequer uma fala ou material da greve. Esse tipo de postura acaba sendo um empecilho para que a CSP-Conlutas possa aparecer com uma política radicalmente oposta às velhas práticas cristalizadas na APEOESP. Superar essa lógica é uma tarefa urgente para a CSP-Conlutas.

ASSINANTES:

1065) Marcella de Campos - membro do comando de greve da zona norte de SP, Allan Marcel Costa - membro do comando de greve da zona norte de SP, Simone Kawakami - membro do comando de greve da zona norte de SP, Luciana Machado - membro do comando de greve da sudoeste de SP, Marcio Barbio - membro do comando de greve da zona norte de SP, Adriana Paula Gomes - membro do comando de greve da zona norte de SP, Guilherme Soares - membro do comando de greve da zona norte de SP, Vinicius Spinelli - membro do comando de greve da sudoeste de SP, Adriana Ribeiro - membro do comando de greve da sudoeste de SP, Vanderson Cristiano - membro do comando de greve da sudoeste de SP, Alexandre Costa - membro do comando de greve da sudoeste de SP, Diego Damaceno - membro do comando de greve de Marília, Maíra Machado - membro do comando de greve de Santo André, Mayra Di Mateo - membro do comando de greve da oeste lapa de SP, Danilo Paris - membro do comando de greve de Campinas, João de Regina - membro do comando de greve de Campinas, Milena

Bageti - membro do comando de greve de Campinas, Regiane Sousa - membro do comando de greve de Campinas, Mauro Sala - membro do comando de greve de Campinas, Bruno Vieira Neto - membro do comando de greve de Campinas, Ivan Canolleto - membro do comando de greve de Guarulhos, Iuri Tonelo - membro do comando de greve de Campinas, Samuel Gagliego - membro do comando de greve de Jundiaí.

54. Resolução sobre as lutas na Educação

1066) A presidente Dilma, na posse de seu segundo mandato, disse que a educação seria a prioridade de seu governo nos próximos quatro anos. Para tanto, criou o bordão "Pátria Educadora". Na semana seguinte, o governo anunciou o corte de R$ 7 bilhões da educação como parte das medidas para garantir o superávit fiscal e seguir o pagamento de juros da dívida pública aos credores nacionais e internacionais.

1067) Este corte de recursos faz parte de uma série de medidas de ajuste fiscal como é caso medidas provisórias 664 e 665 e do PL 4330, que atacam direitos e precarizam as relações de trabalho. Assim, enquanto destina mais de 45% do orçamento da União para os rentistas, designa apenas 3,7% para a pasta da Educação.

1068) Nos estados e municípios, a lógica dos governadores e prefeitos tem sido a mesma: jogar nas costas dos trabalhadores os custos do agravamento da crise econômica no país. Além de arrochar salários e retirar direitos, sucateiam os serviços públicos oferecidos à população, tornando cada vez mais difícil a vida dos brasileiros.

1069) O propagandeado Piso Nacional não passou de um grande engodo, pois, mesmo sendo um valor muito aquém das necessidades dos educadores, não é cumprido nos estados e municípios. Ou seja, o governo federal criou uma lei e não garante o cumprimento da mesma. Nos poucos lugares onde o Piso é pago, foi possível à custa do desmonte dos planos de carreira, transformando, assim, o que deveria ser Piso, em teto salarial.

1070) É evidente que este cenário tem causado muitos problemas para a categoria dos educadores, pois além da falta de investimentos e da sobrecarga de trabalho, estes convivem com baixos salários e a frustração em relação a uma conquista histórica que representou o Piso Salarial Nacional, que se transformou em um "direito virtual".

1071) Assim, existe um quadro de adoecimento físico e/ou mental, de insegurança com a profissão, de desestímulo, de sentimento de fracasso. Mas também de indignação. E esta indignação tem estado presente nas manifestações, nas greves que se multiplicam e se radicalizam, com os tra-

Anotações

balhadores em educação retomando a sua histórica capacidade de lutar.

1072) Desta forma, os trabalhadores em educação têm resistido com luta aos ataques e continuam se mobilizando contra a precarização, por valorização salarial, contra a retirada de direitos e, em muitos estados, pela implementação da Lei do Piso. Greves vêm ocorrendo em todos os cantos do país. Só em 2015, os educadores entraram em greve em mais de dez estados e também em inúmeros municípios.

1073) A resposta dos governos, por sua vez, é a criminalização das greves da educação e dos grevistas. Ameaças de corte de ponto, demissões, lei da "mordaça" e truculência no trato com as manifestações tem sido o receituário adotado pelos distintos governos.

1074) Em São Paulo, o governo Geraldo Alckmin (PSDB) não negociou com a categoria e ainda caçou a liberdade de expressão dos educadores. No Paraná, professores foram brutalmente reprimidos pelo governador Beto Richa (PSDB) que utilizou cassetetes, bombas, balas de borracha, cavalos e cães para acabar com a manifestação dos professores no dia em que o projeto que ataca a aposentadoria dos funcionários estaduais paranaenses foi votado. Essa mesma violência já havia sido empregada contra os trabalhadores da educação no RJ, na greve de 2013.

1075) Em Macapá, os professores entraram em greve no dia 11 de abril e não tiveram as suas reivindicações atendidas pelo prefeito Clécio Luís (PSOL). Essa mesma postura de intransigência e truculência dos governantes esteve presente também em outras greves de professores, como foi o caso de Pernambuco, Santa Catarina e Pará.

1076) Infelizmente, apesar deste contexto de greves dos trabalhadores da educação básica em diversos estados e capitais do país, não houve uma política por parte da CUT e da CNTE de unificar estas lutas através de uma greve geral da educação.

1077) A degeneração imposta à CNTE pela política governista da Articulação Sindical já levou diversas entidades representativas de educadores a se desfiliarem da Confederação e também da CUT, pois é cada vez mais necessária a existência de uma ferramenta de luta para responder aos ataques do governo. A CNTE e a CUT foram omissas e nada fizeram para enfrentar a nefasta Reforma da Previdência promovida pelo governo em 2003.

1078) Em relação ao ensino superior público, há indicativo de greve do Andes para o período que vai de 25 a 29 de maio. A luta dos Andes é a mesma dos professores da educação básica: contra o corte de gastos no ensino superior público, valorização dos seus profissionais e por uma educação pública de qualidade em todos os níveis.

Assim, para fortalecer as lutas da Educação Pública, é necessário que o nosso 2º Congresso delibere por:

1079) 1-Encampar uma grande campanha nacional contra a criminalização das lutas na educação, pelo direito de greve, de organização, de manifestação e pela liberdade de expressão.

1080) 2- Apoiar todas as lutas dos trabalhadores em educação, buscando a unificação das mesmas e exigindo que os governos atendam as suas pautas de reivindicações.

1081) 3- Exigir da CNTE um plano claro de unificação das lutas da educação básica e superior.

1082) 4- Defender, na base de todos os sindicatos da educação onde a central atua, a construção de uma greve nacional da educação, partindo das lutas que estão em curso. Esta greve na educação seria parte da construção de uma greve geral no país, capaz de derrotar os ataques de governos e patrões.

1083) 5- Realizar, no segundo semestre deste ano, um seminário das entidades e movimentos da educação básica que atuam na, central com o objetivo de debater uma política de intervenção mais organizada neste setor.

1084) 6- Iniciar, ainda este ano, a preparação do II ENE (Encontro Nacional da Educação).

ASSINANTES:

1085) Bloco de Resistência Socialista – Sindical e Popular (BRS, o que inclui as correntes políticas LSR – Liberdade, Socialismo e Revolução, GAS –

Grupo de Ação Socialista e RS – Reage Socialista)

1086) Miguel Leme Executiva Nacional da CSP-Conlutas e da Oposição APEOESP/SP | Sônia Godeiro Oposição do Sindsaúde/RN | José Wilson Oposição do Sindsaúde/RN

1087) Joaquim Aristeu da Silva (Boca), Executiva Estadual da CSP-Conlutas de São Paulo | Jane Barros Executiva Nacional do Movimento Mulheres em Luta (MML) | Marzeni Pereira Oposição Sintaema/SP | Luciano Barbosa Sepe/RJ | Jorge Antonio dos Santos Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Itaúna/MG e membro da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais | Alexandre Marques Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Itajubá/MG e da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais | Cleuza Borges Presidente do Sindicato da Saúde de Itajubá/MG e Região | Dimitri Silveira Oposição Sinpeem/SP | Vinícius Prado Oposição APP/PR | Fábio Arruda Sinsprev/SP.

1088) Avançar na Luta: APS/ CSP-Conlutas

1089) Carlos Roberto dos Santos FENASPS e Oposição Sindprev/DF | Cleuza Nascimento FENASPS e Sintsprev/MG | Edson Bomfim SINTESES e Movimento Negro | Evilasio Lacerda Oposição Sindicato da Educação Paraíba | Gesa Linhares Corrêa SEPE/RJ | Lídia de Jesus FENASPS e Oposição SINDPREV/BA | Lujan Maria Bacelar de Miranda SINTESES/SINTE-PI | Marcio Freitas FENASPS e Sindsprev/RN | Moacir Lopes FENASPS e Sindprevs/PR | Roseli Aparecida de Lima Oposição Sindicato Alimentação de Cascavel | Sebastião de Oliveira FENASPS e Sindprevs/PR | Willian Aguiar Martins/ SINDPREV/ES.

1090) Movimento Esquerda Socialista (MES)

Mauricio Costa Carvalho Oposição APEOESP | Bruno Magalhães Movimento Nós da Sul | Adriana Guimarães Direção ASERGHC | Antonio Neto Oposição CPERS | Mauricio Barreto Oposição Rodoviários Porto Alegre | Edson Nascimento Lima Fasubra | João Maria dos Santos OposiçãoSintest/RN | Juliana Selbach Oposição Bancária Brasília | Thais Coutinho SEPE RJ | Rigler Aragão SINDUNIFESSPA - ANDES.

1091) Alicerce

1092) José Campos Secretaria Executiva Estadual RS CSP-Conlutas FENASPS | Hélio de Jesus FENASPS | Rogério Marzola FASUBRA | David Lobão SINASEFE | Fabiano Faria SINASEFE | Jorge Patricio SINDISPREV-RS |Jorge Moreira SINDISPREV- RS | Shin Nishimura Oposição CPERS/Sindicato | Jorge Maia SEPE RJ | Wiria Alcântara SEPE RJ | Geovano Santos SEPE RJ | Tzusy Estivalet - MUNICIPÁRIA POA/RS.

1093) Construção Socialista (CS)

1094) Neida Oliveira Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas - Oposição do CPERS/Sindicato | Danilo Serafim Secretaria Executiva Nacional CSP-Conlutas Direção SEPE RJ | Érico Corrêa Secreta-

Anotações

ria Executiva Estadual RS CSP-Conlutas – Presidente SINDICAIXA-RS | Francelina Fragoso SEPE RJ –Petrópolis | Valdir Vicente SEPE RJ – Nova Iguaçu | Telma Luzemi Direção SEPE RJ | Jaqueline Leopoldo SEPE RJ - Valença | Mari Andreia Andrade Oposição CPERS/Sindiato | Tere Bulé Diretora Geral 38º Núcleo CPERS/Porto Alegre | Vivian Zamboni – Diretora Geral 42º Núcleo CPERS/ Camaquã – Lucas Bitencourt ANEL | Ludmilla Fagundes Secretaria Executiva Estadual CSP-Conlutas RS ANEL | Luiz Henrique Chagas Secretaria Executiva Estadual CSP CONLUTAS Presidente SINDIMETRÔ RS Direção da FENAMETRO | Alessandro Batista Diretor SINDIMETRÔ RS | Miguel Chagas Secretario Geral SINDICAIXA.

55. Levante dos trabalhadores em educação

1095) Nos últimos anos, têm sido vários os levantes dos trabalhadores em educação. Na rede municipal, em 2012, houve uma importante greve comandada, sobretudo, pelos setores de oposição do Sinpeem (SP), contra o governo de Gilberto Kassab, que terminou com um embate significativo entre a base e a direção majoritária do sindicato. Em 2013 e 2014 fizemos duas greves duras contra o governo de Fernando Haddad (PT). A greve de 2013 foi para consolidar conquistas da greve anterior, já que Haddad e seu secretário César Callegari ameaçavam em não cumpri-las. Em 2014 foi a maior greve da rede municipal de São Paulo, com 43 dias de duração e ao final, apesar das parcas conquistas (reajuste salarial parcelado em 2 anos), obtivemos uma importante vitória política, pois a categoria atendeu ao chamado da militância e reforçaram a greve no momento em que o governo endurecia com os grevistas, inclusive forçando o desconto dos dias parados. O governo recuou com a adesão massiva de professores e funcionários à greve.

1096) Na rede estadual tivemos uma importante greve em 2013, porém a categoria não teve a mesma confiança na militância do sindicato e terminou com um golpe da Articulação Sindical ao anunciar o fim da greve, quando a categoria havia votado a continuidade. Não houve conquistas. A direção majoritária do sindicato que representa a categoria – Apeoesp, pertencente ao PT tem total controle das subsedes do interior e, justamente estes professores do interior do estado não atenderam ao chamado do sindicato e não fortaleceram a greve.

1097) Tanto na rede municipal quanto na rede estadual, os principais sindicatos têm direções majoritárias governistas. No município, o presidente do Sinpeem, que já foi vereador pelo PC do B e hoje está filiado ao PPS, partido aliado dos tucanos, comanda o sindicato com uma diretoria majoritária plural, tendo até petistas em seu grupo político. Na Apeoesp, a presidente é da Articulação Sindical, um dos setores mais pelegos do movimento sindical.

1098) Em 2015, uma grande greve da rede estadual foi deflagrada em 13 de março e ainda está em curso. Há quase 60 dias, os professores cruzaram os braços e estão fazendo manifestações pelo estado diariamente. São bloqueios de ruas, avenidas e rodovias. Ocupação da Assembleia Legislativa, aeroportos, Diretorias Regionais de Ensino, Secretaria da Educação e tantos outros espaços públicos, na tentativa de chamar a atenção da sociedade para o descaso com a educação promovido pelo governo tucano.

1099) Em outras cidades e outros estados, como no Paraná, também estão ocorrendo levantes importantes contra a retirada de direitos ou por melhoria salarial. Levantes contra governos dos mais diversos partidos (PT, PSDB, PMDB, PSOL) demonstrando a necessidade dos trabalhadores se organizarem com independência de governos e partidos para conseguirem impor suas bandeiras de lutas.

ASSINANTES:

1100) Militantes do Coletivo Independentes de Luta - Adriana Dias Siqueira (servidora do Hospital Municipal Dr. Waldomiro de Paula – SP), Adriana Teixeira Gomes (con-

selheira do Sinpeem), Alessandro Rubens de Matos (representante de escola do Sinpeem e militante da Apeoesp), Ana Lúcia Barbosa Cerqueira (conselheira do Sinpeem), Cilene Reimberg (conselheira do Sinpeem), Cristiano Aparecido Mendes (professor da rede municipal – SP), Ederaldo Luiz Nieri (professor da rede estadual – SP), Edivaldo dos Santos Nascimento (conselheiro regional da Apeoesp e conselheiro do Sinpeem), Edivan Alves de Novaes (representante de escola da Apeoesp) , Fabiana de Fátima Oliveira (representante de escola do Sinpeem), Giovana Almeida (professora da rede estadual – SP), Jaqueline Valencio (funcionária do quadro de apoio na rede estadual de educação – SP), João Batista de Sá (conselheiro Sinpeem), José Maria de Andrade Filho (conselheiro do Sinpeem), Kamila Monteiro dos Santos (representante de escola do Sinpeem), Lourdes Ferreira da Silva (representante de escola da Apeoesp), Luci Ferreira da Silva (conselheira estadual da Apeoesp), Maria Aparecida Sanches (conselheira do Sinpeem), Marizete Aparecida Pontes (conselheira do Sinpeem), Marly de Almeida Lopes (conselheira do Sinpeem), Mauro Sergio Magalhães (representante de escola da Apeoesp), Miriam dos Santos Mattiuzzi (funcionária do quadro de apoio da rede municipal de educação – SP), Plinio Roberto Zangirolami (conselheiro do Sinpeem), Simone Gimenez Palazzi (conselheira do Sinpeem), Tiago Martins dos Santos (representante de escola do Sinpeem e militante da Apeoesp), Wagner Alexandre Pereira (representante de escola do Sinpeem).

56. As Revoltas Urbanas, os Movimentos Populares e os desafios da CSP-Conlutas

Proponente: Movimento Luta Popular

1 – As lutas urbanas

1101) As jornadas de junho de 2013 golpearam a todos com a surpresa que colocou diante de nós, os lutadores. É possível dizer que ninguém imaginava que as lutas anuais contra o aumento das passagens pudessem ter o tamanho que tiveram.

1102) Mas o que é mais importante só foi revelado aqueles e aquelas que conseguem ler um pouquinho as imagens do mundo e suas entrelinhas.

1103) As jornadas de junho expressaram a explosão de um sentimento que há anos vinha crescendo nas periferias, bairros pobres, vilas e favelas do nosso país: para os trabalhadores pobres que vivem nas grandes cidades, a vida se tornou insuportável.

1104) Os governos petistas adotaram nos últimos 12 anos uma fórmula que só po-

Anotações

deria acelerar este sentimento; a fórmula é: "você tem direito a tudo, desde que compre os seus direitos".

1105) Você tem direito à moradia, desde que compre uma casa e se endivide com a Caixa Federal.

1106) Você tem direito ao transporte, desde que compre um carro e se endivide com algum banco.

1107) Você tem direito à educação, desde que compre seu direito de estudar e se endivide com o FIES.

1108) Assim, para garantir altíssimos juros aos investidores e banqueiros e altíssimos lucros às empresas transnacionais, se criou a receita certeira para um caos completo.

1109) Nenhuma política habitacional teve a coragem de tocar nas propriedades deixadas para a especulação; com isso, a construção de casas – além de não resolver o problema – entope de dinheiro os bolsos das construtoras e empreiteiras. A cidade de São Paulo é um exemplo disso; existem mais imóveis construídos e vazios na cidade do que famílias sem teto. Mas, para não arrumar encrenca com a burguesia especuladora, o governo prefere construir mais e mais casas em terrenos cada vez mais distantes dos centros onde se concentram os postos de trabalho. A expulsão dos trabalhadores para as regiões mais distantes foi aprofundando um problema que já era muito grave; o problema do transporte público.

1110) Não é de hoje que a gente sabe que o transporte é refém de uma máfia que faz acordos espúrios para financiar campanhas e, com isso, vendem a possibilidade do povo ter o mínimo de dignidade. Só que, indo pra cada vez mais longe, quem antes demorava 1 hora, passou a demorar 2, 3, ou mais tempo pra fazer o trajeto casa-trabalho.

1111) Então, dá-lhe carro na rua e dá-lhe trânsito. Todos os dias os jornais noticiam quilômetros de filas de carros parados. As chuvas seguem todos os anos castigando os mais pobres com desbarrancamentos, com soterramentos e com enchentes. Contraditoriamente, por conta da relação predatória do capitalismo com a natureza, os mesmos que se afogam nas enchentes não tem mais água nas torneiras.

1112) A crise hídrica e energética dá as caras no sudeste do Brasil, região de irracional superconcentração populacional.

1113) A ausência de reforma agrária submeteu os trabalhadores pobres das cidades a uma alimentação predatória, barata, transgênica e cheia de venenos e, mesmo esta, fica ameaçada com o aumento recente da inflação que corrói primeiro os salários dos mais pobres que direcionam o grosso do que ganham para comida, transporte e aluguéis.

1114) A saúde pública há anos segue na UTI e não há reparos que possam remendar seus problemas estruturais. Os mais explorados lotam as filas dos hospitais, esperam anos por tratamentos especiais e cirurgias e chegam mesmo a morrer em condições precárias.

1115) Por todos os lados, em todas as dimensões, a vida – embora cheia de bens de consumos como celulares, TV's de plasma e eletrodomésticos – se torna insuportável. As metrópoles brasileiras são como bombas-relógio prestes a explodir. Junho foi uma explosão. Ninguém esperava, mas quem olhar com a devida atenção não tem dificuldades em enxergar suas raízes.

1116) Com tantos conflitos, tantas contradições, as lutas que ocorrem no território se somam de forma a complementar a organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Muitas vezes, os que estão nas fábricas são também os mesmos que marcham junto com as ocupações por moradia. Os que se organizam pelo transporte são também jovens operários das fábricas que, neste momento iniciam suas primeiras experiências de greve, como as que ocorreram no julho e agosto de 2013.

1117) A CSP-Conlutas compreendeu os desafios da realidade e, desde seu início, a tarefa histórica que lhe cabia. De maneira embrionária, ainda pequena e em construção, as organizações que construíram esta central tiveram a ousadia de dar uma resposta à altura da realidade que lhe rodeava quando nasceu.

1118) Esta ousadia se concretizou na concepção de cen-

tral que construímos: uma central que unifique o conjunto dos setores explorados e oprimidos da classe, constituindo um espaço comum de lutas e elaboração para as diferentes formas de organização que as lutas impuseram: movimentos populares urbanos, rurais, sindicatos, movimentos feministas, movimentos LGBT's, o movimento negro e os movimentos estudantis.

1119) Acontece que este impulso fundamental que fez com que a concepção de nossa central fosse tão avançada, não significa uma homogeneidade na compreensão das tarefas que cumprem, hoje, os movimentos populares na luta de classes. Há ainda quem – mesmo dentro da CSP-Conlutas – encare com desdém ou sem importância as formas organizativas desenvolvidas pela classe trabalhadora fora das fábricas. Não é raro encontrar, mesmo entre nossos ativistas sindicais mais combativos, aqueles que achem que a Reforma Urbana e a Reforma Agrária são bandeiras que só os movimentos de sem-teto ou de sem-terra devem carregar.

1120) Não avançaram o suficiente para compreender e implementar uma unidade orgânica e não apenas formal entre os movimentos sindical e popular. Ainda não se convenceram de que os problemas urbanos afetam ao conjunto da classe trabalhadora que vive nas cidades, independente de possuir ou não uma moradia. Não assumiram a importância de os próprios sindicatos se empenharem em debater e reivindicar estas reformas como necessidade premente da base de suas próprias categorias.

1121) Na fervura dos acontecimentos dos últimos dois anos, a importância das lutas realizadas pelos movimentos populares ao redor destas duas bandeiras (há outras, é claro) a realidade se impôs e tornou-se um imperativo compreender estes movimentos e estas lutas para dar uma batalha consequente para que se aproximem e integrem nossa central, fortalecendo um pólo de lutas combativo, independente e antigovernista.

2 - A cultura de resistência

1122) O Luta Popular é um movimento que nasce das dificuldades da realidade somadas às potências da vontade das pessoas. Lutamos por todas as coisas mais brutas, elementares e essenciais: comida, casa, educação, saúde, contra o genocídio, por saneamento, por liberdade.

1123) No entanto, em cada ocupação que realizamos por moradia, em cada reunião que discute o mínimo problema de um bairro, em cada passeata contra algo ou por alguma coisa, lutamos por uma cultura e uma arte revolucionárias.

1124) A cultura é o campo de batalha por um poder invisível, mas dominador. Por isso, entendemos que é parte de nossas tarefas a luta pelos corações e mentes do povo traba-

Anotações

lhador. Queremos revolucionar o mundo, queremos derrotar o capitalismo, queremos uma sociedade sem classes sociais e sem estado, queremos a possibilidade de vislumbrar nossa plenitude humana mais criativa e rebelde.

3 - Como então avançar?

1125) Uma das necessidades que temos é ir mais além o que significa a incorporação política dos setores do movimento popular. É fundamental dar vida às CSP-Conlutas estaduais, incorporando representações dos movimentos. É fundamental essa expressão também no âmbito da Executiva Nacional da Central.

1126) É premente que as bandeiras da Reforma Urbana e da Reforma Agrária sejam pautas permanentes de todas as nossas plataformas de luta e reivindicação, independente da própria participação de movimentos em sua elaboração, pela compreensão geral de que são bandeiras da classe trabalhadora. É preciso pensar em como incorporar em nossos espaços de organização e atividades as dinâmicas destes movimentos que possuem uma base que – ao menos em parte – desconhece as formas organizativas institucionais dos sindicatos e sentem-se repelidas quando isto formata nossos espaços.

1127) O próprio espaço dos nossos congressos expressa essa necessidade de incorporar mais temas gerais, mais painéis com caráter formativo, mais espaços de convivência e de cultura popular.

1128) Temos diante de nós enormes possibilidades de fazer com que a ousadia viva em nossa concepção da central se concretize numa unidade do conjunto da classe, expressa por distintas formas de se organizar e de lutar deem corpo a um projeto político independente e construído pela base.

1129) No entanto, tudo isso está atravessado por uma série de dificuldades e contradição das quais somos nós também, militantes dos movimentos populares, responsáveis e partícipes.

1130) É preciso avançar na construção política dessa unidade sindical e popular para que o nome de nossa Central expresse na prática cotidiana a sua concepção, por uma necessidade do movimento de massas.

1131) Por isso, devemos discutir com clareza a forma da relação entre o movimento popular e a CSP-Conlutas. A unidade política e a compreensão de que a ajuda material necessária para a intervenção do movimento popular deve servir de suporte para um projeto futuro de autossustentação do movimento.

1132) Além disso, devemos aprofundar a participação do movimento popular em nossa Central, garantido, inclusive, que os companheiros dos estados mais distantes (norte) possam fazer parte da direção da entidade, garantindo também dessa forma um equilíbrio regional na representação do próprio movimento e da Central.

1133) Assim, apresentamos para o 2º Congresso da CSP-Conlutas as seguintes propostas de resolução:

1134) a) Que o movimento popular irá fortalecer em cada estado sua participação nas executivas da CSP-Conlutas estaduais;

1135) b) Que a CSP-Conlutas contribuirá até o próximo Congresso com uma ajuda de custo no valor de R$ 1.500,00 – para cada estado onde se encontra organizado o movimento, para que esse recurso seja utilizado para a construção de um projeto de autossustentação do movimento;

1136) c) Que a CSP-Conlutas garantirá a participação de pelo menos 01 companheiro da região norte do país para as reuniões da coordenação nacional.

4 – Conclusão

1137) Entendemos que a compreensão comum da importância do movimento popular para a luta de classes no país deverá ser fruto de uma atuação política comum cada vez mais aprofundada. As medidas que estamos propondo são o primeiro passo para um avanço na luta.

57. Proposta de resolução sobre estratégia de recomposição popular no

campo e na cidade:

Proponente: MTL (Movimento Terra Trabalho e Liberdade)

1138) As pessoas lutam por sonhos que estão no seu horizonte. Um programa é a realização destas realidades concretas onde se aponta para um caminho revolucionário que extinga a divisão de classes sociais. Neste sentido, o MTL propõe como tarefa estratégica que unifique nossas ações no campo sindical e popular a seguinte resolução:

1139) Nossa estratégia sindical e popular deve ter a capacidade de enraizamento e poder de convocatória para que a classe trabalhadora possa realizar um programa que esteja para além do status quo. Neste sentido, é uma estratégia de contra-hegemonia que deve dialogar com as lutas espontâneas anticapitalistas, fazer-se e enriquecer com elas. Assim entendemos que esta estratégia passa por reforçar a lógica externa ao poder institucionalizado, isto é, fortalecer espaços concretos do poder comunitário contra o Estado. Esta estratégia deve engajar forças para fortalecer um novo trabalho de base e inserção que se irradie socialmente e consiga engajar as pessoas em suas diferentes possibilidades sociais. Este centro de construção de poder popular deve territorializar à luta do trabalhador, criando espaços de organizações amplos que unifiquem lutas salariais com outras lutas sociais. Isto é, ter o território como centro de poder. Assim pensamos o trabalho sindical como mais um território onde o trabalhador enxerga e produz uma referência de luta por suas demandas concretas e deve também visualizar este espaço como um lugar em que haja tensionamento com o poder dominante. Neste sentido o sindicato deve ir além de seus limites impostos pela institucionalidade burguesa, propondo espaços amplos de unificação com as lutas de trabalhadores informais do campo e da cidade, com trabalhadores rurais assentados, sem-terra, sem-teto, juventude, de forma a fortalecer territórios livres, convocando e criando contra-hegemonias, num processo de articulação de forças sociais que confluam numa composição democrática de um novo campo político com capacidade de impor nosso programa popular, superando o horizonte do Estado burguês.

58. Grupo de Trabalhadores Rurais e Apoiadores – Triângulo Mineiro

Proponente: Sindicato dos Trabalhadores de Agricultura Familiar de

Anotações

Campo Florido

1140) Vivemos numa região (Triângulo Mineiro) onde, historicamente, há uma grande concentração de terra e cresce o agronegócio , principalmente através das usinas de cana-de-açúcar (temos mais de 30 usinas na região).

1141) A atual crise econômica em nosso país e os ataques da patronal e dos governos que atingem profundamente os assalariados rurais vão exigir de nós, lutadores, a intensificação do trabalho junto aos operários do campo.

1142) Somado a isto, a ausência de uma política de reforma agrária por parte dos governos e a degeneração de grande parte das direções dos movimentos sem-terra nos coloca a necessidade de uma atuação mais incisiva neste setor.

1143) Diante disso, O Grupo de Trabalhadores e Apoiadores Rurais - Triângulo Mineiro propõe como linha de ação:

1144) 1. Atuar prioritariamente em Campo Florido e Santa Vitória junto aos assalariados rurais (panfletagens, reuniões, assembleias etc.). Este trabalho seria feito através dos sindicatos que já são filiados à CSP-Conlutas.

1145) 2. Estruturar o Sindicato da Agricultura Familiar em Uberlândia (campanha de filiação nos assentamentos, etc.)

1146) 3. Buscar estender o trabalho para outras regiões do Triângulo (Conceição das Alagoas, Frutal, Monte Carmelo, Coromandel, Paracatu).

1147) 4. Recuperar imediatamente os Sindicato dos Trabalhadores Assalariados de Pirajuba-MG. O presidente deste está preso, em flagrante, por tráfico de armas; o mesmo se fazia passar por fiscal do Ministério do Trabalho, abordava ônibus de transporte de trabalhadores e extorquia dinheiro de empresários. Como está sendo sindicato cartorial, com direção totalmente "laranja", temos que apresentar atitude rápida antes que apareça um bandido substituto.

Propomos, neste Congresso, criarmos um Fórum, capitaneado pelos nossos principais sindicatos (ligados à FERAESP e outros) para aprofundarmos a troca de experiências no setor, articularmos um plano de lutas, etc. Esta proposta conta com apoio do SIND-UTE de Monte Carmelo e as oposições do SIND-UTE de Patrocínio, Uberlândia e Uberaba.

59. Ao 2º Congresso da CSP- Conlutas

Proponente: Acampamento Dona Zulmira Gonçalves

1148) Solicitação de moção de apoio dos delegados da CSP-Conlutas para intervenção junto ao ministro de estado de Desenvolvimento Agrário (MDA), o senhor Patrus Ananias, para a liberação de todas, para o pagamento dos imóveis rurais denominados Santa Avoia I e II no municipio de Barretos (SP).

1149) É de conhecimento de todos, os graves problemas sociais existentes em nosso país. Sabemos que a Reforma Agrária é um dos instrumentos mais importantes e eficientes para a geração de postos de trabalho e renda, estímulo do desenvolvimento das pequenas e médias cidades, melhoria de vida dos trabalhadores do campo e da cidade.

1150) No entanto, democratizar o acesso à terra continua sendo um dos maiores desafios nos enfrentamentos com os interesses das elites dominantes, porém, contamos com este Congresso para vencer barreiras e fazer justiça social, gerando qualidade e expectativa de vida a essa massa de excluídos, acampados no município de Barretos.

1151) Em meados da década de 1990, o Incra realizou vistoria nesta região do Estado de São Paulo a procura de terras improdutivas que resultou na desapropriação da Fazenda Santa Avoia II e o encaminhamento do processo de desapropriação da Fazenda Santa Avoia I para a Casa Civil, para o decreto em Dezembro de 1999, no município de Barretos.

1152) Naquele momento, os proprietários recorreram à justiça federal com uma ação declaratória de produtividade e uma ação cautelar de produtividade que só em dezembro de 2013 o TRF (Tribunal Regional Federal), em São Paulo, julgou as duas ações, considerando como sendo duas grandes propriedades improdutivas.

1153) Com decisão favorável, a Superintendência Regional do Incra-SP (SR.08), realizou Laudo de Vistoria e Avaliação — LVA que ultrapassou os 20% do limite estabelecido pela Portaria número 7 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de 31 de janeiro de 2013 e a Portaria número 83 de 28 de novembro de 2014, no seu artigo 14 diz que, feita a atualização ou realizada nova vistoria, caso o preço do imóvel exceda os limites previsto na alínea "c", do inciso III, parágrafo 1° do artigo 6°, ou o preço do imóvel tiver aumento superior a 20% em relação ao LVA, ação de desapropriação só devera ser ajuizada após expressa autorização do ministro do Estado do Desenvolvimento Agrário.

1154) Neste sentido, contamos com o apoio da CSP–Conlutas neste 2° Congresso para intervenção junto ao ministro da MDA, para congretização dessa desapropriação tão importante para a reforma agrária brasileira e em especial para as mais de 300 famílias do acampamento dona Zumira Gonçalves no município de Barretos/SP.

1155) Sem mais, seguem nossos protestos de mais elevada estima e distinta consideração.

1156) Atenciosamente delegação do acampamento dona Zulmira Gonçalves.

1157) Barretos, 20 de maio de 2015.

60. A crise, a Dívida e a Vida

1158) O que mais caracteriza a conjuntura nos últimos anos é a crise econômica, financeira, social, política, ambiental e energética.

1159) Frente à crise, em praticamente todo o mundo os trabalhadores e trabalhadoras, os/as jovens e o povo em geral, vão à luta contra os ataques aos direitos. E, para enfrentar a crise os governos, representantes dos interesses das elites dominantes, adotam mecanismos e instrumentos os mais diversos e quando há ameaça da redução dos lucros dos capitalistas, socorrem bancos e grandes empresas nacionais e internacionais, com o dinheiro público. Dinheiro que, muitas vezes, é usado inclusive para promover demissões em massa como temos visto em nosso país.

1160) Mas, não é só desta forma que o dinheiro da população, vai para o ralo!

A corrupção e as isenções fiscais, desonerações dentre outros desvios legais e ilegais sugam somas incalculáveis.

1161) Esta situação tem sido enfrentada com resistência e luta! Greves e manifestações diversas, destacando-se aquelas gigantescas, que ficaram conhecidas como as jornadas de junho.

1162) Neste quadro de dificuldades, cansaço, descrédito, indignação, a direita, com os meios de comunicação à frente, tem buscado influenciar os movimentos sociais e capitalizar para seus partidos, como vimos nas manifestações de 2013 e em especial nas de 2015.

1163) Enquanto o povo ocupa as ruas, a direita não governista busca capitalizar e

Anotações

ambas, esta e a direita governista se unem no Congresso Nacional e cassam direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e impõem ajustes fiscais, levando a retrocessos inimagináveis como os promovidos com as Medidas Provisórias 664 e 665 e com o Projeto de Lei 4330, que tramitam no congresso nacional.

1164) Por outro lado, na mesma direção, atua a Justiça brasileira, inclusive, legalizando a terceirização no serviço público, através das organizações sociais e organizações da sociedade civil, dentre outras formas de privatização deste serviço.

1165) Nas manifestações de 2013 a tônica foi para as políticas sociais, com destaque para transporte, saúde e educação. Em 2015, com o protagonismo da direita governista e não governista, foi a corrupção e a defesa do governo. A esquerda e os setores combativos do movimento têm centrado suas lutas na defesa dos direitos, contra os ataques dos governos e patrões e contra o ajuste fiscal e em especial, contra a PL 4330.

1166) O que, de um modo geral, não tem se dado destaque é à Dívida Pública, que financia e mantém esta política e é a maior fonte de corrupção, essência do sistema capitalista. Exceção feita à Auditoria Cidadã da Dívida, associação, sem fins lucrativos, criada logo após o Plebiscito Popular da Dívida Externa, realizado em setembro de 2000, em 3.444 municípios, por diversas entidades da sociedade civil brasileira.

1167) A Auditoria tem como objetivos, dentre outros, realizar a auditoria da dívida pública brasileira, interna e externa, federal, estaduais e municipais, de forma cidadã, exigir transparência de forma que os cidadãos e cidadãs "conheçam a natureza da dívida, os montantes recebidos e pagos, a destinação dos recursos e os beneficiários dos pagamentos de juros, amortizações, comissões e demais gastos" e mobilizar a sociedade para exigir a realização da auditoria da dívida.

1168) Com estes objetivos, a Auditoria tem promovido estudos, pesquisas, cursos e desenvolvido ações para popularizar a discussão do endividamento público por meio da elaboração de publicações, manutenção de página na internet e promoção de eventos. Para tanto, tem contado com o apoio e mantido relações com outras entidades e redes nacionais e internacionais. Para além do seu trabalho específico, contribuiu de forma significativa com a CPI da Dívida Pública realizada pela Câmara dos Deputados, com a Auditoria da Dívida Pública no Equador e agora está contribuindo com a Auditoria da Dívida Pública da Grécia.

1169) Com todo este trabalho, a Auditoria Cidadã tem dado uma valiosa contribuição para a sociedade brasileira.

1170) É urgente e necessário que de forma ampla e aprofundada, cotidianamente os movimentos e os lutadores e lutadoras sociais façam da questão da Dívida Pública, tema permanente de suas ações.

1171) Diante do exposto e, considerando:

1172) Que nos anos 70 a Dívida Pública cresceu de forma absurda com o financiamento da Ditadura Militar e Mega projetos visando a exploração de riquezas naturais; nos anos 80 com a interferência do FMI e seus planos de ajuste fiscal e corte de gastos sociais, que são impostos até hoje (vide o ministro da fazenda, Joaquim Levy encontrando-se nos Estados Unidos com a diretora geral do FMI para apresentar o ajuste fiscal que estão impondo através das Medidas Provisórias 664 e 665, que tramitam no congresso nacional) e a partir dos anos 90 com privatizações, abertura financeira e comercial, transformação de dívida externa em interna, salvamento de bancos, dentre outras medidas para favorecer o grande capital financeiro.

1173) Que, na prática, quanto mais a União, os Estados e os municípios pagam juros e amortizações da dívida pública brasileira (Interna e Externa) ela mais cresce de forma assustadora, enquanto todos os anos, quase 50% de todo o orçamento executado da União é para pagamento de juros e amortizações da Dívida Pública Brasileira.

1174) Que em 2014, até 31 de dezembro, a dívida consumiu R$ 978 bilhões, ou seja, 45% do gasto federal; a dívida interna atingiu a estrondosa cifra dos três trilhões, 301 bi-

lhões, 51 milhões, 276 mil, 22 reais e 50 centavos e a dívida externa chegou a 554 bilhões, 708 milhões, 937 mil, 494 dólares e 1 centavo;

1175) Que as maiores vítimas do endividamento público brasileiro são as mulheres (os insuficientes recursos destinados às ações referentes a Políticas para Mulheres sofreram uma redução de quase 20% em 2013 e 2014); os povos indígenas que continuam abandonados à própria sorte e vitimados pelos grandes projetos que destroem o meio ambiente, suas terras e o seu território. Em 2013, apenas 0,06% dos recursos foram para o orçamento indígena; a juventude, especialmente negra, que sem perspectivas, lançada ao desemprego e à marginalidade, é submetida a uma verdadeira faxina étnica.

1176) O 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas:

1177) Reafirma o seu compromisso com a luta pela Auditoria da Dívida Pública no Brasil;

1178) Incentivará o apoio das entidades filiadas e a participação dos lutadores e lutadoras sociais na construção e fortalecimento dos Núcleos Estaduais da Dívida Pública;

1179) Elaborará materiais relativos à questão da Dívida Pública e ampliará a divulgação de cartilhas, vídeos, livros e publicações em geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública;

1180) Ao tratar da Dívida Pública, buscará, também, desmitificar a Ditadura Militar como sinônimo de seriedade, honestidade e defesa do país; o Plano Real como sinônimo de estabilidade e o falso Fim da Dívida Externa, mostrando para a sociedade a relação entre eles e o acelerado crescimento da Dívida Pública Externa e Interna em nosso país; inclusive, com os fortes indícios de que a ditadura militar foi financiada pela dívida pública ilegal, ilegítima e imoral.

1181) Denunciará a transformação da Dívida Pública Externa em Interna e vice-versa, como foi comprovado pela CPI da Dívida Pública e que a dívida pública interna é a nova faceta do endividamento externo, a nova forma de favorecimento do grande capital nacional e internacional.

1182) Que a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) representava uma pequena parte, cerca de 7,5% da Dívida Externa. E para pagar antecipadamente esta dívida o Brasil emitiu títulos da dívida pública brasileira, aumentando a Dívida Pública Interna de forma absurda, pois os juros da dívida com o FMI eram de 4% e os dos novos títulos quase 20%. E mais, que mesmo com o pagamento, o FMI nunca deixou de determinar as políticas que são implementadas no Brasil.

1183) Denunciará que os credores da dívida pública interna brasileira são os denominados DEALERS – bancos nacionais e estrangeiros que tem o privilégio de adquirir os bônus de dívida interna em primeiro lugar, tão logo os títulos da dívida são lançados pelo

Anotações

Governo. Depois estes bancos nacionais e estrangeiros fazem seu jogo com estes títulos, de acordo com seus interesses. Que na prática, estes bancos, inclusive, determinam os valores destes títulos, pois só os adquirem com juros que lhes interessam e muito superiores aos juros da taxa Selic; visto que os mesmos são lançados quando o Governo necessita de recursos para pagamento de juros e amortizações da própria dívida.

1184) Que a dívida pública interna e externa é uma verdadeira jogatina (alimentada pelo Sistema da Dívida, conjunto de instrumentos e mecanismos de ampliação e manutenção da dívida pública), à qual o governo, representando os interesses do grande capital nacional e internacional, se submete, em detrimento do Brasil e de sua população.

1185) Finalmente, a CSP-Conlutas buscará envolver o conjunto da sociedade na luta pela Auditoria Oficial da Dívida Pública, usando todos os momentos e espaços possíveis para tanto, pois sem isso não só não teremos as políticas públicas asseguradas, como teremos cada vez mais direitos trabalhistas, sociais e previdenciários negados/cassados, assim como o aumento da privatização, terceirização e da sangria dos recursos públicos.

ASSINANTES:

1186) Corrente Sindical e Popular Avançar na Luta - Angelo Cesar J. Junior - SEPE/Friburgo; Carlos Eduardo da Silva Leão – Oposição SINDPREV/DF; Carlos Roberto dos Santos – FENASPS e Oposição Sindprev/DF; Corália Maria Saraiva - Oposição SINDPREV/DF; Débora D´Oliveira – SEPE/Costa do Sol; Denise Soares - SEPE/Lagos; Dnery Maria Ribeiro - SINDPREV/ES; Domingos Cordeiro França – Oposição SINDSAÚDE/ES; Edson Bomfim – SINTESES e Movimento Negro; Egeson Conceição - Sindmetal/RJ; Eliane Mauro – Oposição SINDSAÚDE/ES; Evilasio Lacerda - Oposição Sindicato da Educação Paraíba; Francisco dos Santos Filho - SINDPREV/ES; Gesa Linhares Corrêa - SEPE/RJ; Humberto Michaeli -SEPE/Vassouras; Juvenil Marques- SEPE/Campos; Jalmir Cezini Andrade - SINDPREV/ES; Janaína Matos - SEPE/N.I; Jorge Gonçalves de Souza- Sindmetal/RJ; Keli de Moraes - SEPE/Friburgo; Laurizete Araújo Gusmão - Oposição SINDPREV/DF; Leonardo Freitas - SEPE/Vassouras e base Mendes; Lídia de Jesus - Fenasps e Oposição SINDPREV/BA; Luiz Alfredo - Sindprevs/PR; Lujan Maria Bacelar de Miranda – SINTESES/SINTE-PI; Maria Ignez Pereira de Sales Miranda - SINDPREV/ES; Maria Júlia Mendonça Barreto- SEPE/Lagos; Maria Regina Lacerda - FENASPS e Oposição SINDPREV/PB;Marli Brígida dos Reis/ SINDPREV /ES; Marcos Rangel - SEPE/RJ e Caxias; Marize Oliveira – SEPE/Caxias; Moacir Lopes - FENASPS e Sindprevs/PR; Nanci Ferreira Belo- SEPE/Lagos; Osmar Batista - SINDPREVS/PR; Roseli Aparecida de Lima - Oposição Sindicato Alimentação de Cascavel; Sebastião de Oliveira - Fenasps e Sindprevs/PR; Sílvio Florentino – Movimento Popular/DF; Simone Caixeiro - SEPE/N.I; Willian Aguiar Martins/ SINDPREV/ES.

61. Proposta de resolução da Minoria da Diretoria do Sindicato dos Advogados de São Paulo

Proponente: minoria da diretoria do Sindicato dos Advogados-SP

1187) Considerando que: participamos desde o encontro de Luiziana da construção da Central e ao longo desses anos e na medida do possível atuamos na defesa da entidade e de suas filiadas, seja nas eleições sindicais, apoiando as oposições, o movimento popular e estudantil.

1188) Considerando ainda que: realizamos dois Encontros Jurídicos Nacionais da CSP-Conlutas, com atuação destacada quando da primeira tentativa de reforma trabalhista com o projeto de reconsolidação da legislação trabalhista, nos processos de criminalização, com a realização conjunta

com a OAB-Nacional do Seminário Nacional contra a Criminalização dos Movimentos Sociais e também a destacada participação da CSP-Conlutas no Congresso Nacional da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas- ABRAT.

1189) Considerando, por fim, que a nova conjuntura de crise econômica tem colocado novos desafios e exigido mais do apoio jurídico as entidades e ao movimento popular e estudantil, com as demissões em massa, processos de criminalização em vários estados, terceirização, o assedio moral no ambiente de trabalho, a retirada de direitos históricos da classe trabalhadora e o acirramento das lutas.

1190) Propomos que o 2º Congresso da CSP-Conlutas aprove:

1191) 1. A realização do 3º Encontro Jurídico Nacional da CSP-Conlutas, com objetivo de armar os/as advogados/as das entidades e movimentos para uma atuação classista e ousada em defesa dos interesses dos trabalhadores em consonância com os princípios da central.

1192) 2. A participação da CSP-Conlutas no próximo Congresso da ABRAT.

1193) 3. Apoiar a criação de uma revista jurídica voltada para os principais lutas desenvolvidas pela CSP-Conlutas, como suporte técnico e teórico para as entidades filiadas.

4. Verificar a viabilidade do site da central disponibilizar um link jurídico para orientações e informações que possam ser utilizadas principalmente por aqueles que se localizam em regiões mais distantes e ou isoladas do país.

62. Resolução sobre fortalecimento da luta dos imigrantes haitianos no Brasil.

Proponente:USIH (União Social dos Imigrantes Haitianos)

1194) Milhares de haitianos imigraram para o Brasil nos últimos anos, principalmente após 2010, quando o Haiti foi atingido por um forte terremoto que destruiu quase totalmente a capital do país e também outras cidades, deixando mais de 250 mil mortos e 1 milhão de desabrigados. Em busca de melhores condições de vida e estimulados pelo governo brasileiro, estes trabalhadores vieram para o Brasil e hoje encontram uma série de dificuldades para sobreviver de maneira digna. Atualmente o Ministério da Justiça fala em 46 mil haitianos no Brasil.

1195) Os problemas começam para entrar no país e conseguir a documentação legal. As cidades por onde a maior parte dos haitianos entra no Brasil (principalmente no Es-

Anotações

tado do Acre) já há anos não têm condições de recebê-los, o que faz com que muitos tenham de dormir nas ruas e se sujeitar a péssimas condições de vida.

1196) Os problemas se acentuam com sua permanência no país. A discriminação está presente em todos os ambientes que frequentam – trabalho, escolas, postos de saúde e um longo etc. Esta discriminação é reforçada institucionalmente pela dificuldade que encontram em legalizar seus documentos ou ter acesso a serviços ou bens que os cidadãos brasileiros legalmente podem ter acesso.

1197) Diante desta realidade se formou, com apoio da CSP-Conlutas, a USIH – União Social dos Imigrantes Haitianos, que tem como principal objetivo lutar pelos direitos dos(as) haitianos(as) que vivem no Brasil.

1198) Como está nos princípios da CSP-Conlutas, entendemos que a defesa dos direitos dos trabalhadores está acima de sua nacionalidade, gênero, raça ou orientação sexual. Hoje a comunidade haitiana está entre os setores mais explorados no interior da classe trabalhadora brasileira e é fundamental que a CSP-Conlutas apoie a luta da USIH e dos imigrantes haitianos por seus direitos.

1199) Neste sentido, propomos:

1200) - Que os sindicatos e movimentos sociais filiados à CSP-Conlutas impulsionem a luta em defesa dos direitos dos imigrantes haitianos no bojo da luta por direitos da classe trabalhadora brasileira. Os sindicatos e movimentos sociais que tiverem haitianos em suas bases devem dar especial atenção para o tema.

1201) - Que a CSP-Conlutas fortaleça a União Social dos Imigrantes Haitianos, dando condições materiais, jurídicas etc., sempre que possível, para que a USIH se estenda por todos os estados onde houver imigrantes haitianos.

1202) - Que a CSP-Conlutas inclua, em sua luta contra as opressões, a luta dos imigrantes haitianos por melhores condições de vida e contra a xenofobia, a opressão racial, de gênero e orientação social. As lutas contra a xenofobia e a opressão racial ganham especial relevo já que a quase totalidade dos haitianos imigrantes no Brasil é negra.

63. Pelo respeito à autonomia sindical e à decisão dos trabalhadores – Abaixo a interferência Estatal

Proponente: FNTIG (Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Gráfica)

1203) A Constituição Federal garante expressamente a liberdade de associação e veda a intervenção do poder público na organização sindical, bem como define pelo respeito às decisões tomadas pelos trabalhadores nas instâncias das entidades. É expresso ainda no inciso IV do artigo 8º CF/88 a liberdade para as assembleias gerais fixarem contribuições para as entidades, além de garantir o desconto das mesmas na folha de pagamento do trabalhador. Ressalta-se que a discussão sobre a situação financeira dos sindicatos, a proposição e aprovação de contribuições de forma direta, publicizada e democrática, além da garantia de oposição aos discordantes é a forma mais correta de sustentação das entidades, baseada na transparência e na compreensão dos trabalhadores que atendem ao clamor da sua entidade por entender seu papel e importância na sociedade.

1204) Ocorre que nenhum desses preceitos constitucionais tem sido respeitado pelo poder público, sendo crescente a intervenção dos órgãos governamentais – Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Superintendências e também do poder judiciário na organização sindical. Não é um acaso o sucateamento das Delegacias Regionais do Trabalho ou a imposição do Sistema Mediador pelo Ministério do Trabalho, isso é parte da Reforma Sindi-

cal e Trabalhista. São políticas, que aliadas ao forte ataque em relação às contribuições votadas pelas categorias, visam enfraquecer ou destruir os sindicatos para impor a retirada dos direitos trabalhistas sem reação do movimento organizado.

1205) A intervenção fere de morte o princípio da autonomia e liberdade de organização dos trabalhadores, além de desequilibrar ainda mais uma relação já extremamente desigual em que as organizações patronais gozam de recursos para todo tipo de ação, possuem assessores à disposição, demandam os órgãos públicos para suas pesquisas de mercado e têm fácil acesso a financiamentos para suas "inovações", que, via de regra, é sempre com o sentido de reduzir força de trabalho ou subsidiar ações políticas para redução de direitos e benefícios. Enquanto isso, as entidades são obrigadas a dependerem cada vez mais do imposto sindical, pois além da sindicalização ter reduzido brutalmente nos últimos anos, as contribuições votadas pelos trabalhadores são inviabilizadas pela ação pública.

1206) Chamamos a atenção para o fato de que as intervenções do poder público poderiam ser positivas no sentido de preservar e/ou ampliar direitos, fiscalizar a o ambiente de trabalho a fim de garantir a segurança e saúde do trabalhador, fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista e as contribuições a que se obrigam as empresas, a fim de garantir suporte financeiro ao governo para a execução de políticas públicas, ou ainda, contribuir para a solução positiva dos conflitos trabalhistas.

1207) No entanto, não é isso que se verifica no setor gráfico. Com raríssimas exceções à ação de algumas superintendências do trabalho na mediação de conflitos individuais e coletivos, ressalva expressa à SRT-MG, todas as demais ações do poder público tem sido no sentido de prejudicar e desmoralizar os sindicatos, ameaçando não somente a autonomia das entidades filiadas à FNTIG como a própria sobrevivência financeira das mesmas.

1208) STIG-MG, STIG-MT, STIG-Petrópolis e outros sindicatos filiados foram convocados nos últimos cinco anos pelo MPT (Ministério Público do Trabalho). O órgão alega ter sido motivado por denúncia anônima contra contribuições aprovadas nas assembleias, porém, em alguns locais, está bem clara a ação articulada com a patronal gráfica. Em Minas Gerais, por exemplo, uma funcionária da gráfica do vice presidente patronal no ano de 2011 correu várias empresas colhendo assinaturas em documento contra as contribuições discutidas e aprovadas nas assembleias.

1209) A postura do MPT é geralmente arbitrária e punitiva. As decisões dos procuradores, desconsiderando a autonomia dos sindicatos e a situação concreta em que foram apro-

Anotações

vadas as contribuições, geralmente no bojo das assembleias mais representativas das campanhas salariais, cumprindo todos os ritos exigidos pela lei e estatutos da entidade, simplesmente proíbem os descontos e ainda ameaçam as entidades de devolverem dinheiro, exigindo por fim que apresentem os instrumentos firmados com a patronal no ministério para que possam fiscalizar.

1210) Fruto disso, o STI-G-MG que teve sua base estadualizada em 2000 e que em 2003, graças à contribuição dos trabalhadores, já contava com quatro subsedes nas principais regiões do Estado (Uberaba, Montes Claros, Valadares e Pouso Alegre), além de contatos em várias outras cidades com forte atuação junto à categoria, hoje está reduzido a uma subsede e sem condições sequer de liberar seus dirigentes para a tarefa na capital. Do mesmo modo sofrem os sindicatos do Mato Grosso e todos os outros que em algum momento são impedidos de mobilizar a categoria para sustentar seus sindicatos.

1211) Diante dessa realidade e da grave dimensão que a intervenção pública tem tomado, podendo se agravar ainda mais caso não haja reação do movimento

1212) O 2º Congresso da CSP-Conlutas resolve:

1213) 1) pautar essa discussão a fim de nos ajudar a definir uma ação coletiva, que pode passar pela busca de interlocutores com visão mais avançada dentro dos órgãos públicos, que aceitem ou orientem os caminhos a seguir para fazer parar a intervenção e/ou dirigi-la no sentido de que os órgãos cumpram antes seu papel de fiscalizar e exigir das empresas o cumprimento das leis trabalhistas e de zelar pela livre organização dos trabalhadores;

1214) 2) Mapear e organizar uma reunião com outros setores/entidades filiadas à central que estejam passando pelo mesmo processo, para a discussão e adoção de outras medidas cabíveis a fim de se proteger as entidades e categorias da interferência estatal.

64. Sobre o Projeto da Anistia no Congresso da CSP-Conlutas

Proponentes: SINDMETAL-SJC e SINDPETRO-SE/AL

1215) Considerando que:

1- Os empresários no Brasil se utilizaram de perseguições, delações, elaboração de "listas sujas", demissões e torturas contra os trabalhadores brasileiros.

1216) 2- Essas ações foram comprovadas por centenas de documentos levantados na pesquisa do Grupo de Trabalho 13 "Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e Trabalhadoras e ao Movimento Sindical", contida no capítulo 22 do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

1217) 3- Muitos deles patrocinaram os aparatos de repressão, como o notório caso das relações da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) com a Operação Bandeirantes (OBAN).

1218) 4- Apesar de serem extensas as provas que fazem constatar essa participação direta e/ou indireta de empresas na repressão aos trabalhadores, a CNV fez a opção política de omitir essa questão entre suas recomendações, entregues à presidente Dilma Rousseff em 10 de dezembro de 2014.

1219) 5- A CNV, embora tenha responsabilizado os militares, que foram evidentemente os instrumentos da repressão aos trabalhadores e devam ser punidos por seus crimes, omitiu o papel dos empresários como organizadores do golpe civil-militar de 1964 para fins de reparação. Mesmo sendo os empresários beneficiários das medidas econômicas da ditadura, financiadores da estrutura de repressão e colaboradores ativos da repressão no cotidiano de combate à organização dos trabalhadores.

1220) 6- A postura da extinta CNV veio na mão contrária da batalha travada por centrais sindicais, sindicatos, comitês, comissões da verdade e outras entidades cujo objetivo é trazer a público a história acobertada sobre a relação íntima entre os órgãos de repressão e empresários durante a ditadura.

1221) 7- A repressão, o controle e a vigilância exercidos hoje sobre as lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais são herdeiros desse legado não reconhecido oficialmente pelas autoridades. A não responsabilização do empresariado pelo passado fortalece as injustiças contra os trabalhadores no presente.

1222) 8- Existe uma campanha permanente de empresários que apoiaram o Golpe Militar e de partidos de direita para extinção ou asfixiamento da Comissão de Anistia.

1223) 9- O governo Dilma ao invés de apoiar as reivindicações das entidades da classe trabalhadora que exigem Punição dos agentes de estado e empresários que sustentaram e se beneficiaram com o regime ditatorial e Reparação para as entidades, organizações e trabalhadores que sofreram na luta contra a ditadura, cede a pressão dos setores mais reacionários.

1224) 10- Para continuar a luta por verdade, justiça e reparação se formou o Fórum de Trabalhadores e Trabalhadoras por Verdade, Justiça e Reparação.

1225) O 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

1226) 1- Integrar-se ao Fórum de Trabalhadores e Trabalhadoras por Verdade, Justiça e Reparação, e promover suas atividades para dar continuidade ao trabalho das Comissões da Verdade das entidades de base, da CSP-Conlutas e das demais centrais sindicais, visando fortalecer suas manifestações.

1227) 2- Manifestar nossa insatisfação com a postura da extinta Comissão Nacional da Verdade de não acatar como recomendação formal à Presidência da República a responsabilização das empresas que colaboraram com a repressão no período da ditadura civil-militar.

1228) 3- Exigir dos órgãos governamentais e judiciais, a começar pelo Ministério da Justiça, a investigação, denúncia e punição dos empresários, bem como empresas privadas e estatais, que participaram material, financeira e ideologicamente para a estruturação e consolidação do golpe e do regime militar; instituir um fundo, mantido por meio de multas e punições pecuniárias provenientes de empresas públicas e privadas que patrocinaram o golpe e a ditadura subsequente, para a reparação dos danos causados aos trabalhadores, organizações sindicais e ao patrimônio público; elaborar política pública de resgate da memória de luta dos/as trabalhadores/as que garanta a reparação histórica, somando-se à reparação econômica, sob responsabilidade do Estado e das empresas envolvidas com a repressão.

1229) 4- Exigir a formação de um organismo em nível nacional para dar seguimento às ações que visem resgatar a memória e a verdade, assim como promover a justiça e a reparação às vítimas da repressão.

1230) 5- Realizar uma campanha nas bases das categorias participando das atividades, impulsionadas pelos

Anotações

anistiados e anistiandos políticos junto a Comissão Nacional de Anistia. Uma campanha com a realização de fóruns, debates, audiências públicas que possam fortalecer a política pela reparação.

1231) 6- Exigir do governo federal medidas que garantam a continuidade do processo de abertura dos arquivos referentes ao período da ditadura civil-militar brasileira.

1232) 7- Incentivar e promover, com apoio e participação das entidades representativas dos trabalhadores, o desenvolvimento de pesquisas sobre os arquivos do referido período.

65. Sobre a Comissão Nacional da Verdade

Proponente: SINDMETAL -SJC

1233) Considerando que:

1234) 1- Em 10 de dezembro de 2014, Dia Mundial dos Direitos Humanos, a CNV (Comissão Nacional da Verdade) apresentou seu relatório final, resultado de quase três anos de trabalhos.

1235) 2- Foram 1121 depoimentos, sendo 132 deles de agentes públicos. O documento lista responsáveis pela repressão política, além de 434 vítimas dos crimes cometidos.

1236) 3- O Grupo de Trabalho 13 "Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e Trabalhadoras e ao Movimento Sindical", do qual uma delegação da CSP-Conlutas fez parte, entregou à CNV um relatório com o resultado da pesquisa, que continham coleta de testemunhos e documentos sobre a perseguição e repressão aos trabalhadores e trabalhadoras durante o período ditatorial em todo o país. Este relatório apresenta as seguintes informações: a) Os trabalhadores e o movimento sindical constituíram o alvo primordial do golpe de Estado de 1964, das ações antecedentes dos golpistas e da ditadura a seguir imposta; b) O Golpe de 1964 e a ditadura subsequente decorreram de uma aliança civil-militar embasada em um projeto comum e numa ação articulada; c) A ditadura de 1964 criou um novo regime fabril; d) A articulação público-privada constituída no âmbito da ditadura de 1964 ampliou significativamente as formas de violência e repressão praticadas contra os trabalhadores; e) Na ditadura de 1964 empresas estatais tornaram-se laboratórios de monitoramento e repressão; f) Durante a ditadura de 1964 alterou-se a legislação econômica e trabalhista para viabilizar a superexploração dos trabalhadores e mais rápida da concentração de capital; g) Na esteira das violações de direitos mencionadas ocorreram as graves violações de direitos dos trabalhadores: prisões ilegais e arbitrárias, tortura, assassinatos, desaparecimento forçado, ocultação de cadáver; h) A classe trabalhadora foi vítima de torturas que resultaram em sequelas físicas e psicológicas insuperáveis; i) Tem-se notícia de muitas mortes e desaparecimentos forçados de trabalhadores, mas os números continuam inconclusivos.

1237) 4- Apesar de serem extensas as provas que fazem constatar a participação das empresas na sustentação da ditadura e na repressão aos trabalhadores, a CNV omitiu, para fins de reparação, o papel dos empresários como organizadores do golpe de 1964, beneficiários das medidas econômicas da ditadura, financiadores da estrutura de repressão e colaboradores ativos da repressão no cotidiano de combate à organização dos trabalhadores.

1238) 5- A Comissão Nacional da Verdade ignorou, em seu relatório final, uma série de documentos encontrados durante a investigação que podem alterar o entendimento de episódios da ditadura (1964-85). Como um conjunto de relatórios dos órgãos de inteligência das Forças Armadas que, entre outros assuntos, detalha ações de monitoramento contra militantes e as atividades dos infiltrados nas organizações de esquerda. São informes, transcrições de encontros e até recibos de pagamento que os militares faziam para registrar a coleta de informações. A prática foi crucial para a repressão dizimar as organizações de esquerda na

década de 1970.

1239) 6- Não há uma linha sobre os infiltrados nas conclusões da Comissão da Verdade –os documentos nem sequer foram mencionados.

1240) 7- A CNV recomendou a criação de um órgão público para dar seguimento aos trabalhos iniciados pelo colegiado, inclusive com investigações que possam identificar mais vítimas da ditadura militar.

1241) 8- O fato é que o relatório apresentado tem muitas limitações impostas pelo próprio governo, que formou uma comissão com poucos membros, pouca infraestrutura e pouco tempo para o trabalho.

1242) 9- A presidente Dilma Rousseff afirmou, no dia da entrega do relatório, que o documento elaborado ajuda o Brasil a "se reconciliar consigo mesmo". Destacou que é necessário "pacificar o país e evitar mágoas". Defendeu o respeito pelos "pactos políticos" feitos para viabilizar a "redemocratização", em referência à Lei de Anistia, demonstrando como seu governo pretende tratar os crimes cometidos na época da ditadura.

1243) 10- A impunidade e o esquecimento permitem que os aparatos de repressão do Estado continuem a massacrar nossa juventude, principalmente a negra e pobre da periferia, e que setores reacionários minoritários comecem a pedir a volta da ditadura militar.

1244) 11- Não há reconciliação entre torturado e torturador sem haver punição exemplar dos agentes do Estado que cometeram crimes tais como: sequestro, tortura e estupro.

1245) 12- Não pode haver reconciliação nacional entre os milhares de trabalhadores demitidos, presos e perseguidos por lutarem contra a ditadura e os órgãos do Estado, e as empresas capitalistas que tiveram grandes lucros com este regime, sem que estas sejam responsabilizadas e punidas pelo Estado.

1246) 13- Não pode haver reconciliação com impunidade. Pois esta é uma reconciliação dos cemitérios, onde os criminosos são anistiados e os que sofreram atrocidades permanecem com suas penas.

1247) O Congresso da CSP-Conlutas resolve:

1248) 1 - Manter uma campanha geral por Memória, Verdade e Justiça, com Punição e Reparação com as seguintes reivindicações:

1249) Punição exemplar para os torturadores da ditadura militar;

1250) a) Revogação da Lei de Anistia;

1251) b) Repúdio à atuação dos governos imperialistas na repressão do golpe de 1964;

1252) c) A expropriação das grandes empresas que patrocinaram e financiaram a ditadura;

1253) d) Formação de um Fundo para Reparação dos danos causados por elas durante a ditadura e cobertura dos danos aos trabalhadores e ao patrimônio público;

1254) e) Entulho da ditadura deve ser revogado;

Anotações

1255) f) Desmilitarização das polícias militares;

1256) g) Revogação da Lei de Segurança Nacional;

1257) h) Revogar leis que prejudicam os trabalhadores e beneficiam os patrões;

1258) i) Fim da Lei de Imprensa que privilegia as grandes corporações;

1259) j) Fim da legislação eleitoral da ditadura;

1260) k) Fim do "Antigo Regimento" na Universidade (Regimento Disciplinar);

1261) 2 - A partir do relatório apresentado, fazer um chamado a todos os movimentos sociais, entidades de Direitos Humanos, entidades da classe trabalhadora e seus partidos políticos para exigir a apuração completa, punição exemplar dos financiadores, patrocinadores e agentes da repressão e a reparação de todos os danos causados durante a ditadura.

66. Organização Política e Sindical

Proponente: diretoria do SINTRAJUD-SP

1262) Pela democratização do Judiciário;

1263) Em apoio à aposentadoria especial dos agentes de segurança e oficiais de justiça;

1264) Pela aprovação da PEC 555;

1265) Pela aprovação da PEC 270 (aposentadoria por invalidez);

1266) Anulação da Reforma da Previdência;

1267) Data-base;

1268) Negociação coletiva;

1269) Contra a Funspresp;

1270) Respeito à convenção 151 OIT.

67. Construção de assembleias populares

1271) Construir assembleias populares em nível municipal, independentes do Estado e dos governos, constituídas por associações de moradores, sindicatos, partidos comprometidos com as lutas dos trabalhadores, e movimentos sociais e populares, para organizar de forma direta a luta por moradia, transporte, infraestrutura básica, meio ambiente, saúde, educação, abastecimento de água, e contra o aumento dos preços dos alimentos e da energia elétrica.

ASSINANTES:

1272) Militantes do CEDS - Centro de Estudos e Debates Socialistas e independentes - Anabel Cogo, Anderson Gonçalves, Arine Cougo, Carmen Padilha, Carmen Trindade, Carolina Hugo, Claci Hahn, Clovis Oliveira, Eliane da Silva, Ernani Cibeira, Fernando Borges, Gilson dos Santos, Gustavo Fisch, Inez Wunsch, Ione Mandelli, Ione Torres, Jussara Jayme, Jorge Xavier, Joselaine Mendonça, Maria do Carmo Machado, Maria Goreti da Costa, Maria Helena Gallina, Maria José da Silva, Maria Luisa Feil, Marlene Trindade, Márys Saldanha, Rosa Ângela dos Reis, Rose Sortica, Silvana Moraes, Solange Correa, Tamyres Filgueira e Tania Gonçalves, que atuam nas entidades do RS (Oposição do CPERS/Sindicato, Fórum Magister de Aposentados do CPERS/Sindicato, Sindicato dos Municipários de Porto Alegre/SIMPA, Associação dos Trab. em Educação do Município de Porto Alegre/ATEMPA, Sindicato dos Servidores do Detran/SINDET/RS, Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição/ASERGHC, Oposição SINDISAÚDE/RS, Oposição Rodoviária de Porto Alegre).

BALANÇO

68. Balanço político e de atividades da CSP-Conlutas

1273) Há três anos, no final de abril de 2012, realizávamos o Congresso da CSP-Conlutas, que adotou importantes resoluções e orientações para a intervenção da Central. O Congresso se encerrou com um ato público em São Paulo, por ocasião do 1.º de maio, com presença de organizações e convidados internacionais.

1274) Reivindicamos as resoluções do Congresso, na medida em que prepararam a nossa Central para os enfrentamentos com os patrões e os

governos, numa conjuntura, naquele momento, de apoio majoritário dos trabalhadores ao governo federal encabeçado pelo PT.

1275) As resoluções balizaram a intervenção da Central na importante campanha que realizamos, de imediato, contra o Acordo Coletivo Especial (ACE). A campanha contra o ACE possibilitou uma unidade política que levou, ao final, à derrota da proposta da CUT, que abria caminho para a flexibilização de direitos trabalhistas. Possibilitou ainda o fortalecimento do Espaço de Unidade de Ação, com a realização de inúmeras reuniões e um seminário nacional em Brasília, a edição de milhares de jornais e todo esse movimento desembocou numa grande marcha em Brasília no dia 24 de abril de 2013, com 25 mil participantes, que prenunciava um novo momento entre os trabalhadores brasileiros, que se confirmaria com as jornadas de junho e julho de 2013.

1276) O Congresso armou a Central para intervir nas lutas contra os efeitos da Copa e da Olimpíada no Brasil, num primeiro momento centrada no tema das remoções forçadas das comunidades, para, em seguida, ser tomada como uma grande campanha que teve no Encontro "Na Copa vai ter luta" realizado em março de 2014 um dos momentos mais importantes. Também para a realização dessa campanha desenvolvemos uma ampla unidade, a partir do Espaço de Unidade de Ação, mas que alcançou outras organizações como os Comitês Populares da Copa e o Jubileu Sul.

1277) No âmbito dessa resolução não teremos como desenvolver e comentar toda a intervenção da Central nesse período, mas afirmamos que a CSP-Conlutas se desenvolveu e se consolidou como o polo mais importante da resistência e da reorganização sindical e popular, pela esquerda, em nosso país. É ainda uma central minoritária, mas teve avanços políticos e organizativos importantes nesse período.

1278) A Central esteve presente em praticamente todas as lutas mais importantes, em inúmeras greves operárias, do setor da construção civil, da educação básica, na greve nacional do funcionalismo público federal, dos trabalhadores da USP, nas lutas contra as demissões na GM, em São José dos Campos, e em outros setores, nas greves dos setores de transporte, dentre elas a dos metroviários de São Paulo, dos trabalhadores da limpeza urbana, dos petroleiros contra o leilão de Libra, dentre outras. Fomos parte e apoiamos inúmeras ocupações, mobilizações estudantis, as lutas por diversas demandas como a falta d'água e a redução das tarifas de transporte. Estivemos, desde o início, nas lutas contra o reajuste da passagem e pelo passe livre, nas jornadas de junho de 2013 e nas paralisações de julho e agosto. A política

Anotações

desenvolvida pela Central, de exigência e chamado à unidade, foi importante para impor uma unidade de ação ampla com as demais centrais, que culminou em dois ensaios de greve geral, nos dias 11 de julho e 30 de agosto de 2013.

1279) Atuamos em campanhas políticas contra a criminalização das lutas e dos ativistas, a violência nas periferias, os assassinatos de Amarildo, Cláudia e outros companheiros, indígenas e quilombolas. Atuamos no resgate da memória, da verdade e da justiça por ocasião dos 50 anos da ditadura.

1280) Fomos parte da campanha pelos 10% do PIB para a Educação Pública Já, do plebiscito nacional e do Encontro Nacional da Educação. E, ainda, das lutas em defesa da previdência, dos aposentados e contra o fator previdenciário; contra a flexibilização trabalhista (campanhas do ACE - Acordo Coletivo Especial-, contra o PL 4330 e o PPE).

1281) A Central também desenvolveu inúmeras campanhas de cunho internacionalista, em apoio à revolução síria, em defesa do direito de autodeterminação do povo palestino, pela retirada das tropas brasileiras do Haiti, dentre outras. Estivemos presentes em diversos encontros e levamos nosso apoio a diversos processos de luta e de organização em outros países. Na luta pela conformação de um polo alternativo no sindicalismo internacional, fomos parte da criação da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, no encontro realizado em março de 2013 em Saint Denny na França, ao qual comparecemos com uma delegação de 45 brasileiros e brasileiras. O Encontro Internacional do Sindicalismo Alternativo reuniu cerca de 250 pessoas, representando 34 países e regiões que lutam por sua autodeterminação, da Europa, das Américas, África, Ásia e Oriente Médio. A Central cumpriu papel decisivo na criação da associação dos imigrantes haitianos.

1282) A Central colaborou no fortalecimento de novas ferramentas de organização e de combate às opressões, como a Anel, o MML, Quilombo Raça e Classe, Luta Popular e o Setorial LGBT, apoiando as reuniões, plenárias e encontros nacionais, iniciativas políticas como as "marchas da periferia", campanhas contra a criminalização, "Fora Feliciano", kit anti-homofobia, contra o assédio às mulheres no metrô, 1% do PIB para o combate à violência, "Salário igual para trabalho igual", campanha por creches, pela extensão da licença maternidade, as ocupações urbanas Esperança (Osasco-SP) e Willian Rosa (Contagem-MG), ocupações de reitorias e câmaras municipais pelos estudantes, dentre outras. Por isso afirmamos que é um acerto político estratégico a construção da CSP-Conlutas com o caráter que ela tem: sindical e popular, com a presença organizada da juventude e dos movimentos de luta contra a opressão.

A luta consciente pela construção da Central como polo de aglutinação amplo

1283) Consideramos a crise aberta no CONCLAT de 2010 superada. Hoje estão bastante evidentes para todos que acompanharam esse processo o comportamento de cada uma das correntes envolvidas e sua real disposição de construção de um organismo de frente única e fortalecimento da unidade da classe trabalhadora. A intervenção comum na luta de classes e o desenvolvimento da situação política em nosso país possibilitaram a que vários setores que se retiraram do CONCLAT, em 2010, hoje estejam compondo a CSP-Conlutas.

1284) Ainda estão de fora alguns setores e com eles temos buscado construir alianças no movimento e no Espaço de Unidade de Ação. A nossa disposição de unidade permanece, mas é necessário reconhecer que parte desses setores hoje privilegia uma ação permanente com as direções da CUT, UNE e MST, ainda que isso implique em não criticar medidas de ajuste do governo federal, como ocorreu no 1º de Maio em São Paulo.

1285) De outra parte, o questionamento às políticas do governo Dilma e aos governos petistas nos estados segue gerando insatisfações e questionamento ao papel das direções sindicais, estudantis

e populares governistas, gerando deslocamentos importantes na base e na direção de entidades. São exemplos a Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo) que se desfiliou da CUT e apontou a vinda para a CSP-Conlutas, CPERS (Centro dos Professores do Estado do RS) que também se desfiliou da CUT, além de um amplo processo de ruptura e reorganização de sindicatos no campo, entre agricultores familiares e assalariados rurais, na base da Contag, das Fetrafs (federações de agricultura familiar) e do MST. Foi importante a Central ter identificado esses processos e ter procurado dialogar com os distintos setores que daí se organizaram na luta contra as burocracias sindicais e o governismo.

1286) 2015 não tem sido diferente. O ano se iniciou com intensa atividade política. O Espaço de Unidade de Ação votou uma campanha política com o mote "os trabalhadores não aceitam pagar a conta da crise". Realizamos a primeira reunião da Coordenação Nacional da Central e votamos uma série de orientações.

1287) A unidade de ação alcançada com as demais centrais no dia de paralisação de 15 de abril e a perspectiva para o dia 29 de maio são importantes vitórias de nossa Central, que colocou a mobilização da classe como o elemento decisivo na luta contra a terceirização e o ajuste fiscal, desde o início. Também nas greves em defesa do emprego e em diversas mobilizações populares a CSP-Conlutas tem estado presente.

A CSP-Conlutas frente ao novo momento político

1288) Os avanços que identificamos na intervenção da Central não nos fazem crer que nossa tarefa esteja cumprida. Ao contrário, estamos chamados a um desafio maior na conjuntura de polarização aberta no país.

1289) A Central pode e deve seguir cumprindo um papel protagonista na luta pela unidade dos setores combativos numa mesma organização, de caráter sindical e popular, de luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, estando aberta a fusões com outros setores e a incorporação de novas entidades. O funcionamento adotado por nossa Central, nesse sentido, ajuda muito, pois possibilita a incorporação imediata das novas entidades diretamente às coordenações nos estados e à Coordenação Nacional. Devemos seguir apostando na unidade com setores que, a partir do questionamento às políticas patronais e dos governos, se dispuserem à construção da unidade da luta e avancem na disposição de construir organicamente a Central.

1290) Para isso precisamos superar debilidades, em particular o funcionamento deficiente da Central em muitos estados. A organização das coordenações estaduais e, a partir daí, de suas secretarias, é um

Anotações

desafio que exige o esforço de todos e todas, mas em particular das maiores entidades sindicais, que contam com mais recursos, liberação de dirigentes, melhores condições políticas e materiais para investir no fortalecimento da Central. Isso significa ter pessoas liberadas e com centro na condução das atividades da Central, sedes que possam ser referência para os movimentos, novas oposições sindicais e os lutadores em geral, ou seja, a Central como referência de organização para toda uma nova vanguarda que surge das lutas.

1291) Outro aspecto é fortalecer a intervenção da Central no movimento operário. A Central avançou junto a esse segmento da classe trabalhadora, mas, pela dimensão estratégica que cumpre a classe operária na luta pela transformação da sociedade, por todo o ascenso que vivenciamos pelo menos desde meados de 2011, com a eclosão das greves nas grandes obras do PAC, precisamos tomar essa tarefa com centralidade.

1292) O investimento na organização de base é outra tarefa muito importante, que tem-se demonstrado acertada nas iniciativas que conseguimos empalmar, desde as rebeliões de base contra as burocracias sindicais, a organização de oposições, a disputa das CIPAS, comissões internas e outras formas de organização desde os locais de trabalho e nos bairros operários.

Um funcionamento coerente com a concepção de organização da Central

1293) A experiência inovadora da construção da CSP-Conlutas deve ser reafirmada nesse Congresso. De um lado, seu caráter, sindical e popular e a presença da juventude aliada à classe trabalhadora, a dimensão do trabalho amplo na classe, a luta contra as opressões e o internacionalismo. De outro, o papel protagonista das entidades filiadas na condução da Central. Reivindicamos o atual funcionamento, com a eleição das secretarias pelas coordenações, compostas pelas entidades filiadas. Esse modelo deve ser mantido e aprimorado. Os congressos regulares, as coordenações nacionais a cada dois meses, a Secretaria Executiva Nacional que se reúne quinzenalmente, são conquistas que devemos reivindicar.

1294) Esse funcionamento tem ajudado, e muito, na construção de políticas e resoluções que contam com o respaldo da ampla maioria, em particular nas coordenações nacionais, e uma secretaria executiva que, em pouquíssimos casos, teve que tomar alguma decisão política conflitante. Essas conquistas não são modelos, pois temos deficiências importantes a corrigir, como por exemplo, a questão do financiamento para participar dessas instâncias, as Secretarias Executivas e Coordenações, que dependem do financiamento das entidades. Houve tentativas de debater esse tema, mas que não avançaram no Congresso passado.

1295) A incorporação de novas entidades e novos setores políticos, na medida de suas representações, nas instâncias estaduais e nacional da Central, é outro desafio importante. Isso implica consolidar as relações, as filiações das entidades, a contribuição política e também financeira regular com a Central.

1296) Entendemos que a disputa política, entre os vários setores e organizações que constroem a Central, é algo salutar, parte da democracia interna e da pluralidade que marca a Central, desde o seu início. Por termos essa compreensão, valorizamos muito o papel das correntes e grupos políticos organizados.

1297) No entanto, o papel das correntes não pode ser o de substituir as instâncias regulares, o papel e o protagonismo das entidades filiadas. Tomando esse congresso, com o qual estamos fazendo uma experiência inovadora, de apresentação de propostas de resoluções pelas entidades filiadas, consideramos que já tivemos algumas vitórias, como a realização de congressos, plenárias e conselhos de entidades que votaram as contribuições políticas ao Congresso, assembleias representativas que debateram propostas, agrupamentos de base que se reuniram para apresentar suas opiniões, reuniões em comunidades quilombolas, ocupações urbanas e rurais,

assentamentos etc.

1298) Trata-se de mais uma experiência que deverá ser avaliada e, se contribuir para o avanço da organização da Central, seu enraizamento na base e uma maior participação dos trabalhadores e das entidades, ser aprimorada e incorporada ao nosso funcionamento.

ASSINANTES:

1299) Membros da Secretaria Executiva Nacional: Altino Prazeres, Atnágoras Lopes, Clarckson Araújo, Conceição de Oliveira, Eliana Lacerda, Gilberto "Giba" Gomes, Gualberto Tinoco "Pitéu", Helena Silvestre, Janaína Oliveira, Joaninha de Oliveira, José Batista Neto, José Maria de Almeida, Julio Cesar Condaque, Luis Carlos Prates "Mancha", Mauro Puerro, Paulo Barela, Saulo Arcangelli, Sebastião Carlos "Cacau" Pereira, Silvia Ferraro e Wilson Ribeiro.

69. Resolução sobre o balanço da atuação da direção desde o último Congresso: paralisia da Central, falta de iniciativa política

Proponente: SEEB-RN

1300) A direção da CSP-Conlutas no último período não se mostrou à altura do desafio de construir uma alternativa de organização para os trabalhadores, capaz de intervir no cenário político com uma plataforma classista, independente e combativa, rompendo a polarização entre o PT e a oposição burguesa. E a falta dessa alternativa não se dá num momento de refluxo total e paralisia dos trabalhadores (em que também seria errada), mas ao contrário, num momento de aumento das lutas, greves e manifestações.

1301) Uma nova vanguarda de trabalhadores e jovens está se colocando em luta contra a precarização dos serviços públicos e das condições de trabalho em diversas categorias. Mas ao invés de se sintonizar com essa nova vanguarda, a CSP-Conlutas priorizou atividades conjuntas com a burocracia cutista e governista. Isso ficou patente logo após as jornadas de junho de 2013, em que a juventude estava massivamente nas ruas, mas a CSP-Conlutas esteve ao lado da burocracia nos vexatórios atos de 11 de julho e 30 de agosto, em atividades sem nenhum conteúdo de luta e recheadas por figurantes pagos pela burocracia. Além disso, num momento em que a entrada das categorias organizadas seria decisiva, não teve a capacidade de trazer suas bases para as ruas.

1302) O bonde da História passa poucas vezes, e no último período existiram diversos momentos onde o clima político do Brasil estava favorável

Anotações

a que iniciativas mais ousadas colocassem a esquerda combativa no protagonismo da luta de classes. Perdemos a chance de disputar a consciência da classe trabalhadora para a necessidade de uma greve geral para derrotar os projetos do governo. Essas condições vêm amadurecendo desde 2012, quando se deu a greve dos servidores públicos federais. De lá para cá, as lutas só aumentaram em número e qualidade.

1303) A central não teve iniciativa política para se colocar no centro do debate político, apresentando uma linha de oposição ao governo pela esquerda. Perdeu-se a oportunidade de construir um processo unitário de lutas com forças como MPL ou MTST, setores que encabeçaram processos de luta direta, em especial no 1º semestre de 2014, em nome da unidade superestrutural com as forças quem compõem o Espaço de Unidade de Ação, que não produziu nenhum iniciativa de fato capaz de colocar os trabalhadores como protagonistas na cena política. Foi em parte pela ausência de uma esquerda combativa e marcadamente antigovernista que a oposição ao governo foi monopolizada à direita pelos setores conservadores, o que acabou se refletindo nas eleições de 2014 e no atual momento político do país.

1304) Ressaltamos ainda as falhas e debilidades organizativas, a falta de materiais para panfletagens e atividades de massa, a falta de um investimento em novas tecnologias de comunicação, vídeos, facebook, whatsapp, etc., que permitam aumentar o alcance das políticas da central entre os trabalhadores e a juventude.

1305) Não podemos permitir que o mesmo aconteça no caso da luta pelo controle da água nos estados e regiões afetados pela seca e pela falta de investimentos, como São Paulo. A CSP-Conlutas precisa se colocar na ofensiva de uma campanha que exija a reestatização das empresas distribuidoras sob controle dos trabalhadores e usuários, e que a distribuição da água tenha como princípios a prioridade para o consumo humano, e não das empresas, bem como cotas proporcionais per capita para cada bairro. É preciso enfrentar a campanha do governo do Estado e da mídia de que a culpa pela falta d'água é do consumidor individual, e mostrar que a indústria e o agronegócio são os maiores responsáveis. É preciso ter iniciativa política para se colocar na dianteira da luta contra os problemas que afetam nossa classe.

1306) No terreno da luta de classes, a CSP-Conlutas não tem estado à altura do desafio colocado pela conjuntura de arrocho e ataques sobre os trabalhadores. As lutas tem sido travadas de forma atomizada, em cada categoria e em cada empresa. Nenhuma direção pode ser responsabilizada diretamente pela vitória ou derrota numa luta, mas pode ser responsabilizada por colocar ou não as propostas mais avançadas para a luta. As formas de luta devem buscar interferir no processo de produção e circulação do capital – única forma de causar impacto – com greves, paralisações, passeatas, bloqueios, greves gerais com ações de rua, etc. As marchas e atos devem ser vistos como preparação para ações maiores e mais fortes e não como fim em si, como têm sido. Mas para isso, é preciso que haja um trabalho político permanente, sobre a base das categorias, para que a classe responda positivamente às propostas de luta nos momentos mais agudos.

1307) As demissões tem que ser tratadas como um problema global, um problema que afeta o conjunto da classe, e não apenas por meio de enfrentamentos locais, empresa por empresa. É preciso uma ampla campanha nacional contra as demissões, que envolva não apenas os trabalhadores de determinada categoria ou empresa momentaneamente atacadas, mas que dialogue com o conjunto dos trabalhadores. É preciso realizar campanhas massivas contrapondo a defesa dos nossos empregos à continuidade dos lucros dos patrões. As lutas e organizações sindicais devem transcender os limites das bandeiras específicas, sob pena de não conseguirem mais sequer manter as conquistas que ainda restam.

1308) As bandeiras de luta

devem ser cada vez mais gerais, extrapolando os limites de fábricas, categorias e ramos produtivos, por exemplo: redução da jornada de trabalho para 30 h sem redução dos salários e carteira assinada para todos os trabalhadores, índice unificado de reajuste salarial, aumento do salário mínimo, etc.

1309) As demissões são parte de uma tendência histórica do modo de produção capitalista que enfrenta uma crise estrutural, que não lhe permite mais fazer concessões duradouras aos trabalhadores. Antes, ao contrário, exige reverter as conquistas do passado. Para enfrentar esse cenário, as direções sindicais precisam resgatar uma perspectiva anticapitalista, atacando diretamente o lucro das empresas, defendendo a redução da jornada sem redução de salário, a encampação sob controle dos trabalhadores das empresas que demitirem, a abertura das planilhas das empresas, etc., para politizar e elevar o debate.

1310) Cada luta sindical deve tornar-se também uma luta política no sentido de apresentar para o conjunto da classe trabalhadora a necessidade da ruptura com a lógica do lucro e com o Estado burguês e a necessidade de outro tipo de poder e de sociedade em que sejam os trabalhadores e demais explorados que decidam seus rumos. Enquanto permanecermos nos marcos da continuidade do sistema existente e da lógica dos lucros, os trabalhadores somente acumularão derrotas, como no caso da GM.

70. Resolução de Balanço

1311) O 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas será realizado numa conjuntura de agravamento da crise econômica, social, ambiental e política no Brasil.

1312) Os que subscrevem esta resolução não têm dúvida de que a CSP-Conlutas é o polo mais avançado do processo de reorganização da classe trabalhadora brasileira e do papel que deve cumprir no próximo período.

1313) Sendo assim, neste balanço levantamos alguns pontos para serem debatidos, pois acreditamos que o congresso de uma entidade tem sempre o objetivo de valorizar os acertos, mas também de "acertar o passo" para atuar cada vez melhor.

A política de unidade da Central

1314) Começaríamos afirmando que as jornadas de junho de 2013 causaram uma reviravolta na conjuntura do país. Mesmo assim, devemos reconhecer que nenhum setor organizado da esquerda combativa conseguiu prever e atuar de forma mais consequente naquele momento.

1315) Mesmo a CSP-Conlutas, apesar de ter certo protagonismo, não esteve à altu-

Anotações

ra dos desafios colocados na conjuntura. Isto ocorreu pela sua fragilidade, mas também por não conseguir ter uma elaboração mais coletiva e plural nas suas instâncias.

1316) A seguir colocaremos alguns elementos que podem ajudar nesta reflexão:

O Espaço de Unidade de Ação

1317) Em 2014, no centro, estavam as mobilizações contra as consequências da Copa do Mundo no país. Chegamos a realizar um Encontro Nacional tardio e restrito às entidades e movimentos sociais desse espaço. O mesmo, apesar de ter uma presença significativa de entidades e movimentos sociais, não teve capacidade para implementar um calendário de lutas adequado.

1318) Sendo assim, as manifestações contra a Copa do Mundo ficaram aquém do necessário, o movimento continuou atuando de forma fragmentada, sendo que as lutas mais importantes foram organizadas principalmente pelo MTST.

1319) Precisamos nos perguntar quais são os reais motivos pelos quais, nem mesmo os que estão fora do campo do governismo, se sentem atraídos por este espaço. É certo que as organizações que se retiraram do CONCLAT ou saíram da CSP-Conlutas, após a realização do mesmo, estejam reticentes para fazer unidade conosco.

1320) Mas não é só isso, para que a unidade realmente aconteça, precisamos reconstituir as relações, aprofundar a democracia para que todos se sintam parte do processo, pois é preciso entender que os que não militam na nossa organização estão, assim como nós, procurando fortalecer o seu espaço.

1321) A crise política do Brasil, aliada a uma profunda crise econômica, que tem piorado a vida dos trabalhadores, coloca em xeque a direção política e também as organizações da classe. CUT, CTB, MST e outras tantas têm sido questionadas por suas bases.

1322) Isto fará com que setores mais consequentes da vanguarda tenham disposição para contribuir no processo de reorganização da nossa classe, por isso precisamos estar abertos e à altura desse desafio. Caso contrário, estaremos perdendo uma grande oportunidade para fazer crescer e fortalecer a nossa central.

Mesa de conjuntura

1322) Dentro desta perspectiva, foi correta a defesa feita por nós, na última Coordenação Nacional, sobre a importância de termos uma mesa sobre conjuntura internacional e nacional neste Congresso. Esta mesa se faz necessária para termos a oportunidade de aprofundarmos o debate sobre a situação bastante complexa que estamos vivendo no país.

As teses

1323) Assim, também era correto que o nosso Congresso tivesse sido organizado por teses, para que pudéssemos eleger os delegados através de um debate global sobre a conjuntura, balanço da central e tarefas colocadas para o próximo período. Isto possibilitaria uma armação mais consistente da base dos nossos sindicatos e facilitaria que o Congresso fizesse uma melhor síntese da elaboração coletiva das diversas forças políticas que dirigem a base da nossa central.

1324) Achamos importante colocarmos estas questões para exemplificarmos, através de fatos, o quanto é difícil atuar em uma organização que tem uma direção hegemônica, até porque esta, quando questionada na sua política ou método, alimenta na base o discurso dos sacrifícios que faz e o quanto os demais não têm compromisso com o fortalecimento da mesma.

Nossos problemas internos

1325) A Central não surgiu fruto de um grande ascenso, mas sim de uma pequena ruptura da CUT, por isso seu crescimento tem sido bastante lento e muito difícil.

1326) Aliado a isto, outras iniciativas de reorganização, por certo ainda menores que a CSP-Conlutas, disputam o mesmo espaço. Neste sentido, a postura hegemonista e, muitas vezes, autoproclamatória da direção tem contribuído para que as correntes políticas e as entidades não vejam a nossa central como um espaço

democrático e plural.

1327) A CSP-Conlutas não é um projeto acabado, pois, para que possa realmente se constituir num poderoso instrumento, capaz de fazer frente às necessidades da nossa classe, ela precisa se desenvolver, não apenas com a clareza do programa que defende, mas também de forma plural, preservando a democracia operária e fortalecendo as suas instâncias.

As instâncias e o funcionamento da Central

1328) A estrutura, aparentemente, é bastante democrática, pois a Coordenação Nacional é a direção. Os sindicatos e os movimentos indicam a representação para as reuniões e elegem a SEN (Secretaria Executiva Nacional).

1329) Na prática, não é assim que tem funcionado, basta ver que as atas que indicam as representações são apenas protocolares, quem participa da reunião da coordenação, com raras exceções, são as direções e aqueles que as correntes políticas conseguem financiar.

1330) Aliás, um organismo de direção que não tem condições de garantir política e financeiramente a sua representação precisa ser questionado quanto a sua democracia e a verdadeira representatividade. Principalmente porque o número de sindicatos filiados é pequeno e as oposições que representam as possibilidades concretas de crescimento da central ficam limitadas à capacidade das correntes políticas que as dirigem.

1331) Quanto à SEN, que, em tese, seria apenas uma executiva, na verdade é quem responde politicamente pela Central. Sendo que, é neste organismo que se expressa mais o hegemonismo da corrente majoritária. A composição se confunde entre profissionais, que são fundamentais para o funcionamento, mas que, em alguns casos, têm pouca, ou nenhuma representação na base das categorias.

1332) Assinalamos estas questões porque, de maneira consequente, queremos debater aquilo que, de forma recorrente, ouvimos falar na base das entidades e também nas correntes políticas.

1333) O fato de propagandearmos que a nossa Central se constituiu a partir de uma nova concepção e estrutura não é o suficiente para que seja capaz de atrair cada vez mais sindicatos, movimentos, etc.

1334) Não eleger a direção em Congresso não tem significado que a base tenha mais controle, também não tem garantido que a nossa central consiga ser um exemplo do exercício da democracia operária.

1335) Além disso, temos que levantar outro problema grave que existe na SEN: ela está funcionando com uma composição majoritariamente masculina. Até podemos dizer que isto é responsabilidades das entidades filiadas à Central, mas e a direção da Central, que política tem para resolver

Anotações

este grave problema?

As eleições sindicais

1336) Não existe por parte da direção majoritária da entidade nenhum interesse em tentar construir a unidade interna para disputar as eleições nos sindicatos, chega ao ponto de fechar acordos com setores de fora da Central, antes mesmo de discutir com aqueles que constroem a Central no dia a dia. Vale lembrar dois exemplos recentes: a última eleição do CPERS e também as imposições que foram feitas em relação às eleições dos metalúrgicos de Itajubá.

Diante destas constatações, defendemos que o 2º Congresso deve deliberar que:

1337) 1. Será uma das prioridades construir a necessária unidade com aqueles setores que se dispõem, de fato, a organizar os trabalhadores e as trabalhadoras, os lutadores e as lutadoras sociais, para enfrentar os governos e a burguesia nacional e internacional e seus instrumentos de dominação;

1338) 2. A eleição da SEN, que deverá ocorrer em agosto, tenha garantido um regulamento que permita uma ampla discussão na base das entidades sobre o processo e os critérios claros de representação, bem como a garantia financeira da participação dos seus membros.

1339) 3. Até o próximo congresso se debata, nos sindicatos, nas oposições , nos movimentos e também na CN a estrutura da central, proporcionando assim aos militantes a oportunidade de se posicionarem, reafirmando ou propondo alterações à mesma.

ASSINANTES:

1340) Bloco de Resistência Socialista – Sindical e Popular (BRS, o que inclui as correntes políticas LSR – Liberdade, Socialismo e Revolução, GAS – Grupo de Ação Socialista e RS – Reage Socialista)

1341) Miguel Leme Executiva Nacional da CSP-Conlutas e da Oposição Apeoesp/SP | Sônia Godeiro Oposição do Sindsaúde/RN | José Wilson Oposição do Sindsaúde/RN |

1342) Joaquim Aristeu da Silva (Boca), Executiva Estadual da CSP-Conlutas de São Paulo | Jane Barros Executiva Nacional do Movimento Mulheres em Luta (MML) | Marzeni Pereira Oposição Sintaema/SP | Luciano Barbosa Sepe/RJ | Jorge Antonio dos Santos Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Itaúna/MG e membro da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais | Alexandre Marques Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Itajubá/MG e da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais | Cleuza Borges Presidente do Sindicato da Saúde de Itajubá/MG e Região | Dimitri Silveira Oposição Sinpeem/SP | Vinícius Prado Oposição APP/PR | Fábio Arruda Sinsprev/SP.

1343) Avançar na Luta: APS/ CSP-Conlutas

1344) Carlos Roberto dos Santos FENASPS e Oposição Sindprev/DF | Cleuza Nascimento FENASPS e Sintsprev/MG | Edson Bomfim SINTESES e Movimento Negro | Evilasio Lacerda Oposição Sindicato da Educação Paraíba | Gesa Linhares Corrêa SEPE/RJ | Lídia de Jesus FENASPS e Oposição SINDPREV/BA | Lujan Maria Bacelar de Miranda SINTESES/SINTE-PI | Marcio Freitas FENASPS e Sindsprev/RN | Moacir Lopes FENASPS e Sindprevs/PR | Roseli Aparecida de Lima Oposição Sindicato Alimentação de Cascavel | Sebastião de Oliveira FENASPS e Sindprevs/PR | Willian Aguiar Martins/ SINDPREV/ES.

1345) Movimento Esquerda Socialista (MES)

1346) Mauricio Costa Carvalho Oposição APEOESP | Bruno Magalhães Movimento Nós da Sul | Adriana Guimarães Direção ASERGHC | Antonio Neto Oposição CPERS | Mauricio Barreto Oposição Rodoviários Porto Alegre | Edson Nascimento Lima Fasubra | João Maria dos Santos OposiçãoSintest/RN | Juliana Selbach Oposição Bancária Brasília | Thais Coutinho SEPE RJ | Rigler Aragão SINDUNIFESSPA - ANDES.

1347) Alicerce

1348) José Campos Secretaria Executiva Estadual RS CSP CONLUTAS FENASPS | Hélio de Jesus FENASPS | Rogério Marzola FASUBRA | David Lobão SINASEFE | Fabiano Faria SINASEFE | Jorge Patricio SINDISPREV-RS |Jorge Moreira SIN-

DISPREV- RS | Shin Nishimura Oposição CPERS/Sindicato | Jorge Maia SEPE RJ | Wiria Alcântara SEPE RJ | Geovano Santos SEPE RJ | Tzusy Estivalet - MUNICIPÁRIA POA/RS.

1349) Construção Socialista (CS)

1350) Neida Oliveira Secretaria Executiva Nacional da CSP CONLUTAS - Oposição do CPERS/Sindicato | Danilo Serafim Secretaria Executiva Nacional CSP CONLUTAS Direção SEPE RJ | Érico Corrêa Secretaria Executiva Estadual RS CSP CONLUTAS – Presidente SINDICAIXA-RS | Francelina Fragoso SEPE RJ –Petrópolis | Valdir Vicente SEPE RJ – Nova Iguaçu | Telma Luzemi Direção SEPE RJ | Jaqueline Leopoldo SEPE RJ - Valença | Mari Andreia Andrade Oposição CPERS/Sindiato | Tere Bulé Diretora Geral 38º Núcleo CPERS/Porto Alegre | Vivian Zamboni – Diretora Geral 42º Núcleo CPERS/ Camaquã – Lucas Bitencourt ANEL | Ludmilla Fagundes Secretaria Executiva Estadual RS CSP CONLUTAS ANEL | Luiz Henrique Chagas Secretaria Executiva Estadual RS CSP CONLUTAS Presidente SINDIMETRÔ RS Direção da FENAMETRO | Alessandro Batista Diretor SINDIMETRÔ RS | Miguel Chagas Secretario Geral SINDICAIXA RS.

71. Democracia interna na CSP-Conlutas

1351) A Conspiração Socialista é uma corrente sindical com militantes que atuam nos sindicatos de educação em São Paulo, especificamente na APEOESP (Oposição Alternativa), na oposição do SINPEEM, e no Sinpro Guarulhos.

1352) O CEDS - Centro de Estudos e Debates Socialistas é um grupo político do Rio Grande do Sul, que atua na Oposição do CPERS/Sindicato, no Fórum Magister de Aposentados do CPERS/Sindicato, no Sindicato dos Municipários de Porto Alegre/SIMPA, na Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre/ATEMPA, no Sindicato dos Servidores do Detran/SINDET/RS, na Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição/ASERGHC, na Oposição do SINDISAÚDE/RS e na Oposição Rodoviária de Porto Alegre.

1353) O Coletivo Independentes de Luta é um grupo político constituído, majoritariamente, por professores e funcionários do quadro de apoio de escolas estaduais e municipais, militantes ou simpatizantes que atuam no Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo - SINPEEM e no Sindicatos dos Professores do Estado de São Paulo – APEOESP.

1354) Os grupos que assinam esta proposta de resolução participam desde o início da construção da CSP- Conlutas e sempre defenderam a Central como instrumento importantíssimo para a organização e direção da luta dos trabalhadores no Brasil.

Anotações

1355) Entendemos que a CSP-Conlutas cumpre um papel estratégico fundamental na organização da classe trabalhadora, que é ocupar o espaço deixado pelas centrais pelegas e governistas, a partir da chegada do PT ao Governo Federal. CUT e CTB passaram a cumprir um papel de centrais "chapa branca" do governo e giraram as suas estruturas e os seus militantes para a defesa dos projetos governistas, mesmo que esses atacassem a classe trabalhadora, como se deu na reforma da previdência, no primeiro ano do governo Lula.

1356) Recentemente, ocorreram novos ataques aos direitos dos trabalhadores, e o governo, neste momento de aprofundamento da crise econômica no Brasil e no mundo, está estrategicamente colocado ao lado de banqueiros e empresários.

1357) A tentativa frustrada de unificação das centrais classistas em 2010, as dificuldades de unidade nas ações e o balanço negativo do Espaço de Unidade e Ação nos faz refletir que a CSP-Conlutas deva ser o instrumento que chame e organize os setores da esquerda de luta em prol da unidade com amplos debates em nossos fóruns e, principalmente, respeitando as formas e ritmos de organização dos vários setores interessados nessa unidade.

1358) Recentemente o avanço das políticas de ataque aos trabalhadores no Brasil como as medidas provisórias que retiram nossos direitos e o PL 4330 que legitima a terceirização dos trabalhadores, quase uma escravização indireta, assim como o avanço da direita e do conservadorismo em nossa sociedade, demonstram que estamos em um momento crucial da luta dos trabalhadores contra o capital e o seus agentes. Por isso, é fundamental que a CSP-Conlutas possa de forma democrática, sem amarras burocráticas, se organizar nesse 2º Congresso para colocar os trabalhadores nas ruas contra os governos e a burguesia.

1359) O fato de que o debate político neste Congresso não se dê através da defesa de teses, por mais que para alguns setores esse seja um tema irrelevante, para nós não é. A corrente majoritária decidiu que não teríamos a defesa de teses, impossibilitando a existência de uma contribuição mais aprofundada, sistemática e articulada, e com mais elementos sobre os debates que cercam nosso Congresso. Além disso, é a construção de uma tese de unidade, que possibilitaria que a CSP-Conlutas se apresentasse de forma integral para todos os setores da sociedade, principalmente nos locais de organização dos trabalhadores e dos movimentos populares.

1360) Outro debate que nos parece muito importante é sobre o preço de inscrição dos delegados para o Congresso, que não dialoga com a realidade atual dos trabalhadores e tampouco com as entidades e organizações que fazem parte da central. Achamos legítima a busca por um lugar que garanta boas acomodações, condições para o debate e facilidade de locomoção, para todos os delegados e delegadas, porém essa não pode ser uma desculpa para os elevados valores cobrados nesse congresso, que acabam dificultando ou mesmo impedindo, a participação dos trabalhadores.

1361) A organização do Congresso tem que permitir a democracia e a ampla participação de todos os setores organizados que dele participam. Não podemos ter em nenhum momento o impedimento do direito dos grupos de oposição se manifestarem com suas políticas e contribuições. O debate em torno da mesa de conjuntura no congresso é uma demonstração de como não devemos atuar nesse momento difícil de enfrentamentos e lutas dos trabalhadores. Os debates devem ser garantidos na mais ampla forma da democracia operária.

1362) Em relação à política interna da central, achamos que a CSP-Conlutas deve reafirmar seu compromisso de independência em relação aos partidos e governos e de pluralidade na constituição da sua direção, permitindo a todos os grupos que compõem a sua organização, a possibilidade de estar na direção, sem privilegiar os setores majoritários e respeitando os direitos de minoria.

ASSINANTES:

1363) Militantes do CEDS/ Centro de Estudos e Debates

Socialistas e independentes) - Anabel Cogo, Anderson Gonçalves, Arine Cougo, Carmen Padilha, Carmen Trindade, Carolina Hugo, Claci Hahn, Clovis Oliveira, Eliane da Silva, Ernani Cibeira, Fernando Borges, Gilson dos Santos, Gustavo Fisch, Inez Wunsch, Ione Mandelli, Ione Torres, Jussara Jayme, Jorge Xavier, Joselaine Mendonça, Maria do Carmo Machado, Maria Goreti da Costa, Maria Helena Gallina, Maria José da Silva, Maria Luisa Feil, Marlene Trindade, Márys Saldanha, Rosa Ângela dos Reis, Rose Sortica, Silvana Moraes, Solange Correa, Tamyres Filgueira e Tania Gonçalves, que atuam nas entidades do RS (Oposição do CPERS/Sindicato, Fórum Magister de Aposentados do CPERS/Sindicato, Sindicato dos Municipários de Porto Alegre/SIMPA, Associação dos Trab. em Educação do Município de Porto Alegre/ATEMPA, Sindicato dos Servidores do Detran/SINDET/RS, Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição/ASERGHC, Oposição SINDISAÚDE/RS, Oposição Rodoviária de Porto Alegre)

1364) Conspiração Socialista: Walter Silva Souza, Luiz Carlos da Silva, Ana Lucia Viana, Maria de Fátima Queiroz, Reginaldo Moreira Sena, Jaime Batista Estevan, Felix Placido A. Carvalho, Terezinha Regina V. Pinto, Roberto da Silva de Almeida, Karl Heing Hadzia Ir, Terezinha Maria da Silva, Gilberto de Lima Silva, Ezío Expedito Ferreira Lima, Luciano Delgado, Fabiana Ribeiro da Silva, Evaristo Balbino, Ronygley Carvalho Fonseca, Everton da Silva Vasconcelos, José Carlos Gea, Rosana Aparecida, Pereira Reche, Maria da Conceição Andrade Oliveira, Jacson Santana, José Abilio, Douglas Eduardo Arf, Adilson Rodrigues da Conceição, Ednéia Dias, Gesio Miguel Fernandes, Joel Fernando Cangâne, Nilson Vitor dos Reis, Rui Carlos Lopes de Alencar, Sandro Ribeiro Chagas,

1365) Silvio de Souza, Vanessa Couto da Silva, Willian Vieira da Silva, Mara Cristina de Almeida, Décio Alves da Silva, Francisco Inácio D. Junior, Luiza Demarilac da Silva Rocha, Luiz Carlos da Silva, João Marcelo Rodrigues, Hildete Simões, Raimundo Alves de Almeida, Ivanilda Maria Vieira, Ubyrajara Aquino de Castro, Rodrigo Fernando Assis dos Santos, Raniere Rodrigues Alcântara, Sônia Mara de Sousa, Márcio de Oliveira Santos, Bárbara Soares de Barros, Jefferson C. Albuquerque Rosa, Marcos Luiz da Silva, Ana Lucia ferreira, Luciano Lopes da Silva, Edrísia Rodrigues, Walmir Rodrigues Ramos, Renato Rodrigues, Luiz Carlos Freitas, Janaína Nardocci, Solange Assunção, Idalina Lelis Freitas Souza, Sérgio Albenez.

1366) Militantes do Coletivo Independentes de Luta: Adriana Dias Siqueira (servidora do Hospital Municipal Dr. Waldomiro de Paula – SP), Adriana Teixeira Gomes (conselheira do Sinpeem), Alessandro Rubens de Matos (representante de escola do Sinpeem

Anotações

e militante da Apeoesp), Ana Lúcia Barbosa Cerqueira (conselheira do Sinpeem), Cilene Reimberg (conselheira do Sinpeem), Cristiano Aparecido Mendes (professor da rede municipal – SP), Ederaldo Luiz Nieri (professor da rede estadual – SP), Edivaldo dos Santos Nascimento (conselheiro regional da Apeoesp e conselheiro do Sinpeem), Edivan Alves de Novaes (representante de escola da Apeoesp) , Fabiana de Fátima Oliveira (representante de escola do Sinpeem), Giovana Almeida (professora da rede estadual – SP), Jaqueline Valencio (funcionária do quadro de apoio na rede estadual de educação – SP), João Batista de Sá (conselheiro Sinpeem), José Maria de Andrade Filho (conselheiro do Sinpeem), Kamila Monteiro dos Santos (representante de escola do Sinpeem), Lourdes Ferreira da Silva (representante de escola da Apeoesp), Luci Ferreira da Silva (conselheira estadual da Apeoesp), Maria Aparecida Sanches (conselheira do Sinpeem), Marizete Aparecida Pontes (conselheira do Sinpeem), Marly de Almeida Lopes (conselheira do Sinpeem), Mauro Sergio Magalhães (representante de escola da Apeoesp), Miriam dos Santos Mattiuzzi (funcionária do quadro de apoio da rede municipal de educação – SP), Plinio Roberto Zangirolami (conselheiro do Sinpeem), Simone Gimenez Palazzi (conselheira do Sinpeem), Tiago Martins dos Santos (representante de escola do Sinpeem e militante da Apeoesp), Wagner Alexandre Pereira (representante de escola do Sinpeem).

72. Balanço da Central no tema de Mulheres e proposta de resolução sobre o trabalho de mulheres nos sindicatos

Proponentes: MML (Movimento Mulheres em Luta) e Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém/PA

1367) Um dia antes do último Congresso da CSP-Conlutas, em 2012, a Central realizou um importante encontro de mulheres, que reuniu cerca de 500 mulheres trabalhadoras, de várias categorias importantes como trabalhadoras da construção civil, metalúrgicas, trabalhadoras da Confecção Feminina, professoras, metroviárias, bancárias, além da presença de jovens estudantes e algumas representações internacionais. Este Encontro votou uma carta que foi base de orientação para avançar na organização das mulheres junto aos sindicatos filiados à Central. A principal preocupação desta carta foi a batalha para fazer com que as lutas pelos direitos das mulheres trabalhadoras estivessem presentes no cotidiano da organização sindical, pois apesar de em algumas categorias as mulheres terem presença minoritária, fato é que há alguns anos, as mulheres trabalhadoras já são metade da força de trabalho no Brasil e o abandono da preocupação com a organização de suas lutas específicas poderia repercutir na capacidade de organização global dos sindicatos. Com essa preocupação, o Setorial de Mulheres da CSP-Conlutas, reforçado pelo desenvolvimento do Movimento Mulheres em Luta, principal movimento de mulheres trabalhadoras filiado à CSP-Conlutas, contribuiu para a realização de uma série de encontros de mulheres e categorias importantes, como a confecção feminina, petroleiras, metroviárias, metalúrgicas, etc. A realização desses encontros, em alguns casos, deu origem às Secretarias de Mulheres de alguns Sindicatos, orientação também presente na Carta votada no Encontro de 2012, precedente ao último Congresso de nossa Central. Também desenvolveu-se, a partir do Setorial de Mulheres da CSP-Conlutas, a campanha "Trabalho Igual, Salário Igual", que orientou a batalha para que as campanhas salariais encabeçadas por sindicatos filiados à CSP-Conlutas, tivessem como uma de suas pautas, a garantia de direitos específicos dos setores oprimidos em

geral. No que tange à luta das mulheres trabalhadoras, os principais eixos eram a batalha por creches em locais de trabalho, ou ampliação do auxílio creche, ou mais contratação de mulheres em determinados postos de trabalho, etc. A carta votada no Encontro também conteve uma orientação muito importante de que a inclusão de pautas específicas das mulheres trabalhadoras contribuía para a aproximação das mulheres à organização sindical. Este elemento é muito importante, porque infelizmente, o machismo, nas suas mais diversas formas e expressões, pressiona as mulheres para que a luta política, sindical, coletiva não seja parte de sua realidade. Nesse sentido, acreditamos que a CSP-Conlutas contribuiu para que mais mulheres assumissem a frente das lutas, a frente dos sindicatos e a frente da própria Central. Foi desse Encontro, por exemplo, que saiu a proposta votada no Congresso de 2012, de garantir como mínimo a representação de 30% de mulheres na direção da Central. Entretanto, o elemento de maior qualidade, foi o êxito e apoio da Central no fortalecimento do Movimento Mulheres em Luta, de modo que esta organização se cacifou como uma importante alternativa de organização das mulheres trabalhadoras, diante das alternativas que ou se tornaram porta-vozes do governo, e/ou desenvolveram a luta pelos direitos das mulheres diluindo a relação entre gênero e classe, ou melhor, colocando a condição de mulher acima da condição de classe. Esse embate vem sendo muito importante, pois nos últimos 4 anos, o país vem sendo governado por uma mulher, que apesar dessa condição, não tem atendido às demandas das mulheres trabalhadoras, como se evidencia nas recentes medidas provisórias, que atacam em cheio as mulheres.

1368) O Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta, ocorrido em Outubro de 2013, contou com a presença de 2.400 mulheres de diversas categorias, com destaque para a presença das mulheres negras que constituíram o maior grupo de debate do encontro. Na mesma época a Marcha Mundial de Mulheres, principal referência de organização de mulheres no país e atrelada ao governo federal, realizou um Encontro Internacional em São Paulo que contou com a presença de 1.500 delegadas. Orgulhamo-nos de ter realizado nosso encontro independente política e financeiramente de qualquer governo ou empresa e o suporte da CSP-Conlutas foi fundamental para conseguirmos garantir esse espaço.

1369) O encontro contribuiu para darmos um salto na relação dos sindicatos filiados a central com o tema da organização das mulheres dentro das entidades. Refletiu-se também nas reuniões das coordenações gerais da central, procurando-se ter representação de mulheres nas mesas, dan-

Anotações

do-se centralidade as campanhas políticas relacionadas ao setor, incorporando as datas referentes à luta das mulheres trabalhadoras, impulsionando o funcionamento do setorial de mulheres da central, etc.

1370) Foram muitas as campanhas realizadas pelo Movimento Mulheres em luta nas quais a CSP-Conlutas se incorporou. Lançamos a campanha Nacional de combate à violência contra a mulher e dentro dela destacamos os temas "cartão vermelho para o turismo sexual" durante o período das manifestações contra as injustiças da copa, e mais recentemente, organizamos um abaixo assinado exigindo a aplicação de 1% do PIB nas políticas de combate a violência contra as mulheres. A central construiu conosco todas as atividades.

1371) Entretanto, a realidade imposta às mulheres trabalhadoras, mesmo nos sindicatos localizados na vanguarda da luta de classes e no campo da esquerda, ainda é de muita invisibilidade e de enfrentamento com a ideologia machista. Ao longo desses três anos foram diversos casos de machismo que aconteceram nos sindicatos filiados a central; debilidades na efetivação e funcionamento das secretarias de mulheres; ainda é comum acontecer das atividades referentes aos temas "específicos" de mulheres ou a mobilização das mulheres ficarem sobre responsabilidade exclusiva das mulheres e não de toda a diretoria da entidade; as pautas "específicas" das mulheres nas campanhas salariais ainda são secundarizadas; as grosserias, gritos, piadas e descrédito as capacidades políticas das mulheres ainda são questões que afastam as trabalhadoras das entidades em que atuamos.

1372) Partimos da compreensão de que o machismo é utilizado pelo sistema capitalista para alcançar dois objetivos: superexplorar a mão de obra feminina e dividir a classe trabalhadora para enfraquecer sua confiança e unidade na luta. Por isso, acreditamos que só com a superação do capitalismo será possível avançar para o fim do machismo na sociedade, porem é necessário desde já lutar contra os reflexos dessa ideologia no seio da classe trabalhadora, uma vez que se não damos o combate a essa opressão não conseguiremos garantir a mobilização de toda a classe para a luta direta.

1373) Nesse sentido, a luta contra o machismo e a tarefa de fortalecer as mulheres trabalhadoras para a atuação sindical e política são responsabilidades de toda a classe e devem ser preocupações cotidianas, pois a sociedade está constantemente disputando nossa consciência e prática para a reprodução da ideologia machista.

1374) Por isso avaliamos que a CSP-Conlutas é uma organização que vem retomando a construção de um movimento sindical consciente de suas tarefas e da necessidade de educar a classe para a superação de todas as ideologias reforçadas pelo capitalismo para subjugar os trabalhadores. Contudo, é necessário avançarmos ainda mais na elaboração de políticas para incorporar os setores oprimidos na construção desse processo de reorganização sindical do Brasil.

1375) Proposta de Resolução, considerando:

1376) 1- Nós, mulheres trabalhadoras somos praticamente 50% da classe trabalhadora e esse peso não se reflete na organização das mulheres nos sindicatos, mesmo em bases majoritariamente femininas (como educação e saúde)

1377) 2- Os sindicatos são instrumentos históricos construídos pela classe trabalhadora para tocar suas lutas e as mulheres devem ser parte deles.

1378) 3- Que o machismo presente nos sindicatos só afasta as mulheres da luta.

1379) 4- O machismo é uma ideologia apropriada pelo capitalismo para explorar ainda mais parte da classe trabalhadora, sofrendo com a desigualdade salarial, sendo as principais vítimas das terceirizações, assédio moral/sexual e mais suscetíveis ao desemprego.

1380) 5- As mulheres trabalhadoras além da carga horária de trabalho, sofrem com a dupla jornada chegando em casa e tendo que realizar tarefas domésticas, bem como o cuidado com os filhos o que dificulta a participação das mulheres na luta de seu sindicato

e sua classe.

1381) 6- A falta de creches é um dos principais motivos que impedem com que a mulher procure ou saia do emprego, tendo que se sujeitar a diversas situações para conseguir trabalhar e principalmente se organizar nos espaços de sua classe.

1382) 7- Que o machismo divide a classe trabalhadora, colocando homens e mulheres uns contra os outros e não contra os patrões e o governo.

1383) 8- Que durante os 12 anos de governo do PT e com a primeira presidente mulher a realidade da mulher trabalhadora continuou amargando a desigualdade salarial, a falta de creches e a violência.

1384) 9- Que para uma sociedade justa e sem exploração, a pauta das mulheres deve ser levada como pauta de toda a classe trabalhadora.

1385) O 2º Congresso da CSP-Conlutas resolve:

1386) 1- Impulsionar a criação de Secretarias de Mulheres nos Sindicatos, com o objetivo de organizar e discutir as pautas das mulheres, assim como combater o machismo no movimento.

1387) 2- Defender as cotas de mulheres nas diretorias, respeitando o percentual de mulheres em cada categoria e incorporando mulheres negras e LGBT, como instrumento de promoção de mulheres e de formação das dirigentes sindicais.

1388) 3- Estimular, na base dos sindicatos, a participação das mulheres nas organizações por local de trabalho e CIPAS.

1389) 4- Estimular a realização de Campanhas de sindicalização voltada às mulheres.

1390) 5- Impulsionar a realização de Encontros de Mulheres dos sindicatos

1391) 6- Que haja creche em todos os eventos da Central, para que a responsabilidade com os filhos não seja o impeditivo para a participação das mulheres nas atividades. Orientar que nos sindicatos também se adote tal prática.

1392) 7- Impulsionar cursos e palestras para as categorias e diretorias, como forma de educação política e vigilância constante às posturas machistas que ocorrem no interior do movimento sindical.

1393) 8- Orientar as entidades de base que tenham métodos de avaliação dos casos de machismo e que adotem mecanismos de sanção aos dirigentes sindicais que cometerem práticas machistas na diretoria ou na base, podendo chegar ao afastamento do mesmo.

1394) 9- A CSP-Conlutas afirma a necessidade da inclusão das datas históricas das lutas das mulheres no calendário de atividades da Central: o 8 de março - Dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras; o 25 de julho - Dia Latino-americano da Mulher Negra; 29 de Agosto – Dia da Visibilidade Lésbica; 28 de setembro - Dia Latino-americano de Luta pela Legalização e Descriminalização do Aborto; 25 de novembro - Dia Internacional de luta contra a violência às mulheres.

Anotações

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

73. A construção da unidade e o processo de reorganização da classe trabalhadora

Proponentes: SINDMETAL-SJC e SINDPETRO-SE/AL

1395) O tema da unidade sempre foi bastante caro no processo de organização da Conlutas e, posteriormente, da CSP-Conlutas. O próprio Estatuto da Central define a luta pela unidade da classe como um dos seus princípios, nos seguintes termos: "A construção da unidade, como valor estratégico, na luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

1396) 1) A CSP-Conlutas defenderá e atuará para assegurar a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras na luta por seus direitos e interesses.

1397) 2) A unidade é um meio fundamental para fortalecer os trabalhadores nas suas lutas.

1398) 3) A unidade de ação com outros setores para além da CSP-Conlutas não se contrapõe ou se sobrepõe à independência política da Central".

1399) Esse princípio se combina aos demais, também definidos no Estatuto: a independência de classe, a defesa da ação direta, a autonomia frente aos partidos políticos, a democracia e a unidade na ação, a autonomia das entidades de base filiadas e a solidariedade internacional entre os trabalhadores e trabalhadoras.

1400) Esses são os balizadores da ação política da Central.

A importância da unidade de ação

1401) A unidade de ação decorre, em primeiro lugar, do fato do movimento sindical e popular no Brasil viver um processo de fragmentação crescente, sendo dirigido majoritariamente por burocracias vinculadas ao governo, como foram CUT, CTB e Força Sindical nos governos Lula e no primeiro mandato de Dilma.

1402) Agora a Força Sindical aderiu aos tucanos e CUT e CTB continuam com Dilma. E nossa Central, embora muito dinâmica, uma referência cada vez mais identificada pelos lutadores dos movimentos sociais como algo diferente e independente do governo é ainda minoritária nos movimentos sindical e popular.

1403) A unidade de ação serve para impulsionar as lutas dos trabalhadores e do povo, e também para empurrar à luta as direções tradicionais e majoritárias dos trabalhadores, a partir da pressão de suas bases, e disputa-las politicamente, afirmando a CSP-Conltuas como referência para os que querem lutar.

1404) Reafirmamos a importância de desenvolver todas as iniciativas unitárias que pudermos, em torno a eixos concretos de luta e mobilização como, por exemplo, a luta pela derrubada das MPs 664 e 665 ou do PL 4330.

1405) Ganha importância a iniciativa do Espaço de Unidade de Ação, que também tem esse caráter (unidade na ação), mas acumulou mais pontos de acordo num programa de atuação unitário. A CSP-Conlutas seguirá se empenhando pelo fortalecimento do Espaço de Unidade de Ação.

O fortalecimento da CSP-Conlutas

1406) O Congresso da CSP-Conlutas se coloca a serviço do fortalecimento interno da nossa Central, mas também do avanço da construção de relações políticas com os novos setores que se aproximam da Central, bem como dos movimentos e entidades aliadas na luta contra a exploração e a opressão.

1407) O fortalecimento da Central se coloca no centro da nossa luta pela construção da unidade e para avançar na organização mais ampla dos setores classistas dispostos a construir uma alternativa unitária.

1408) A Central vem ser fortalecendo nos processos de mobilização e pode ser que as condições que permitam à CSP-Conlutas se converter num polo de atração e aglutinação mais ampla de novos setores

se estabeleçam. Há uma reaproximação de setores combativos, de entidades e organizações que aderem à construção da Central, nos movimentos sindical urbano e rural, além de movimentos populares.

1409) No campo brasileiro, que passou por profundas mudanças nas últimas décadas, com modificações na estrutura produtiva e social, há um processo importante de reorganização. E parte dessas entidades começa a ver a CSP-Conlutas como alternativa.

A construção de frentes permanentes com setores governistas

1410) Há um debate colocado por alguns setores, dentre eles os companheiros do MTST, e outros setores mais ligados à base de sustentação do governo federal, que propõem a construção de uma "frente de esquerda" ou de uma "frente por reformas populares", englobando organizações sindicais e populares que dão sustentação mais direta ao Dilma.

1411) Essa proposição tem outra qualidade e vai além da unidade concreta nas lutas. Embora não esteja totalmente desenvolvido e tenha muitas contradições entre os participantes, o que fez com que buscássemos acompanhar algumas reuniões e iniciativas dessa potencial frente, conforme fomos desenvolvendo as relações e vendo a sua evolução, ficaram patentes os limites dessa frente, que é composta por organizações do campo governista do peso, como a CUT, CTB, MST, UNE e CMP e tem também o apoio do MTS.

1412) Existem pressões das bases sobre as direções das centrais e movimentos sociais que articulam essa frente, mas isso não gerou, por ora, um realinhamento ou uma postura independente dessas direções com o governo Dilma. Lamentavelmente, em momentos importantes, como na organização do 1º de Maio em São Paulo, essa frente optou por uma postura de blindagem e cobertura do governo federal, mesmo com todos os ataques que esse governo vem desferindo aos trabalhadores.

1413) Com essa postura, foi frustrada mesmo a possibilidade de uma ação unitária pontual, por exemplo contra as MPs 664 e 665 e contra o PL 4330 no 1º de Maio de São Paulo, pois essas organizações exigiram da CSP-Conlutas que não levantasse nenhuma bandeira de crítica às políticas do governo federal, Corretamente a CSP-Conlutas de São Paulo manteve sua independência política e não se submeteu a tal condição.

1414) Nesse sentido, o Congresso da CSP-Conlutas entende que não há condições da nossa Central participar de forma orgânica desse espaço, sem prejuízo de iniciativas de unidade de ação, sempre que for possível, com os vários setores ou parte dos setores que compõem essa frente.

1415) O Congresso da CSP-

Anotações

Conlutas afirma a orientação a seguir, na busca da construção da unidade nas lutas e numa organização nacional de frente única, de caráter sindical e popular:

1416) - devemos estimular, participar e disputar os processos que ocorrem na base, em particular no movimento operário e no campo, apresentar a nossa alternativa e buscar a aproximação desses setores da CSP-Conlutas.

1417) - trabalhar para que os novos setores que participam do Congresso da CSP-Conlutas, na condição de delegados(as), convidados(as) e observadores(as), avancem em sua incorporação orgânica à Central,

1418) - seguir tendo a unidade de ação ampla, em torno a lutas concretas, como política, com iniciativas frente aos demais setores do movimento sindical e popular, em particular as organizações majoritárias.

1419) - participar do Espaço de Unidade de Ação como referência de unidade mais ampla e permanente e acompanhar outras iniciativas, trazendo os debates à Secretaria Executiva Nacional e à Coordenação Nacional.

1420) - avaliar em cada estado a participação em outros espaços, como fóruns, assembleias populares, blocos de luta e outros, que estejam a serviço de construir as mobilizações da classe trabalhadora e da juventude.

74. Resolução sobre a intervenção da CSP-Conlutas no movimento operário e os desafios da Central

Proponente: diretoria do SINDPETRO-SE/AL

1421) Vivemos um momento diferenciado no processo de reorganização da classe trabalhadora brasileira, em particular no movimento sindical e entre a classe operária, em particular.

1422) Esse "novo" momento está determinado por um elemento de qualidade: a entrada em cena de amplos setores da base das categorias, nas empresas e concentrações de trabalhadores, com peso no movimento operário, que vão à luta contra a patronal.

1423) Em algumas oportunidades essas lutas conseguiram ultrapassar a barreira das direções sindicais burocráticas, patronais e governistas e possibilitaram o surgimento de organismos pela base, comissões de base e outras formas de organização da vanguarda, que tomaram a direção das lutas. Alguns desses novos setores tem buscado na Central o apoio às suas lutas e referência para se organizarem.

1424) As recentes greves da Volks e Mercedes no ABC (SP) e da GM em São José dos Campos (SP), demonstram uma disposição de luta dos operários contra as demissões. Já a greve dos operários da Volks em Taubaté (SP) ocorreu por fora da direção sindical, que procurou a CSP-Conlutas para apoiar a sua mobilização.

1425) As direções sindicais, anteriormente, já haviam sido ultrapassadas em vários processos de greve importantes, como entre os trabalhadores do transporte em várias capitais, entre os garis do Rio de Janeiro, entre operários das grandes obras do PAC, em Jirau (RO), Belo Monte (PA), no Comperj (RJ) e no monotrilho, de São Paulo, dentre outras.

Uma nova vanguarda surge das lutas

1426) Em muitos casos, a CUT e o PT não são as referências desses novos setores, que entram em movimento depois de 10, 11, 12 anos de governo da frente popular.

1427) É um fenômeno muito progressivo e, se avança, pode abrir novas possibilidades para a construção de uma alternativa de massas que organize amplamente os trabalhadores no Brasil.

1428) O processo de reorganização da classe, aberto com a chegada da frente popular ao governo central, em 2003, vinha sendo marcado por uma contradição importante: não havia um ascenso sustentado das lutas da classe trabalhadora em nosso país.

1429) Essa limitação objetiva combinada com o apoio da maioria da classe ao governo de frente popular e ao peso e papel de freio das mobilizações que cumprem as direções governistas, determinavam um ritmo muito lento na construção de uma alternativa. Houve muitos avanços, que reivindicamos, mas nenhum salto de qualidade.

1430) A situação mais geral, no que diz respeito às lutas, no entanto, começou a mudar. Nos últimos anos verificamos um salto no patamar das greves em nosso país.

1431) As jornadas de junho e julho de 2013 deram novos contornos à luta da classe trabalhadora brasileira. A explosão de massas que tomou as ruas do Brasil colocou milhões de pessoas, trabalhadores e jovens em sua maioria, em movimento por fora dos aparatos tradicionais, os sindicatos, centrais sindicais, a UNE. Naquele momento, as manifestações de rua foram a expressão mais importante do novo momento vivenciado pelas massas, fazendo política nas ruas.

1432) A mobilização não cessou, mas hoje, tem outro padrão: uma parte importante das lutas está passando por dentro dos sindicatos ou ultrapassando-os, quando as direções se colocam contra as greves.

1433) Esse processo, que já é muito importante, se ele se amplia e se massifica, pode colocar a construção de uma nova direção do movimento operário e sindical, pela base, num outro patamar, a partir das lutas concretas que estão acontecendo.

As características dos novos processos de mobilização e a retomada do ascenso sindical no Brasil

1434) Verificamos nesses processos algumas características importantes.

1435) O primeiro deles a retomada de mobilizações e greves em empresas que não se mobilizavam há muito tempo, como ocorreu na Embraer, em São José dos Campos (SP); na Gerdau, em Divinópolis (MG) e na Mina Casa de Pedra da CSN (MG).

1436) O segundo elemento, a ocorrência de greves longas em setores do operariado, que teve como destaque a greve na Volks do Paraná, entre maio\junho de 2011 e que durou 37 dias. Mas essa não foi a única. Em 2012 a Bridgestone de Camaçari (BA) paralisou por 51 dias entre julho e agosto e a Costech, de Campinas (SP), paralisou por 60 dias, entre maio e junho. Depois, a Imbel (indústria estatal de armamentos) de Itajubá (MG) ficou paralisada por 25 dias.

1437) A mobilização dos setores mais explorados da classe, como na construção civil, parece também confirmar uma terceira característica desse novo momento, com a saída à luta dos setores mais pauperizados da classe, como entre os trabalhadores dos call centers

Anotações

(centros de teleatendimento), trabalhadores contratados e precarizados da educação, e também entre trabalhadores das empresas terceirizadas, nas refinarias, portos e obras de infraestrutura. O mesmo ocorreu na greve do metrô de Belo Horizonte (MG), que teve que teve que liberar as catracas em função de uma paralisação dos terceirizados, assim como na greve dos terceirizados da Oi, em Curitiba (PR).

1438) Outro elemento que começa a ganhar corpo é a ocorrência de uma maior politização de algumas greves e movimentos. Ainda que a maioria das greves tenham como eixo as reivindicações econômicas e de condições de trabalho, a greve dos petroleiros contra o leilão de Libra (outubro de 2013) teve um claro eixo político contra a política de privatização do governo Dilma, o que nos alerta para a possibilidade de combinar as reivindicações e avançar na conscientização de amplos setores da classe.

1439) Isso também ocorreu em greves do funcionalismo público (servidores da saúde do Rio Grande do Norte e a educação municipal do Rio de Janeiro) que se combinaram com processos de massas como o "Fora Rosalba" e o "Fora Cabral, vá com Paes".

1440) Nesse momento a luta pelo "Fora Beto Richa" ganhou destaque nacional, depois da violenta repressão sofrida pelos trabalhadores em educação.

1441) Esses elementos descritos podem estar a indicar um novo momento entre os trabalhadores em geral, e entre os operários em particular e exige da CSP-Conlutas uma atenção especial, diferenciada, desses fenômenos.

1442) O Congresso da CSP Conlutas resolve:

1443) - A Central e seus sindicatos filiados devem dar atenção especial aos processos de mobilização da classe trabalhadora organizada nos sindicatos, em particular no movimento operário e nos locais de trabalho, que tem feito tem feito surgir novos setores de ativistas, uma nova vanguarda em meio a processos de autodeterminação, de radicalização e de forte componente antiburocrático.

1444) - A CSP-Conlutas se coloca a serviço e buscará estimular a auto-organização da classe, participando da vida das entidades sindicais e da construção de outras formas de organização, seja dentro das empresas ou em outros locais, como os de moradia, por exemplo.

1445) - A construção do nosso movimento desde a base, os locais de trabalho, estudo e moradia da classe trabalhadora e setores aliados, bem como a luta contra toda forma de burocratização, privilégio material ou político dos dirigentes, são condições para construirmos a bases da autodeterminação de nossa classe. A emancipação da classe trabalhadora será obra dos próprios trabalhadores

1446) - A CSP-Conlutas se coloca a serviço desse processo de reorganização pela base, muito importante e que pode dar novos contornos à organização dos trabalhadores e movimentos populares em nosso país.

75. A CSP-Conlutas e a reorganização do movimento

1447) A não unificação dos setores combativos do movimento sindical e popular no Congresso da Classe Trabalhadora de 2010 foi um acontecimento muito ruim para o movimento dos trabalhadores, e a ruptura ali ocorrida representou um retrocesso para o encaminhamento das lutas. A proposta da Reorganização no Congresso de Santos poderia ter ficado registrada na história do movimento operário no Brasil, como um grande acerto na formulação das estratégias políticas e um norte para toda uma vanguarda sindical e popular que estava dispersa e fragmentada após a ruptura com a CUT.

1448) A CSP-Conlutas não pode abandonar a estratégia da reorganização dos setores combativos, uma vocação da nossa Central desde a sua origem em 2004, muito menos acomodar-se na ideia de que a questão da construção da central combativa dos trabalhadores no Brasil, já está resolvida e consolidada através da sua existência.

1449) A reorganização precisará ter continuidade, com a

CSP-Conlutas desempenhando o papel da sua mais ardorosa defensora, em todas as circunstâncias da luta de classes, inspirando a construção de um fórum unitário nacional e de fóruns regionais, com a Intersindical, Unidos, Unidade Classista, e os outros setores sindicais que participam do Espaço de Unidade e Ação. A atuação da CSP-Conlutas no Espaço de Unidade e Ação ou em outros fóruns semelhantes que vierem a existir, deve estar subordinada à estratégia da Reorganização do Movimento.

1450) A correlação de forças em relação aos patrões e aos governos, embora venha mudando favoravelmente para os trabalhadores, de 2013 para cá, se ressente da falta de uma direção política com força, autoridade e iniciativa para fazer com que as jornadas de luta em nível nacional, aprofundem o seu caráter ofensivo.

1451) Para a luta avançar, será preciso construir a unidade dos setores combativos dos trabalhadores em uma única central classista, sindical e popular. As lutas de 2015 demonstraram a necessidade da unidade da esquerda em uma só organização nacional para defender os interesses da classe trabalhadora ante os governos, os patrões, as centrais, os partidos de colaboração de classe e a direita. Cabe à CSP-Conlutas a responsabilidade maior pelo cumprimento dessa tarefa.

ASSINANTES:

1452) Militantes do CEDS - Centro de Estudos e Debates Socialistas e independentes - Anabel Cogo, Anderson Gonçalves, Arine Cougo, Carmen Padilha, Carmen Trindade, Carolina Hugo, Claci Hahn, Clovis Oliveira, Eliane da Silva, Ernani Cibeira, Fernando Borges, Gilson dos Santos, Gustavo Fisch, Inez Wunsch, Ione Mandelli, Ione Torres, Jussara Jayme, Jorge Xavier, Joselaine Mendonça, Maria do Carmo Machado, Maria Goreti da Costa, Maria Helena Gallina, Maria José da Silva, Maria Luisa Feil, Marlene Trindade, Márys Saldanha, Rosa Ângela dos Reis, Rose Sortica, Silvana Moraes, Solange Correa, Tamyres Filgueira e Tania Gonçalves, que atuam nas entidades do RS (Oposição do CPERS/Sindicato, Fórum Magister de Aposentados do CPERS/Sindicato, Sindicato dos Municipários de Porto Alegre/SIMPA, Associação dos Trab. em Educação do Município de Porto Alegre/ATEMPA, Sindicato dos Servidores do Detran/SINDET/RS, Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição/ASERGHC, Oposição SINDISAÚDE/RS, Oposição Rodoviária de Porto Alegre).

76. Sobre organização de base ao Congresso da CSP-Conlutas

Proponente: Sindserm-PI

1453) 1. A organização de

Anotações

base (entendida aqui como organização para a luta dos trabalhadores nos locais de trabalho, moradia, estudo, etc.) é essencial para o fortalecimento da luta dos trabalhadores, para a democratização das nossas entidades e movimentos. Assim como a educação da classe trabalhadora e sua autodeterminação são fundamentais para um projeto de sociedade socialista e libertária, governada pelos próprios trabalhadores.

1454) 2. A organização dos trabalhadores a partir da base é parte constitutiva e fundamental da concepção de organização na qual se baseia a construção da CSP-Conlutas.

1455) 3. A realidade existente na base dos nossos sindicatos (principalmente, mas também das demais organizações que compõem a nossa central) está ainda longe de corresponder a esta concepção. Fruto de heranças e circunstâncias históricas que antecedem a construção da nossa Central, salvo exceções, os sindicatos e movimentos que compõem nossa Central apresentam ainda um processo de organização de base muito frágil.

1456) 4. A nossa atuação sindical, seja dos sindicatos filiados, seja da própria Central, deve estimular a auto-organização dos trabalhadores, a organização nos locais de trabalho, e criar meios para que esses novos setores dirijam as lutas, e que sejam parte da condução das mesmas e também dos sindicatos.

1457) 5. Os sindicatos devem ter como centro o trabalho de base nos locais de trabalho, e buscar incorporação dos ativistas aos comandos de greve. Bem como as comissões de trabalhadores, os delegados sindicais e os membros das CIPA´s (comissões internas de prevenção de acidentes) no funcionamento cotidiano dos sindicatos, buscar fazer o rodízio dos dirigentes sindicais, nas diretorias e também nas liberações sindicais.

1458) 6. Nas campanhas salariais, os sindicatos devem tomar como uma das reivindicações centrais a implantação dos delegados sindicais nos locais de trabalho, lutando para incorporar este direito às convenções coletivas da categoria.

1459) 7. É imprescindível que as greves sejam feitas com comandos de base.

1460) 8. É necessário avançar na formação sindical e política de ativistas e dirigentes na perspectiva do projeto que defendemos para a luta dos trabalhadores e para a transformação da sociedade.

1461) 9. No Brasil, o modelo de sindicato varguista é fruto da natureza autoritária do Estado. Modelo no qual não há direito à organização no local de trabalho, prevalecendo a ditadura do capital sem nenhum tipo de mediação. Daí a necessidade da luta pela conquista deste direito democrático dos trabalhadores de organizar-se no seu local de trabalho para reverter esta situação, o que se dá no âmbito da prática cotidiana das organizações.

1462) 10. Dar curso a todas as iniciativas possíveis (junto aos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo) no sentido de conquistar a proteção legal ao direito de organização no local de trabalho, ou seja, o direito de eleger representantes dos trabalhadores nos locais de trabalho e a garantia de emprego dos representantes eleitos.

1463) 11. Deve ser dada atenção especial à nova vanguarda que surge nos locais de trabalho considerando os jovens, mulheres, negras e negros e LGBT´s,

1464) 12. A CSP-Conlutas deve se colocar, com ousadia, na disputa de direção dos processos de luta e na base das categorias, evitando reproduzir uma visão superestrutural do processo de reorganização da classe trabalhadora, reduzindo-o aos deslocamentos políticos das correntes e setores organizados do movimento.

1465) 13. Devemos orientar as oposições sindicais ligadas à Central que tratem também este tema como prioridade, seja a partir da sua prática cotidiana, apoiando o trabalho da oposição na organização dos trabalhadores dentro das empresas, seja levantando a bandeira da organização de base como programa da oposição e denúncia da burocracia sindical.

1466) 14. Tomar o tema da formação sindical e política como central em todo este esforço. Estimular e impulsionar a organização de cursos, seminários, palestras, para a formação

dos dirigentes e ativistas das entidades. Estas atividades de formação, tanto devem buscar aprimorar a formação política e sindical dos ativistas e dirigentes, como poderão estar voltadas para o assunto específico da organização de base.

77. Proposta sobre Solidariedade Classista

Proponente: SINDSERM-PI

1467) Nós, da CSP-CONLUTAS, somos parte minoritária do movimento social e temos uma concepção de movimento diferente da praticada na maioria das entidades. Para que os debates que travamos ganhem repercussão cada vez maior na classe trabalhadora, é necessário que criemos mecanismos objetivos para alavancar as organizações que são orientadas para a luta de classe e para o combate ao racismo, ao machismo, à homofobia e a todo tipo de opressão.

1468) A CSP-Conlutas, que foi fundada para reorganizar a classe trabalhadora, precisa tirar políticas concretas de solidariedade de classe, para que suas entidades mais estruturadas financiem movimentos sociais e oposições sindicais que se dediquem a promover o avanço da consciência da classe trabalhadora no debate sobre um projeto de sociedade livre da exploração e opressão.

1469) Portanto, esta resolução propõe que a solidariedade material de classe, ou seja, a solidariedade financeira seja um princípio básico que norteie as entidades que constroem a CSP-Conlutas, que este tema seja amplamente debatido com suas bases e que seja praticado com regularidade, para que possamos construir e fortalecer de forma direta as organizações que dirigirão os trabalhadores à sua libertação, e, consequentemente, fortalecer de forma prática o nosso instrumento de reorganização da nossa classe que é a CSP-Conlutas.

78. Resolução sobre organização de base ao Congresso das CSP-Conlutas

Proponente: diretoria do SINDPETRO-SE/AL

1470) A organização de base (entendida aqui como organização para a luta dos trabalhadores nos locais de trabalho, moradia, estudo, etc.) é fundamental para o fortalecimento da luta dos trabalhadores, para a democratização das nossas entidades e movimentos, e também para a educação da nossa classe para a sua autodeterminação, o que é fundamental para o nosso projeto de sociedade socialista e libertária, governada pelos próprios trabalhadores.

1471) A organização dos

trabalhadores a partir da base é parte constitutiva e fundamental da concepção de organização na qual se baseia a construção da CSP-Conlutas.

1472) A realidade existente na base dos nossos sindicatos (principalmente, mas também das demais organizações que compõem a nossa central) está ainda longe de corresponder a esta concepção. Fruto de heranças e circunstâncias históricas que antecedem a construção da nossa Central, salvo exceções, os sindicatos e movimentos que compõem nossa Central também padecem com um processo de organização de base muito frágil.

1473) A nossa atuação sindical, seja dos sindicatos filiados, seja da própria Central, deve estimular a auto-organização dos trabalhadores, a organização nos locais de trabalho, e que esses novos setores dirijam as lutas, que sejam parte da condução das lutas e também dos sindicatos.

1474) Os sindicatos devem ter como centro o trabalho de base nas empresas, e buscar incorporação os ativistas aos comandos de greve, bem como as comissões de trabalhadores, os delegados sindicais e os membros das Cipa's (comissões internas de prevenção de acidentes) no funcionamento cotidiano dos sindicatos, buscar fazer o rodízio dos dirigentes sindicais, nas diretorias e também nas liberações sindicais.

1475) Nas campanhas salariais os sindicatos devem tomar como reivindicação central a implantação dos delegados sindicais nas empresas, lutando para incorporar este direito às convenções coletivas da categoria.

1476) Não pode ter greve sem comando de base! Não podemos reproduzir o modelo sindical da direção que chega com tudo pronto e dá ordens aos ativistas. Isso vai se chocar com o sentimento antiburocrático presente em parte do melhor do ativismo e vai fechar as portas para a nossa construção partidária também.

1477) Não há projeto de organização para a luta dos trabalhadores, não há projeto de sociedade socialista, igualitária e libertária, que sobreviva na ausência de democracia operária e de autodeterminação dos trabalhadores. E não há democracia operária ou construção de uma cultura de autodeterminação da nossa classe na ausência de organização dos trabalhadores a partir dos seus locais de trabalho, moradia, estudo, etc.

1478) É necessário reverter este quadro para aproximar mais a nossa estrutura de organização da concepção política que a embala, seja avançando na organização dos trabalhadores na base, seja avançando na formação sindical e política de ativistas e dirigentes na perspectiva do projeto que defendemos para a luta dos trabalhadores e para a transformação da sociedade.

1479) A luta para reverter esta situação se dá no âmbito da prática cotidiana das organizações, mas não só. No Brasil, herança do varguismo e fruto da natureza autoritária do Estado, não há direito à organização no local de trabalho, prevalecendo a ditadura do capital sem nenhum tipo de mediação. Daí a necessidade da luta pela conquista deste direito democrático dos trabalhadores, o de organizar-se no seu local de trabalho.

1480) Devemos dar curso a todas as iniciativas possíveis (junto aos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo) no sentido de conquistar a proteção legal ao direito de organização no local de trabalho, ou seja, o direito de eleger representantes dos trabalhadores nos locais de trabalho e a garantia de emprego dos representantes eleitos.

1481) Deve ser dada toda uma atenção especial à nova vanguarda que surge nas fábricas, cuja composição é mais jovem, com forte presença feminina em vários casos e, nos setores mais explorados, é majoritariamente negra. Essa composição social exige que sigamos dando a máxima atenção às novas formas de organização que a juventude tem se utilizado (como o trabalho via redes sociais) e aos temas de opressão, que tem ganhado peso no último período e atraído muita gente para a atividade política.

1482) A CSP-Conlutas deve se postar, com ousadia, na disputa de direção dos processos de luta e na base das categorias, evitando reproduzir

uma visão superestrutural do processo de reorganização da classe trabalhadora, reduzindo-o aos deslocamentos políticos das correntes e setores organizados do movimento.

1483) Devemos orientar as oposições sindicais ligadas à Central que tratem também este tema como prioridade, seja a partir da sua prática cotidiana, apoiando o trabalho da oposição na organização dos trabalhadores dentro das empresas, seja levantando a bandeira da organização de base como programa da oposição e denúncia da burocracia sindical.

1484) Propor aos movimentos filiados à nossa Central que, considerando as características de cada organização, este tema também seja tomado com a importância destacada nesta resolução.

1485) Tomar o tema da formação sindical e política como central em todo este esforço. Estimular e impulsionar a organização de cursos, seminários, palestras, para a formação dos dirigentes e ativistas das entidades. Estas atividades de formação, tanto devem buscar aprimorar a formação política e sindical dos ativistas e dirigentes, como poderão estar voltadas para o assunto específico da organização de base.

1486) Para isso buscaremos parceria com o Ilaese (Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos) ou outros institutos que atuem nesta área e desenvolvendo iniciativas de formação também a partir das instâncias da própria Central.

79. Questões organizativas (Organização da Central, Estatutos e Direção)

Proponente: ANDES-SN

1487) 1. Manter os seus princípios organizativos democráticos e horizontalizados em todas as instâncias deliberativas (Congresso e Coordenação), na Secretaria Executiva e no Conselho Fiscal, em âmbito nacional, regional e/ou estadual, constituídas por representantes de entidades sindicais, oposições e minorias e demais movimentos sociais, eleitos por suas respectivas bases.

1488) 2. Envidar esforços para que, até seu 3º Congresso, a CSP-Conlutas esteja enraizada em todo Brasil, com a instituição das Coordenações, Secretarias Executivas e Conselhos Fiscais Estaduais e/ou Regionais.

1489) 3. Manter sua autonomia, independência financeira e posição contrária ao Imposto Sindical, lutando por sua extinção.

1490) 4. Tomar como parâmetro, para a definição do número de delegados das entidades, minorias e oposições sindicais, ao Congresso e a Coordenação Nacional, o número de sindicalizados em suas respecti-

Anotações

vas bases.

1491) 5. Organizar atividades de formação, de troca de experiências e de apoio mútuo entre as oposições sindicais e as instâncias da Central.

1492) 6. Desenvolver os setores de comunicação das instâncias nacional e estaduais da CSP, por meio de mecanismos e de procedimentos de integração com os departamentos de imprensa/comunicação das entidades filiadas, criando condições para que a comunicação da Central atue como espaço de intercâmbio de informações entre entidades e movimentos filiados, por exemplo, recebendo, selecionando e distribuindo material escrito e audiovisual produzido por cada entidade/movimento filiado para todos os demais.

1493) 6.1. Criar o setorial de comunicação na CSP-Conlutas composta por dirigentes e por profissionais da comunicação.

1494) 6.2. Preparar um plano nacional de comunicação da CSP-Conlutas com base nos debates realizados e nas demandas da central e de suas entidades filiadas.

1495) 6.3. Realização de seminários regionais e/ou estaduais no segundo semestre de 2015 na perspectiva de avançar na estruturação da comunicação e em preparação ao próximo seminário nacional de comunicação.

80. Direção Sindical: medidas de controle à burocratização

1521) Um dos grandes problemas do movimento sindical é a burocratização dos militantes. Desta forma é fundamental adotarmos medidas de controle para evitar a "contaminação" da militância. Entendemos que o militante não pode utilizar de seus recursos financeiros próprios para fazer a militância, entretanto não podemos aceitar que o mesmo sobreviva com recursos do sindicato ou do movimento.

1522) Defendemos que todo recurso financeiro ou material do sindicato ou movimento, utilizado pela militância seja aprovado pela base em assembleia.

1523) Entendemos também, ser necessário fazer o rodízio de militantes nos cargos de direção, sobretudo nos cargos de afastamento sindical. Um diretor sindical não pode ficar afastado de suas funções laborais por mais de um mandato. É preciso estar sempre na base para qualificar sua militância sindical.

1524) Os setores que militam como oposição sindical também apresentam problemas políticos em sua organização. Muitas vezes, esses setores se organizam por cima da base da categoria, tomando decisões de cúpula.

1525) Defendemos que os coletivos que constroem a CSP-Conlutas em seus sindicatos, como oposição sindical, realizem plenárias regulares para a organização da categoria e tomada de decisões.

ASSINANTES

1526) Militantes do Coletivo Independentes de Luta - Adriana Dias Siqueira (servidora do Hospital Municipal Dr. Waldomiro de Paula – SP), Adriana Teixeira Gomes (conselheira do Sinpeem), Alessandro Rubens de Matos (representante de escola do Sinpeem e militante da Apeoesp), Ana Lúcia Barbosa Cerqueira (conselheira do Sinpeem), Cilene Reimberg (conselheira do Sinpeem), Cristiano Aparecido Mendes (professor da rede municipal – SP), Ederaldo Luiz Nieri (professor da rede estadual – SP), Edivaldo dos Santos Nascimento (conselheiro regional da Apeoesp e conselheiro do Sinpeem), Edivan Alves de Novaes (representante de escola da Apeoesp) , Fabiana de Fátima Oliveira (representante de escola do Sinpeem), Giovana Almeida (professora da rede estadual – SP), Jaqueline Valencio (funcionária do quadro de apoio na rede estadual de educação – SP), João Batista de Sá (conselheiro Sinpeem), José Maria de Andrade Filho (conselheiro do Sinpeem), Kamila Monteiro dos Santos (representante de escola do Sinpeem), Lourdes Ferreira da Silva (representante de escola da Apeoesp), Luci Ferreira da Silva (conselheira estadual da Apeoesp), Maria Aparecida Sanches (conselheira do Sinpeem), Marizete Aparecida Pontes (conselhei-

ra do Sinpeem), Marly de Almeida Lopes (conselheira do Sinpeem), Mauro Sergio Magalhães (representante de escola da Apeoesp), Miriam dos Santos Mattiuzzi (funcionária do quadro de apoio da rede municipal de educação – SP), Plinio Roberto Zangirolami (conselheiro do Sinpeem), Simone Gimenez Palazzi (conselheira do Sinpeem), Tiago Martins dos Santos (representante de escola do Sinpeem e militante da Apeoesp), Wagner Alexandre Pereira (representante de escola do Sinpeem).

81. Resolução sobre a burocratização da Central

Proponente: SEEB-RN

1527) Entendemos a burocratização dos sindicatos como um problema político e social, e não como um problema moral. Não se trata da degeneração de um ou outro dirigente, mas de um problema de concepção, de como se desenvolve a relação dos trabalhadores com as suas próprias entidades. A burocratização se coloca como uma possibilidade quando se estabelece um processo substituísta, em que a direção sindical ou uma vanguarda de dirigentes se coloca como único sujeito capaz de levar adiante as tarefas de uma entidade, quando não há participação efetiva da base nas atividades da entidade, quando não há acúmulo de debate político na base para trazer os trabalhadores para discutir as questões que lhe dizem respeito. Essa tendência ocorre devido à descrença da classe diante de anos das traições dos setores majoritários do movimento. Além disso, há uma pressão por parte da base das categorias de substituir o protagonismo da unidade e da luta da classe pela judicialização das reivindicações.

1528) A partir do substituísmo, naturaliza-se o hábito de que somente os dirigentes elaborem a política, somente os dirigentes conduzam o dia a dia da entidade, somente os dirigentes saibam o que fazer numa determinada situação concreta, etc. A partir daí, é um simples passo para que esses dirigentes se tornem indispensáveis, insubstituíveis, e sejam perpetuados nos mandatos de direção das entidades. A partir do momento em que determinados dirigentes são considerados os únicos capazes de conduzir a entidade, inverte-se o objetivo da militância, que passa a estar voltada para a manutenção dos privilégios da liberação sindical, mais do que para a luta da categoria.

1529) Coloca-se como tarefa combater os privilégios e o burocratismo nas entidades, através de um conjunto de medidas como:

1530) 1. Todas as decisões políticas importantes devem ser tomadas em fóruns amplos, retirando dos órgãos de

Anotações

coordenação/direção o poder de decidir tudo;

1531) 2. limitar a reeleição dos diretores sindicais a apenas uma vez;

1532) 3. que a cada eleição seja renovada pelo menos metade dos membros dos órgãos dirigentes;

1533) 4. que as assembleias de base discutam e decidam se deverá ou não haver liberação de diretores para as atividades sindicais e quem deve ser liberado;

1534) 5. o salário de um diretor liberado não pode ser superior àquele que recebia e deve existir rodízio com prazo determinado para retorno ao trabalho;

1535) 6. controle rígido sobre o cumprimento do horário e das tarefas assumidas, de forma que o liberado cumpra, no mínimo, o mesmo que antes da liberação;

1536) 7. controle sobre as finanças, envolvendo prestação de contas em assembleias, bem como a decisão coletiva dos gastos futuros;

1537) 8. que a contratação e demissão dos funcionários das entidades sejam decididas nas assembleias.

82. Resolução sobre imposto sindical

1538) A CSP-Conlutas está se firmando como a ferramenta que reúne as melhores condições para intervir e estimular o processo de reorganização que atravessa o movimento geral da classe trabalhadora e seus aliados.

1539) A partir da nossa intervenção cotidiana, com base nos princípios da independência de classe, da democracia das nossas instâncias e do trabalho de organização de base, podemos avançar e temos confiança que, nas lutas concretas, se forjará uma concepção capaz de superar os limites da experiência desenvolvida pelos trabalhadores em torno da CUT e das organizações que se estabeleceram e se consolidaram na sua órbita.

1540) Mas isso não ocorrerá sem a adoção de medidas concretas que garantam o efetivo controle da base sobre a direção da nossa central e das direções dos sindicatos filiados. Aliás, o controle dos trabalhadores sobre os sindicatos filiados é o estratégico porque é através deles que se organizam e mobilizam os trabalhadores.

1541) Para nós, o enquadramento sindical, imposto desde o governo Getúlio Vargas e reforçado pelo controle do MTB (Ministério do Trabalho) sobre a representação e funcionamento das entidades, é uma ameaça ao desenvolvimento e preservação do projeto político expresso na CSP-Conlutas. Se não combatermos permanentemente essa estrutura sindical, fatalmente acabaremos nos adaptando a ela e foi esse tipo de adaptação que provocou a destruição da CUT enquanto central independente.

1542) Nisso tem particular importância o imposto sindical e, nessa questão em especial, temos total acordo com o companheiro José Maria de Almeida: "(...) O sindicato, para ser independente, deve depender apenas de financiamento oriundo dos trabalhadores, decidido democraticamente em suas instâncias. Isso pressupõe acabar com o imposto sindical ou qualquer outra fonte compulsória de arrecadação de recursos para os sindicatos. Tratam-se, na verdade, não de fontes de financiamento da luta dos trabalhadores, mas sim fontes de reprodução da burocracia sindical."

1543) É evidente que esse combate não pode ser feito através de decretos, como também não pode se limitar a discussões episódicas e ao trabalho de conscientização, sem o estabelecimento de metas e critérios que possam medir os seus avanços, limites e retrocessos.

1544) Por isso entendemos que o Congresso da CSP-Conlutas deve deliberar por:

1545) 1. Desenvolver uma campanha pública e permanente contra essa estrutura sindical subordinada ao estado;

1546) 2. Fazer um levantamento das entidades filiadas à central que recebem imposto sindical para que a Coordenação Nacional faça uma análise desta realidade;

1547) 3. Adotar mecanismos que estimulem a adoção de práticas que rompam e superem a estrutura sindical ofi-

cial, começando por combater o recebimento do Imposto sindical:

1548) a. que os sindicatos adotem providências políticas e jurídicas para impedir o seu recolhimento;

1549) b. que os sindicatos assumam o compromisso da devolução imediata do imposto sindical aos trabalhadores quando esses forem recolhidos. A devolução deve ser feita a todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, e não só no caso destes solicitarem a devolução;

1550) c. No caso das parcelas do imposto sindical recolhido por federações filiadas à central, estas também deverão ser ressarcidas aos sindicatos, para que esses procedam a devolução de todos esses valores aos trabalhadores;

1551) d. que os sindicatos criem comissões de base das categorias, referendadas em assembleia, para acompanhar de forma autônoma a devolução do imposto;

1552) e. que o prazo limite para o cumprimento destas deliberações seja até o próximo Congresso.

ASSINANTES:

1553) Bloco de Resistência Socialista – Sindical e Popular (BRS, o que inclui as correntes políticas LSR – Liberdade, Socialismo e Revolução, GAS – Grupo de Ação Socialista e RS – Reage Socialista)

1554) Miguel Leme Executiva Nacional da CSP-Conlutas e da Oposição Apeoesp/SP | Sônia Godeiro Oposição do Sindsaúde/RN | José Wilson Oposição do Sindsaúde/RN |

1555) Joaquim Aristeu da Silva (Boca), Executiva Estadual da CSP-Conlutas de São Paulo | Jane Barros Executiva Nacional do Movimento Mulheres em Luta (MML) | Marzeni Pereira Oposição Sintaema/SP | Luciano Barbosa Sepe/RJ | Jorge Antonio dos Santos Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Itaúna/MG e membro da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais | Alexandre Marques Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Itajubá/MG e da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais | Cleuza Borges Presidente do Sindicato da Saúde de Itajubá/MG e Região | Dimitri Silveira Oposição Sinpeem/SP | Vinícius Prado Oposição APP/PR | Fábio Arruda Sinsprev/SP.

1556) Avançar na Luta: APS/ CSP-Conlutas

1557) Carlos Roberto dos Santos FENASPS e Oposição Sindprev/DF | Cleuza Nascimento FENASPS e Sintsprev/MG | Edson Bomfim SINTESES e Movimento Negro | Evilasio Lacerda Oposição Sindicato da Educação Paraíba | Gesa Linhares Corrêa SEPE/RJ | Lídia de Jesus FENASPS e Oposição SINDPREV/BA | Lujan Maria Bacelar de Miranda SINTESES/SINTE-PI | Marcio Freitas FENASPS e Sindsprev/RN | Moacir Lopes FENASPS e Sindprevs/PR | Roseli Aparecida de Lima Oposição Sindicato Alimentação de Cascavel | Se-

Anotações

bastião de Oliveira FENASPS e Sindprevs/PR | Willian Aguiar Martins/ SINDPREV/ES.

1558) Movimento de Esquerda Socialista (MES)

1559) Mauricio Costa Carvalho Oposição APEOESP | Bruno Magalhães Movimento Nós da Sul | Adriana Guimarães Direção ASERGHC | Antonio Neto Oposição CPERS | Mauricio Barreto Oposição Rodoviários Porto Alegre | Edson Nascimento Lima Fasubra | João Maria dos Santos OposiçãoSintest/RN | Juliana Selbach Oposição Bancária Brasília | Thais Coutinho SEPE RJ | Rigler Aragão SINDUNIFESSPA - ANDES.

1560) Alicerce

1561) José Campos Secretaria Executiva Estadual RS CSP CONLUTAS FENASPS | Hélio de Jesus FENASPS | Rogério Marzola FASUBRA | David Lobão SINASEFE | Fabiano Faria SINASEFE | Jorge Patricio SINDISPREV-RS |Jorge Moreira SINDISPREV- RS | Shin Nishimura Oposição CPERS/Sindicato | Jorge Maia SEPE RJ | Wiria Alcântara SEPE RJ | Geovano Santos SEPE RJ | Tzusy Estivalet - MUNICIPÁRIA POA/RS.

1562) Construção Socialista (CS)

1563) Neida Oliveira Secretaria Executiva Nacional da CSP CONLUTAS - Oposição do CPERS/Sindicato | Danilo Serafim Secretaria Executiva Nacional CSP CONLUTAS Direção SEPE RJ | Érico Corrêa Secretaria Executiva Estadual RS CSP CONLUTAS – Presidente SINDICAIXA-RS | Francelina Fragoso SEPE RJ –Petrópolis | Valdir Vicente SEPE RJ – Nova Iguaçu | Telma Luzemi Direção SEPE RJ | Jaqueline Leopoldo SEPE RJ - Valença | Mari Andreia Andrade Oposição CPERS/Sindiato | Tere Bulé Diretora Geral 38º Núcleo CPERS/Porto Alegre | Vivian Zamboni – Diretora Geral 42º Núcleo CPERS/ Camaquã | Lucas Bitencourt ANEL | Ludmilla Fagundes Secretaria Executiva Estadual RS CSP CONLUTAS ANEL | Luiz Henrique Chagas Secretaria Executiva Estadual CSP CONLUTAS Presidente SINDIMETRÔ RS Direção da FENAMETRO | Alessandro Batista Diretor SINDIMETRÔ RS | Miguel Chagas Secretario Geral SINDICAL.

83. Resolução sobre estrutura sindical e imposto sindical

Proponente: SEEB-RN

1564) A CSP Conlutas não conseguiu se apresentar como uma alternativa qualitativamente distinta das demais centrais, e isso tem uma explicação. A central retrocedeu em sua linha de enfrentamento à burocracia sindical para uma convivência pacífica com setores da CUT, CTB e outras burocracias, no âmbito da estrutura sindical existente. Já são comuns chapas da CSP-Conlutas com setores governistas, em nome de uma política imediatista e pragmática voltada para o controle de alguns aparatos sindicais. A vanguarda identifica as mesmas práticas entre os ativistas da CSP-Conlutas e da CUT. Além de impulsionar composições verdadeiramente escandalosas, como a do sindicato dos metalúrgicos de Camaçari, onde a CSP-Conlutas se uniu à situação do sindicato, ligado à CTB; ou o caso de Correios em 2010, em que fez chapa com a Art-sind para concorrer as eleições do sindicato de São Paulo capital.

1565) Abandonou-se a luta pela desfiliação da CUT e de outras centrais, de retomada dos sindicatos da burocracia. Isso ficou evidente na prática dos militantes que reivindicam a CSP-Conlutas dentro do CPERS – Sindicato, dos educadores do RS, que fizeram parte da gestão do sindicato durante 6 anos, e de forma oportunista não encaminharam debate algum sobre a desfiliação da CUT. A tática para as eleições sindicais são as alianças por cima, com setores despolitizados ou com um setor da burocracia contra outro. Não se prioriza a construção de oposições sindicais combativas, estruturadas na base das categorias, com trabalho regular e constante a partir dos locais de trabalho, intervenção nas lutas cotidianas, etc. As eleições sindicais devem ser nada mais do que a expressão e o resultado de um processo de organização pela base, em que os trabalhadores sejam protagonistas de fato de sua luta e não a deixem nas mãos de direções "iluminadas". A construção do movimento

pela base resultaria em entidades com um programa classista e delimitado em relação aos governistas e burocratas.

1566) A CSP-Conlutas não pode ser vista como apenas mais uma central, mas como referência de um movimento de retomada da organização dos trabalhadores contra a estrutura sindical existente e de luta implacável contra as práticas burocráticas, assumindo posturas exemplares para a classe trabalhadora. Não pensamos que os sindicatos, como quer a burguesia, fiquem restritos à representação corporativa da categoria (em muitos casos representam apenas parte dessa categoria), limitado às suas reivindicações. Os sindicatos devem romper seu corporativismo, tornarem-se mais amplos, unificar trabalhadores ativos e desempregados, trabalhadores diretos e terceirizados, etc., devem buscar sempre um movimento mais geral e coeso possível.

1567) Os sindicatos e demais organizações devem ser absolutamente democráticas, com garantias expressas ao debate entre os ativistas, liberdade de intervenção, discussão, votações, direito de expressão de todas as posições para os trabalhadores nos materiais do sindicato (jornais, revistas) e nas assembleias. Também deve haver um impulso sistemático à formação política e teórica, para superar as dificuldades que haja entre os trabalhadores.

1568) Dentro dessa perspectiva, temos que ser contrários à herança da estrutura sindical brasileira e seu atrelamento ao Estado. É preciso colocar como critério que os sindicatos filiados à CSP-Conlutas devolvam o imposto sindical e sejam mantidos apenas pelas mensalidades dos associados. Não é possível avançar na luta política pela consciência dos trabalhadores sem que os sindicatos de base estejam legitimados pelo trabalho que fazem sem seu setor, ao invés de depender de uma contribuição compulsória centralizada pelo Estado. A central não pode se eximir da responsabilidade sobre a origem das fontes do seu financiamento. A independência financeira das entidades é um pré requisito para a independência política dos trabalhadores.

84. Pela ampliação das discussões no interior da Central para abranger temas de interesse social e coletivo

Proponente: FNTIG (Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Gráfica)

1569) Nossa sociedade vive uma efervescência e uma po-

Anotações

larização social que há muito não se via. Essa polarização tem se manifestado de várias maneiras e quase sempre pela negativa: na tendência crescente de criminalização, pelo Estado, dos movimentos sociais e, sobretudo, de pobres, negros e minorias em geral, com recrudescimento da repressão e violência policial; nos discursos de ódio explícitos nas redes sociais e mídia em geral justificados geralmente pela "liberdade de expressão" e que vitima especialmente o grupo descrito acima, além das organizações da esquerda política, grupos de imigrantes etc; no aprofundamento dos ataques – via políticos e instituições legislativas, executivas e judiciárias – por meio das medidas provisórias e/ou propostas como terceirização generalizada, redução da maioridade penal, mudança na lei de biossegurança, omitindo informações fundamentais à população como a procedência dos alimentos; na corrupção generalizada de toda a superestrutura, o que se reflete também entre a população; no descaso dos governantes com setores estratégicos para a população como educação, saúde, segurança pública, moradia, energia e água potável; nas questões relacionadas ao meio ambiente, seja no que se refere à sua proteção ou à legislação que se precariza na medida em que grandes grupos econômicos do agronegócio e indústria em geral são beneficiados; no abusivo poder da imprensa e mídia em geral que manipulam, omitem ou dirigem as informações, ferindo direitos fundamentais de toda a sociedade, na postura agressiva e intolerante dos indivíduos entre si, contra as mulheres, homossexuais, crianças e adolescentes.

1570) Todos esses temas causam preocupação e, efetivamente, mexem com os interesses e o cotidiano de toda a população. No entanto, o movimento sindical raramente se ocupa deles e quando o fazem limitam-se à constatação de que é a classe trabalhada a principal vítima.

1571) Apesar de ser compreensível que muitos dos elementos elencados acima não ocupem o cenário das discussões internas da central, dado ao nosso reduzido número de dirigentes e recursos e ainda, dado a enormidade das demandas sindicais específicas, defendemos como fundamental que sejam pautados e discutidos em profundidade.

1572) A focalização desses temas como objetos de discussão e ação poderá ser um passo importante para recuperar o protagonismo social dos sindicatos junto à sociedade. Impossível desconhecer que a queda de popularidade das entidades sindicais, assim como do governo e do próprio Estado, tem raiz também, dentre outros inúmeros fatores, no nosso distanciamento das questões que realmente afligem e mobilizam a classe. Também no corporativismo crescente a que nos obriga o recrudescimento dos ataques que sofremos e nas formas tradicionais que seguimos para manter contato com o trabalhador, limitando-nos à porta dos locais de trabalho.

1573) Questões várias podem ser explicitadas aqui no que se refere ao papel, abrangência de ação e responsabilidade social das entidades sindicais; à necessária autocrítica da nossa postura, em geral, defensiva diante da rejeição dos trabalhadores a qualquer proposta que avance além do individualismo; à avaliação da nossa capacidade real de convencer e mobilizar os trabalhadores.

1574) Diante dessa realidade, o 2º Congresso da CSP-Conlutas resolve:

1575) 1) Planejar a discussão de temas que ecoam mais fortemente entre a população em geral nas atividades regionais e nacionais da central, buscando incentivar a discussão mais qualificada na sociedade e assumindo um papel mais ativo, abrindo novas frentes de atuação que possam angariar maior simpatia e adesão social a fim de transformar a realidade favoravelmente aos trabalhadores.

85. "Trabalhadores (e Trabalhadoras) do Mundo, Uni-vos!"

1576) Como afirma Marx, "a história da sociedade até aos

nossos dias é a história da luta de classes".

1577) Luta de classes contra o trabalho escravo, as jornadas de trabalho estafantes, os salários indignos, a falta de condições de trabalho e em defesa dos direitos sociais, trabalhistas, previdenciários, sindicais etc.. Luta travada por homens e mulheres, especialmente, negros/negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, atingidos por barragens, que têm sido os/as mais penalizados/penalizadas.

1578) Luta que tem se dado também, de forma mais ampla, em defesa dos direitos sociais e contra todas as formas de exploração, preconceito, opressão, xenofobia e intolerância, constituindo-se o que denominamos resistência indígena, negra, feminista, popular e ecossocialista.

1579) Nos últimos anos, diante da crise econômica, financeira, ambiental, energética, política e social e das medidas adotadas pelos governos para enfrentá-la, temos visto a retomada da luta de resistência em todas as partes do mundo, e em especial na Europa, onde o estado de bem-estar social tem sido duramente atingido.

1580) Em muitos momentos, diante da situação em que se encontra a classe trabalhadora em nível mundial e os povos em geral, com milhões de crianças abandonadas, jovens assassinados pelas drogas, desemprego e violência, inclusive, a estatal, temos usado a consigna de Rosa Luxemburgo, "Socialismo ou Barbárie!", sem nenhum exagero; pois com a crise e o avanço da ciência e da tecnologia tem avançado também, as formas de dominação, exploração e opressão sobre a classe trabalhadora e o povo em geral. E, desde a década de 70, se convive com o Sistema da Dívida, conjunto de instrumentos e mecanismos ilegais, ilegítimos e imorais, utilizados para manter as altas taxas de lucros, especialmente do setor financeiro, em detrimento dos países e de suas populações.

1581) É neste quadro, que nos faz lembrar Rosa Luxemburgo e Karl Marx, que temos que nos posicionar acerca da reorganização do movimento sindical e popular brasileiro – cuja discussão e iniciativas vêm se desenvolvendo há mais de 10 anos.

1582) E não vemos outra forma de enfrentar esta situação a não ser com a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras, com democracia socialista, organização pela base, politização da ação sindical e popular e direção sindical e popular socialista.

1583) Como fazer isso num quadro de fragmentação, fomentado pelos governos e patrões, centrais sindicais pelegas e até por correntes, dirigentes e militantes de partidos de esquerda?

1584) Alguns afirmam que esta é a tendência do período: a constituição de centrais sindicais de partidos e correntes políticas. Que é assim em ou-

Anotações

tros países, como a Argentina, onde há vários anos a divisão é tal que até mesmo em manifestações conjuntas muitas vezes é necessária a separação dos agrupamentos, para que não haja briga entre eles durante o trajeto.

1585) Que não nos resta outra saída, pois tal partido criou sua central, tal corrente criou sua associação e por aí vai. O fato concreto é que, temos hoje, no campo da esquerda, duas centrais sindicais: CSP-Conlutas e Intersindical, além de organizações do campo da esquerda com construções particulares no campo sindical (Unidos pra Lutar, Unidade Classista, dentre outras). E se avaliarmos as disputas nas eleições sindicais o quadro se agrava mais ainda. Vamos encontrar diversas correntes de um mesmo partido, que optaram por uma e/ou outra central, em chapas diferentes, bem como correntes e agrupamentos de uma mesma central, também, em chapas distintas, num enfrentamento que foge às nossas formulações estratégicas mais centrais, em nome da disputa do aparelho e não do programa para a categoria, ou priorizando a própria autoconstrução.

1586) O ideal era que nos afastássemos das verdades pré-concebidas, fizéssemos um balanço profundo do processo de reorganização do movimento sindical e popular no Brasil, víssemos os erros e acertos, as vitórias e derrotas, as dificuldades enfrentadas, os desafios e as perspectivas. Analisássemos a situação da classe trabalhadora e do povo em geral, a realidade da esquerda e dentro dela, a realidade das organizações sindicais, populares e estudantis do campo da esquerda. Mas, as posições se cristalizaram de tal modo, que talvez um balanço destes, mais dificulte do que nos ajude na busca da unidade política e orgânica tão necessária à luta da classe trabalhadora brasileira.

1587) A CSP-Conlutas é uma central muito importante, constituída por todos/todas, inclusive, aqueles/aquelas que com o desemprego, o subemprego, a precarização do trabalho tem como único espaço de atuação, o movimento popular.

1588) Mas os desafios da conjuntura exigem dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras a construção de uma central ampla, representativa forte, que unifique suas lutas, uma central Central Sindical e Popular unitária, que unifique as diversas experiências combativas do movimento sindical e popular dentre outras do campo da esquerda sindical e popular, sem estipular prazo para tanto e deste modo, consiga ir além da simples somatória de organizações ao potencializar recursos financeiros, materiais e humanos, fortalecendo e tornando-se referência para o conjunto da classe trabalhadora.

1589) Uma central ampla, plural, classista, democrática, solidária, internacionalista, que tenha a unidade como valor estratégico e desenvolva um sindicalismo a serviço da luta pelo socialismo. Uma central que combata a concepção de "Central de Partido", qualquer que seja ele, e reitere que as entidades sindicais e a Central Sindical e Popular devem ser apartidárias. Uma central que tenha um funcionamento com critérios democráticos e respeitosos que assegurem a representatividade de todos os setores que vierem a integrá-la, assentado no método de construção coletiva, de busca do consenso, que é o mais adequado para solucionar as divergências, principalmente quando estão envolvidas questões relativas à concepção e aos princípios. No entanto, quando o consenso se mostrar impossível as questões devem decididas pelo voto, como já é tradição dentro do movimento sindical e popular.

1590) Entendemos que, mesmo sem uma maior discussão no interior do movimento popular acerca de uma central unitária e do desfecho do CONCLAT, foi muito importante e salutar para os dois movimentos, a experiência de unificação do sindical com o popular e deve ser fortalecida, não só com a filiação de um maior número de organizações do movimento popular urbano e rural, mas com a incorporação de suas demandas à luta cotidiana da central e de suas entidades de base, com a participação dos/das mesmos/mesmas em todas as instâncias e fóruns de delibe-

ração da central.

1591) Diante dos ajustes fiscais e da cassação de direitos impostos pelo FMI e Banco Mundial, através do Sistema da Dívida, que está quebrando países, Estados e municípios até mesmo no denominado primeiro mundo (como ocorre na América Latina e em especial no Brasil dos anos 70 aos dias atuais, vide PL 4330, da terceirização, as Medidas Provisórias 664/665 e as decisões da justiça liberando a entrega do serviço público para as OS, Oscips, dentre outros mecanismos de terceirização e privatização dos serviços públicos), mais do que nunca se consolida como atual a consigna: Trabalhadores e Trabalhadoras do mundo Uni-Vos! Mas, não basta a consigna, é nossa responsabilidade assumir concretamente este enorme desafio político.

1592) Do mesmo modo, devemos fortalecer o Espaço de Unidade e Ação e outras iniciativas que tenham como objetivo buscar a unidade dos lutadores e lutadoras sociais e de suas organizações em torno de bandeiras comuns, de forma independente e autônoma frente aos governos e aos patrões.

1593) Ousando unir, ousando lutar, venceremos!

ASSINANTES:

1594) Avançar na Luta – Corrente Sindical e Popular - Angelo Cesar J. Junior - SEPE/Friburgo; Carlos Eduardo da Silva Leão – Oposição SINDPREV/DF; Carlos Roberto dos Santos – FENASPS e Oposição Sindprev/DF; Corália Maria Saraiva - Oposição SINDPREV/DF; Débora D´Oliveira – SEPE/Costa do Sol; Denise Soares - SEPE/Lagos; Dnery Maria Ribeiro - SINDPREV/ES; Domingos Cordeiro França – Oposição SINDSAÚDE/ES; Edson Bomfim – SINTESES e Movimento Negro; Egeson Conceição - Sindmetal/RJ; Eliane Mauro – Oposição SINDSAÚDE/ES; Evilasio Lacerda - Oposição Sindicato da Educação Paraíba; Francisco dos Santos Filho - SINDPREV/ES; Gesa Linhares Corrêa - SEPE/RJ; Humberto Michaeli -SEPE/Vassouras; Juvenil Marques- SEPE/Campos; Jalmir Cezini Andrade - SINDPREV/ES; Janaína Matos - SEPE/N.I; Jorge Gonçalves de Souza- Sindmetal/RJ; Keli de Moraes - SEPE/Friburgo; Laurizete Araújo Gusmão - Oposição SINDPREV/DF; Leonardo Freitas - SEPE/Vassouras e base Mendes; Lídia de Jesus - Fenasps e Oposição SINDPREV/BA; Luiz Alfredo - Sindprevs/PR; Lujan Maria Bacelar de Miranda – SINTESES/SINTE-PI; Maria Ignez Pereira de Sales Miranda - SINDPREV/ES; Maria Júlia Mendonça Barreto- SEPE/Lagos; Maria Regina Lacerda - FENASPS e Oposição SINDPREV/PB;Marli Brígida dos Reis/ SINDPREV /ES; Marcos Rangel - SEPE/RJ e Caxias; Marize Oliveira – SEPE/Caxias; Moacir Lopes - FENASPS e Sindprevs/PR; Nanci Ferreira Belo- SEPE/Lagos; Osmar Batista - SINDPREVS/PR; Roseli Aparecida de Lima - Oposição Sindicato Alimentação de Cas-

Anotações

cavel; Sebastião de Oliveira - Fenasps e Sindprevs/PR; Sílvio Florentino – Movimento Popular/DF; Simone Caixeiro - SEPE/N.I; Willian Aguiar Martins/ SINDPREV/ES

86. O Seminário Nacional da CSP-Conlutas e os desafios da Comunicação dos trabalhadores hoje

1595) **Obs: Publicação autorizada pela SEN, tendo em vista a elaboração coletiva das entidades filiadas participantes do Seminário Nacional de Comunicação ocorrido em novembro de 2014.**

1596) A comunicação dos trabalhadores e dos movimentos sociais enfrentam desafios importantes no período atual. Vivemos na época da comunicação instantânea. As informações são processadas e tornam-se públicas no mesmo momento em que os fatos acontecem.

1597) Precisamos nos comunicar com a base nos locais onde atuamos, é sempre importante fortalecer as nossas redes de solidariedade e de frente única durante as lutas e temos ainda de pensar na visibilidade das ações proferidas por nós. São muitas as frentes!

1598) Atualmente, as possibilidades de comunicação diante dessas frentes de ação é infinitamente superior há 30 anos, por exemplo, no período das grandes greves do ABC. Naquela época dirigir uma categoria nacional era bem mais complicado do que hoje. O que era imprensa sindical se transformou numa poderosa comunicação diante do universo de possibilidades. Quando discutíamos essa imprensa nos referíamos basicamente a jornais, boletins, cartazes e filipetas. Atualmente, a comunicação é mais estruturada diante de suas frentes de atuação. Cada uma das diversas ferramentas com sua linguagem e seu público. É preciso pensar que a comunicação sindical e dos movimentos pode atingir uma categoria de trabalhadores, sua família, um bairro, outros movimentos, um determinado segmento da sociedade.

1599) Além disso, a vastidão de possibilidades está acompanhada por uma mídia tradicional poderosa, que bombardeia diariamente seu público com noticiário e entretenimento a serviço dos interesses da classe dominante; e também por uma comunicação empresarial cada vez mais aprimorada, disposta a se utilizar dos meios pertinentes para conquistar ideologicamente os trabalhadores e, assim, aprofundar a aplicação da política neoliberal nos locais de trabalho e na concepção de vida cotidiana. E, após a eleição do PT na esfera federal, ainda somos obrigados a nos contrapor em situações importantes à política das direções sindicais governistas.

1600) Ou seja, o desafio em fortalecer um discurso contra-hegemônico é enorme e urgente. Para as frentes de atuação na comunicação há sempre uma ferramenta mais adequada. Inúmeras! Com os trabalhadores temos os materiais impressos, como jornais, revistas, boletins; a internet por meio de sites, redes sociais, blogues e a comunicação via celular com sms, whatsapp e o acesso às redes e as produções audiovisuais em era imagética. O fortalecimento de relações e ampliação das vozes contra-hegemônicas por meio das redes de solidariedade e atuação conjunta em diversos momentos é fundamental, assim como é necessário o trabalho de assessoria de imprensa para ampliar a visibilidade de nossas ações. Ou seja, articular os diversos meios para cada demanda que nos é sugerida é um exercício cotidiano.

1601) Hoje temos ainda o desafio da instantaneidade. Lembram-se de junho de 2013? Quantos de nós, além de estar nas ruas, acompanharam também a cobertura pelas redes sociais? Informações, opiniões, uma rede de solidariedade imediata aos que sofriam repressão. Quantas curtidas demos ao olhar fotos, comentários e vídeos postados nas redes, aos comentários otimistas daqueles dias, às imagens que mostravam a grandiosidade do que estava acontecendo?

1602) O acesso às redes se

ampliou nas manifestações de junho. Não que esse movimento não viesse ocorrendo, já vinha. Todos sabemos! Contudo, naqueles dias pessoas buscaram ou intensificaram suas relações com aqueles meios de comunicação. E, de fato, as redes passaram a ocupar um novo lugar como ferramenta de troca de informações. Cumpriram também papel importante nas mobilizações do norte da África, por exemplo, Egito e Turquia, entre outros países. E, no cotidiano, são milhões os que dão pelo menos uma olhada diária nesse meio de comunicação.

1603) Essa situação aprofundou os desafios para o movimento dos trabalhadores, que muitas vezes vê os meios de comunicação de forma tradicional. Como usar as mídias sociais para se aproximar dos que estão na base das categorias? Como aproveitar as redes para buscar mais informações a partir do que postam os trabalhadores? É possível utilizá-la como reforço para a organização de base? Esse meio de comunicação tornou-se mais importante que os outros? Como lidar com essa nova realidade?

1604) Os desafios são muitos. É imprescindível saber ajustar e integrar todos os elementos que compõem a comunicação: ferramenta adequada, texto claro e objetivo, palavras compreensíveis, abordagem atual e próxima da realidade do trabalhador; imagens que chamem a atenção, assim como boas locuções e outros aspectos que envolvem sua produção.

1605) A integração entre diretoria, profissional de comunicação e trabalhador também é fundamental para o êxito dessa comunicação. Por isso, não pode ser menosprezada. Precisa ser uma preocupação constante.

1606) São inúmeros os aspectos que compõem a comunicação dos trabalhadores. É preciso vasculhá-los, conhecê-los. Saber qual o melhor momento para usá-los. Só dessa maneira consegue-se fazer uma boa comunicação, que atinja seus objetivos.

A CSP-Conlutas e sua Comunicação

1607) A nossa Central e suas entidades e movimentos filiados estão no meio desse turbilhão. Estamos envolvidas, nessa conjuntura complexa, com os novos meios de comunicação, mas tendo que observar também o valor das ferramentas tradicionais.

1608) O 1º Seminário Nacional de Comunicação da CSP-Conlutas veio com o intuito de apontar indagações e avançar na elaboração e nas iniciativas coletivas e integradoras na comunicação da Central. A partir dos debates realizados alguns aspectos e propostas foram apontados. São eles:

1609) - Apresentar na SEN a proposta de criar o Setorial de Comunicação (composto por dirigentes e profissionais

Anotações

de comunicação) ou Grupo de Trabalho para discutir o tema da comunicação e, após, apresentar a proposta na Reunião da CSP Conlutas;

1610) - Elaborar o Plano Nacional de Comunicação da CSP-Conlutas a partir dos debates realizados e das demandas da Central e de suas entidades filiadas (a partir do plano apresentado pelo Andes -SN);

1611) - Proporcionar funcionamento em rede: aperfeiçoar articulação entre as equipes de comunicação da Central e de suas entidades, ampliando a intercomunicação, o cruzamento de pautas, incentivando as parcerias regionais ou temáticas, o funcionamento em rede solidária e o trabalho colaborativo de mão dupla;

1612) - Esta rede deve apontar em perspectiva para a criação de uma Agência Nacional de Comunicação da CSP-Conlutas, a partir do Plano Nacional de Comunicação;

1613) - Valorizar o profissional de comunicação e lutar contra a precarização do setor no interior da Central;

1614) - Destacar a necessidade de investimento/priorização da comunicação nas entidades, levando em conta a autonomia de cada entidade;

1615) - Reafirmar a necessidade da cobertura aos eventos nacionais da Central e outras atividades de interesse pelos profissionais da comunicação;

1616) - Criar espaços de formação política/profissional envolvendo dirigentes e profissionais da comunicação;

1617) - Desenvolver a comunicação de acordo com as frentes de atuação definidas no Seminário => com a base das categorias buscando qualidade, ferramentas pertinentes e linguagem acessível aos trabalhadores; constituir relações com setores classistas no fortalecimento de uma comunicação contra-hegemônica; ampliar a visibilidade das ações da Central e de suas entidades filiadas por meio da assessoria de imprensa que abranja a chamada mídia tradicional e a mídia alternativa.

1618) - Elaborar coletivamente um Manual de Comunicação, com destaque para mídias digitais;

1619) - Impulsionar a estruturação das CSP-Conlutas regionais e estaduais para melhor trabalho de comunicação;

1620) - Realização de seminários regionais e/ou estaduais no segundo semestre de 2015 na perspectiva de avançar na estruturação da comunicação e em preparação ao próximo seminário.

1621) - Aprofundar as discussões de temas pertinentes à Comunicação e ao Jornalismo, como por exemplo, democratização dos meios de comunicação, diploma para exercer a função de jornalista entre outros;

1622) - Avançar na elaboração conceitual da comunicação que queremos desenvolver para a nossa classe;

1623) - Fortalecer o tripé – dirigente, jornalista, trabalhador;

1624) Repetimos. Os desafios são muitos! A melhor maneira de desvendá-los é por meio do debate, buscando elaborações, trocando as nossas experiências à luz de companheiros e companheiras que atuam conjuntamente com os trabalhadores, movimentos sociais e contra as opressões no dia a dia.

1625) O 1º Seminário Nacional de Comunicação da CSP-Conlutas nos mostrou que podemos avançar. É a hora!

1626) Comissão Organizadora do 1º Seminário Nacional de Comunicação da CSP-Conlutas

ESTATUTO

87. Proposta de resolução de mudança estatutária

1627) Este Congresso é o momento privilegiado para debatermos o funcionamento democrático das instâncias da CSP-Conlutas. A partir disso, é necessário reconhecer que há muito a ser feito em relação à democracia interna da Central.

1628) Um dos problemas da maioria das centrais sindicais, e em particular da CUT, está no fato dela ser hegemonizada por um partido político: o Partido do Trabalhadores (PT). Este hegemonismo contribuiu para que a CUT perdesse totalmente

à sua independência de classe em relação aos governos, principalmente, quando o PT conquistou o Executivo em municípios, estados e no plano federal.

1629) Quando Lula assumiu a Presidência da República em 2003, a CUT, por exemplo, não mobilizou como deveria e poderia contra a reforma da previdência que atacou a aposentadoria dos trabalhadores brasileiros. Esta mesma Central, ao invés de organizar a luta pra valer contra o PL 4330, as MPs 664 e 665 e outras medidas de ajuste fiscal implementadas pelo governo federal, acaba priorizando a defesa do governo que no plano federal executa estes ataques aos trabalhadores brasileiros, como é caso do governo Dilma Rousseff.

1630) Partindo desta lição histórica, é fundamental combater qualquer tipo de hegemonismo político dentro da CSP-Conlutas. Não podemos permitir que os interesses de uma corrente ou partido político prevalecem sobre os interesses históricos da classe trabalhadora brasileira. Para isso, é fundamental que a CSP-Conlutas continue sendo independente de patrões, governos e dos partidos políticos. E é dentro desta perspectiva, que os subscrevem esta emenda de mudança estatutária, defendem que nenhuma corrente ou partido político tenham mais de 40% da Secretaria Executiva Nacional que será eleita após o Congresso.

1631) Esta medida evitaria o hegemonismo, garantiria a democracia interna e faria com que a CSP-Conlutas seja, efetivamente, um pólo de atração para outras entidades e movimentos sociais sociais que estão fora da Central.

A partir destas considerações, o 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

1632) Incluir um segundo parágrafo no Artigo 15 do Estatuto com a seguinte redação:

1633) "Nenhuma corrente política poderá ter mais de 40% dos membros da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas".

ASSINANTES:

1634) Bloco de Resistência Socialista – Sindical e Popular (BRS, o que inclui as correntes políticas LSR – Liberdade, Socialismo e Revolução, GAS – Grupo de Ação Socialista e RS – Reage Socialistas) -

1635) Miguel Leme, Executiva Nacional da CSP-Conlutas e da Oposição Apeoesp/SP; Sônia Godeiro, Oposição do Sindsaúde/RN; José Wilson, Oposição do Sindsaúde/RN; Joaquim Aristeu Benedito da Silva (Boca), Executiva Estadual da CSP-Conlutas de São Paulo; Jane Barros, Executiva Nacional do Movimento Mulheres em Luta (MML); Marzeni Pereira, Oposição Sintaema/SP; Luciano Barbosa, Sepe/RJ; Jorge Antonio dos Santos, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Itaúna/MG e membro da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais; Alexandre Marques, Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Itajubá/MG e da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais; Cleuza Borges, Presidente do

Anotações

Sindicato da Saúde de Itajubá/MG e Região; Dimitri Silveira, Oposição Sinpeem/SP; Vinícius Prado, Oposição APP/PR; Fábio Arruda, Sinsprev/SP; Edemilson Clementino, Oposição Apeoesp/SP; Ricardo Oliveira (Didi), Sepe/RJ; Abdon da Costa Souza, Oposição Sintaema/SP; Bryan Félix, Oposição Apeoesp/SP; Demétrius Siqueira, Oposição Apeoesp/SP; Jonathan de Oliveira Mendonça, Sepe/RJ; Raphael Mota, Sepe/RJ; Kátia Sales, Movimento Mulheres em Luta (MML)/MG; Joeferson Faccin José de Almeida, Oposição Sinpeem/SP.

88. Resolução sobre estrutura, organização, funcionamento e administração da Central

1496) O Estatuto da CSP-Conlutas apresenta diversos problemas em relação à estrutura que interferem diretamente no funcionamento político e administrativo da entidade.

1497) 1. No Artigo 8º do Capítulo V, constam como instâncias de organização, de funcionamento e de deliberação da Central, nos itens IV e V, a Coordenação Estadual ou Regional e depois, Secretaria Executiva Estadual e Regional.

Vê-se aqui uma clara confusão entre duas instâncias que acabam por se confundir dentro da hierarquia, o que acaba causando ou uma sobreposição de papeis ou um vácuo em relação ao ordenamento administrativo.

1498) 2. O Artigo 23, do Capítulo X, que trata da composição das Secretarias Executivas, também é omisso em relação a esta dupla representação ou à ausência de uma definição exata sobre qual a relação entre estas instâncias, se é que existe. Em vários momentos, o Estatuto se refere às instâncias regionais e estaduais de forma linear, isto é, utilizando a expressão "ou", o que sugere que entre elas não exista nenhuma relação, nem política e nem administrativa.

1499) Aliás, o próprio fato de que as Secretarias Executivas Regionais tratem diretamente com a Secretaria Nacional, demonstra que, conforme a interpretação que está sendo dada, não exista qualquer relação direta entre a regional e a respectiva Secretaria Estadual.

3. Já no Artigo 29, do Capítulo XI, que trata da sustentação financeira, diz:

1500) "O valor arrecadado com as contribuições regulares pagas à CSP-Conlutas pelas entidades e movimentos será distribuído por toda a sua estrutura organizativa na seguinte proporção: a CSP-Conlutas Nacional fica com o correspondente a 40% (quarenta por cento) e as instâncias estaduais e regionais ficam com 50% (cinquenta por cento) do valor arrecadado e os outros 10% constituirão um fundo de lutas da Central, que receberá o repasse automático deste percentual das contribuições recebidas".

1501) Assim, fica evidente a omissão estatutária em relação à divisão das contribuições das entidades, oposições, minorias e movimentos, pois não existe nenhuma definição de percentuais entre estas duas instâncias. Além disto, no Parágrafo Único, do mesmo Artigo 29º, consta:

1502) "O recolhimento da contribuição será feito centralizadamente junto a uma conta bancária da instância nacional da Central, que efetuará o repasse a cada instância estadual e/ou regional".

1503) Aqui, o conflito fica ainda mais evidente, pois o Estatuto trata como "instância estadual e/ou regional". O que admite esta expressão e/ou? É possível a existência de uma regional sem relação com a respectiva secretaria estadual?

1504) Esta confusão se agrava diante de outros artigos do Estatuto da CSP-Conlutas, pois a participação nas diversas instâncias de deliberação, incluído ai o Congresso Nacional da entidade, se dá por definição estatutária através da representação da entidade, oposição, minoria ou movimento, não sendo, portanto, uma representação nominada, mas sim por definição da entidade de base.

1505) Desta forma, será necessário proceder a uma revisão geral em relação à estrutura funcional, à administração e

também às relações políticas entre as entidades e suas respectivas secretarias regionais e estaduais.

1506) Diante destes problemas existentes nos Estatutos da CSP-Conlutas e da necessidade de que se regulamente o processo de funcionamento de modo a não restringir a participação das entidades nas diversas instâncias a que têm direito, bem como para resguardar os direitos das organizações de âmbito nacional ou estaduais, estes artigos deverão ser revistos e devidamente adequados à realidade da Central.

1507) Assim, os que subscrevem esta resolução, propõem:

1508) - A criação de um Grupo de Trabalho (GT), formado na primeira Coordenação Nacional após este Congresso, para analisar, discutir e propor alterações que possam suprir as lacunas legais aqui apontadas;

1509) - Que este GT tenha um prazo definido de 6 (seis) meses para apresentar suas proposições e que estas sejam votadas pela Coordenação Nacional "Ad referendum" do próximo Congresso Nacional.

ASSINANTES:

1510) Bloco de Resistência Socialista – Sindical e Popular (BRS, o que inclui as correntes políticas LSR – Liberdade, Socialismo e Revolução, GAS – Grupo de Ação Socialista e RS – Reage Socialista)

1511) Miguel Leme Executiva Nacional da CSP-Conlutas e da Oposição Apeoesp/SP | Sônia Godeiro Oposição do Sindsaúde/RN | José Wilson Oposição do Sindsaúde/RN |

1512) Joaquim Aristeu da Silva (Boca), Executiva Estadual da CSP-Conlutas de São Paulo | Jane Barros Executiva Nacional do Movimento Mulheres em Luta (MML) | Marzeni Pereira Oposição Sintaema/SP | Luciano Barbosa Sepe/RJ | Jorge Antonio dos Santos presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Itaúna/MG e membro da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais | Alexandre Marques Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Itajubá/MG e da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais | Cleuza Borges Presidente do Sindicato da Saúde de Itajubá/MG e Região | Dimitri Silveira Oposição Sinpeem/SP | Vinícius Prado Oposição APP/PR | Fábio Arruda Sinsprev/SP.

1513) Avançar na Luta: APS/ CSP-Conlutas

1514) Carlos Roberto dos Santos FENASPS e Oposição Sindprev/DF | Cleuza Nascimento FENASPS e Sintsprev/MG | Edson Bomfim SINTESES e Movimento Negro | Evilasio Lacerda Oposição Sindicato da Educação Paraíba | Gesa Linhares Corrêa SEPE/RJ | Lídia de Jesus FENASPS e Oposição SINDPREV/BA | Lujan Maria Bacelar de Miranda SINTESES/SINTE-PI | Marcio Freitas FENASPS e Sindsprev/RN | Moacir Lopes FENASPS e Sindprevs/PR | Roseli Aparecida

Anotações

de Lima Oposição Sindicato Alimentação de Cascavel | Sebastião de Oliveira FENASPS e Sindprevs/PR | Willian Aguiar Martins/ SINDPREV/ES.

1515) Movimento de Esquerda Socialista (MES)

1516) Mauricio Costa Carvalho Oposição APEOESP | Bruno Magalhães Movimento Nós da Sul | Adriana Guimarães Direção ASERGHC | Antonio Neto Oposição CPERS | Mauricio Barreto Oposição Rodoviários Porto Alegre | Edson Nascimento Lima Fasubra | João Maria dos Santos OposiçãoSintest/RN | Juliana Selbach Oposição Bancária Brasília | Thais Coutinho SEPE RJ | Rigler Aragão SINDUNIFESSPA - ANDES.

1517) Alicerce

1518) José Campos Secretaria Executiva Estadual RS CSP-Conlutas FENASPS | Hélio de Jesus FENASPS | Rogério Marzola FASUBRA | David Lobão SINASEFE | Fabiano Faria SINASEFE | Jorge Patricio SINDISPREV-RS |Jorge Moreira SINDISPREV- RS | Shin Nishimura Oposição CPERS/Sindicato | Jorge Maia SEPE RJ | Wiria Alcântara SEPE RJ | Geovano Santos SEPE RJ | Tzusy Estivalet - MUNICIPÁRIA POA/RS.

1519) Construção Socialista (CS)

1520) Neida Oliveira Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas - Oposição do CPERS/Sindicato | Danilo Serafim Secretaria Executiva Nacional CSP-Conlutas Direção SEPE RJ | Érico Corrêa Secretaria Executiva Estadual RS CSP-Conlutas – Presidente SINDICAIXA-RS | Francelina Fragoso SEPE RJ –Petrópolis | Valdir Vicente SEPE RJ – Nova Iguaçu | Telma Luzemi Direção SEPE RJ | Jaqueline Leopoldo SEPE RJ - Valença | Mari Andreia Andrade Oposição CPERS/Sindiato | Tere Bulé Diretora Geral 38º Núcleo CPERS/Porto Alegre | Vivian Zamboni – Diretora Geral 42º Núcleo CPERS/Camaquã – Lucas Bitencourt ANEL | Ludmilla Fagundes Secretaria Executiva Estadual RS CSP-Conlutas ANEL | Luiz Henrique Chagas Secretaria Executiva Estadual CSP-Conlutas Presidente SINDIMETRÔ RS Direção da FENAMETRO | Alessandro Batista Diretor SINDIMETRÔ RS | Miguel Chagas Secretario Geral SINDICAIXA RS.

ESTATUTO DA CSP-CONLUTAS

CAPÍTULO I. DA TRANSFORMAÇÃO, DA DENOMINAÇÃO, DA NATUREZA JURÍDICA, DA DURAÇÃO, DAS SEDES E SUB-SEDES

Artigo 1º – A CENTRAL SINDICAL E POPULAR/Conlutas, também identificada pela sigla CSP-CONLUTAS, constituída a partir do Congresso da Classe Trabalhadora – Conclat realizado em Santos/SP e ratificada nesta Assembleia Geral Extraordinária ocorrida no dia vinte e quatro de julho do ano de dois mil e dez, no SINDSPREV/RJ, localizado na Rua Joaquim Silva, 98-A, Rio de Janeiro/RJ, sucessora da Associação Coordenação Nacional de Lutas, originalmente constituída em 15 de dezembro de 2005, em Brasília/DF, e da Coordenação Nacional de Lutas/Conlutas, é uma entidade civil devidamente registrada, com personalidade jurídica de direito privado, natureza jurídica de central sindical, popular e de classe, sem fins lucrativos e de duração indeterminada, com base territorial e representatividade em todo o território nacional, com sede na Rua Boa Vista, n° 76, 11º andar, Centro – São Paulo -SP. Cep: 01014-000, para todos os fins.

Parágrafo primeiro – A CSP-CONLUTAS tem personalidade jurídica própria e distinta das entidades a ela filiadas e não responde pelos atos praticados por seus filiados.

Parágrafo segundo – A CSP-CONLUTAS poderá estabelecer e manter em funcionamento sub-sedes nos estados e regiões do país.

Artigo 2° – A CSP-CONLUTAS é entidade de caráter classista que se constitui como instrumento para a defesa das reivindicações, direitos e interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora em seu conjunto, consubstanciados em seu programa.

Parágrafo primeiro – A CSP-CONLUTAS busca agrupar em seu interior as trabalhadoras e os trabalhadores organizados nos sindicatos, as organizações de trabalhadores desempregados e desempregadas, dos aposentados e aposentadas, os diferentes movimentos populares que organizam trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, as organizações e movimentos que lutam contra toda forma de discriminação e opressão e as organizações estudantis que decidirem participar das lutas da classe trabalhadora.

Parágrafo segundo – Sempre que no presente Estatuto for usada a expressão "trabalhadores e trabalhadoras", estará se referindo a todo o conjunto de setores, entidades e organizações referidas no parágrafo anterior. A expressão "Central" também será utilizada para designar a entidade ora constituída.

CAPÍTULO II. DO PROGRAMA E DOS OBJETIVOS

Artigo 3° – O programa da Central deverá ser aprovado e só poderá ser alterado noCongresso Nacional da Central, sempre com vistas ao cumprimento dos objetivos da entidade.

Parágrafo único – A concretização e atualização do programa referido no caput, para cada momento da luta de classes, poderá ser feita por deliberação da Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS.

Artigo 4° – A CSP-CONLUTAS enquanto instrumento para a defesa de todas as reivindicações e demandas dos trabalhadores e trabalhadoras e das organizações a ela filiadas, tem como objetivos:

Parágrafo primeiro – Organizar e mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras sempre no sentido de defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas.

Parágrafo segundo – Lutar por melhores condições de vida e trabalho.

Parágrafo terceiro – Lutar

em defesa dos interesses históricos da classe trabalhadora, tendo como meta o fim de toda forma de exploração e opressão, sempre na perspectiva de uma sociedade socialista, governada pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras.

Parágrafo quarto – Representar, com autonomia e independência, nas esferas política, administrativa e judicial, perante quaisquer órgãos da Administração Pública, dos Poderes constituídos e da sociedade, em qualquer instância, os interesses coletivos e individuais dos trabalhadores e trabalhadoras, em matéria de direito individual, individual homogêneo, coletivo ou difuso.

Parágrafo quinto – Participar, mediante autorização dos filiados, de negociações coletivas nacionais, estaduais, regionais ou setoriais, pugnando pela defesa dos interesses dos seus representados, somente podendo firmar instrumentos decorrentes com expressa autorização dos mesmos.

Parágrafo sexto – Exercer a representação dos trabalhadores e trabalhadoras, por meio das entidades e organizações a ela filiadas.

CAPÍTULO III. DOS PRINCÍPIOS. Artigo 5° – São princípios basilares da CSP-CONLUTAS.

Parágrafo primeiro – A independência de classe. I) A atuação da CSP-CONLUTASdeverá basear-se no pressuposto de que a libertação dos trabalhadores e trabalhadoras será obra dos próprios trabalhadores e trabalhadoras. II) Para não fugir de seus objetivos a CSP-CONLUTAS deve se pautar pela mais completa independência política, financeira e administrativa em relação à classe empresarial, à burguesia classicamente considerada, aos governos e ao Estado. III) É incompatível o recebimento de quaisquer recursos financeiros oriundos da União, dos Estados, dos Municípios, de ONGs ou de empresários. IV) É incompatível a ocupação, pelos dirigentes da Central, de funções públicas ou cargos em tarefa de direção em qualquer instância governamental.

Parágrafo segundo – A construção da unidade, como valor estratégico, na luta dos trabalhadores e trabalhadoras. I) A CSP-CONLUTAS defenderá e atuará para assegurar a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras na luta por seus direitos e interesses. II) A unidade é um meio fundamental para fortalecer os trabalhadores nas suas lutas. III) A unidade de ação com outros setores para além da CSP-CONLUTASnão se contrapõe ou se sobrepõe à independência política da Central.

Parágrafo terceiro – A defesa da ação direta. I) A CSP-CONLUTAS defende a mobilização coletiva e a ação direta dos trabalhadores e trabalhadoras como formas privilegiadas de luta; II) A CSP-CONLUTAS poderá se utilizar de outras formas de luta como a atuação no parlamento ou a luta jurídica, as negociações e acordos que forem de interesse da classe trabalhadora, sempre e quando se fizerem necessários e forem aprovados na base; III) Todas as demais formas de atuação dos trabalhadores e trabalhadoras deverão estar subordinadas à sua ação coletiva, à sua mobilização, pois essa é a principal garantia de vitória da classe trabalhadora.

Parágrafo quarto – A autonomia frente aos partidos políticos. I) A Central, sendo uma organização de natureza sindical, popular e de classe, sem caráter partidário, é autônoma frente aos partidos políticos, o que significa que todas as suas decisões – políticas, administrativas e financeiras – serão tomadas de forma soberana nas suas instâncias de deliberação; II) A CSP-CONLUTAS não é apolítica, podendo posicionar-se sobre os acontecimentos políticos na sociedade; III) A CSP-CONLUTAS valorizará e receberá de bom grado, em suas instâncias, todos os trabalhadores e trabalhadoras filiados/filiadas ou não a partidos políticos.

Parágrafo quinto – A democracia e a unidade na ação. I) A CSP-CONLUTAS pautará o seu funcionamento por formas e processos que assegurem a democracia, um rico e saudável debate interno, o respeito à diversidade política existente em seu interior, com o objetivo de assegurar a sua unidade na

ação. II) Os processos de decisões de suas políticas devem basear-se em ampla participação das entidades e organizações a ela filiadas.

Parágrafo sexto – A autonomia das entidades de base filiadas. I) Todas as entidades filiadas (sindicais, movimentos, oposições e minorias) filiadas gozam de autonomia política, organizativa e financeira em relação a Central.

Parágrafo sétimo – A solidariedade internacional entre os trabalhadores e trabalhadoras. I) A solidariedade internacional e a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras e das suas organizações de classe de todas as regiões do mundo, para a defesa dos seus direitos e interesses, são valores permanentes buscados pela Central; II) A libertação da classe trabalhadora de toda forma de opressão e exploração que ela sofre no mundo em que vivemos, é uma tarefa que não se inscreve apenas nos marcos de um país e, sim, deve ser tomada no plano internacional.

CAPÍTULO IV. DA FILIAÇÃO/ ADMISSÃO, DA DESFILIAÇÃO, DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Artigo 6° – Poderão filiar-se à Central as entidades sindicais, oposições e minorias sindicais, organizações de trabalhadores desempregados e desempregadas, de aposentados e aposentadas, movimentos populares urbanos e rurais, organizações do movimento estudantil e movimentos de luta contra as opressões, que serão tratados neste Estatuto pelas expressões "associado(s)" e "filiado(s)".

Parágrafo primeiro – A filiação de entidades e movimentos será efetivada mediante requerimento escrito encaminhado à Secretaria Executiva Nacional, que deve estar acompanhado de documentos comprobatórios de que o pedido de filiação foi aprovado pelas instâncias deliberativas correspondentes da entidade, movimento ou organização pleiteante.

Parágrafo segundo – À Coordenação Nacional compete analisar e aceitar, ou não, os pedidos de filiação apresentados à Central, cabendo recurso ao Congresso Nacional.

Parágrafo terceiro – As oposições sindicais e minorias sindicais de entidades ligadas às outras centrais poderão participar da CSP-CONLUTAS e de suas instâncias, podendo inclusive eleger delegados e delegadas aos Congressos, mediante credenciamento junto à Coordenação respectiva que, por sua vez, poderá aceitar, ou não, o referido credenciamento.

Parágrafo quarto – A oposição sindical somente será cadastrada caso esteja de acordo com as regras, objetivos e princípios contidos no presente Estatuto Social.

Parágrafo quinto – As entidades sindicais, oposições e minorias, organizações de trabalhadores desempregados e desempregadas, movimentos populares urbanos e rurais, organizações do movimento estudantil e movimentos de luta contra a opressão e outros, ao filiarem-se, preservarão a sua autonomia política, administrativa e financeira em relação a Central.

Parágrafo sexto – Nenhum associado responde, subsidiária ou solidariamente, pelos atos da entidade.

Parágrafo sétimo – A desfiliação de entidades e movimentos será efetivada mediante requerimento escrito encaminhado à Secretaria Executiva Nacional da Central, acompanhado de documentos comprobatórios de que o pedido de desfiliação foi aprovado pelas instâncias deliberativas correspondentes da entidade, movimento ou organização pleiteante.

Parágrafo oitavo – A Secretaria Executiva Nacional compete analisar o pedido, solicitar novos documentos, se for o caso, e encaminhá-lo à Coordenação Nacional que poderá aceitar, ou não, o pedido, cabendo ainda recurso ao Congresso Nacional.

Artigo 7º – São direitos das entidades filiadas à CSP-CONLUTAS: I) Participar das suas diversas instâncias de Coordenação, com direito a voz e a

voto, nos termos do presente Estatuto Social. II) Eleger delegados e delegadas para participar do Congresso Nacional, do Congresso de seu Estado ou Região, de representantes à Coordenação Nacional, desde que estejam em dia com suas obrigações financeiras.

CAPÍTULO V. DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Artigo 8º – São instâncias de organização, de funcionamento e deliberação da CSP-CONLUTAS, na seguinte ordem hierárquica: I) Congresso Nacional; II) Coordenação Nacional; III) Secretaria Executiva Nacional; IV) Coordenação Estadual ou Regional; V) Secretaria Executiva Estadual ou Regional.

Parágrafo Único – Nos âmbitos nacional, estadual e Regional serão eleitos, também, juntamente com as Secretarias Executivas, os Conselhos Fiscais respectivos.

CAPÍTULO VI. DO CONGRESSO NACIONAL

Artigo 9º – O Congresso Nacional é a instância máxima de decisão da CSP-CONLUTAS e será realizado, ordinariamente, a cada 02 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro – O Congresso Nacional será composto por delegados e delegadas eleitos/eleitas por todas as entidades sindicais, movimentos populares urbanos e rurais, organizações de trabalhadoras e trabalhadores desempregados e de aposentados e aposentadas.

Parágrafo segundo – A participação das entidades estudantis e dos movimentos de luta contra as opressões não poderá exceder o percentual de 5% do total dos delegados inscritos ao Congresso Nacional.

Parágrafo terceiro – A convocação do Congresso Nacional cabe à Coordenação Nacional e se fará da seguinte forma: I) Pelo menos 4 (quatro) meses antes da realização do Congresso deve ser publicada, no veículo oficial de comunicação da Central, a data e a pauta do Congresso; II) O local de realização do Congresso deve ser divulgado com antecedência mínima de 3 (três) meses; III) Compete à Coordenação Nacional definir os critérios em base aos quais se elegerão os delegados e delegadas, bem como as demais normas que nortearão a organização do Congresso.

Artigo 10º – Compete ao Congresso Nacional decidir soberanamente sobre todo e qualquer ponto colocado em pauta.

Parágrafo primeiro – Caso a convocação do Congresso Nacional não seja feita no período previsto neste Estatuto pela Coordenação Nacional, a convocação poderá ser feita por 1/5 das entidades e movimentos filiados e em dia com suas obrigações estatutárias.

Parágrafo segundo – O quorum para deliberação das modificações estatutárias é de 2/3 (dois terços) dos delegados e delegadas com direito a voto nesta instância.

CAPÍTULO VII. DA COORDENAÇÃO NACIONAL

Artigo 11 – A Coordenação Nacional corresponde à Assembleia Geral da entidade, e é o órgão de direção cotidiana da Central entre seus congressos nacionais.

Artigo 12 – A Coordenação Nacional reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses, ou extraordinariamente conforme necessidade, mediante convocação a cargo da Secretaria Executiva Nacional da Central.

Parágrafo primeiro – A convocação deverá ser publicada pelo menos 30 (trinta) dias antes da realização da Coordenação Nacional, no veículo oficial de comunicação da Central, contendo a data da reunião.

Parágrafo segundo – O local de realização da Coordenação Nacional e pauta devem ser divulgados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Parágrafo terceiro – Caso a Secretaria Executiva Nacional não convoque a Coordenação Nacional no período previsto neste Estatuto, a convocação poderá ser feita por 1/10 das

entidades e movimentos filiados à Central em dia com suas obrigações estatutárias.

Artigo 13 – A Coordenação Nacional será composta por representantes eleitos/eleitas nas instâncias das entidades e movimentos filiados à CSP-CONLUTAS, em dia com as suas contribuições financeiras à Central, nas seguintes proporções: I) Entidades sindicais: Com até 4.999 trabalhadores na base: 1 voto; De5.000 a 19.999 na base: 02 votos; De20.000 a 39.999 na base: 03 votos; De40.000 a 79.999 na base: 04 votos; De 80.000 trabalhadores na base, em diante: 05 votos, mais1 a cada 20.000 ou fração de 10.000, limitado a 10 votos. I.a) A base das oposições sindicais e das minorias das entidades sindicais não filiadas à Central deve ser definida a partir do percentual da categoria que representarem. I.b) Para as oposições sindicais deve se levar em conta o número de votos obtidos na última eleição e, no caso das minorias, a proporção que representam na diretoria da entidade. II) Movimentos populares: II.a) Acampamentos e ocupações (urbanos ou rurais): Até 500 famílias: 1 voto; De 501 a 1.000: 2 votos; de 1.001 a 2000 famílias: 3 votos; acima de 2.000 famílias: 1 voto a cada 1.000 . II. b) Núcleos Comunitários: Até 125 famílias em assembleia: 1 voto; de 126 a 250 famílias representadas em assembleia: 2 votos; de 251 a 500 famílias representadas em assembleia: 3 votos; acima de 500 famílias representadas em assembleia: 1 voto a cada 250 famílias. III) Movimentos populares sem base de representação definida: 1 voto por entidade.

Parágrafo primeiro – Para cada reunião da Coordenação Nacional as entidades e movimentos indicarão seus representantes eleitos para compô-la, de acordo com o regimento interno de cada entidade.

Parágrafo segundo – A participação das entidades estudantis e dos movimentos de luta contra as opressões não poderá exceder o percentual de 5% do total de inscritos com direito a voto para participação na Coordenação Nacional, devendo as representações desses segmentos reunirem-se para indicação dos representantes com direito a voto.

CAPÍTULO VIII. DA SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL. Artigo 14 – A Secretaria Executiva Nacional é o órgão executivo da Coordenação Nacional de entidades de base filiadas, e terá como atribuição fundamental implementar as resoluções aprovadas na Coordenação no intervalo entre as suas reuniões.

Parágrafo único – A Secretaria Executiva Nacional será escolhida na primeira reunião da Coordenação Nacional da entidade realizada após o Congresso ordinário, em base ao critério da proporcionalidade direta e qualificada dos votos obtidos pelas chapas concorrentes, se houver mais de uma. Artigo 15 – A Secretaria Executiva Nacional será composta por 27 (vinte e sete) membros efetivos e 8 (oito) membros suplentes.

Parágrafo único – Na composição dos membros da Secretaria deve-se aplicar a cota de gênero de no mínimo 30%, como forma de ampliar a participação feminina.

Artigo 16 – A Secretaria terá ainda a atribuição de convocar as reuniões da Coordenação Nacional.

Artigo 17 – A representação política da entidade poderá ser exercida por qualquer dos membros da Secretaria Executiva Nacional ou ainda por pessoa indicada pela Secretaria, respeitadas as deliberações das instâncias da entidade.

Artigo 18 – A representação legal, judicial e/ou administrativa será designada pela Secretaria Executiva, podendo ser modificada pela Coordenação Nacional.

Artigo 19 – O mandato dos membros da Secretaria Executiva Nacional é de dois anos, revogável pela Coordenação Nacional ou pela entidade (ou base) a qual pertença o representante, a qualquer momento que esta julgar necessário, nos termos do Estatuto.

Parágrafo único – A revogabilidade do mandato de mem-

bros da Secretaria Executiva Nacional apóia-se no princípio de que o mandato não pertence à pessoa que o exerce nem ao organismo de direção a que ele pertença. O mandato pertence à base da entidade que ele representa.

Artigo 20 – O mandato do membro da Secretaria Executiva Nacional poderá ser revogado nas seguintes situações: I) A pedido da entidade ou da base a que pertença o membro da Secretaria, entendida, no segundo caso, a representação de uma minoria ou oposição sindical, cabendo tão somente ao setor de base a que este membro representa pedir a sua substituição; II) Por ruptura com o Programa e Princípios da Central; III) Por boicote deliberado no encaminhamento das resoluções aprovadas pelo Congresso ou pela Coordenação Nacional; IV) Por falta moral grave.

Parágrafo primeiro – Em todos os casos será garantido amplo direito de defesa ao membro que se propõe substituir.

Parágrafo segundo – Nos casos das alíneas II e III a decisão poderá se tomada pela maioria simples dos votantes na Coordenação Nacional.

Parágrafo terceiro – No caso da alínea IV a Coordenação Nacional terá que observar o quórum mínimo de 50% mais um das entidades com direito à representação na Coordenação Nacional, e o voto de 2/3 dos presentes.

Parágrafo quarto – A Coordenação Nacional poderá ainda adotar outras formas de punição, mais brandas, antes de aprovar a revogação do mandato do membro da Secretaria.

Parágrafo quinto – Em nenhuma hipótese poderá ocorrer a revogação do mandato em função de diferenças políticas.

Artigo 21 – No caso de renúncia do membro da Secretaria Executiva Nacional, não havendo oposição da base a qual representa, a substituição poderá ser feita por suplente ou pela chapa pela qual foi eleito para a Secretaria.

CAPÍTULO IX. DO CONSELHO FISCAL

Artigo 22 – O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, que terão a responsabilidade de fiscalizar as contas da Central.

Parágrafo primeiro – O Conselho Fiscal será escolhido na primeira reunião da Coordenação Nacional da entidade realizada após o Congresso ordinário. Se houver mais candidatos propostos do que o número de membros efetivos e suplentes do Conselho, a votação será individual, observando-se a ordem de votação dos eleitos para a composição do órgão.

Parágrafo segundo – O Parecer do Conselho Fiscal será apresentado anualmente à Coordenação Nacional, no primeiro quadrimestre do exercício seguinte, devendo ser subscrito por no mínimo 2/3 (dois terços) dos seus membros efetivos.

Parágrafo terceiro – O mandato do Conselho Fiscal será de dois (2) anos, podendo ser revogado nas mesmas situações e condições previstas para a revogabilidade dos membros da Secretaria Executiva Nacional.

Parágrafo quarto – Poderão compor o Conselho Fiscal quaisquer membros das entidades filiadas, excetuando-se aquelas entidades cujos representantes ocupem cargo na Comissão de Finanças da Secretaria Executiva Nacional.

CAPÍTULO X. DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À COMPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS EXECUTIVAS ESTADUAIS, SECRETARIAS EXECUTIVAS REGIONAIS E RESPECTIVOS CONSELHOS FISCAIS ESTADUAIS E REGIONAIS

Artigo 23 – As Coordenações estaduais e regionais, Secretarias Executivas respectivas e Conselhos Fiscais serão constituídas pela representação das entidades e movimentos que fazem parte da Central no Estado ou região, cabendo a definição do número de membros de cada Secretaria Executiva (efetivos e suplentes) ser definida pela própria Coordenação de cada Estado ou região, não podendo exceder o número de membros

da Secretaria Executiva Nacional.

Artigo 24 – Aplicam-se às coordenações estaduais e regionais, secretarias executivas estaduais e regionais e respectivos conselhos fiscais os dispositivos relativos às instâncias nacionais da entidade, constantes dos artigos 11 a 13 (para as coordenações estaduais e regionais), 14 a 21 (para as secretarias executivas estaduais e regionais) e do artigo 22 (para os conselhos fiscais nos estados e regiões).

Parágrafo único – O registro em cartório das secretarias executivas estaduais e regionais e dos conselhos fiscais respectivos, para efeitos legais, será encaminhado por ato de nomeação da Coordenação Nacional da entidade, observando sempre a composição apontada no estado ou região.

Artigo 25 – Nenhum membro de qualquer instância da entidade responderá, pessoal ou solidariamente, por perdas ou danos porventura causados pela entidade.

CAPÍTULO XI. DA SUSTENTAÇAO FINANCEIRA

Artigo 26 – A sustentação financeira da CSP-CONLUTAS será feita por dois meios de arrecadação:

Parágrafo primeiro – Uma contribuição regular, paga mensalmente pelas entidades e movimentos, para a manutenção da entidade.

Parágrafo segundo – Por rateio de despesas, sempre e quando necessário, para cobrir gastos extraordinários, referentes a atividades gerais.

Parágrafo terceiro – A não participação de uma entidade neste rateio não será impeditivo para que ela participe com direito pleno de voto nas instâncias da Central.

Artigo 27 – A contribuição mensal deverá ser paga pelas entidades e movimentos na seguinte forma:

Parágrafo primeiro – Entidades com personalidade jurídica e arrecadação regular (sindicatos, federações, confederações, associações de classe, entre outras), pagarão mensalidade à CSP-CONLUTAS correspondente a 5% (cinco por cento) da arrecadação global mensal.

Parágrafo segundo – Entidades com personalidade jurídica e sem arrecadação regular e/ou entidades sem personalidade jurídica e com arrecadação irregular (movimentos, comitês, entre outras) pagarão uma anuidade no valor equivalente a meio salário mínimo;

Parágrafo terceiro – Oposições sindicais e minorias sindicais reconhecidas pagarão uma anuidade no valor equivalente a um salário mínimo.

Artigo 28 – A CSP-CONLUTAS não poderá receber recursos oriundos da União, Estados, Municípios, ONGs ou de empresas.

Parágrafo primeiro – A CSP-CONLUTAS poderá receber recursos de convênios nacionais e internacionais para financiamento de atividades que realize, apenas e tão somente quando a fonte destes recursos for uma organização ou entidade de trabalhadores e trabalhadoras e a utilização destes recursos não interferir, por qualquer forma que seja, na soberania de decisão das suas instâncias.

Parágrafo segundo – A CSP-CONLUTAS não poderá desenvolver atividades comerciais ou financeiras, excetuando-se a confecção e venda de materiais e artigos promocionais da própria Central (publicações, camisetas, broches e similares) ou das campanhas de luta que estiver promovendo, assim como as iniciativas de auto-sustentação dos movimentos sindicais e populares, que ficam permitidas, desde que aprovadas nas instâncias da Central.

Parágrafo terceiro – No caso de contribuições compulsórias depositadas na conta da Central, estes valores serão devolvidos aos sindicatos de base que darão a elas a destinação que suas instâncias aprovarem.

Artigo 29 – O valor arrecadado com as contribuições regulares pagas à CSP-CONLUTAS pelas entidades e movimentos

será distribuído por toda a sua estrutura organizativa na seguinte proporção: a CSP-CONLUTAS Nacional fica com o corresponde a 40% (quarenta por cento) e as instâncias estaduais e regionais ficam com 50% (cinquenta por cento) do valor arrecadado e os outros 10% constituirão um fundo de lutas da Central, que receberá o repasse automático deste percentual das contribuições recebidas.

Parágrafo único – O recolhimento da contribuição será feito centralizadamente junto a uma conta bancária da instância nacional da Central, que efetuará o repasse a cada instância estadual e/ou regional.

Artigo 30 – A contribuição de cada entidade relativa ao rateio para o financiamento das campanhas e atividades extraordinárias da Central, será definida pela instância de Coordenação que estiver promovendo a campanha/atividade, sempre com base em critérios que respeitem, proporcionalmente, a capacidade financeira de cada entidade e movimento.

CAPÍTULO XII. DO PATRIMÔNIO

Artigo 31 – O patrimônio da CSP-CONLUTAS será constituído de bens móveis e imóveis, legados, doações, veículos, ações e apólices de dívida pública bem como de todo e qualquer bem ou haver da Coordenação Nacional.

CAPÍTULO XIII. DA DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE

Artigo 32 – A Central somente será dissolvida por decisão de no mínimo ¾ (três quartos) dos seus associados em Congresso Nacional especialmente convocado para este fim.

Artigo 33 – Os casos omissos serão analisados e decididos pela Coordenação Nacional da Central, ad referendum do Congresso, sempre que esta julgar necessário.

CAPÍTULO XIV. DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 34 – As disposições constantes dos artigos 8.º e 24, relativas à organização das instâncias estaduais e regionais da entidade, terão um prazo para implementação de dois anos, devendo ser acompanhadas pela Secretaria Executiva Nacional.

Artigo 35 – A Coordenação Nacional deverá debater e deliberar sobre a instituição de uma comissão permanente para cuidar dos assuntos relativos à acessibilidade e mobilidade dos trabalhadores e trabalhadoras portadores de necessidades especiais.

Artigo 36 – A Coordenação Nacional da entidade deverá debater e deliberar sobre a instituição de uma Secretaria de Formação, que englobe as instâncias nacional, estaduais e regionais e de um instituto de formação próprio para assessorar as entidades de base.

Artigo 37 – A Coordenação Nacional deverá instituir um fundo permanente de apoio aos movimentos populares, autorizando o repasse de recursos regulares da Central para este fundo, definindo o volume de recursos e a forma como esses recursos serão aplicados nas atividades dos diversos movimentos populares que fazem parte da Central.

Parágrafo primeiro – A proposta de regulamentação deverá ser submetida à primeira reunião da Coordenação Nacional ocorrida após o Congresso.

Artigo 38 – À Coordenação Nacional caberá analisar, à luz da realidade política e do processo de reorganização da classe trabalhadora, podendo decidir pela antecipação ou, excepcionalmente, pelo adiamento da data do próximo Congresso ordinário da entidade.

Anotações

Rua Boa Vista, 76 - 11° andar
CEP: 01014-000 | Centro - São Paulo/SP
Tel.: (11) 3107-7984